

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

**Comunicação Política dos candidatos à Câmara de Vila Real nas Eleições
Autárquicas de 2013 – uma análise de caso**

Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação especialização em
Comunicação Pública, Política e Intercultural

Luís Alberto Loureiro Mendonça

Orientador:

Professor Doutor José M.C. Belo



Vila Real, 2018

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

**A Comunicação Política dos candidatos à Câmara de Vila Real nas
Eleições Autárquicas de 2013 – uma análise de caso**

Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação especialização em
Comunicação Pública, Política e Intercultural

Candidato: Luís Alberto Loureiro Mendonça

Orientador: Professor Doutor José M.C. Belo

Composição do Júri:

Professora Doutora Daniela Esperança Monteiro da Fonseca

Professora Doutora Marlene da Conceição Vasques Loureiro

Professora Doutora Inês Mendes Moreira Aroso

Professor Doutor José Manuel Cardoso Belo

Vila Real, 2018

Índice

Índice	i
Índice de quadros e tabelas	iii
Glossário, acrónimos e abreviaturas	v
Anexos	vii
Resumo	ix
Abstract	xi
Introdução	1
1. Breve História de Vila Real. Enquadramento socioeconómico e político	3
1.1. Eleições Autárquicas: breve caracterização.....	5
1.2. As eleições autárquicas no concelho de Vila Real: uma história breve.....	7
2. A escolha dos candidatos do PSD e do PS	13
2.1. A escolha de António Carvalho	13
2.2. A escolha de Rui Santos.....	20
3. Revisão da Literatura	23
3.1. Comunicação Política e Média	24
3.2. Os média na política moderna.....	25
3.3. Alguns Efeitos dos Média, Teorias da Comunicação e Comunicação Política	27
3.4. Comunicação Política e Discurso Político	30
3.5. Comunicação Política e Debates Eleitorais	32
3.5.1. A Literatura sobre o uso e a aplicação da Teoria Funcional (TF) da Comunicação em Campanhas Políticas	33
4. Metodologia	39
5. Resultados	43
6. Discussão dos resultados	51
Conclusões	55

Referências Bibliográficas	57
Netgrafia	63
Anexos.....	65

Índice de quadros

Quadro 1 - Funções: (Auto)Elogios, Ataques e Defesas.	37
---	----

Índice de tabelas

Tabela 1 - (Auto)Elogios, Ataques e Defesas	43
Tabela 2 - António Carvalho - (Auto)Elogios, Ataques e Defesas	44
Tabela 3 - Rui Santos – (Auto) Elogios, Ataques e Defesas	45
Tabela 4 - Comparativo António Carvalho/Rui Santos - (Auto) Elogios, Ataques e Defesas	45
Tabela 5 - Comparação do uso de categorias.	46
Tabela 6 - Comparação do uso de categorias e subcategorias entre António Carvalho e Rui Santos	49

Glossário, acrónimos e abreviaturas

Lista de Acrónimos

Sigla	Expansão
AD	Aliança Democrática
AMVR	Assembleia Municipal de Vila Real
AR	Assembleia da República
AU	Autárquicas
CDS-PP	Centro Democrático Social/Partido Popular
CDU	Coligação Democrática Unitária
ER	Estrangeiros Residentes
EUA	Estados Unidos da América
INE	Instituto Nacional de Estatística
PCP/PEV	Partido Comunista Português/Partido ecologista “Os Verdes”
PPD	Partido Popular Democrático
PPD/PSD	Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata
PPM	Partido Popular Monárquico
PSD	Partido Social Democrata
PS	Partido Socialista
PR	Presidenciais
TF	Teoria Funcional
UE	União Europeia
UTAD	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Anexos

ANEXO A - Entrevista de Rui Santos ao programa “Politicamente Incorrecto” da Universidade FM, publicação no jornal “A Voz de Trás-os-Montes”, em 13 de dezembro de 2012	67
ANEXO B - Sondagem Vila Real, publicação no Jornal de Notícias, 2 de junho de 2013	69
ANEXO C - Sondagem Vila Real, publicação no Jornal de Notícias, 22 de julho de 2013	71
ANEXO D - Sondagem Vila Real, publicação no Jornal de Notícias, 23 de setembro de 2013	73
ANEXO E - Lei nº46/2005 de 29 de agosto, limite à renovação de mandatos sucessivos	75
ANEXO F - Lei nº 22/2012, de 30 de maio, regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica.....	77
ANEXO G - Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, procede à reorganização administrativa do território das freguesias	89
ANEXO H - Mapa nº4-A/2013, número de eleitores inscritos no recenseamento eleitoral por freguesias	93
ANEXO I - Regulamento Eleitoral Interno, Partido Socialista	97
ANEXO J - Carta para as Estruturas do Partido Socialista	113
ANEXO K - Calendário da Escolha de Candidatos a Presidente de Câmara Municipal	117
ANEXO L - Transcrições dos Debates	119
ANEXO M - Tabelas para análise dos debates produzidas pelo Tropes	147

Resumo

O presente estudo pretende dar um contributo para a compreensão dos resultados das eleições autárquicas de 2013 para a Câmara Municipal de Vila Real com base no estudo comparativo dos discursos de dois candidatos ao município vila-realense durante três debates ocorridos durante a campanha eleitoral.

A literatura sobre comunicação política em contexto de eleições autárquicas é muito escassa em Portugal, mas existem vários estudos em alguns países europeus e nos Estados Unidos da América que mostram que os debates realizados nos meios de comunicação têm influência na escolha dos partidos pelos eleitores.

Assim, utilizou-se a Teoria Funcional da Comunicação em Campanhas Políticas, de William Benoit, para analisar os textos resultantes das transcrições de três debates em que participaram os candidatos do Partido Social Democrata e do Partido Socialista à Câmara Municipal de Vila Real.

Embora não fosse esse o objetivo essencial deste trabalho, os dados obtidos e as conclusões que ora se apresentam poderão, de algum modo, contribuir para o esclarecimento da vitória do candidato do Partido Socialista, Rui Santos, nas eleições autárquicas de 2013, a primeira vitória autárquica do PS em Vila Real desde o 25 de abril de 1974.

Palavras-chave: comunicação; política; eleições; autárquicas; Teoria Funcional

Abstract

This study intends to contribute to the understanding of the results of the municipal elections of 2013 for the Municipality of Vila Real based on the comparative study of the speeches of two candidates to the municipality in three debates during the electoral campaign.

The literature on political communication in the context of local elections is very scarce in Portugal, but there are several studies in some European countries and in the United States of America that show that the debates in the media have influence in the choice of parties by the voters.

Thus, we used the Functional Theory of Political Campaign Communication, from William Benoit, to analyze the texts resulting from the transcripts of the three debates in which the candidates of the Social Democratic Party and the Socialist Party to the Vila Real City Hall participated.

Although this was not the main objective of this work, the data obtained and the conclusions presented here may in some way contribute to the clarification of the victory of the candidate, Rui Santos, in the municipal elections of 2013, the first victory of the Socialist Party in Vila Real since the 25th April, 1974.

Keywords: communication; politics/policy; local elections; Functional Theory

Introdução

Uma vez que somos jornalistas profissionais há mais de vinte anos a trabalhar em Vila Real, escolhemos para tema a estudar um assunto que se relacionasse com a nossa atividade e que pudéssemos acompanhar, enquanto profissionais da comunicação social.

Este trabalho deveria ter o título “Comunicação Política em Debates Eleitorais de dois dos candidatos à Câmara de Vila Real nas Eleições Autárquicas de 2013: um estudo exploratório sobre a aplicação ao discurso político autárquico da Teoria Funcional da Comunicação em Campanhas Políticas, de William Benoit”, no entanto, dificuldades de ordem administrativa para a alteração do título do trabalho levaram a que ele tivesse permanecido tal como foi inicialmente idealizado há cerca de quatro anos.

O presente trabalho tem como objetivo comparar o discurso político apresentado em três debates realizados pela comunicação social pelos dois principais candidatos à vitória nas Eleições Autárquicas do concelho de Vila Real, em 2013, António Carvalho (PPD/PSD) e Rui Santos (PS).

Como se disse, serão analisados três debates, onde estiveram presentes os cinco candidatos à presidência da Câmara de Vila Real, realizados por três órgãos de comunicação social, dois deles em formato rádio e um em formato televisivo. Assim, o primeiro debate, que decorreu no dia 12 de setembro de 2013, nas instalações da RTP, em Vila Real, foi organizado pela rádio de cobertura nacional Antena 1; o segundo debate, realizado pela rádio Universidade FM, de Vila Real, decorreu no dia 21 de setembro de 2013, nas suas instalações; o terceiro debate decorreu na Aula Magna, da UTAD e teve organização da televisão por cabo Porto Canal, tendo sido realizado no dia 24 de setembro de 2013.

Este trabalho é composto por seis capítulos e diversas outras secções que passamos a enumerar e a descrever de forma abreviada.

No primeiro, faz-se um breve enquadramento histórico e socioeconómico do concelho de Vila Real e uma caracterização das eleições autárquicas, do mapa autárquico nacional e da legislação que lhes subjaz, incidindo particularmente na caracterização da autarquia que é Vila Real e na história das eleições autárquicas neste concelho.

No segundo capítulo, aborda-se o historial da escolha dos candidatos do Partido Social-Democrata (PSD) e do Partido Socialista (PS) como candidatos daqueles partidos às eleições autárquicas de 2013 para a Câmara Municipal de Vila Real.

O terceiro capítulo ocupa-se da Revisão da Literatura e incide mais detalhadamente sobre o estado da arte internacional no que à Teoria Funcional da Comunicação em Campanhas Políticas diz respeito. Trata ainda algumas obras e autores relacionados com temáticas mais direta e/ou indiretamente relacionadas com a Comunicação Política e os Média, alguns efeitos dos Média sobre as audiências com base em algumas Teorias da Comunicação e do Discurso Político. Aborda, ainda, embora de forma mais superficial, aspetos relativos a alguma escassa produção, essencialmente académica, referente à análise das eleições autárquicas em Portugal.

O quarto aborda a Metodologia adotada na realização desta investigação, que poderá designar-se como exploratória na medida em que consiste apenas numa abordagem introdutória ao estudo de um fenómeno ainda muito pouco ou quase nada estudado em Portugal, nomeadamente com o recurso à Teoria Funcional da Comunicação em Campanhas Políticas.

O quinto capítulo ocupa-se dos Resultados obtidos com o labor investigativo. Tais resultados são apresentados com recurso a algumas tabelas para facilitar a leitura e a compreensão.

O sexto capítulo incide sobre a discussão dos resultados obtidos com a análise efetuada e o seu enquadramento nos parâmetros que constituem a Teoria Funcional.

Este trabalho termina com uma secção de conclusões onde se apresentam algumas propostas para futuras investigações. Inclui-se ainda uma obrigatória secção de referências bibliográficas.

Finalmente, junta-se um conjunto de documentos informativos, legislativos e tabelas resultantes das análises realizadas, que constituem os Anexos.

1. Breve História de Vila Real. Enquadramento socioeconómico e político.

Nas margens do Rio Corgo, um dos afluentes do Douro, a cidade de Vila Real ergue-se a cerca de 450 metros de altitude, numa região que revela indícios de ter sido habitada desde o Paleolítico. Vestígios de povoamentos posteriores, como o Santuário Rupestre de Panóias, denunciam com segurança a presença dos romanos na região, mas os tempos que se seguiram, durante as invasões bárbaras e sobretudo muçulmanas, impuseram um despovoamento gradual que só terminou com a aproximação do séc. XII, com a outorga em 1096 do foral de Constantim de Panóias, pelo Conde D. Henrique.

Em 1289, por foral de D. Dinis (o primeiro dado por este monarca a Vila Real) é fundada a povoação de Vila Real de Panóias, que viria a transformar-se na cidade de hoje.

O êxito da povoação então fundada comprova-se com a evolução do número de moradores: dos cerca de 480 habitantes de 1530, Vila Real passa para cerca de 3.600 em 1795. Este crescimento deve-se em grande parte a uma localização geográfica privilegiada, entre o litoral e o interior, com ligações ao Porto, Chaves, Bragança e terras do Sul.

Nos sécs. XVII e XVIII Vila Real consolida o epíteto de “Corte de Trás-os-Montes”, que havia ganho com a presença dos nobres que aqui se fixaram por influência da Casa dos Marqueses de Vila Real, presença ainda hoje visível nas inúmeras pedras-de-armas que atestam os títulos de nobreza dos seus proprietários.

Como povoação mais importante em Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real adquiriu o estatuto de capital de província e, já neste século, na década de 20, viu reconhecido o seu peso económico, demográfico e administrativo com dois atos de grande relevo: a criação da Diocese em 20 de abril de 1922 e a elevação a cidade em 20 de julho de 1925.

Atualmente, Vila Real vive uma fase de crescente desenvolvimento, a nível industrial, comercial e dos serviços, com relevo para a saúde, o ensino, o turismo, etc, apresentando-se como local de eleição para o investimento externo.¹

A cidade de Vila Real localiza-se num planalto rodeado de altas montanhas, em que avultam as serras do Marão e do Alvão.

Dista aproximadamente 85 quilómetros, em linha reta, do Oceano Atlântico, que lhe fica a Oeste, 15 quilómetros do rio Douro, que lhe corre a Sul, e, para Norte, cerca de

¹ A informação precedente encontra-se no sitio do município na internet em: <http://www.cm-vilareal.pt/index.php/municipio/historia>

65 quilómetros da fronteira com a Galiza, Espanha.

Vila Real é sede de concelho e capital de distrito.

O Concelho de Vila Real, sem prejuízo da feição urbana da sua sede, mantém características rurais bem marcadas. Dois tipos de paisagem dominam: a zona mais montanhosa das Serras do Marão e da Alvão, separadas pela terra verdejante e fértil do Vale da Campeã, e, para o Sul, com a proximidade do Douro, os vinhedos em socalco. Por toda a parte existem linhas de água que irrigam a área do Concelho, com destaque para o Rio Corgo, que atravessa a Cidade num pequeno mas profundo vale, originando um canhão de invulgar beleza.

O Concelho é constituído por 20 Freguesias: Abaças, União das Freguesias de Adoufe/Vilarinho de Samardã, Andrães, Arroios, União das Freguesias de Borbela/Lamas de Ôlo, Campeã, União das Freguesias de Constantim/Vale de Nogueiras, União das Freguesias de Nogueira/Ermida, Folhadela, Guiães, União das Freguesias de São Tomé do Castelo/Justes, União das Freguesias de Mouçós/Lamares, Lordelo, Mateus, Mondrões, União das Freguesias da Cidade, Parada de Cunhos, União das Freguesias de São Miguel da Pena/Quintã/Vila Cova, Torgueda e Vila Marim. A população do concelho ronda os 52.000 habitantes, para uma área de cerca de 370 km².²

A população residente no concelho de Vila Real, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), de 2013, situava-se nos 51.417 habitantes, 26.883 do sexo feminino e 24.534 do sexo masculino.

Quanto às faixas etárias, e de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, em 2012, apesar de Portugal ser um país com uma população bastante envelhecida, a faixa etária onde existe um maior número de população é nos 25 - 64 anos, com 29.064 habitantes, depois surge a faixa etária com mais de 65 anos, com 9.445 residentes. A faixa etária dos 0 aos 14 anos, encontra-se na terceira posição, com 7.601 e por fim surge a faixa etária dos 15 aos 24 anos, com 5.585 habitantes.

A mesma publicação do INE, de 2012, indica que a Nível de Escolaridade, a maior parte da população tem apenas o 1º Ciclo, 12.337 pessoas e 9.568 residentes não têm sequer o 1º Ciclo. Com o Ensino Superior existem 8.394 pessoas, 7.840 com o 3º Ciclo, 7.426 com Ensino Secundário, com o 2º Ciclo encontram-se 5.973 pessoas e 312 indicam ser detentores de Ensino Pós-secundário.

² A informação precedente encontra-se no sitio do município na internet em: <http://www.cm-vilareal.pt/index.php/municipio/caraterizacao>

Ainda de acordo com o INE, em 2012, a taxa de desemprego no concelho de Vila Real era de 11,03%, sendo que as freguesias de Parada de Cunhos, com 16,1% e a União de Freguesias de Adoufe e Vilarinho de Samardã, com 14,8%, são as que possuíam uma taxa de desemprego mais elevada. Por outro lado, a freguesia que apresentava menor taxa de desemprego era Guiães, com 3,1%.

1.1. Eleições Autárquicas: breve caracterização

Em Portugal, existem, atualmente, 308 municípios.

Para as eleições autárquicas, em Portugal, os cidadãos são chamados a eleger três órgãos de gestão local que servem um mandato de quatro anos: a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal e a Junta de Freguesia. A Câmara Municipal, constituída pelo presidente eleito e pelos seus colaboradores, é o órgão executivo autárquico, à qual se junta a Assembleia Municipal como órgão deliberativo e colegial. A Junta de Freguesia é um órgão colegial com um presidente. Para efeitos de eleição, o território da autarquia local constitui um único círculo eleitoral, ou seja, a área do círculo para a Assembleia e Câmara Municipal é a do respetivo concelho ao passo que para a Assembleia de Freguesia se restringe à freguesia.

No que respeita ao processo eleitoral, os candidatos são eleitos por sufrágio universal, direto e secreto e por listas plurinominais fechadas apresentadas para cada órgão individualmente, estando à disposição do eleitor um voto singular de lista. Vale a pena referir que as listas podem ser propostas por partidos políticos, coligações de partidos e ainda por grupos de cidadãos eleitores. De forma semelhante ao Presidente da República, também os Presidentes de Câmara e de Junta de Freguesia têm um limite ao exercício de mandatos consecutivos, sendo nestes casos a regra alargada para três mandatos. Temos, da parte dos votantes, três escolhas a efetuar numa só eleição, o que aumenta o valor do voto. Como as áreas geográficas são mais pequenas, a personalidade e características dos candidatos têm normalmente uma maior preponderância na escolha individual e o contacto direto entre candidatos e eleitores é mais intenso. Dilui-se um pouco, neste tipo de eleições, a importância do enquadramento partidário, sendo prova disso bastantes casos de grupos de cidadãos que se apresentam a sufrágio com apreciável sucesso, e o fenómeno dos candidatos independentes.

Tudo isto pode, em certa medida, explicar os níveis de participação eleitoral quase

tão elevados como em eleições legislativas e o facto de, comparativamente, apresentarem reduzidas flutuações temporais.

No sistema eleitoral nacional as eleições legislativas, que visam escolher o corpo governativo do país e o Parlamento, assumem-se como as mais importantes visto serem aquelas que, por lei, conferem maior poder aos eleitos. Categorizadas como eleições de segunda ordem temos as Autárquicas, as Presidenciais e as eleições para o Parlamento Europeu, o que perfaz ao todo, quatro tipos distintos de sufrágio, aos quais podemos acrescentar a pontual utilização de referendos como forma de consulta popular em grandes temas.

Nas eleições para a Assembleia da República (AR) destaca-se a anormalmente elevada taxa de afluência na primeira eleição, fenómeno que podemos alargar até ao princípio da década de 80. Enquadradas num período quente da história nacional revestiram-se dum papel crucial no futuro da democracia em Portugal e, também, desde há muito privados da capacidade de escolha política, estes primeiros passos em eleições livres entusiasmaram os portugueses a participar e criaram muita expectativa. Parece ter havido uma adaptação bastante rápida da sociedade ao novo regime político, o que Jackman e Miller (1995) também confirmam para a Espanha e Grécia, países com um percurso democrático semelhante ao nosso.

As Autárquicas, de todas, parecem ser aquelas com menor variação ao longo do tempo, contrastando com as eleições Presidenciais que exibem flutuações significativas.

Se tomarmos a participação média como um indicador da importância de cada tipo de eleição, verificamos que se confirmam as legislativas como eleições de 1ª ordem e que, das outras, as presidenciais são ligeiramente mais importantes que as Autárquicas. Em média efetua-se uma eleição por ano, sendo claramente dominantes as legislativas, enquanto as outras exibem o padrão cíclico legalmente estabelecido. Excluindo o desvio padrão associado às eleições para o Parlamento Europeu, que está empolado pelo resultado de 1986 e pelas poucas observações, as Autárquicas confirmam-se como as eleições com menores flutuações na participação, enquanto as outras apresentam desvio padrão e coeficiente de variação bastante mais elevado.

Analisando a evolução da participação ao longo do tempo, os resultados são unânimes em apontar um decréscimo da taxa de participação em Portugal, mas em menor escala para as Autárquicas. Estes resultados estão em consonância com o que se passa na maioria das democracias ocidentais, e apenas as Autárquicas se enquadram dentro

dos parâmetros normais que encontramos nos outros países, salvaguardando o facto de estarmos a comparar eleições diferentes.

1.2. As eleições autárquicas no concelho de Vila Real: uma história breve

Armando Afonso Moreira foi eleito pela primeira vez para presidente da Câmara de Vila Real em 12 de dezembro de 1976, pelo PPD/PSD (fundado em 6 de maio de 1974, por Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota sob o nome de Partido Popular Democrático (PPD), passou a designar-se a 3 de outubro de 1976, Partido Social-Democrata (PSD).

Em 16 de dezembro de 1979, Armando Moreira, voltou a ser eleito pelo PPD/PSD, desta vez secundado por Manuel do Nascimento Martins. Em 12 de dezembro de 1982, Afonso Moreira voltou a ganhar as eleições com o mesmo número dois, Manuel Martins, desta vez a vitória foi conseguida pela coligação Aliança Democrática (AD) que juntava o PPD/PSD, o Centro Democrático Social (CDS) e o Partido Popular Monárquico (PPM). Em 15 de dezembro de 1985, Armando Moreira, candidatou-se de novo à camara de Vila Real, tendo ganho mais uma vez, agora de novo apenas pelo PPD/PSD e sem Manuel Martins na lista.

Nas eleições de 17 de dezembro de 1989, Armando Moreira, candidatou-se pela última vez pelo PPD/PSD, tendo voltado a vencer e tendo voltado a integrar como segundo da lista Manuel Martins.

Em 12 de dezembro de 1993, pela primeira vez, desde 1976, Armando Moreira, não se candidatou à Câmara de Vila Real, tendo-se candidatado o seu número dois, que aliás, já tinha feito anteriormente outros dois mandatos como vice-presidente da câmara, Manuel Martins.

Manuel Martins manteve a autarquia nas mãos do PPD/PSD, mas foi a vitória mais difícil de sempre, com 11.591 votos, contra os 10.727, do candidato do Partido Socialista (PS), Ascenso Simões, apenas 864 votos a separarem as duas candidaturas. Nestas eleições, em que o CDS já se candidatou como CDS/Partido Popular - no decurso da decisão tomada no XI Congresso (Extraordinário), realizado em janeiro de 1993 – o partido obteve 3.453 votos e o Partido Comunista Português/Partido Ecologista “Os Verdes”, 1.131 votos.

Com este resultado, Manuel Martins não conseguiu a maioria absoluta para governar o executivo, alcançando três vereadores para o PPD/PSD, tantos como o Partido Socialista, também com três vereadores. O CDS/PP, conquistou um vereador, com António Passos Coelho Taveira.

Foram os quatro anos mais difíceis para Manuel Martins, entre 1993 e 1997, uma vez que em 14 de dezembro de 1997, voltou a candidatar-se pelo PPD/PSD e atingiu a maioria absoluta com a conquista de quatro vereadores, contra os três do PS. Nessas eleições o PPS/PSD obteve 16.650 votos, o PS, que voltou a candidatar Ascenso Simões, teve 11.242. Quanto ao CDS-PP o resultado baixou para os 893 votos, que retiraram o vereador ao partido. A coligação PCP/PEV obteve 715 votos.

Manuel Martins voltaria a vencer as eleições para a Câmara de Vila Real, por maioria absoluta nos três momentos eleitorais seguintes, em 16 de dezembro de 2001, quando conseguiu cinco vereadores para o PPD/PSD, contra os dois do PS, que candidatou Aloísio da Fonseca. Em 9 de outubro de 2005, conseguiu ganhar com quatro vereadores, por oposição aos três do PS, que candidatou Artur Vaz, e em 11 de outubro de 2009, ganhou novamente, conseguindo obter quatro vereadores contra três do PS, que desta vez candidatou Rui Santos. Nestas eleições, Manuel Martins conseguiu 15.906 votos para o PPD/PSD, o PS, com Rui Santos, alcançou os 10.773 votos e o CDS-PP, obteve 1.754 votos. Em 2009 surgiu pela primeira vez a força partidária Bloco de Esquerda a candidatar-se à presidência da Câmara de Vila Real, tendo conseguido 903 votos. Em último lugar nestas eleições surgiu a coligação PCP/PEV com 764 votos.

Por força da aprovação pela Assembleia da República da Lei nº46/2005 de 29 de agosto (anexo E), passaram a ser estabelecidos limites à renovação sucessiva de mandatos dos presidentes dos órgãos executivos das autarquias locais. Com a entrada da lei em vigor a um de janeiro de 2006, Manuel Martins, sabia que seria candidato pela última vez em 2009, o que veio a suceder.

Com a aprovação pela Assembleia da República da Lei nº 22/2012, de 30 de maio (anexo F), que aprovou o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica, a câmara de Vila Real, tal como todas as outras do País tiveram de proceder à reorganização das suas freguesias. Depois de terminado este processo foi aprovada a Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro (anexo G)³, que procede à reorganização administrativa do

³ Neste Anexo, incluiremos apenas a parte do Anexo da Lei nº 11-A/2013 relativa ao Concelho de Vila Real.

território das freguesias, através da criação de freguesias por agregação ou por alteração dos limites territoriais de acordo com os princípios, critérios e parâmetros definidos na Lei nº 22/2012, de 30 de maio.

A Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, foi objeto de retificação: Declaração de retificação nº 19/2013, de 28 de março, assim, o concelho de Vila Real diminui de trinta para vinte freguesias, em que se mantiveram as freguesias de: Abaças, Andrães, Arroios, Campeã, Folhadela, Guiães, Lordelo, Mateus, Mondrões, Parada de Cunhos, Torgueda e Vila Marim. E foram criadas por agregação as uniões de freguesia de: Vila Real (Nossa Senhora da Conceição, São Pedro e São Dinis); Borbela e Lamas de Ôlo; Pena, Quintã e Vila Cova; São Tomé do Castelo e Justes; Mouçós e Lamares; Nogueira e Ermida; Adoufe e Vilarinho da Samardã; Constantim e Vale de Nogueiras.

Desde as primeiras eleições autárquicas de 1976 que o município contou com um executivo composto por um presidente e seis vereadores, uma vez que o número de eleitores nunca tinha ultrapassado os 50000 eleitores, o que veio a acontecer nestas eleições de 2013, em que esse número foi ultrapassado, passando assim o município a contar com um executivo composto por um presidente e oito vereadores.

Nos termos do disposto no artigo 12.º, n.º 2 da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto (lei que regula as eleições dos órgãos das autarquias locais), o Ministério da Administração Interna tornou público através do Mapa nº4-A/2013 o número de eleitores inscritos no recenseamento eleitoral (anexo H)⁴, obtidos através da base de dados central do recenseamento eleitoral e apurados de acordo com as circunscrições de recenseamento definidas no artigo 8.º da Lei n.º 13/1999, de 22 de março (lei do recenseamento eleitoral).

Estes resultados têm como data de referência o dia 30 de junho de 2013 e estão contabilizados por tipo de eleitor (Nacionais — cidadãos nacionais; UE — Cidadãos da União Europeia, não nacionais; ER — Outros cidadãos Estrangeiros Residentes em Portugal).

Assim, para o concelho de Vila Real foram contabilizados 50802 eleitores nacionais, 7 cidadãos europeus (UE) e 12 estrangeiros (ER). Lei eleitoral dos órgãos das autarquias locais, Lei Orgânica nº1/2001, de 14 de agosto,⁵

⁴ Neste Anexo, tal como no Anexo G, incluiremos apenas a parte do Mapa nº4-A/2013 relativa ao Concelho de Vila Real.

⁵ (Publicada no Diário da República, 1ª série-A, nº188, de 14 de agosto de 2001). Com as alterações introduzidas pelos seguintes diplomas: Declaração de retificação nº20- A/201, de 12 de outubro, e Leis Orgânicas nºs 5-A/2001, de 26 de novembro; 3/2005, de 29 de agosto, 3/2010, de 15 de dezembro, e 1/2011, de 30 de novembro. (cf.

Relativamente à composição, a alínea d, do nº2 do art 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro (lei que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias) diz que para além do presidente, a câmara municipal é composta por oito vereadores nos municípios com mais de 50000 e menos de 100000 eleitores.

Ao longo da nossa carreira profissional acompanhámos desde 1993, as Eleições Autárquicas no concelho de Vila Real, tendo realizado cinco debates para a rádio Universidade FM com a presença dos candidatos a presidente da Câmara em 1993, 1997, 2001, 2005 e 2009.

Ora, ao longo de todos esses anos o município de Vila Real foi sempre governado pelo PPD/PSD que ganhou as eleições e com o mesmo candidato, Manuel Martins, que depois de vencer em 1993, pela primeira vez, ganhou as eleições nos quatro momentos seguintes, mas as Eleições Autárquicas de 2013 trouxeram uma novidade, Manuel Martins não se poderia voltar a candidatar por força da nova lei de limitação de mandatos aprovada em Portugal, poderia pois, e pela primeira vez, a força política que sempre ficou em segundo lugar (PS), ganhar desta vez a presidência da Câmara?

Aduz-se ainda que desta vez, e contrariamente ao que tinha feito em 1993, o PPD/PSD não apresentou como candidato o vice-presidente da autarquia - como à frente se explicará - e por outro lado, o PS iria apresentar como candidato, Rui Santos, que já tinha sido candidato nas últimas eleições, se bem que derrotado, mas que tinha feito trabalho político durante os últimos quatro anos, tanto como vereador da oposição, como deputado à Assembleia da República, eleito pelo Círculo Eleitoral de Vila Real.

Acrescenta-se que enquanto o candidato do PS, quase um ano antes das eleições já era conhecido, tendo dado a sua primeira entrevista em 11 de dezembro de 2012 à rádio de Vila Real, Universidade FM, com publicação no jornal de Vila Real, A Voz de Trás-os-Montes, na edição de 13 de dezembro de 2012 (anexo A) o candidato do PPD/PSD, António Carvalho, só foi conhecido nos finais de março de 2013, num processo que deixou muitas dúvidas (como se apresentará mais à frente) tendo apenas dado algumas palavras circunstanciais à comunicação social, no dia 13 de maio de 2013, aquando da sua apresentação pública, a apenas quatro meses das eleições.

Outros factos que poderiam ter relevância no resultado final das eleições foram as sondagens realizadas pela empresa Eurosondagem e publicadas num órgão de

Acórdão TC nº 243/2002, de 25 de junho)

comunicação social nacional, o Jornal de Notícias. Ora, também aqui as sondagens apontavam para uma possível mudança. A primeira publicada pelo jornal em 2 de junho de 2013, indicava uma projeção de 44,2% para António Carvalho (PPD/PSD) e 42,2% para Rui Santos (PS) (anexo B), mas a segunda projeção, publicada pelo Jornal de Notícias em 22 de julho de 2013, já apresentava Rui Santos (PS) à frente com 42,1% contra os 41% de António Carvalho (PPD/PSD) (anexo C). A terceira e última sondagem publicada a 23 de setembro de 2013, a escassos dias das eleições marcadas para 29 de setembro, confirmava essa possível mudança em Vila Real, com a projeção da Eurosondagem a indicar 41,9% para Rui Santos (PS) e 41,2% para António Carvalho (PPD/PSD) (anexo D).

As eleições de 29 de setembro de 2013, para a câmara Municipal de Vila Real contaram com cinco candidatos⁶:

- António Baptista Carvalho (PPD/PSD) – 53 anos, Professor, natural de Vila Real, casado e pai de quatro filhos;

- Rui Jorge Cordeiro dos Santos (PS) – 44 anos, Técnico Superior da UTAD, natural de Vila Real, vive em união de facto, tendo dois filhos;

- Fernando Jorge Rodrigues Pinho (CDS-PP) – 46 anos, Técnico Superior de Informática, natural de Lourenço Marques, Moçambique, casado com três filhos;

- Júlia Violante de Carvalho Ribeiro Correia (CDU) – 57 anos, Professora, natural de Vila Real, casada, com uma filha;

- Rui Manuel Vítor Cortes (Bloco de Esquerda) – 59 anos, Professor Universitário, natural de Lisboa, solteiro, com duas filhas.

⁶ Dados publicados no Suplemento Autárquicas distribuído com A Voz de Trás-os-Montes de 12 de setembro de 2013

2. A escolha dos candidatos do PSD e do PS

2.1 A escolha de António Carvalho

A escolha do candidato do PSD à Câmara de Vila Real foi-se arrastando durante um longo período, em março de 2013, as pressões foram sendo cada vez maiores para que a comissão política de secção do partido de Vila Real avançasse com um candidato, as pressões passaram a ser feitas, tanto pela Comissão Política Distrital, como por parte das estruturas nacionais do PSD, liderado por Pedro Passos Coelho, que tinha sido o presidente da Assembleia Municipal de Vila Real, até ao dia em que foi eleito para primeiro-ministro. Muitos dos jornalistas de Vila Real, conheciam estas pressões que eram feitas principalmente sobre Manuel Martins, o presidente da Câmara Municipal de Vila Real, mas também presidente da Comissão Política de Secção de Vila Real do partido, eleito em 24 de outubro de 2012.

Assim, depois de um fim de semana de muitas reuniões da estrutura concelhia do partido, na terça-feira, dia 19 de março de 2013, alguns elementos da Comissão Política de Secção do PSD/Vila Real, passaram a informação para os órgãos de comunicação social locais, que o escolhido para candidato era o Vice-presidente da Câmara Municipal de Vila Real, Domingos Madeira Pinto.

Na manhã, do dia 20 de março de 2013, às 08h43, a Universidade FM, titulava como notícia do dia: “A Universidade FM sabe que Domingos Madeira Pinto, Vice-presidente da Câmara de Vila Real, foi esta noite escolhido pela Comissão Política de Secção do PSD/Vila Real para liderar a lista candidata às próximas Eleições Autárquicas do município.”

Nesse mesmo dia, às 14h29, a mesma rádio dava a conhecer que um dos membros da estrutura concelhia, descontente com a escolha dessa noite, tinha enviado um sms ⁷ a várias personalidades do partido e que chegou também aos jornalistas. A informação da rádio dizia a seguinte:

“Vasco Amorim, membro do PSD de Vila Real é um dos descontentes pela forma como o candidato do PSD ao concelho foi escolhido e demitiu-se de vários cargos políticos que ocupava, na reunião de ontem, com a seguinte mensagem: “Companheiros, depois de

⁷ O wikipédia – a enciclopédia livre – diz que um sms é um serviço de mensagens curtas (em inglês: *short message service*), até 160 caracteres, utilizado entre telefones móveis e entre esses equipamentos e entre outros dispositivos de mão e até entre telefones fixos.

avaliar o processo de escolha do candidato do PSD, só me resta demitir de vários cargos, nomeadamente: membro de Comissão Política de Secção; Vice-presidente da Mesa da Douro Alliance; vice-presidente do grupo do PSD da Assembleia Municipal de Vila Real (AMVR); Presidente da Comissão Especializada de Educação (etc.) da AMVR e do Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Listas Autárquicas do PSD para as freguesias. Sá Carneiro dizia: «a política sem risco é uma chatice, mas sem ética é uma vergonha». Subscrovo e vivo sob este lema.”

Ainda no dia 20 de março, o jornal Notícias de Vila Real publica online uma notícia com o seguinte título “Autarcas do PSD defendem candidatura de António Carvalho”, e continua:

Os presidentes de Junta de Freguesia do concelho de Vila Real apoiam, na sua maioria, a candidatura de António Carvalho, pelo PSD, nas próximas eleições autárquicas, informou um autarca de Vila Real.

A tomada de posição surgiu esta noite, após uma reunião entre os presidentes de Junta de Freguesia social democratas.

Apesar de notícias recentes apontarem para a escolha de Domingos Madeira Pinto, atual vice-presidente do executivo, como candidato do PSD por Vila Real, a preferência está longe de ser unânime.

Os autarcas de Vila Real defendem que as Juntas de Freguesia, como pilares basilares da estrutura democrática concelhia, "são uma força política determinante em qualquer sufrágio", devendo, por isso, estar ao lado do candidato escolhido. Assim, os presidentes de Junta de Freguesia deverão fazer uma declaração, nas próximas horas, no sentido de apoiar a candidatura de António Carvalho.

O mau estar de muitos militante e simpatizantes com todo o processo de escolha do candidato era de tal forma complicado que os jornalistas tinham necessidade de esclarecer o que se estava a passar com o presidente da estrutura concelhia do PSD/Vila Real, assim, na manhã do dia 21 de março, à margem de numa cerimónia, enquanto presidente da Câmara, Manuel Martins respondeu às questões dos jornalistas.

Às 11h43, a Universidade FM avançava com a seguinte notícia:

“Bisbilhotices” é assim que Manuel Martins considera todo o que

se comenta sobre a escolha de Domingos Madeira Pinto.

Manuel Martins, presidente da concelhia do PSD e da autarquia de Vila Real comentou esta manhã a eventual divisão no seio da concelhia laranja relativamente ao facto da nomeação de Domingos Madeira Pinto como candidato à câmara nas próximas eleições.

Manuel Martins minimizou todas as eventuais posições dos seus camaradas, que nas últimas horas foram demonstrando o seu desagrado através de comunicados ou de posições contrárias em relação a esta decisão.

Por exemplo, uma dezena de presidentes de Junta, ontem à noite, terá reunido e decidiu prestar apoio a uma candidatura de António Carvalho presidente de Junta de Constantim e presidente do agrupamento de escolas Morgado Mateus. O lobby dos autarcas promete tomar posição pública nas próximas horas.

A todos estes acontecimentos, Manuel Martins refere que são apenas “bisbilhotices”.

Para o presidente da concelhia a decisão está tomada cabendo agora à distrital do PSD ratificar a decisão, o que diz estar convicto que vai acontecer.

Esta noite a distrital do PSD vai estar reunida onde para além de analisar a candidatura de Vila Real vai divulgar o nome de todos os outros candidatos aos restantes concelhos do distrito.

Para já são conhecidos os candidatos a Alijó, Carlos Jorge Magalhães; Boticas, Fernando Queiroga; Chaves, António Cabeleira; Murça, Pedro Barroso, Sabrosa, António Araújo, Santa Marta de Penaguião, Luís Bastos; Valpaços, Amílcar Castro; Vila Pouca de Aguiar, Alberto Machado e Vila Real, Domingos Madeira Pinto.

À distrital ainda faltam chegar as decisões das concelhias de Mesão Frio, Peso da Régua, Mondim de Basto, Montalegre e Ribeira de Pena. No entanto, os nomes dos candidatos poderão chegar hoje à Comissão Política distrital durante a reunião que tem início às 21 horas.

No entanto, os jornalistas que esperaram pelo final da reunião da distrital não tiveram a confirmação da aprovação do nome do candidato a Vila Real, aliás, o nome nem

sequer foi apresentado, como diz uma notícia da Universidade FM, às 00h55, já do dia 22 de março de 2013:

Afinal a Secção Concelhia do PSD/Vila Real ainda não apresentou o nome do candidato à Comissão Política Distrital do partido. Apesar de Manuel Martins ter garantido de manhã que iria levar o nome do candidato (Domingos Madeira Pinto) escolhido pela estrutura concelhia à distrital para aprovação.

O presidente da Distrital, Domingos Dias, garantiu esta noite à Universidade FM que não foi apresentado qualquer nome para aprovação. Desta forma, foi agendada nova reunião da distrital para possível aprovação na próxima segunda-feira.

No dia 26 de março de 2013, os jornalistas esperaram pelo fim da reunião da distrital do PSD, que não contou desta vez com a presença do presidente da concelhia de Vila Real do partido, Manuel Martins, para saberem quem era afinal o candidato aprovado.

Às 23h35, a Universidade FM escrevia:

Afinal o candidato do PSD à Câmara de Vila Real vai ser António Carvalho, presidente da Junta de Freguesia de Constantim e do Agrupamento de Escolas Morgado de Mateus.

A decisão foi tomada esta noite pela Comissão Política Distrital de Vila Real do PSD, depois de entregue uma ata da Comissão Política de Seção do PSD/Vila Real com data de 23 de março de 2013, com essa decisão.

Recorde-se que na terça-feira (19), tinha sido avançado pela concelhia do PSD/Vila Real o nome de Domingos Madeira Pinto (vice-presidente da Câmara) como candidato, mas esse nome acabou por não ser levado à reunião da Distrital de quinta-feira (21).

E às 10h29, do dia seguinte a Universidade FM fazia a cronologia de uma escolha acidentada:

“António Carvalho é o candidato do PSD à câmara Vila Real, António Carvalho atual presidente de Junta de Constantim e presidente do agrupamento de Escolas Morgado Mateus, é o escolhido para ser o

candidato do PSD à câmara de Vila Real.

A decisão final saiu ontem na reunião da Distrital do PSD, uma reunião realizada propositadamente para ratificar o nome proposto pela Concelhia de Vila Real segundo uma ata do passado sábado.

Uma reunião que ficou marcada pela ausência do presidente da Concelhia de Vila Real Manuel Martins, que na passada terça-feira tinha proposto o nome do seu atual vice-presidente na autarquia, Madeira Pinto. Está assim encerrado um enredo com muitos episódios rocambolescos dentro da Concelhia do PSD de Vila Real, com capítulos que passaram por demissões de militantes, mensagens de telemóvel a denunciar a falta de consenso e desunião dentro da concelhia, movimento de apoio de presidentes de Junta que nunca deram a cara, informações contraditórias, expressões curiosas por parte de Manuel Martins como “bisbilhotices”, entre outros argumentos.

No entanto para a Distrital do PSD o processo foi pacífico, como referiu ontem o presidente Domingos Dias.

O presidente da concelhia, Manuel Martins ontem não esteve na reunião da Distrital, uma ausência minimizada pelo presidente da Distrital.

António Carvalho é assim o nome escolhido pelo PSD de Vila Real depois de ter sido anunciado o nome do atual vice-presidente de câmara. Recorde-se que na reunião da concelhia de terça-feira dia 19 de março, o nome de Domingos Madeira Pinto tinha sido anunciado, no entanto na reunião da distrital de quinta-feira dia 21, o presidente da concelhia não apresentou qualquer nome, num dia que de manhã tinha classificado como “bisbilhotices” a eventual divisão dentro da concelhia. A decisão da distrital foi tomada tendo por base uma ata da concelhia datada do passado sábado dia 23.

Agora resta à Distrital do PSD de Vila Real ratificar os nomes para os concelhos de Montalegre e Peso da Régua, o que poderá acontecer depois desta semana de Páscoa.

Faltava agora perceber, o que se tinha passado com o primeiro candidato, Domingos Madeira Pinto, quais as razões que o levaram a não aceitar a indicação da

concelhia do partido, assim às 20h03, desse dia 26 de março de 2013, a Agência Lusa enviava para as redações o seguinte despacho:

O vice-presidente da Câmara de Vila Real, Domingos Madeira Pinto, afirmou hoje à agência Lusa que renunciou à candidatura pelo PSD à presidência desta autarquia por sentir que não estavam salvaguardadas as condições necessárias.

Madeira Pinto foi o nome indicado pela concelhia do PSD, numa reunião que decorreu no dia 19, para encabeçar a candidatura social-democrata à câmara da capital de distrito.

No entanto, posteriormente o nome que foi apresentado e aprovado pela Comissão Política Distrital do PSD de Vila Real foi o do professor António Carvalho, que irá, assim, liderar a lista social-democrata.

“Decidi renunciar ao cargo de candidato pelo PSD à Câmara de Vila Real após ter sido sufragado pela concelhia do partido, pelo facto de não sentir interiormente salvaguardadas as condições necessárias que eu desejava para esse propósito”, afirmou hoje Domingos Madeira Pinto, em comunicado enviado à Lusa,

O vice-presidente do município fala num processo “doloroso e traumático em termos políticos e pessoais e diz que é seu “timbre” procurar sempre “ser parte das soluções e nunca criar problemas a ninguém”.

Madeira Pinto referiu ainda que a decisão de renunciar à candidatura não foi “nada fácil” e acrescentou que “não tinha outra solução” nesta fase da sua vida pública.

Por fim, agradeceu a todos os seus apoiantes e desejou felicidades ao novo candidato.

Na quinta-feira de manhã, o presidente da autarquia e da concelhia do PSD de Vila Real, Manuel Martins, garantia aos jornalistas que o processo de escolha de candidato estava “terminado” e classificou como “bisbilhotice” uma alegada desunião dentro do partido no concelho.

Só que na reunião da distrital desse mesmo dia, não foi levado nenhum nome para aprovação pelo órgão.

Manuel Martins ainda não se pronunciou sobre este processo, não tendo estado presente na reunião da distrital desta segunda-feira que aprovou a candidatura do professor e presidente da Junta de Constantim, António Carvalho.

O presidente da Concelhia do PSD/Vila Real e atual Presidente da autarquia vila-realense, Manuel Martins, não esteve esta noite presente na reunião, tendo-se feito representar pelo vice-presidente, Hermano Machado e pelo secretário Álvaro Pinto.

No dia 02 de abril de 2013, o processo de escolha do candidato à camara de Vila Real ficou definitivamente encerrado com a aprovação de António Carvalho na Comissão Política Nacional do PSD, tal como publicava nesse dia a Agência Lusa:

A Comissão Política Nacional do PSD anunciou hoje o nome de António Carvalho como candidato do partido à Câmara de Vila Real.

O PSD anunciou hoje ter aprovado 120 candidaturas às eleições autárquicas deste ano nos 18 distritos do continente e na Região Autónoma da Madeira.

Entre as candidaturas hoje homologadas na Comissão Política Nacional do PSD, incluem-se as de oito capitais de distrito – Beja, Évora, Faro, Leiria, Portalegre, Setúbal, Vila Real e Viseu – e também a do Funchal, indicou o partido em comunicado.

O presidente da concelhia de Beja do PSD, João Pedro Caeiro, é o candidato social-democrata à Câmara Municipal de Beja, o médico cirurgião Paulo Jaleco concorre à de Évora e o atual vice-presidente da Câmara de Faro, Rogério Bacalhau Coelho, à de Faro.

Em Leiria, o candidato social-democrata é o advogado Gastão de Oliveira Neves, o médico Jaime Azedo candidata-se a Portalegre e o empresário e ex-deputado do PSD Luís Rodrigues concorre a Setúbal.

À câmara de Vila Real, candidata-se o professor António Carvalho, atual presidente da junta de freguesia de Constantim, e, como anunciado, o secretário de Estado da Economia do atual Governo, António Almeida Henriques, é o candidato social-democrata a Viseu.

No Funchal, o candidato do PSD é Bruno Camacho Pereira, ex-vice-presidente da câmara.

Os municípios de Vinhais, no distrito de Bragança, Portel e Reguengos de Monsaraz, no de Évora, e de Mondim de Basto, no de Vila Real, terão como candidatos cabeças de lista do CDS - cujos nomes são ainda desconhecidos -, no âmbito de uma coligação CDS/PSD.

2.2. A escolha de Rui Santos

Rui Santos foi candidato pelo Partido Socialista a presidente da Câmara Municipal de Vila Real em 2009, tendo perdido na altura para Manuel Martins que era presidente da autarquia há 16 anos e que se tinha candidatado a mais um mandato.

Durante esse mandato exerceu o cargo de vereador na oposição tendo como objetivo, segundo disse: “a credibilização junto dos vila-realenses e voltar a insistir na recandidatura em 2013”.

Durante o ano de 2012 o PS procedeu a uma revisão dos Estatutos do partido e aprovou um Regulamento Eleitoral (anexo J) com o intuito de criar condições para que as estruturas de base e as estruturas concelhias do partido, em articulação política com os secretariados das Federações e o Secretariado Nacional iniciassem o processo de escolha dos candidatos às eleições autárquicas de 2013 (anexos K e L).

Assim, dando sequência ao que tinha afirmado antes e de acordo com os novos regulamentos do partido, Rui Santos apresentou em 2012, um projeto autárquico à Comissão Política do PS de Vila Real, onde reafirmava a disponibilidade para se voltar a candidatar a presidente da Câmara.

No projeto autárquico apresentado aos militantes, Rui Santos, começou por fazer uma breve análise ao trabalho feito como vereador na oposição na autarquia de Vila Real, entre 2009 e 2012 e traçou as principais ideias que poderiam levar o partido a uma vitória nas eleições de 2013, abordando um dos temas mais complexos naquele momento, uma vez que o governo tinha procedido a uma Reforma da Administração Local, não se sabendo

nessa altura se o concelho iria ter 30 freguesias ou 20 em virtude do novo mapa de freguesias.

Por outro lado, a cerca de um ano antes das eleições, o Município de Vila Real, fruto do crescimento populacional do concelho, também poderia passar de um executivo de sete para nove vereadores. Também relacionada com estas alterações, a Assembleia Municipal poderia passar de 31 para 21 eleitos e de 30 para 20 presidente de Junta, ainda em consequência da Reforma da Administração Local.

Se no primeiro ponto abordado por Rui Santos no projeto autárquico dá importância aos candidatos, logo a seguir dá destaque para a comunicação, com uma série de propostas que vão desde a publicação de um boletim informativo em papel, como a presença na internet e na comunicação social, mas também com visitas periódicas às freguesias e às instituições e empresas locais.

No documento é também feita, ainda de forma muito resumida, uma abordagem às propostas e programa eleitoral.

Mas o projeto autárquico apresentado por Rui Santos é ocupado em grande parte como um “olhar para o futuro de Vila Real” apresentando aquilo que são considerados os eixos fundamentais do que será a intervenção do PS nesta candidatura autárquica. O eixo principal prioridade do PS na gestão do concelho deverá ser “Vila Real, planeamento e visão” ou outros serão: Vila Real, atração económica e motor regional; Vila Real solidária; Vila Real, urbana e rural e Vila Real, autarquia dos cidadãos.

O projeto autárquico de Rui Santos foi apresentado e discutido na Comissão política Concelhia do Partido Socialista de Vila Real, no dia 1 de dezembro de 2012.

3. Revisão da Literatura

Evidentemente que todos os debates eleitorais ocorrem em contextos espaciais e temporais bem definidos e não podem deixar de ser marcados pelas relações existentes entre os média e os atores políticos, os média e as suas audiências, reais e potenciais, e as características e especificidades discursivas de cada um dos intervenientes nos mesmos. Por outro lado, esses debates não deixam de influenciar e serem influenciados pela informação resultante da realização de sondagens junto do eleitorado ou, dito de outro modo, a opinião pública e publicada também influencia, naturalmente, os debates a todos os níveis, sejam eles de carácter autárquico, regional, nacional ou internacional.

McNair (2011) considera que quando falamos em comunicação política deve ter-se em mente não só as declarações escritas ou orais, mas também meios visuais de significação como vestuário, corte de cabelo, maquilhagem e desenho de logos, ou seja, todos os elementos de comunicação que se possa dizer que constituem uma ‘imagem’ ou identidade política. Assim, o estudo da comunicação política deve dirigir a nossa atenção para a relação entre três elementos no processo pelo qual a ação política é concebida e realizada: as organizações políticas, os média e a audiência (os cidadãos).

Assim, e tendo em conta o que acabamos de mencionar, apesar de não ser esse o foco principal deste trabalho, é importante realizar uma breve análise da literatura pertinente acerca das relações acima mencionadas.

É amplamente aceite que a natureza das mensagens comunicadas pelos média em todas as suas formas pode ter um impacto perceptível sobre as atitudes sociais gerais, que, por sua vez, podem afetar o comportamento.

O papel dos média na ordem política foi definido e caracterizado por Habermas (1994), que vê os média (em grande parte do século vinte como quase sinónimo da imprensa escrita) como um veículo crucial de informação e debate, uma ligação vital entre o eleitorado e os representantes eleitos. São os meios de comunicação que garantem que o poder social é exercido nas assembleias parlamentares de acordo com a razão coletiva dos cidadãos, e que aqueles nomeados para o cargo não abusam de seu poder.

3.1. Comunicação Política e Mídia

O estudo da comunicação política é um ramo dos estudos contemporâneos da comunicação que começou no início do século XX. Embora esta noção não seja propriamente uma invenção do século XX e as suas origens remontem à Grécia clássica de que são exemplo as obras de Aristóteles e Platão. Como campo de estudo interdisciplinar, começou a emergir na década de 1950. Traços da evolução da comunicação política e uma maior quantidade de estudos académicos podem ser encontrados em todas as regiões do mundo, no entanto, as diferenças políticas, sociais, culturais e dos próprios média devem necessariamente ser reconhecidas (Swanson e Mancini 1996).

Para Swanson (1999), tendo por base a crescente evidência apresentada pelos inúmeros estudos realizados nos últimos anos do século XX, tem havido um amplo consenso entre académicos e investigadores de comunicação política de que “a comunicação política está a passar por mudanças rápidas, talvez profundas, em muitos países do mundo e que o carácter dessas mudanças pode ser preocupante.”, sendo certo que essa fase “ainda emergente é marcada pela proliferação da comunicação, abundância, omnipresença, alcance e celeridade dos média”. (Blumler e Kavanagh 1999)

Segundo Kaid (2004), uma tradição investigativa que deu a sua contribuição para o surgimento da nova área do estudo da comunicação (comunicação política), é a tradição do estudo da propaganda política durante o período que vai do pós-Primeira Guerra Mundial até ao período pós Segunda Guerra Mundial. Estudiosos como Lasswell e Doob concentraram-se na análise de como diferentes governos usavam mensagens de propaganda/persuasão para influenciar a opinião pública. A análise quantitativa realizada por Lasswell em 1927 (análise de conteúdo) de mensagens geradas pelo governo demonstrou o poder da comunicação política de massas na formação da opinião pública.

Muitos investigadores têm sublinhado o fenómeno das práticas de comunicação política introduzidas no mundo pelos norte-americanos - a americanização. Países tão diversos como o Reino Unido, a França, a Alemanha, a Itália, Israel, Rússia, Espanha, Suécia, Portugal e muitos países da América Latina e outros assistiram a essa tendência, e as relativamente recentes democracias na Europa Oriental e Central também estão a ser afetadas pelo mesmo efeito.

3.2. Os média na política moderna

A ação política é apreensível através da relação entre instituições políticas, o público e os média. Estes atuam politicamente dentro da estrutura do sistema social mais amplo e, hoje, a sua interposição no funcionamento da política é mais vinculada com o constante desenvolvimento da tecnologia. Um elemento fundamental da centralidade dos média para a política atual é a transmissão quase instantânea de eventos e questões políticas pela televisão, pela rádio e pela Internet. Assim, para Leighley (2003) se os meios de comunicação são extremamente importantes para o governo e a política, ainda mais significativo será a medida em que os políticos usam diversos métodos para comunicarem com os seus eleitorados, o que torna os média uma espécie de instituição de ligação. Os meios de comunicação podem ser elementos-chave ou objetivamente importantes para os governos e as políticas, uma vez que, muitas vezes, se constituem como um vasto poder económico. Essa concentração de poder económico provavelmente será também acompanhada pelo poder político.

Além disso, os média têm um papel crítico na comunicação dos governos com os públicos que são as audiências dos média. Assim, considerando que os média podem moldar a opinião pública, eles também participam na formação da vontade política. Os média têm diversas responsabilidades dentro de uma sociedade democrática, entre outras poderemos referir as seguintes: a) informar e educar o público de forma precisa e completa e b) investigar de forma independente as alegações feitas por fontes tendenciosas, especialmente os governos. Este papel de liderança dos média na comunicação política e a sua tendência para servir de ligação (intermediários entre o governo e o público é amplamente favorecido pela ausência ou pela fraca presença de uma sociedade civil interventiva nos diversos países.

De acordo com Lazar (2003), as campanhas são uma tecnologia comunicacional de mudança social planeada, são estratégias comunicacionais organizadas e sustentadas de engenharia social, sendo essa engenharia de mudança social através de campanhas de comunicação uma prática difundida em todo o mundo. Assim, elas podem fornecer o quadro sociopolítico dentro do qual a natureza mutável da relação entre política e comunicação pode ser analisada. Embora, desde sempre, as campanhas tenham sido uma característica constante da governação, o seu desenho e gestão têm mudado ao longo do tempo, em consonância com as mudanças no campo político de governo.

Para Kaid (2004), as agendas dos média podem ter um impacto substancial nas

prioridades e no comportamento dos governos e dos atores políticos individuais, mas também sugerem que a influência é, por vezes, do governo ou dos indivíduos sobre os média e que jornalistas e funcionários do governo muitas vezes cooperam entre si para aumentar a saliência de diversas questões e problemas, sem envolverem antecipadamente a opinião pública.

Por outro lado, Graber (2000) adianta que a influência dos média é aumentada ou diminuída pelo poder político ou pela fraqueza de outros atores na arena política. As expectativas de que os média fomentem os governos democráticos e protejam os cidadãos contra abusos de poder por parte de autoridades do governo são temperadas pelas realidades das lutas pelo poder.

As notícias estão num estado de mudança contínua, definida e redefinida pela economia, pelo jornalismo, pela tecnologia, pela política e pelo público que são as audiências. O sistema de notícias de hoje evoluiu como uma ferramenta essencial do governo e de outros atores políticos numa época em que o público desconfia cada vez mais de políticos e de jornalistas. Além disso, segundo Bennett e Livingston (2003), evoluiu sob pressões do lucro político comercial e do spin político. A estrutura do poder político tenta moldar o conteúdo das notícias direta e indiretamente. As autoridades tentam muitas vezes manipular os média em proveito próprio, promover as suas políticas preferidas e obter publicidade favorável. Em muitos aspetos, as estruturas de comunicação representam as relações sociais e as suas práticas expressam hábitos e entendimentos culturais.

Simon (1996), sugeriu que, antes do aparecimento da Internet como uma força mediática dominante, os jornais, ao invés de televisão, rádio ou revistas, estariam relacionados com a probabilidade de uma pessoa votar. Então, este autor (Simon 1996: 28) criou um índice que media duas dimensões: exposição ao meio (se uma pessoa recebeu alguma informação da campanha do meio) e intensidade do uso (quanta atenção a pessoa prestou a história da campanha nesse meio). Depois, analisou padrões de participação dos eleitores, tendo em conta aspetos demográficos, variáveis políticas e os níveis de diálogo pessoal das pessoas sobre a campanha. Aí, descobriu que aquilo que designou como “New News outlets” [Novas agências de notícias], uma espécie de guarda-chuva sob o qual incluiu *talk shows* de rádio e televisão, expunham mais pessoas a eventos de campanha do que de outra forma teria sido possível. No entanto, essa exposição não resultou no aumento das taxas de participação eleitoral desses cidadãos.

Enquanto muitos estudos examinam os efeitos dos meios de comunicação de massa,

também podem ser encontradas algumas considerações sobre os meios de comunicação locais.

Vinson e Moore (2007) averiguaram se a cobertura local e nacional de um assunto era, de facto, tão divergente quanto lhes parecia — e, se sim, quais as implicações para os públicos local e nacional, respetivamente. A análise de conteúdo realizada criou uma base para comparação entre a cobertura dos média locais e nacionais e as comunicações de campanha pelos próprios candidatos e em seu nome. Os investigadores descobriram uma forte desconexão entre o que as campanhas versus os média enfatizavam (Vinson e Moore 2007: 397), mas também entre o que os média locais e nacionais transmitiam (Vinson e Moore 2007: 401). Eles interpretaram que os repórteres locais, ao incorporarem contatos locais e o seu próprio conhecimento e compreensão do estado nas suas histórias, refletiam com mais precisão a realidade da campanha para os moradores onde a campanha estava realmente a ocorrer. Os mesmos autores descobriram ainda uma diferença significativa entre os dois níveis de média na sua cobertura do personagem. A maior parte da cobertura do personagem ... ocorreu na imprensa local. Defendem também que a cobertura nacional de campanhas realizadas localmente, baseada principalmente em primeiras impressões e pedaços de imprensa emprestadas, resulta em relatos que não são completamente imprecisos, mas também não são completos.

Anteriormente, outros investigadores, Newhagen e Nass (1989), também abordaram algumas diferenças entre os média locais e os mass média na sua revisão académica e exploração da credibilidade. Os autores chegam a uma relação negativa entre distância e credibilidade, em que os meios de comunicação locais, mais próximos dos seus leitores, gozam de comparativamente mais credibilidade com os públicos locais do que com os mass média, que precisam de superar a distância percebida e física entre as instituições e os seus leitores. em qualquer localidade (Newhagen e Nass 1989: 279)

3.3. Alguns Efeitos dos Média, Teorias da Comunicação e Comunicação Política

O nível de exposição aos média é muitas vezes considerado um fator na investigação sobre efeitos dos média. As inúmeras configurações dos efeitos dos média por tamanho, tipo de média, região, demografia da audiência e muitos outros fatores têm sido objeto de inúmeras investigações que, entre outros aspetos, mostraram claramente algum nível de correlação entre

o consumo dos média e a participação dos eleitores. Abordaremos, em seguida, algumas das mais relevantes dessas investigações e tentaremos estabelecer uma relação entre os efeitos dos média, certas teorias da comunicação relacionadas com alguns desses efeitos e o modo como podem servir de plataformas teóricas para a prática da comunicação política. Por outro lado, não deixaremos nunca de ter como foco a comunicação política realizada no âmbito de campanhas eleitorais, nomeadamente autárquicas.

O modelo de Usos e Gratificações foca o recetor das mensagens e tem como fundamento uma agregação de investigações efetuadas na década de 1940 (Ruggiero, 2000). Todos os estudos em que este modelo se baseia elaboraram uma lista de funções assentes nas mensagens que os meios fornecem às audiências (Katz, Blumler e Gurevitch 1973). O modelo recebeu muita atenção ao longo do tempo e é, ainda hoje, muito relevante em áreas como o marketing e a publicidade que, como é sabido, têm profundas relações com a comunicação política.

Outra teoria muito influente foi formulada por George Gerbner em 1976 - a Teoria do Cultivo. Incidindo quase exclusivamente sobre a televisão, a Teoria do Cultivo afirma que a televisão pode ter uma grande influência na forma como percebemos a realidade social. A televisão modela a visão que temos do mundo real à nossa volta. Para Gerbner, G. e Gross, L. (1976), os espetadores de TV que passam muitas horas frente ao ecrã são muito mais influenciados sobre como o mundo é enquadrado pelos diversos programas de TV do que aqueles espetadores que vêm pouca televisão. Os espetadores pesados ('heavy viewers', na designação de Gerbner, são aqueles que passam muitas horas à frente dos ecrãs de TV) pensam que o mundo real reflete o mundo que vêm na televisão e, por exemplo, têm mais medo do mundo.

Consideramos também a teoria "espiral do silêncio", que descreve a opinião pública como uma característica humana essencial e exercendo a sua própria influência sobre governos e indivíduos. A investigação de Noelle-Neumann (1991) determinou que a natureza social dos seres humanos leva as pessoas a temerem o isolamento, que é ameaçado pela sociedade em reação a "opiniões e comportamentos" impopulares. Em resposta à opinião pública popular, Noelle-Neumann afirma que os cidadãos aprendem ou adotam o silêncio para evitar o isolamento. Na sua discussão sobre numerosos testes da teoria da espiral do silêncio feita por outros investigadores, Noelle-Neumann (1991: 276) afirma que qualquer falha da teoria foi testada sem levar em conta o tipo dos média: "Em vez de refutar a teoria da espiral do silêncio, a 'maioria silenciosa' mostra como os meios de comunicação de massas devem ser vistos como influenciadores do processo da opinião pública. O teor dos média geram uma ameaça de

isolamento” e como Belt e Just (2008: 206) sugerem, nem mesmo as redações estão imunes às suas próprias espirais de silêncio.

Há muita investigação que documenta o efeito de agendamento dos média e, segundo Sparks (2013), diversos estudos indicam que simplesmente abordar tópicos como notícias pode introduzir esses tópicos no discurso da audiência, fazendo com que as pessoas falem ou se preocupem com o que, de outra forma, não seria provável preocuparem-se. Este efeito foi documentado pelo livro de Iyengar e Kinder, publicado em 1987, *News That Matters*, em que os autores apresentaram evidência de que os média antecedem a agenda pública.

Embora o paradigma da investigação em comunicação mediática tenha mudado de uma audiência passiva para uma audiência mais ativa, um grande número de estudos e teorias ainda concorda que os média são um meio muito poderoso para influenciar as pessoas. Uma dessas teorias é a Teoria do Agendamento, desenvolvida por Maxwell McCombs e Donald Shaw (1972). A teoria descreve como os média tradicionais podem influenciar a agenda do público, aquilo que as audiências pensam ou aquilo que consideram importante.

Os média são capazes de colocar um assunto no foco da atenção pública, estabelecendo saliência entre as notícias. Os jornais fazem isso através da colocação de um tópico numa determinada página, imagens, tamanho da fonte e a quantidade de espaço que um artigo recebe. Os noticiários de televisão estabelecem saliência pela ordem em que as notícias são apresentadas e a quantidade de tempo que é dedicada a cada uma. Colocar uma notícia sob o foco da atenção pública é o primeiro passo em direção a um eventual ‘condicionamento’ e construção da opinião pública (McCombs 1978).

Podem distinguir-se três tipos diferentes de agendas públicas: 1) a agenda intrapessoal, que consiste em assuntos que os indivíduos consideram importantes; 2) a agenda interpessoal em que os tópicos nesta agenda são usados para conversar com outros indivíduos; 3) a agenda comunitária. Esta agenda consiste naquilo em que uma pessoa acredita serem as questões mais importantes na comunidade em que reside. Os tópicos nesta agenda podem diferir bastante das outras duas agendas. Por exemplo, quando se aproximam eleições, o desemprego pode ser uma questão importante nos média e na agenda comunitária. Mas para um indivíduo que tenha um emprego e, portanto, um rendimento esse assunto poderá ser menos importante. A questão poderá ser importante para a agenda comunitária e mesmo para a agenda interpessoal, mas não existir na agenda intrapessoal (McCombs e Bell 1996).

McCombs (1978) defende ainda a existência de, pelo menos, três maneiras pelas quais podemos explicar a influência ou efeito dos média: 1) consciência ou percepção. Frequentemente, com as notícias, se os média não as mencionarem, as pessoas não tomam conhecimento delas. É uma influência simples que consiste em saber ou não saber e em que os média podem fazer a diferença; 2) influência de prioridades. Os média dão prioridade a alguns assuntos e determinam aquilo que acham mais importante em alguns assuntos do que em outros. As audiências têm a tendência de copiar essas prioridades da agenda mediática para a agenda pública; 3) saliência. Os média atribuem mais ênfase a uma questão do que a outra, após o que uma questão é considerada mais saliente na agenda pessoal. Isto não significa que a lista de prioridades dos média seja copiada para a agenda pessoal, mas significa que a pessoa experimenta mais distinção entre assuntos do que com a simples consciência.

Segundo McCombs (2004), desde 1972, ter-se-ão realizado mais de 400 estudos com base nesta teoria, que, ainda hoje, continua a ser bastante relevante para o estudo dos média e da comunicação mediática.

Apesar de tudo, as teorias descritas acima são relativamente antigas quando analisamos os meios de comunicação de massas na sua forma atual, no âmbito deste trabalho, porém, este facto não será objeto de aprofundamento.

3.4. Comunicação Política e Discurso Político

Trent et al (2011) defendem que as campanhas eleitorais políticas são campanhas de comunicação. Afirmam que, apesar de existirem outras relações situacionais, económicas e de poder que afetam o processo da campanha, todas elas se tornam importantes por meio da comunicação.

Segundo Grice (1989), a comunicação só pode ser alcançada fazendo com que a audiência reconheça a sua intenção e, segundo, que a intenção do comunicador possa ser reconhecida assumindo que a sua enunciação tem em conta certos padrões. No seu trabalho, Grice tentou mostrar como a noção de significado do falante, analisada em termos de intenção, poderia ser usada para sustentar adequadamente noções linguísticas de significado de frase e significado de palavra. Propõe um conjunto de princípios comunicativos (o princípio cooperativo e as máximas da veracidade ou qualidade, da informatividade ou quantidade, da relevância ou da relação e da clareza ou modo).

Uma outra aproximação à pragmática é a teoria da relevância de Sperber e Wilson (2004). Esta abordagem tenta lidar com o modo como os ouvintes ou leitores compreendem aquilo que é implícita ou explicitamente transmitido pelos enunciados usados para uma ampla variedade de fins: poético, científico, político, etc.. Em segundo lugar, reconhece que a comunicação ocorre com um certo risco e tenta explicar como, apesar disso, é bem-sucedida. Em terceiro lugar, pretende fazer isso de uma forma que seja compatível com o que é conhecido como psicologia e neuropsicologia da cognição humana.

Michira (2013) defendeu e demonstrou que a linguagem é uma poderosa ferramenta usada por quem procura poder não só para comunicar a sua ideologia política como também para criar certas percepções numa tentativa de influenciar e manipular os eleitores, com vista a ganhar uma vantagem sobre seus adversários. No seu estudo discute diversas técnicas retóricas e semióticas que comunicam mensagens ocultas para potenciais votantes e também explica o uso de uma diversa gama de técnicas retóricas: enigmas, metáforas e símbolos entre outros. Michira afirma que não é o que se diz que importa, mas sim como se diz.

Paul Bayley (2005) identifica as atividades de um político com a procura de consensos, a elaboração de políticas, a negociação e mediação de conflitos, a representação de interesses e a oposição às políticas de outros através de atividades linguísticas. Segundo este autor, aquilo a que habitualmente jornalistas, comentadores e cidadãos chamam linguagem política não existe; o que existe é um amplo e diversificado conjunto de discursos, géneros ou registos que podem classificar-se como formas de linguagem política.

Paul Chilton e Christina Schaffner também focam a natureza recíproca das relações entre linguagem e política e assinalam que a atividade política não existe sem o uso da linguagem e sugerem que “foi provavelmente o uso da linguagem na constituição dos grupos sociais que levou àquilo a que chamamos ‘política’ em sentido lato” (Chilton e Schaffner 2002). Os autores concluem que esta identificação virtual da atividade política com a atividade linguística implica uma aliança estreita entre o estudo da política e o estudo da linguagem.

Na sua abordagem à análise do discurso político “What is political discourse analysis?”, Teun van Dijk (1997) defende que, para o estudo do discurso político ser relevante, as estruturas discursivas têm que estar ligadas às propriedades das estruturas políticas e à teoria da cognição política. O propósito da teoria de van Dijk é funcionar como uma interface entre o pessoal e o social (representações políticas de grupos socialmente compartilhadas). Dito de

outro modo, para van Dijk, o significado e formas do discurso político estão indiretamente relacionadas com o contexto político através da intermediação da construção desse significado pelos participantes do contexto interativo e comunicativo baseado nos seus conhecimentos, atitudes e ideologias.

Em sentido amplo, segundo de Landtsheer (1998: 35), o discurso político pode definir-se como uma linguagem dos meios de comunicação de massas ou outras instituições que, geralmente, é usada nas esferas de comunicação social e política.

Em síntese, o discurso político é qualquer discurso de um ator político, independentemente da designação desse ator, e, se o encararmos num quadro social profissional, pode ser considerado como uma forma institucional de discurso, o que significa que apenas podem considerar-se como políticos os discursos que ocorram em situações institucionais em que o falante expressa a sua opinião enquanto ator político como, por exemplo, em campanhas eleitorais, debates políticos, sessões governamentais, debates parlamentares e outros.

3.5. Comunicação Política e Debates Eleitorais

A literatura sobre comunicação política em contexto de eleições autárquicas é muito escassa em Portugal. Se é verdade que vão existindo alguns, embora poucos estudos no âmbito das ciências políticas, da economia e da história sobre estes atos eleitorais, vejam-se, por exemplo, Meirinho (1997), Espírito Santo (2007 e 2008), Monteiro e Oliveira-Brochado (2007) e Gaspar (2009), no que à comunicação política diz respeito esse tipo de estudos é praticamente inexistente, nomeadamente do que se refere à análise de debates ocorridos nesse quadro. Desde há cerca de uma década vão também aparecendo alguns estudos no âmbito académico, nomeadamente dissertações de mestrado e teses de doutoramento, como, por exemplo, Carvalho (2012), Correia (2013), Mendes (2014), Monteiro (2007), Pedro (2014), Ramalho (2013) e Sampaio (2010).

Os debates, autárquicos, regionais ou nacionais têm frequentemente uma duração entre 60 a 90 minutos e sendo muito mais extensos do que anúncios televisivos, ou outras mensagens de campanhas eleitorais, podem constituir uma informação útil para os eleitores, podendo reforçar atitudes existentes e de as modificar. Algumas meta-análises confirmaram que os debates eleitorais televisivos nos EUA têm efeitos significativos em quem os vê

(Benoit WL et al., 2003). Lanoue (1991) descobriu que os debates para a eleição do primeiro-ministro do Canadá em 1984 afetaram o comportamento dos votantes que os viram. Blais e Boyer (1996) indicaram que os debates no Canadá em 1988 tiveram efeitos na escolha do voto e nas percepções dos eleitores. Maier e Faas (2003) referem que os debates de 2002 na Alemanha influenciaram as imagens dos candidatos. Blais et al. (2003: 49) defendem que os debates de 2003 no Canadá foram “críticos para o impulso dos Conservadores”. Blais e Perrella (2008) descobriram que os debates no Canadá e nos EUA produzem efeitos nos espectadores/ouvintes. Um estudo sobre os debates televisivos nas campanhas realizadas na Alemanha entre 2002 e 2009 concluiu que tiveram efeitos significativos na escolha dos partidos pelos eleitores e que o maior efeito de mobilização ocorreu junto daqueles com menos interesse por política (Maier J, Faas T, 2011). Nagel, Maurer e Reinemann (2012) descobriram que o debate (particularmente a componente verbal) para a eleição do chanceler alemão, em 2005, teve efeitos nas impressões sobre os candidatos.

Coleman (2000) recolheu alguns ensaios sobre debates internacionais. Galasinski (1998) investigou a ‘quebra de regras’ em debates na Polónia em 1995. Matsaganis e Weingarten (2001) analisaram questões, estratégia e estilo num debate para primeiro-ministro na Grécia em 2000. Khang (2008) aplicou a teoria de Kaid e Johnston (2001) sobre estilos-vídeo (video-style) a debates na Coreia do Sul e nos EUA. Baker e Norpoth (1981) descobriram que os debates em 1972 na Alemanha Ocidental focaram mais questões do que ética (caráter). Gomard e Krogstad (2001) compilaram um texto sobre discurso e género em debates eleitorais televisionados na Dinamarca, Finlândia e Noruega.

É certo que estudos sobre debates entre candidatos políticos em todo o mundo têm vindo a estabelecer e consolidar o facto de que estes eventos de campanhas têm efeitos em quem os vê/ouve. Esta expansão e exposição ampla dos debates significa que estes eventos possuem um potencial substancial para informar e influenciar eleitores. Os debates eleitorais merecem, sem qualquer dúvida, a atenção da academia.

3.5.1. A Literatura sobre o uso e a aplicação da Teoria Funcional (TF) da Comunicação em Campanhas Políticas

Nos debates entre líderes políticos, também foram investigadas as funções (elogios, ataques, defesas) e tópicos (políticas e caráter). Benoit (2014) relata resultados de diversos estudos de debates entre líderes políticos na Austrália, Canadá, França, Alemanha, Israel, Coreia do Sul, Espanha, Taiwan, Ucrânia, Reino Unido e Estados Unidos. Globalmente, os

elogios são mais comuns do que os ataques, e as defesas são a função menos frequente (em dois casos, Espanha e Ucrânia, os ataques foram de algum modo mais comuns do que os elogios). Em todos os países, as políticas foram discutidas mais frequentemente do que o caráter.

Quando os candidatos nesses debates discutiam objetivos gerais e ideais, os elogios eram mais comuns do que os ataques. Isotalus (2010) estudou debates presidenciais na Finlândia em 2006. Descobriu que as defesas foram o enunciado mais comum, seguidas pelos ataques e pelos elogios. Isotalus explica que nesses debates, os candidatos tinham que se defender das questões do moderador assim como dos ataques do adversário. Também sugere que, na cultura finlandesa, os ataques diretos de um oponente e os autoelogios “são muitas vezes evitados” (p. 41). Também descobriu que as políticas eram mais comuns do que o caráter. Cmeciú e Patrut (2010) analisaram os debates presidenciais na Romênia em 2009. Descobriram que os ataques foram mais comuns, seguidos das defesas e, depois, os elogios.; também relataram que o caráter ocorreu mais frequentemente do que as políticas. Dudek e Partacz (2009) analisaram debates presidenciais na Polónia em 2007. Os candidatos atacaram mais do que elogiaram e elogiaram mais do que defenderam; as políticas foram mais discutidas do que o caráter. Assim, apesar de algumas exceções, os elogios são a função mais comum, as políticas são mais debatidas do que o caráter e os elogios são mais comuns do que os ataques a objetivos gerais e ideais.

Dois estudos investigaram especificamente debates para presidentes de câmaras. Benoit et al. (2007) realizaram a análise de conteúdo de dez debates para presidentes de câmara nos EUA realizados entre 2005 e 2007; 28 candidatos participaram nesses eventos. Os elogios (75%) foram mais comuns do que os ataques (19%); as defesas foram a função menos comum (7%). Os incumbentes elogiaram mais (76% para 71%) e atacaram menos (7% para 26%) do que os restantes candidatos. Ao discutirem os seus registos no cargo (realizações passadas), os incumbentes elogiaram mais e atacaram menos do que os adversários. Estes candidatos a presidentes de câmara trataram as políticas mais frequentemente do que o caráter (70% para 30%). Ao discutirem políticas, os objetivos gerais (56%) foram os mais comuns, seguidos das realizações passadas (33%) e de planos para o futuro (11%). Mais elogios do que ataques foram dirigidos a objetivos gerais. Uma maior percentagem de ataques ocorreu sobre planos para o futuro do que sobre objetivos gerais. Nestes debates, a forma mais comum de caráter tratada foram as qualidades pessoais (51%), mais do que a capacidade de liderança (33%), e os ideais (16%). Mais elogios do que ataques diziam respeito a ideais. Hwang e Benoit (2008) investigaram seis debates para presidente

da câmara de Seul em 2006. Os candidatos elogiaram (50%) mais do que atacaram (28%) ou defenderam (21%). O candidato do partido incumbente elogiou menos, atacou menos, e defendeu mais do que os outros candidatos. Ao discutir realizações passadas, o candidato do partido incumbente elogiou mais (79% para 10%) e atacou menos (21% para 90%) do que os restantes concorrentes. Estes candidatos deram mais importância às políticas do que ao caráter (80% para 20%). Os candidatos dedicaram mais comentários a planos para o futuro (63%) do que a objetivos gerais (23%) ou a realizações passadas (14%). Ao discutirem objetivos gerais, estes candidatos elogiaram com mais frequência do que atacaram. Ao discutirem caráter, as qualidades pessoais (62%) foram tratadas com mais frequência do que ideais (19%) ou capacidade de liderança (18%). Os candidatos elogiaram mais do que atacaram ao discutirem ideais.

No entanto, a situação básica – candidatos políticos, partidos e organizações tentam convencer os votantes a escolherem indivíduos ou partidos – garante alguns aspetos comuns. Além disso, conforme as diferenças entre os média em todo o mundo vão diminuindo (Hallin e Mancini, 2005), a comparabilidade entre muitas formas de mensagens de campanhas aumenta.

Obviamente, esta não é a única abordagem possível para tentar compreender a comunicação em campanhas eleitorais, mas é uma abordagem que valerá a pena ter em conta. Não há dúvida de que as mensagens políticas nas campanhas eleitorais são, quanto à sua natureza, instrumentais, meios para alcançar fins particulares ou funcionais.

A maioria dos candidatos usa as mensagens de campanha para tentar persuadir os eleitores a escolherem-nos em vez de escolherem os oponentes. As campanhas políticas são importantes - porque presidentes de república, primeiros-ministros e presidentes de câmaras propõem e implementam políticas muito importantes para a vida das populações – e a TF pode ajudar a compreender as mensagens produzidas pelos candidatos.

A TF ocupa-se de campanhas políticas eleitorais. Os candidatos têm que se diferenciar dos adversários; não têm que se diferenciar quanto a todos os pontos em comparação mas têm que existir algumas diferenças entre os candidatos para os eleitores terem razões ou motivos para escolherem um em vez de outros. Além disso, os candidatos são obrigados a criar a impressão de que não são apenas diferentes de, mas preferíveis, aos adversários. Não precisam de persuadir todos os cidadãos, mas têm que persuadir os eleitores suficientes para ganhar a eleição. Três funções trabalham conjuntamente para dar essa impressão de preferibilidade: elogios, que, supostamente, realçam os pontos fortes dos

candidatos, ataques, que identificarão os pontos fracos dos candidatos, e defesas, que refutam ataques dos adversários. Estas três funções podem ocorrer sobre dois tópicos: políticas (ações e problemas relacionados com o governo) e caráter (personalidade do candidato). Estes dois tópicos são ainda subdivididos: as políticas têm a ver com realizações passadas ou registos enquanto no exercício de cargos, os planos para o futuro (meios para fins), e objetivos gerais (fins); o caráter consiste nas qualidades pessoais (traços pessoais), capacidade de liderança (experiência ou competência na governação), e ideais (princípios ou valores).

Apesar de possuir algumas especificidades de que aqui não tratamos, podemos afirmar com alguma segurança que a TF de Benoit pode resumir-se num quadro, que iremos apresentar em seguida, que contempla as (três) funções: (Auto)Elogios, Ataques e Defesas com cada uma das subdivisões que lhe correspondem e a sua caracterização breve. Efetivamente, para Benoit, os (Auto)Elogios, os Ataques e as Defesas podem referir-se aos tópicos Políticas e/ou Caráter e, estes, por seu turno, possuem, cada um deles, três formas: Realizações Passadas, Planos Futuros e Objetivos Gerais, no que às Políticas diz respeito, e, relativamente ao Caráter, Qualidades Pessoais, Capacidade de Liderança e Valores/Ideais.

Mas, vejamos o quadro 1:

FUNÇÕES	TÓPICOS	FORMAS
(AUTO)ELOGIOS	Políticas (temas/questões) (ação de governo ou a problemas que são passíveis de ações de governo)	Realizações passadas (resultados ou efeitos de ações de um candidato)
		Planos futuros (meios para alcançar fins, propostas específicas para ações políticas)
		Objetivos gerais (referem-se a fins e não a meios)
	Caráter (imagem) (candidatos enquanto indivíduos)	Qualidades pessoais (por ex: inteligência, sinceridade, credibilidade)
		Capacidade de liderança (por ex: capacidades de negociação e de alcançar objetivos)
		Valores/Ideais (por ex: justiça, igualdade, patriotismo, dignidade)

ATAQUES	Políticas	Realizações passadas
		Planos futuros
		Objetivos gerais
	Caráter	Qualidades pessoais
		Capacidade de liderança
		Valores/Ideais

DEFESAS	Políticas	Realizações passadas
		Planos futuros
	Caráter	Objetivos gerais
		Qualidades pessoais
		Capacidade de liderança
	Valores/Ideais	

Quadro 1 - Funções: (Auto)Elogios, Ataques e Defesas.

4. Metodologia

A metodologia utilizada na realização deste estudo assentou, no essencial, na análise dos textos resultantes das transcrições de três debates em que participaram, entre outros, os candidatos do Partido Socialista e do Partido Social Democrata à Câmara Municipal de Vila Real nas Eleições Autárquicas de 2013.

Por um lado, para esta análise foi usada a TF. Como já referido, esta teoria foi desenvolvida por Benoit e outros autores, através de uma série de estudos centrados principalmente no discurso das campanhas presidenciais (veja-se Benoit, 1999, 2000, 2007; Benoit, Blaney e Pier 1998; Benoit e Harthcock, 1999; Benoit, Pier, e Blaney, 1997; Benoit, Wells, Pier e Blaney, 1999). No caso do nosso estudo, tentámos adaptar essa teoria a eleições autárquicas em Portugal, procurando, sempre que possível, salvaguardar as devidas distâncias quer em termos políticos, quer em termos socioeconómicos, quer em termos culturais.

Esta teoria defende que os cidadãos votam no candidato que parece preferível quaisquer que sejam os critérios mais importantes para cada votante. Os candidatos podem demonstrar o que desejam de três maneiras:

1) o candidato pode (auto)elogiar-se (Benoit, Blaney e Pier, 1998). Quanto maiores os benefícios ou vantagens de um candidato, mais provável será que essa pessoa surja como preferível comparativamente aos seus oponentes.

2) os candidatos podem atacar os seus oponentes; conforme os eleitores se vão tornando mais conscientes de mais custos ou desvantagens em relação aos oponentes, eles deverão parecer menos desejáveis para os votantes. O candidato que ataca espera um aumento líquido da desejabilidade pois o ataque pretende reduzir a preferibilidade do adversário.

3) os candidatos atacados podem defender-se contra esses ataques. Quanto menores os custos ou desvantagens, mais provável será que o candidato surja como preferível em relação aos oponentes.

Estas três opções implicam um tipo informal de análise custo-benefício, proporcionando informação que pode ajudar a persuadir os votantes a preferirem um candidato em relação a outro(s). Note-se que caracterizar esta abordagem como uma forma grosseira de análise custo-benefício não significa que defendamos que os eleitores quantificam sistematicamente o impacto de elogios, ataques ou defesas ou que realizam

cálculos matemáticos para decidir o seu voto. Em vez disso, pretende indicar que os elogios tendem a aumentar os benefícios próprios, os ataques podem fazer aumentar os custos de um oponente, e as defesas podem reduzir os custos pessoais.

As três funções (elogios, ataques e defesas) podem ocorrer sobre dois tópicos: política ou caráter. Os enunciados sobre política dizem respeito à ação de governo ou a problemas que são passíveis de ações de governo. Os comentários sobre caráter referem-se aos candidatos enquanto indivíduos. Também se subdividem os dois tópicos em três formas de políticas e três formas de caráter.

Os pressupostos subjacentes à TF de William Benoit confirmaram-se, ou não, nos debates entre os candidatos à Câmara Municipal de Vila Real nas Eleições Autárquicas de 2013, nomeadamente no que aos discursos de António Carvalho, do PSD, e de Rui Santos, do PS, diz respeito?

Assim, com base na TF e nas investigações existentes a nível internacional, propõem-se três enquadramentos e cinco hipóteses de investigação para este estudo sobre o debate para a eleição do Presidente da Câmara de Vila Real em 2013:

1) não se espera que as três funções sejam usadas com a mesma frequência. Os elogios não têm desvantagens inerentes (embora isso não signifique que sejam automaticamente persuasivos). Os ataques podem criar efeitos de repercussão contra o atacante porque muitos eleitores não gostam de situações confusas ou de “pântanos”, na expressão de António Guterres há quase duas décadas. As defesas têm três desvantagens e, assim, deverão ser a função menos comum. Os ataques têm mais probabilidade de ocorrer relativamente a pontos fracos do(s) candidato(s), por isso, é provável que a resposta a um ataque desviar um candidato da sua mensagem principal;

2) responder a um ataque pode criar a impressão de que um candidato é reativo em vez de ser proativo;

3) um candidato tem que identificar um ataque antes de se defender dele; ao fazer isso poderá informar ou recordar alguns eleitores de fraquezas potenciais.

Reinemann e Maurer (2005) estudaram debates entre líderes políticos alemães em que os elogios geraram apoio generalizado na(s) audiência(s) ao passo que os ataques tendiam a polarizar a(s) audiência(s).

Hipóteses decorrentes da TF a testar neste trabalho

H1. Elogios são mais comuns do que ataques e ataques são mais comuns do que

defesas.

Teoria e investigação indicam que há probabilidades de os incumbentes, ou os seus 'herdeiros', elogiarem menos, e ataquem mais, do que os adversários. Parecem existir poucas dúvidas de que os registos de um candidato no lugar a eleição é a melhor evidência de como um candidato procederá no caso de ser eleito ou reeleito. Quer incumbentes quer os outros candidatos estão inclinados a discutirem o registo do incumbente com mais frequência do que os registos dos outros candidatos. Naturalmente que os incumbentes elogiam ao discutirem o seu próprio registo ao passo que, na mesma circunstância, os adversários atacam.

H2. O incumbente elogia mais e ataca menos do que os adversários.

O contraste entre incumbentes e concorrentes é particularmente evidente quando os candidatos tratam o seu registo no cargo em eleição. Tipicamente, apenas o incumbente tem registo no cargo em eleição (alguns candidatos têm experiência em outros cargos). O registo no cargo é operacionalizado na TF como elogios ou ataques sobre realizações passadas. É provável que o(s) incumbente(s) elogiem mais e ataquem menos do que os outros candidatos ao falarem sobre o registo de um candidato no cargo.

Um presidente ou um primeiro-ministro poderá ser encarado como um implementador de políticas e como um modelo. Rountree (1995), por exemplo, distingue entre *actus* (comportamento, ação) ou o que fazemos e *status* (natureza) ou quem somos no discurso de campanhas política. A TF defende que para a maioria dos eleitores as políticas são mais importantes do que o caráter. King (2002) resumiu os resultados de inúmeros estudos sobre o papel do caráter em 51 eleições realizadas em 6 países entre 1960 e 2001 e concluiu que é pouco comum a personalidade de líderes e candidatos e outros traços pessoais determinarem os resultados das eleições. A crença quase universal de que as personalidades de líderes e candidatos são quase invariavelmente muito importantes ao determinar os resultados das eleições parece estar errada (p. 216). Por estas razões, a TF prediz que:

H3. Políticas são mais comuns do que caráter.

A Teoria Funcional subdivide os enunciados sobre políticas e caráter em três formas de políticas (realizações passadas, planos para o futuro e objetivos gerais) e três formas de caráter (qualidades pessoais, capacidade de liderança e ideais). Também defende que a maioria dos objetivos gerais e ideais são mais fáceis de elogiar do que atacar. As duas predições finais testadas nesta teoria são:

H4. Objetivos gerais são usados mais frequentemente para atacar do que para elogiar.

H5. Ideais são usados mais frequentemente para atacar do que para elogiar.

Testar estas hipóteses com dados de debates para as eleições de 2013 para Presidente da Câmara Municipal de Vila Real fará aumentar a nossa compreensão dos debates para eleições políticas, especialmente autárquicas, porém, sem colocar de parte as restantes eleições, parlamentares, presidenciais e europeias embora, como é evidente, todas elas com características específicas.

Como complemento à análise baseada na TF, realizou-se uma análise de conteúdo, com recurso ao Software Tropes Zoom v. 7.2., de 2010, que permitiu analisar os discursos de ambos os candidatos e obter a frequência do uso de palavras e categorias semânticas e os estilos predominantes em cada um dos atores.

5. Resultados

Apesar de um corpus relativamente restrito - como anteriormente referido, apenas foram analisados extratos de três debates ocorridos durante a campanha eleitoral para as Eleições Autárquicas de 2013 entre candidatos à Câmara Municipal de Vila Real -, foi possível obter alguns resultados, por um lado e em certo sentido, confirmatórios da Teoria testada e, por outro, verificar a não confirmação total ou parcial de algumas das hipóteses formuladas.

Através da análise do corpus (ver Anexo L) foi possível chegar à tabela geral seguinte:

	António Carvalho	Rui Santos
(AUTO)ELOGIOS	20	30
ATAQUES	10	31
DEFESAS	34	2

Tabela 1 - (Auto)Elogios, Ataques e Defesas

De um modo geral e considerando a TF, poderá dizer-se que os resultados obtidos confirmam as propostas da Teoria no que às funções *ataques* e *defesas* diz respeito, apresentando um resultado que aparentemente contraria a Teoria no que se refere à função *(auto)elogios*. Efetivamente, nesta última categoria, não é frequente o candidato opositor efetuar mais elogios do que o incumbente ou, neste caso, o candidato ‘herdeiro’ do incumbente. Geralmente, na grande maioria dos estudos efetuados e mencionados na revisão da literatura, é o incumbente ou os seus ‘herdeiros’ que produzem a maior quantidade de (auto)elogios.

Quanto à distribuição de *(auto)elogios*, *ataques* e *defesas* pelas diversos tópicos e formas, foi possível apurar os resultados apresentados nas tabelas 2 e 3 seguintes:

António Carvalho

20 (71)

Políticas (temas/questões)	Realizações passadas – 1a – (5) Planos futuros – 2a - (12) Objetivos gerais – 3a - (13)
Caráter (imagem)	Qualidades pessoais – 4b - (17) Capacidade de liderança – 5b – (13) Valores/Ideais – 6b – (11)

10 (17)

Políticas (temas/questões)	Realizações passadas – 1a - (2) Planos futuros – 2a – (4) Objetivos gerais – 3a -
Caráter (imagem)	Qualidades pessoais – 4b - (7) Capacidade de liderança – 5b – (1) Valores/Ideais – 6b – (3)

34 (51)

Políticas (temas/questões)	Realizações passadas – 1a – (12) Planos futuros – 2a - (6) Objetivos gerais – 3a - (6)
Caráter (imagem)	Qualidades pessoais – 4b – (17) Capacidade de liderança – 5b – (6) Valores/Ideais – 6b – (4)

Tabela 2 - António Carvalho - (Auto)Elogios, Ataques e Defesas

Rui Santos

30 (81)

Políticas (temas/questões) (ação de governo ou a problemas que são passíveis de ações de governo)	Realizações passadas – 1a - (12) Planos futuros – 2a - (16) Objetivos gerais – 3a – (16)
Caráter (imagem) (candidatos enquanto indivíduos)	Qualidades pessoais – 4b – (16) Capacidade de liderança – 5b - (14) Valores/Ideais – 6b – (7)

31 (68)

Políticas (temas/questões)	Realizações passadas – 1a – (26) Planos futuros – 2a – (5) Objetivos gerais – 3a – (6)
Caráter (imagem)	Qualidades pessoais – 4b – (12) Capacidade de liderança – 5b - (11) Valores/Ideais – 6b – (8)

2 (4)

Políticas (temas/questões)	Realizações passadas – 1a - (1) Planos futuros – 2a - Objetivos gerais – 3a -
----------------------------	---

Caráter (imagem)	Qualidades pessoais – 4b – (1) Capacidade de liderança – 5b - (1) Valores/Ideais – 6b - (1)
------------------	---

Tabela 3 - Rui Santos – (Auto) Elogios, Ataques e Defesas

Apresentam-se, em seguida, tabelas comparativas dos resultados dos diferentes tópicos e formas referentes aos dois atores políticos em análise:

António Carvalho	Rui Santos
(Auto)Elogios	(Auto)Elogios
<i>Políticas (temas/questões)</i>	<i>Políticas (temas/questões)</i>
Realizações passadas – 1a – (5)	Realizações passadas – 1a - (12)
Planos futuros – 2a - (12)	Planos futuros – 2a - (16)
Objetivos gerais – 3a - (13)	Objetivos gerais – 3a – (16)
<i>Caráter (imagem)</i>	<i>Caráter (imagem)</i>
Qualidades pessoais – 4b - (17)	Qualidades pessoais – 4b – (16)
Capacidade de liderança – 5b – (13)	Capacidade de liderança – 5b - (14)
Valores/Ideais – 6b – (11)	Valores/Ideais – 6b – (7)
Ataques	Ataques
<i>Políticas (temas/questões)</i>	<i>Políticas (temas/questões)</i>
Realizações passadas – 1a - (2)	Realizações passadas – 1a – (26)
Planos futuros – 2a – (4)	Planos futuros – 2a – (5)
Objetivos gerais – 3a -	Objetivos gerais – 3a – (6)
<i>Caráter (imagem)</i>	<i>Caráter (imagem)</i>
Qualidades pessoais – 4b - (7)	Qualidades pessoais – 4b – (12)
Capacidade de liderança – 5b – (1)	Capacidade de liderança – 5b - (11)
Valores/Ideais – 6b – (3)	Valores/Ideais – 6b – (8)
Defesas	Defesas
<i>Políticas (temas/questões)</i>	<i>Políticas (temas/questões)</i>
Realizações passadas – 1a – (12)	Realizações passadas – 1a - (1)
Planos futuros – 2a - (6)	Planos futuros – 2a -
Objetivos gerais – 3a - (6)	Objetivos gerais – 3a -
<i>Caráter (imagem)</i>	<i>Caráter (imagem)</i>
Qualidades pessoais – 4b – (17)	Qualidades pessoais – 4b – (1)
Capacidade de liderança – 5b – (6)	Capacidade de liderança – 5b - (1)
Valores/Ideais – 6b – (4)	Valores/Ideais – 6b - (1)

Tabela 4 - Comparativo António Carvalho/Rui Santos - (Auto) Elogios, Ataques e Defesas

Como se pode observar, relativamente à função *(Auto)Elogios*, o recurso aos diferentes *tópicos e formas* é muito semelhante, com a exceção de “realizações passadas” em que Rui Santos apresenta mais do dobro em relação a António Carvalho (12 vs. 5) e de “valores/ideais” em que António Carvalho supera Rui Santos (11 vs. 7).

Quanto à função *Ataques*, tal como postula a teoria, o candidato ao lugar supera largamente o incumbente ou, neste caso, o herdeiro do incumbente, em todas as subcategorias, especialmente no que diz respeito a “realizações passadas” (26 vs. 2).

Na função *Defesas*, a teoria é também confirmada, com um muito maior número de defesas por parte do incumbente ou do seu herdeiro, especialmente no que respeita às subcategorias “realizações passadas” (12 vs. 1), e “qualidades pessoais” (17 vs. 1), mas também nas restantes.

Tal como referido na secção de Metodologia, como complemento à análise baseada na TF, realizou-se também uma análise de conteúdo dos discursos de ambos os candidatos por forma a obter a frequência do uso de palavras e categorias semânticas e os estilos predominantes em cada um dos atores.

Apresenta-se, abaixo, uma tabela que permite verificar a distribuição do uso das categorias mais significativas entre os dois candidatos, especialmente daquelas em que pareceu existir uma maior divergência quanto ao número e à frequência de ocorrências:

Síntese António Carvalho		Síntese Rui Santos	
Artes e cultura	6	Artes e cultura	18
Direito e justiça	8	Direito e justiça	24
Economia	10	Economia	4
Educação e Ensino	34	Educação e Ensino	48
Emprego e trabalho	44	Emprego e trabalho	23
Geografia	56	Geografia	100
Meio ambiente	14	Meio ambiente	28
Negócios	7	Negócios	18
Política	138	Política	193
Sociedade	18	Sociedade	6
Transportes	10	Transportes	25
Urbanismo e habitação	20	Urbanismo e habitação	31

Tabela 5 - Comparação do uso de categorias.

Esta tabela é complementada por outras (ver Anexo L) que possibilitam uma

análise e discriminação mais fina do vocabulário usado por cada um dos candidatos.

Na análise do conjunto de categorias discriminadas no quadro acima, verifica-se que António Carvalho apenas superou Rui Santos nas categorias Economia (10 vs. 4), Emprego e Trabalho (44 vs. 23), e Sociedade (18 vs. 6).

Por outro lado, Rui Santos usou com mais frequência as categorias Artes e Cultura, Direito e Justiça, Educação e Ensino, Geografia, Meio Ambiente, Negócios, Política, Transportes, e Urbanismo e Habitação do que António Carvalho.

A diferença parece-nos especialmente assinalável nas categorias Geografia (56 vs. 100) e Política (138 vs. 193).

Como já referimos, a especificidade das eleições autárquicas poderá fazer com que algumas das categorias mencionadas tenham um maior impacto sobre o eleitorado do que outras; por exemplo, o eleitorado pode considerar que categorias como Direito e Justiça, Economia e Educação e Ensino estão mais dependentes de opções políticas dos governos centrais do que locais. Esse mesmo eleitorado poderá também considerar que, por exemplo, as categorias Artes e Cultura, Geografia, e Política estão mais próximas das suas vivências quotidianas e mais dependentes da ação de executivos municipais.

Seja como for, a tabela seguinte pretende fazer a comparação entre os dois candidatos relativamente ao uso das diversas categorias e subcategorias com base em frequências de ocorrência iguais ou superiores a cinco (≥ 5).

	António Carvalho		Rui Santos	
Artes e Cultura	Lazer	16	Lazer	15
	Turismo	14	Turismo	14
			Artes do espetáculo	11
			Teatro	9
			Desporto e lazer	
			Desportos	6
			direito Internacional	7
Economia	análise económica	5	-----	---
	Estatística	5		
Educação e ensino	Instituição de Ensino	25	Instituição de ensino	30
	universidade	22	Universidade	21
	Organização do	9	Organização do Ensino	18

	Ensino			
	Vida escolar	6	Vida escolar	17
Emprego e trabalho	Identidade profissional	9	Identidade profissional	11
	Representante	6	Doutor e doutora	7
	Condições e Organização do trabalho	15		
	Trabalho	15		
	Emprego	16		
	Emprego	11		
	Política de emprego	5		
Geografia	Portugal	49	Portugal	80
			País	10
			Países	6
Meio Ambiente	Meio natural	14	Meio natural	21
	Ambiente físico	12	Ambiente físico	16
			Meio geofísico	5
Negócios	-----	---	Consumo	5
			Bens e Serviços	5
Política	Administração pública	88	Administração pública	79
	Administração pública	27	Administração pública	36
	Assembleia	7	Assembleia	5
	Partido político	14	Partido político	53
	Partido politico	14	Partido político	52
	Processo eleitoral	20	Processo eleitoral	16
	Organização eleitoral	17	Organização eleitoral	16
			Poder executivo	22
			Governo	17
			Governança	5
			Política	10
Sociedade	Família e parentesco	10	-----	---
	Família	5		

	Parentes	5		
Transportes	Transporte aéreo e espacial	8	Transporte aéreo e espacial	8
	transporte aéreo	8	transporte aéreo	8
			Política dos transportes	11
			política dos transportes	6
			custo dos transportes	5
			Transporte terrestre	5
Urbanismo e Habitação	Aglomerado populacional	6	Aglomerado populacional	14
	Agglomerado urbano	6	Agglomerado urbano	14
	Habitação	11	Habitação	5
	Habitação coletiva	5		
			Urbanismo	8
			Via de acesso	5
			Saneamento	4*

Tabela 6 - Comparação do uso de categorias e subcategorias entre António Carvalho e Rui Santos

* este valor, apesar de inferior a 5, inclui-se devido à sua importância para a saúde e qualidade de vida das populações e pelo facto de, habitualmente, ser muito sensível em termos de expressão do voto eleitoral, especialmente em termos de eleições autárquicas

Uma análise comparativa da distribuição acima evidenciada permite verificar uma distribuição relativamente equitativa entre as diversas categorias e subcategorias com algumas discrepâncias que passaremos a tentar descrever.

Na categoria Artes e Cultura sobressai o relevo que Rui Santos atribui às *artes do espetáculo*, especialmente ao *teatro* e aos *desportos*, enquanto António Carvalho quase não trata estas subcategorias.

Na categoria Emprego e Trabalho em que Rui Santos praticamente não produz discurso, António Carvalho apresenta uma vantagem substancial.

Por seu turno, no que à categoria Geografia diz respeito, é significativa a diferença entre o número de vezes que António Carvalho utiliza a subcategoria *Portugal* e o número utilizado por Rui Santos (49 vs. 80).

Na categoria Negócios, que António Carvalho não trata, Rui Santos aborda ligeiramente a subcategoria *consumo via bens e serviços*.

A categoria Política parece ser uma das categorias mais distintivas. Na subcategoria *comunidade territorial* existe uma clara vantagem para António Carvalho (61 vs. 43). A subcategoria *partido político* é claramente dominada por Rui Santos (14 vs. 53). Este candidato faz também uso de subcategorias como *poder executivo* (22) e *política* (10) que, praticamente, não ocorrem, ou ocorrem muito pouco, no discurso de António Carvalho.

Já na categoria Sociedade, que Rui Santos não trata, António Carvalho aborda a questão da *família e do parentesco* (10 ocorrências).

No que à categoria Transportes diz respeito, destaca-se a vantagem de Rui Santos quando aborda a *política de transportes* (11 ocorrências), praticamente não abordada por António Carvalho.

Finalmente, quanto à categoria Urbanismo e Habitação, valerá a pena mencionar as referências de Rui Santos às subcategorias *urbanismo* (8), especialmente *via de acesso* (5) e *saneamento* (4).

6. Discussão dos resultados

Este estudo exploratório pretendeu, num primeiro momento, confirmar, ou infirmar as hipóteses definidas com base na TF.

Como tivemos oportunidade de verificar, de um modo geral, as hipóteses formuladas com base na TF foram apenas parcialmente confirmadas. Vejamos, agora, de forma mais detalhada, os resultados relativos a cada uma das hipóteses formuladas:

H1. (Auto)Elogios são mais comuns do que Ataques e ataques são mais comuns do que Defesas.

A H1 não se confirmou no que ao candidato António Carvalho (AC) diz respeito: o número de elogios foi efetivamente superior ao número de ataques, porém foi bastante inferior ao número de defesas. Quanto ao candidato Rui Santos (RS), o número de elogios e ataques foi quase idêntico e significativamente superior ao número de defesas.

AC: (auto)elogios – 20 / ataques – 10 / defesas - 34

RS: (auto)elogios – 30 / ataques – 31 / defesas - 2

H2. O incumbente elogia mais e ataca menos do que os adversários.

A H2 foi confirmada no que se refere a ataques, mas não o foi relativamente a elogios.

AC: (auto)elogios – 20 / ataques – 10

RS: (auto)elogios – 30 / ataques - 31

H3. Políticas são mais comuns do que Caráter.

Globalmente, também não foi confirmada a H3: no total as políticas foram referidas 142 vezes, ao passo que o caráter mereceu cerca de 150 menções.

Políticas nas três funções:

AC: 60 / RS: 82 - 142

Caráter nas três funções:

AC: 79 / RS: 71 - 150

H4. Objetivos gerais são usados mais frequentemente para atacar do que para elogiar.

Também não foi confirmada a H4. Efetivamente, os Objetivos Gerais foram mais usados nos (Auto)Elogios do que nos ataques.

AC: Ataques/objetivos gerais – 0

RS: Ataques/objetivos gerais – 6

AC: (Auto)elogios/objetivos gerais – 13

RS: (Auto)elogios/objetivos gerais - 16

H5. Ideais são usados mais frequentemente para atacar do que para elogiar.

Também a H5 não se confirmou. O que ocorreu, segundo os nossos dados, foi que os Ideais foram mais usados para elogiar do que para atacar.

AC: Ataques/ideais – 3

RS: Ataques/ideais – 8

AC: (Auto)elogios/ideais – 11

RS: (Auto)elogios/objetivos gerais - 7

A não confirmação da maioria das hipóteses formuladas poderá dever-se à especificidade dos discursos dos dois candidatos às eleições em análise. Por outro lado, tal como foi, de algum modo, possível verificar na secção da revisão da literatura, esta teoria não tinha sido ainda aplicada à realidade portuguesa e, ainda menos, a essa outra realidade mais restrita e peculiar que são as eleições autárquicas. Assim mesmo, é possível acomodar, pelo menos parcialmente, os discursos dos candidatos à teoria.

Que inferências se poderão efetuar a partir destas constatações?

De acordo com a TF, tal como já referido, é plausível que os cidadãos votem no candidato que parecer preferível quaisquer que sejam os critérios mais relevantes para cada votante, embora não se deva esperar que as três funções sejam usadas com a mesma frequência. Assim, quanto maiores os benefícios ou vantagens de um candidato, mais provável será que essa pessoa surja como preferível comparativamente aos seus oponentes. Daí a importância que a função *(Auto)Elogios* pode assumir relativamente à audiência e às suas opções futuras de voto, apesar de, aparentemente, os elogios não terem desvantagens em si mesmos. Porém, isso não significa que sejam automática e mediata ou imediatamente persuasivos.

Relativamente à função *Ataques*, a consciência que os eleitores vão progressivamente adquirindo sobre os custos ou desvantagens em relação aos adversários

fará com que estes devam parecer menos desejáveis para os votantes. Por seu turno, o candidato que ataca espera um aumento da desejabilidade pois o ataque pretende reduzir a preferibilidade do adversário por parte dos eleitores. No entanto, tal como postula a teoria, os ataques podem criar efeitos de repercussão contra o atacante.

No que à função *Defesas* diz respeito, é óbvio que os candidatos atacados podem defender-se dos ataques e, nesse quadro, quanto menores os custos ou desvantagens, mais provável será que o candidato surja como preferível, para os eleitores, em relação aos oponentes. Porém, tal como a teoria vai afirmando, as respostas a ataques podem criar a impressão nos eleitores de que um candidato é reativo e não proativo e é provável que a resposta a ataques desvie os candidatos da sua mensagem principal, o que pode afetar o potencial impacto do candidato no eleitorado. Acontece também que, devido ao facto de os candidatos terem que identificar os eventuais ataques antes de se defenderem deles, ao fazerem isso informem ou recordem alguns eleitores de potenciais fraquezas. Por outro lado, quanto maiores os custos ou desvantagens, menos provável será a preferibilidade desse candidato por parte dos eleitores. Uma análise dos dados relativos às categorias presentes no discurso dos dois candidatos permitiu, como vimos, verificar que Rui Santos recorreu com mais frequência à categoria “Artes e Cultura”, nomeadamente às subcategorias “Artes do Espetáculo” (teatro) e “Desporto e Lazer” (desportos), subcategorias que António Carvalho nunca utilizou!

A referência ao nome “Portugal” foi também muito mais frequente por parte de Rui Santos o que, poderá, do ponto de vista emocional, ter obtido alguma repercussão sobre a escolha do eleitorado.

Os dados relativos à categoria “Política” também sobressaem na análise comparativa entre os dois candidatos, nomeadamente no que se refere à subcategoria “Partido político”. Rui Santos utilizou a expressão mais do que o triplo de vezes de António Carvalho (52 vs. 14). Do mesmo modo, o termo “governo” foi usado por Rui Santos 17 vezes sem nunca ter sido referido por António Carvalho, tal como aconteceu com a subcategoria “Política”.

Conclusões

Embora não fosse esse o objetivo essencial deste trabalho, os dados obtidos e as conclusões que ora se apresentam poderão, de algum modo, contribuir para o esclarecimento da vitória de Rui Santos nas eleições autárquicas de 2013, a primeira vitória autárquica do Partido Socialista em Vila Real desde o 25 de abril de 1974. Esta última referência, não deve ser menosprezada, na medida em que, a permanência do poder autárquico nas mãos do mesmo partido (PSD) durante cerca de 38 anos poderá ter também contribuído para que o eleitorado do concelho de Vila Real se tivesse manifestado maioritariamente a favor da mudança de ator(es) político(s) na autarquia vila-realense. Por outro lado, o período de ‘crise’ que o país vivia em 2013 – o ‘resgate’ de Portugal pela ‘troika’ -, poderá constituir um outro fator a considerar para uma eventual ‘explicação’ da vitória do candidato do Partido Socialista, Rui Santos.

Tendo como fundo os factos referidos acima, consideramos, porém, que os dados obtidos com este estudo exploratório não podem deixar de considerar-se relevantes. Aparentemente, o candidato que mais terá beneficiado do desvio em relação às hipóteses formuladas no estudo com base na Teoria Funcional da Comunicação em Campanhas Políticas parece ter sido Rui Santos. Com efeito, este candidato realizou muito menos defesas e colocou num plano de equilíbrio os ataques e os (auto)elogios o que poderá ter contribuído para um maior impacto favorável junto das audiências dos três debates em termos de preferabilidade. Por outro lado, a opção de António Carvalho, em cujo discurso predominam as defesas e em que os ataques são relativamente reduzidos, poderá ter implicado alguma fuga de potenciais eleitores. Também valerá a pena realçar que, na conjuntura política e socioeconómica da época, como ficou patente pela análise das frequências dos termos utilizados pelos candidatos, o recurso às subcategorias e aos termos referidos, para além de fundarem os ataques de Rui Santos dirigidos ao candidato do PSD, ultrapassariam o domínio autárquico e constituiriam também uma crítica ao governo nacional liderado precisamente pelo PSD. Mais, acreditamos que isso não deixou de influenciar uma parte da audiência dos debates.

Para concluir, voltamos a referir, a escassa existência de trabalhos académicos publicados em Portugal que tenham por objeto a análise dos comportamentos discursivos, ou outros, por parte de candidatos a eleições autárquicas. Acreditamos que, nesse quadro, fará todo o sentido que este trabalho seja necessariamente prosseguido por investigações futuras. Tais investigações poderão realizar-se com recurso a eventuais replicações e a um

corpus mais alargado, através do aprofundamento da análise de conteúdo discursivo, quer, ainda, recorrendo a outros instrumentos metodológicos que permitam analisar e compreender melhor e mais cabalmente o(s) fenómeno(s) subjacente(s) aos processos eleitorais autárquicos, à comunicação política em campanhas, nomeadamente aquela que é efetuada em debates entre os candidatos e aos comportamentos dos eleitores. Estamos convictos de que, para os candidatos e para os estudiosos deste fenómeno, será especialmente importante estudar e conhecer a influência que o(s) discurso(s) produzido(s) durante os debates no período das campanhas eleitorais possa ter sobre os eleitores.

Referências Bibliográficas

- Bayley, P. (2005): “Analysing Language and Politics”. In: *Mediazioni: Online Journal of Interdisciplinary Studies of Language and Cultures*. (online, consultado em 19 de setembro de 2017)
- Baker, K. L. e Norpoth, H. (1981): “Candidates on television: The 1972 electoral debates in West Germany”. In: *Public Opinion Quarterly* 45: 329-345.
- Belt, T. L., e Just, M. R. (2008): “The Local News Story: Is Quality a Choice?”. In: *Political Communication* 25: 194-215.
- Bennett, L. e Livingston S. (2003): “A semi-independent press: government control and journalistic autonomy in the political construction of news”. In: *Political Communication* 20: 359–362.
- Benoit, W. L. (2014): *Political election debates: Informing voters about policy and character*. Lanham: Lexington Books.
- _____ (2007): *Communication in political campaigns*. New York: Peter Lang.
- _____ (2000): “A functional analysis of political advertising across media, 1998”. In: *Communication Studies* 51: 274-295.
- _____ (1999): *Seeing spots: A functional analysis of presidential television advertisements, 1952-1996*. Westport: Praeger.
- Benoit, W. L., Hansen, G. J. e Verser, R. M. (2003): “A meta-analysis of the effects of viewing U.S. presidential debates”. In: *Communication Monographs* 70: 335-350.
- Benoit, W. L. e Benoit-Bryan, J. M. (2014): “A Functional Analysis of the 2010 Australian Prime Minister debate”. In: *Journal of Argumentation in Context* 3: 153-168.
- Benoit, W. L., Henson, J. R. e Maltos, S. (2007): “A functional analysis of mayoral debates”. In: *Contemporary Argumentation and Debate Academic Journal* 28: 20-37.
- Benoit, W. L. e Harthcock, A. (1999): “Functions of the Great Debates: Acclaims, attacks, and defense in the 1960 presidential debates”. In: *Communication Monographs* 66: 341-357.
- Benoit, W. L., Blaney, J. R., e Pier, P. M. (1998): *Campaign '96: A functional analysis of acclaiming, attacking, and defending*. New York: Praeger.
- Benoit, W. L., Pier, P. M., & Blaney, J. R. (1997): A functional approach to televised political spots: Acclaiming, attacking, defending, in *Communication Quarterly*, 45: 1-20.
- Benoit, W. L., Wells, W. T., Pier, P. M., e Blaney, J. R. (1999): Acclaiming, attacking, and defending in Presidential nominating addresses, 1960-1996”. In: *Quarterly Journal of Speech* 85: 247-267.
- Blais, A. e Boyer, M. M. (1996): “Assessing the impact of televised debates: The case of the 1988 Canadian election”. In: *British Journal of Political Science* 26: 143-164.

Blais, A., Gidengil, E., Nadeau, R. e Nevitte, N. (2003): “Campaign dynamics in the 2000 Canadian election: How the leader debates salvaged the conservative party”. In: *PS: Political Science & Politics* 36: 45-50.

Blais, A. e Perrella A. M. L. (2008): “Systemic effects of televised candidates’ debates”. In: *International Journal of Press/Politics* 13: 451-464.

Blumler, J. e Kavanagh, D. (1999): “The third age of Political Communication: Influences and features”. In: *Political Communication Journal* 16: 213 – 224

Carvalho, Teresa de Jesus da Silva (2012): *Análise de uma campanha eleitoral autárquica: candidatura do PS à Câmara Municipal de Paredes*. Porto: Edição do Autor (Dissertação de Mestrado)

Chilton, P. e Schaffner, Ch., (Eds.) (2002). *Politics as Text and Talk: Analytic Approaches to Political Discourse. Discourse Approaches to Politics, Society and Culture*. Amsterdão: John Benjamins, 4ª ed..

Cmeciu, C. e Patrut, M. (2010): “A functional approach to the 2009 Romanian presidential debates. Case study: Crin Antonescu versus Traian Basescu”. In: *Journal of Media Research* 6: 31-41.

Coleman, S. (2011): *Leaders in the living room: The Prime Ministerial debates of 2010: Evidence, evaluation, and some recommendations*. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, Oxford University.

Correia, Joana Filipa Costa (2013): *Eleições autárquicas 2009: campanha eleitoral Coligação Gaia Na Frente*. Porto: Edição do Autor (Relatório de Estágio)

De Landtsheer, Christ’l e Ofer Feldman, (Eds.) (1998): *Politically Speaking: A Worldwide Examination of Language Used in the Public Sphere*. Westport: Praeger.

Dudek, P. e Pattacz, S. (2009): “Functional theory of political discourse: Televised debates during the parliamentary campaign in 2007 in Poland”. In: *Central European Journal of Communication* 2: 367-379.

Espírito Santo, P. (2007): “As eleições autárquicas e regionais em Portugal”. In: *Revista de assuntos eleitorais* 11.

_____ (2008): *Estudos de comunicação política – Análise de conteúdo da mensagem na campanha e pós-campanha eleitoral nas eleições presidenciais*. Lisboa: ISCSP

Galasinski, D. (1998): “Strategies of talking to each other: Rule breaking in Polish presidential debates”. In: *Journal of Language and Social Psychology* 17: 165-182.

Gaspar, I. M. (2009): *Eleições autárquicas intercalares: Câmara Municipais e Assembleias de Freguesia: 1978 a 2007*. Lisboa: DGAI.

Gerbner, G., e Gross, L. (1976): “Living with television: The violence profile”. In: *Journal of Communication* 26, 172-199.

Gomard, K. e Krogstad, A. (2001): *Instead of the ideal debate: Doing politics and doing gender*

in Nordic political campaign discourse. Aarhus: Aarhus University Press.

Graber, D. (2000): *Media power in politics*. Washington: Congressional Quarterly Books, 4^a ed..

Grice, H. P. (1989): *Studies in the Way of Words*. Cambridge: Harvard University Press.

Habermas, J. (1994): *The Structural Transformation of the Public Sphere*. Cambridge: Polity Press.

Hallin, Daniel C. e Mancini, Paolo (2004): *Comparing Media Systems. Three Models of Media and Politics*. New York: Cambridge University Press.

Hwang, S. e Benoit, W. L. (2008): “Political discourse analysis in the 2006 Seoul mayoral debates”. In: *Korean Political Communication Association* 11: 267-301.

Isotalus, P. (2010): “Cultural perspectives on the analyses of interaction in presidential debates – Comparing two models”. In: *Forensic* 95: 1-18.

Jackman, R. W. e Miller, R. A. (1995): “Voter Turnout in the Industrial Democracies during the 1980s”. In: *Comparative Political Studies*, vol. 27, 4: 467-492.

Kaid, L. L. (Ed.) (2004): *Handbook of political communication research*. Londres: Routledge.

Kaid, L. L. e Johnston, A. (2001): *Videostyle in presidential campaigns Style and content of 51 televised political advertising*. Westport: Praeger.

Katz, E., Blumler, J. G., e Gurevitch, M. (1973): “Uses and gratifications research”. In: *The Public Opinion Quarterly*, vol. 37, 4: 509-523.

Khang, H. (2008): “A cross-cultural perspective on videostyles of presidential debates in the US and Korea”. In: *Asian Journal of Communication* 18: 47-63.

King, A. (ed.) (2002): *Leaders' personalities and the outcomes of democratic elections*. Oxford: Oxford University Press.

Lanoue, D. J. (1991): “Debates that mattered: Voters' reaction to the 1984 Canadian leadership debates”. In: *Canadian Journal of Political Science* 24: 51-65.

Lazar, M. (2003): “Semiosis, social change and governance”. In: *Social Semiotics*, vol. 13, 2: 201–221.

Leighley, J. E. (2003): *Mass Media and Politics: A Social Science Perspective*. Boston: Houghton Mifflin.

Maier, J. e Faas, T. (2003): “The affected German voter: Televised debates, follow- up and candidate evaluations”. In: *Communications* 28: 383-404.

_____ (2011): “Miniature campaigns in comparison: The German televised debates, 2002-09”. In: *German Politics* 20: 75-91.

Matsaganis, M. e Weingarten, C. (2001): “The 2000 U.S presidential debate versus the 2000 Greek prime minister debate”. In: *American Behavioral Scientist* 44: 2398-2409.

McCombs, M. (2004): *Setting the agenda: The mass media and public opinion*. Cambridge: Polity.

_____ (1978): “Agenda setting function of mass media”. In: *Public Relations Review*, vol.3, 4, 89-95.

McCombs, M. e Bell, T. (1996): “The agenda-setting role of mass communication”. In: Salwen, M.. e Stacks, D.: *An integrated approach to communication theory and research*. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 93-110.

McCombs, M. e Shaw, D. (1972): “The agenda-setting function of mass media”. In: *Public opinion quarterly*, vol. 36. 2: 176-187.

McNair, B. (2011): *An introduction to political communication*, Londres: Routledge, 5ª ed.

Meirinho, M. (1997): *As eleições autárquicas e o poder dos cidadãos*. Lisboa: ISCSP.

Mendes, Ana Virgínia de Magalhães Mendes (2014): *Eleições Autárquicas 2009: A campanha de Rui Rio nos media*. Porto: Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado)

Michira N. J. (2013): “The Language of Politics: A CDA of the 2013 Kenyan Presidential Campaign”. In: *International Journal of Education and Research Discourse*: 2201-6740 (online, consultado em 19 de setembro de 2017).

Monteiro, Ana Rosa Silva G. O. (2007): *Realidade Local, eleições e comunicação*. Porto: Universidade Fernando Pessoa (Dissertação de Mestrado)

Monteiro, A. P. e Oliveira-Brochado, A. (2007): *Marketing. A campanha eleitoral segundo a perspectiva dos portugueses*. Espanha: Universidad de La Rioja.

Nagel, F., Maurer, M. e Reinemann, C. (2012): “Is there a visual dominance in political communication? How verbal, visual, and vocal communication shape viewers’ impressions of political candidates”. In: *Journal of Communication* 62: 833-850.

Newhagen, J. e Nass, C. (1989): “Differential Criteria for Evaluating Credibility of Newspapers and TV News.” In: *Journalism Quarterly*, vol. 66, 2: 277-284.

Noelle-Neumann, E. (1991): “The Theory of Public Opinion: The Concept of the Spiral of Silence”. In: *Communication Yearbook* 14: 256-287.

Pedro, MéliSSa Gael de Sousa (2014): *A comunicação política em eleições autárquicas: o caso do Município de Mangualde*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Dissertação de Mestrado)

Ramalho, Marina Luísa Leitão (2013): *Ciclos eleitorais: análise das eleições autárquicas da última década*. Aveiro: Universidade de Aveiro (Dissertação de Mestrado)

Reinemann, C. e Maurer M (2005): “Unifying or polarizing? Short-term effects and postdebate consequences of different rhetorical strategies in televised debates”. In: *Journal of Communication* 55: 775-794.52

Rountree, J. C. (1995): “The president as God, The recession as evil: Actus, status, and the

president's rhetorical bind in the 1992 election". In: *Quarterly Journal of Speech* 81: 325-352.

Ruggiero, T. E. (2000): "Uses and gratifications theory in the 21st century". In: *Mass communication & society* vol. 3, 1: 3-37.

Salwen, M. e Stacks, D. (Eds.) (1996): *An integrated approach to communication theory and research*. Mahwah: Lawrence Erlbaum.

Sampaio, Maria Rosa Caldeira (2010): *Comunicação política; quem são e como comunicam os 18 municípios do distrito do Porto*. Porto: Universidade Fernando Pessoa (Tese de Doutoramento)

Simon, J. (1996): "Media use and voter turnout in a presidential election". In: *Newspaper Research Journal*, 17, 1/2): 25-34.

Sparks, G. G. (2013): *Media Effects Research: A Basic Overview*. Boston: Wadsworth, 4ª ed..

Sperber, D., e Wilson, D. (2004): *Relevance: Communication and cognition*. Oxford: Blackwell, 2ª ed..

Swanson, D. (1999): "Symposium: A third age of Political Communication". In: *Political Communication Journal* 16: 203 -210

Swanson, L. e Mancini, P. (Eds.) (1996): *Politics, media and modern democracy; an international study of innovations in electoral campaigning and their consequences*. Westport: Praeger Publishers.

Trent, J. S., Friedenber, R. V. e Denton, R. E. (2011): *Political campaign communication: principles and practices*. Plymouth: Rowman and Littlefield, 7ª ed..

Van Dijk, T.A. (1997): "What is political discourse analysis?" In: Blommaert, J. e Bulcaen, Ch.(Eds.): *Political Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 124-142.

Vinson, C. D. e Moore, W. V. (2007): "The Campaign Disconnect: Media Coverage of the 2000 South Carolina Presidential Primary". In: *Political Communication* 24, 4: 393-413.

Netgrafia

<http://www.cm-vilareal.pt/concelho-mainmenu-162/hist-mainmenu-165.html> Consultado em 18 de agosto de 2014

<http://www.cm-vilareal.pt/concelho-mainmenu-162/caracteriza-mainmenu-164.html> Consultado em 18 de agosto de 2014

<http://www.douroalliance.org/observatorio/> Consultado em 18 de agosto de 2014

<http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=12&mes=12&ano=1976&eleicao=cm> Consultado em 18 de agosto de 2014

<http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=16&mes=12&ano=1979&eleicao=cm> Consultado em 18 de agosto de 2014

<http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=12&mes=12&ano=1982&eleicao=cm> Consultado em 18 de agosto de 2014

<http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=15&mes=12&ano=1985&eleicao=cm> Consultado em 18 de agosto de 2014

<http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=17&mes=12&ano=1989&eleicao=cm> Consultado em 18 de agosto de 2014

<http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=12&mes=12&ano=1993&eleicao=cm> Consultado em 18 de agosto de 2014

<http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=14&mes=12&ano=1997&eleicao=cm> Consultado em 18 de agosto de 2014

<http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=16&mes=12&ano=2001&eleicao=cm> Consultado em 18 de agosto de 2014

<http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=09&mes=10&ano=2005&eleicao=cm> Consultado em 18 de agosto de 2014

<http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=11&mes=10&ano=2009&eleicao=cm>

<http://www.psd.pt/introducao.php> Consultado em 18 de agosto de 2014

http://www.cds.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=114:a-historia-do-cds-pp&catid=80:historia&Itemid=119 Consultado em 18 de agosto de 2014

<http://www.psd.pt/seccao.php?s=Vila%20Real#PSD> consultado em 18 de agosto de 2014

http://www.cne.pt/news/reorganizacao-administrativa-do-territorio-das-freguesias_3979 consultado em 18 de agosto de 2014

Anexos

Politicamente Incorreto

"Não vou prometer nada que não possa cumprir"

Depois de um período de pausa e agora com um painel que conta com uma nova 'aquisição', o social-democrata Albano Cunha, os convidados regressaram ao "Politicamente Incorreto". O arranque desta nova fase do programa da Rádio Universidade contou com a presença de Rui Santos, que deu a sua primeira grande entrevista enquanto candidato à Câmara Municipal de Vila Real. O programa, que continua a contar com os comentários de Rodrigo Sá (PS) e Joana Rapazote (CDS) e a orientação de Luís Mendonça, foi transmitido no dia 11 e será reposto na íntegra no próximo domingo, a partir da 11h00, em 104.3 fm. Conheça nesta edição do Nosso Jornal alguns trechos do encontro com Rui Santos, que, na sua segunda corrida à autarquia vila-realense, classifica a sua candidatura como "natural" e garante que o importante "é ter ideias e lançar projetos, sem ter medo de falhar", porque "não fazer nada é que não faz sentido".



MARIA MEIRELES

Porquê uma nova candidatura à Câmara Municipal de Vila Real?

"Era óbvio para toda a gente que, em condições normais, se tudo decorresse dentro do espetável, aquilo que foi um percurso de quatro anos, que começou em maio de 2009, resultaria numa candidatura também em outubro de 2013. Apresentei-me como candidato às últimas eleições e sabia bem o quanto era difícil ganhar a Câmara Municipal, mas predispus-me a apresentar um projeto que nos levasse à vitória eleitoral em 2009, e tudo fizemos para o conseguir, mas que, caso não acontecesse, nos permitisse também continuar com o projeto, credibilizar-nos junto dos vila-realenses e voltar a insistir na recandidatura em 2013. Tudo correu dentro da normalidade e surgiu novamente como candidato. Sinto-me motivado. Não me resigno. Tenho condições pessoais para alterar algo de substancial no concelho de Vila Real e sinto que posso fazer a diferença pela posista, lutando e empenhando-me para valorizar a vida do nosso concelho e dos nossos concidadãos".

Não é obrigatório dedicar-se à candidatura em exclusivo, mas nos tempos que correm na nossa democracia, a classe política é muito criticada, entende que o facto de ser deputado não o impede de conhecer melhor os problemas da cidade e de se dedicar a cem por cento à Câmara Municipal.

"Eu vivo a tempo inteiro em Vila Real. Sou deputado eleito pelo distrito. Tenho dois filhos que vivem e estudam em Vila Real. O meu domicílio é em Vila Real. Infelizmente estava a uma hora de viagem do concelho, porque este Governo fez questão de acabar com o transporte que nos permitia estar em Lisboa em uma hora. Mas estou a três horas do concelho. Acho que é perfeitamente

compatível e tenho-o feito, porque tenho exercido as minhas funções de vereador e tenho acompanhado de forma empenhada (os nossos concidadãos avaliaram isso) todos os problemas do distrito e concelho de Vila Real. Dizei até em melhores condições do que aquelas que teria se estive a desempenhar outra atividade a tempo inteiro que não esta, como deputado em exclusividade".

Como foram estes últimos quatro anos enquanto vereador?

"Fui vereador entre 1997 e 2001. À época não tinha a reflexão e o pensamento político, a tolerância e maturidade que hoje tenho. Na altura fui um vereador guerrilheiro, no sentido de que estava constantemente a levantar questões, não distinguido muito bem, às vezes, o que era fundamental e o que era acessório. Quando tomei posse em 2009 tinha uma expectativa de que esse seria um mandato, até por ser o último do dr. Manuel Martins, em que poderíamos de facto contribuir, discutir e analisar as melhores soluções para o concelho, colocando de parte a 'partidarite' que temos tendência, enquanto humanos, de levar para a discussão política. Acabei por perceber que isso era absolutamente impossível, porque havia um grande enquistamento do poder na Câmara e mesmo alguma agressividade. Depois de ter verificado essa situação, usei como estratégia tornar a relação na Câmara mais distendida. Engolir algum orgulho mas tentar abrir algumas brechas na lógica do bom senso e, de forma mais macia, mais calma e até mais construtiva, discutir alguns dos problemas da autarquia.

Dos pontos fundamentais destacava alguns. Todos os anos o Orçamento e as Grandes Opções do Plano (GOP) são documentos estruturais e em todos os momentos o PS apresentou de forma construtiva as suas opções. Já entregamos inclusivamente para a Câmara Municipal um documento de oito páginas

sobre o Orçamento Municipal de 2013, onde definimos três eixos fundamentais e apresentamos objetivos e medidas concretas para cada um desses três eixos. Tivemos outros dois momentos muito importantes, o primeiro relativamente a adesão de Vila Real à empresa Águas de Trás-os-Montes, porque obrigaria uma reformulação de tudo aquilo que hoje a EMAR faz, enquanto herdeira dos serviços municipalizados de água e saneamento. Outro momento significativo é este processo de reforma administrativa do território do concelho, onde o partido de Manuel Martins decidiu não respeitar as decisões das Assembleias de Freguesia e não olhar para esta reforma como uma oportunidade, mas como algo que era necessário despachar a toda força. O objetivo foi apresentar um mapa que estivesse de acordo com a tramitação legal e não olhar para o concelho, e estruturá-lo em diálogo com as populações. Todos perdemos uma oportunidade séria de olhar para o concelho e o reestrurarmos de forma séria".

A nível da reestruturação das freguesias, havendo a preocupação de corte com a despesa pública no município e sabendo-se que as Assembleias de Freguesias seriam as primeiras a pronunciarem-se pela manutenção da sua identidade, de que forma é que iria responder a esse conflito diferente da que o PSD levou a cabo na Câmara Municipal?

"Aquilo que eu sempre defendi foi uma lógica ao contrário. Isto é, nós deveríamos ter discutido as competências, depois os meios e depois a organização territorial que permitisse potenciar essas competências e meios. Esse processo conseguiu-se na Guarda, que é uma Câmara do PSD, e em Lisboa, que é do PS. É algo que implica o convencimento das populações sobre as vantagens que um processo desses teria para as suas vidas. O que nós tivemos? Uma agregação

de freguesias onde não há corte nenhum das despesas. Se fizemos contas verificamos que passamos a ter uma freguesia com quase 50 por cento do eleitorado e que o vencimento de alguém que venha a ocupar o lugar de presidente de junta será próximo do de um vereador, e 80 por cento do vencimento do presidente de Câmara. Nestas questões verifica-se que aquilo que presidiu a esta reorganização não foi a poupança. Ela pode ter reflexos e no serviço que se presta às populações. Valeria a pena ter ido ao Vale da Campeã, ter falado às freguesias de Vila Cova, Quintil e da Campeã e ter explicado que valeria a pena e o que cada um ganharia se eventualmente se viessem a agregar. Essa era uma agregação natural, era todo o Vale. O que se fez? Juntou-se Quintil, Vila Cova e São Miguel da Pena, que nada tem a ver com o Vale da Campeã. Valia a pena gastar tempo, entre outras coisas, explicar as vantagens de um processo desses, garantir os serviços que ficariam e só depois avançar com a reforma. Assim, cumpriu-se a lei. Todos ficaram muito satisfeitos porque no mapa reduzimos tantas freguesias, mas a questão que se coloca é se melhoramos a relação entre o que gastamos e os serviços que prestamos aos nossos concidadãos. Não tenho fé nenhuma nesse processo e acho que a percepção pública é que nada vai melhorar. Por exemplo, na cidade, pode fazer sentido unir as três freguesias, mas também poderia fazer sentido juntar cada uma delas às periurbanas, porque não? Era uma outra forma de ver a situação. O que valia a pena era ter analisado cada uma das situações".

E em relação às empresas municipais? Qual é o seu futuro?

"Desde a primeira hora, pelo menos desde há 12 anos, que temos colocado em cima de mesa a necessidade de olhar para as quatro empresas municipais e para a fundação que temos, analisar cada uma dessas estruturas e pensar num novo mo-

delo que permitisse a sua agregação, a internalização na própria autarquia, encontrando uma forma de maximizar a relação de custo/benefício de cada uma. Propusemos isso na Câmara e lamentamos que agora isso vá ser feito por imposição legal. Agora vamos fazê-lo sobre pressão e colocando uma pressão acrescida a todos aqueles que trabalham nessas empresas, uma vez que alguns podem até vir a ser despedidos (espero que tal não aconteça). No entanto, acho que algumas das empresas podem fazer sentido. Não tenho a certeza se há benefícios em internalizar a atividade da Cultural na Câmara, porque o setor do espetáculo tem certas especificidades que vale a pena preservar, com o horário de trabalho noturno que, pelas regras que, infelizmente, hoje temos na administração, implicam grandes dificuldades na contratação, ou a forma de escolha dos espetáculos. A EMAR tem uma grande especificidade e dimensão, e as outras (Vila Real Social e Merval), a percepção que tenho é que podem ser fundidas, reequacionadas. Valia a pena ter sido feito um estudo profundo e não regressar sobre imposição da lei".

A cidade de Vila Real tem-se deixado ultrapassar em algumas áreas. Como capital de distrito devia ser muito mais que uma aldeia grande... O PSD já mostrou o que vale, está na altura de perceber o que outros valem?

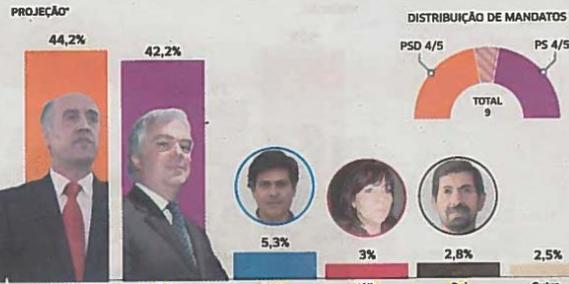
"Já em 2009 não fiz nenhuma promessa que achasse que não era exequível. Não fiz nenhuma promessa que implicasse gastos avultados para o município. Recentro as opções tendo presente esta base de partida. Eu defendo cinco eixos (Vila Real - planeamento e visão, Vila Real - atração económica e motor da região, Vila Real - solidariedade, Vila Real - urbana e rural e Vila Real autarquia dos cidadãos). É preciso ter ideias, projetos, lançá-los e não ter medo de que eles, às vezes, corram menos bem. Não fazer nada é que não faz sentido".

VILA REAL // SONDAAGEM

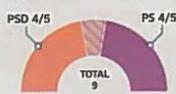
//INTENÇÃO DE VOTO PARA A CÂMARA MUNICIPAL



Se fossem hoje as eleições autárquicas qual seria o seu voto?



DISTRIBUIÇÃO DE MANDATOS



FICHA TÉCNICA

Estudo de opinião efetuado pela Eurosondagem, S.A., nos dias 14 e 15 de maio de 2013. Entrevistas telefónicas, realizadas por entrevistadores selecionados e supervisionados. O universo é a população com 18 anos ou mais, residente no concelho de Vila Real, e habitando em lares com telefone da rede fixa. Foram efetuadas 580 tentativas de entrevistas e, destas, 77 (13,3%) não aceitaram colaborar no estudo de opinião. A escolha do lar foi aleatória nas listas telefónicas e o entrevistado, em cada agregado familiar, o elemento que fez anos há menos tempo, e desta forma aleatória resultou, em termos de sexo, (feminino - 50,7%, masculino - 49,3%), e no que concerne à faixa etária, (dos 18 aos 30 anos - 16,7%, dos 31 aos 59 - 50,5%, com 60 anos ou mais - 32,8%) num total de 503 entrevistas validadas. O erro máximo da amostra é de 4,35%, para um grau de probabilidade de 95%.

OPINIÃO SOBRE O PODER LOCAL

Como classifica a ação do Poder Local (Câmara Municipal de Vila Real) nas seguintes áreas?

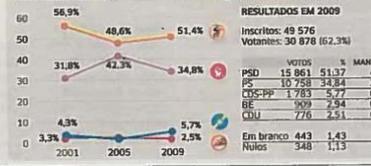


(*NOTA - Exercício meramente matemático, presumindo que os inquiridos que responderam "NS/NR" se abstém

RESULTADOS BRUTOS

António Carvalho - PSD	35,2%
Rui Santos - PS	33,6%
Jorge Pinho - CDS/PP	4,2%
Rui Cortes - BE	2,2%
Júlia Violante - CDU	2,4%
Outro candidato/branco/Outro NS/NR	2,0%
NS/NR	20,4%

HISTÓRICO DOS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES PARA A CÂMARA



PSD e PS taco a taco na corrida por Vila Real

● **Candidato social-democrata** está na frente com apenas dois pontos de vantagem para o socialista

Eduardo Pinto
locais@jn.pt

Adivinha-se uma luta reñida entre os candidatos do PSD e PS à presidência da Câmara de Vila Real. No estudo de opinião que o JN publica hoje, com margem de erro de 4,35%, lê-se um claro empate técnico.

O estudo efetuado pela Eurosondagem revela que o PSD poderá conseguir 44,2% dos votos, menos sete pontos que em 2009, sendo o pior resultado desde 2001. Em tendência inversa, o PS sobe sete pontos, para se situar nos 42,4%, o que seria o melhor resultado das últimas três eleições.

Apesar das percentagens apresentadas neste exercício matemático da Eurosondagem, há que ter em conta que 20,4% dos inquiridos não quiseram ou não souberam responder. Mas no dia da votação podem fazer desequilibrar a balança a favor de qualquer um dos lados.

Entre os partidos mais pequenos, o estudo aponta para que as votações se situem entre os 2,8% do Bloco de Esquerda, que avança com Rui

Cortes, e os 5,3% do CDS, que tem à frente da lista Jorge Pinho, passando pelos 3% da CDU, que candidata Júlia Violante. São perspetivas muito semelhantes aos resultados dos últimos anos, o que reduz a luta pelos nove mandatos disponíveis ao PSD e ao PS.

Repetente socialista

Os socialistas são repetentes no cabeça de lista, com Rui Santos, atual vereador da oposição e deputado na Assembleia da República, a tentar pela segunda vez destronar o PSD do poder. Para tal quer aproveitar a suposta vantagem de já não ter de enfrentar o autarca Manuel Martins, que, depois de 20

anos à frente dos destinos do Município, não pode recandidatar-se devido à lei da limitação de mandatos.

Rui Santos vai querer tirar vantagem de eventuais fissuras criadas no PSD de Vila Real com a escolha do cabeça de lista. António Carvalho, presidente da Junta de Freguesia de Constantim e do Agrupamento de Escolas Morgado Mateus, acabou por ser anunciado oficialmente pela distrital laranja como o candidato social-democrata, quando dias antes transpirou de uma reunião da concelhia o nome do atual vice-presidente da Câmara, Domingos Madeira Pinto, como a escolha do partido. Este acabaria por renunciar à candidatura e não foi visto na apresentação oficial de António Carvalho.

Refina-se ainda que os vila-realenses ouvidos neste estudo classificam como globalmente positiva a atuação da Câmara de Vila Real em diversas áreas, sendo a rede de água, esgotos e recolha de lixo a que mais agrada, com 66,2% dos inquiridos satisfeitos. A insatisfação mais elevada, 40,2%, verifica-se quanto aos transportes, arruamentos, trânsito e estacionamento. ●

MANDATOS PASSAM DE 7 PARA 9

Por ter ultrapassado os 50 mil habitantes (são 52 219, segundo os Censos de 2011), o concelho de Vila Real vai eleger nove mandatos para a Câmara, mais dois dos que nos anteriores atos eleitorais.

//REAÇÕES DOS CANDIDATOS

António Carvalho
PSD

"Tendo em conta a conjuntura nacional e que o meu índice de notoriedade é inferior ao de outros candidatos, é um bom resultado".

Rui Santos
PS

"O PS nunca esteve tão perto de ganhar como agora. O resultado é sinal que somos a única alternativa à maioria que nos governa".

Jorge Pinho
CDS

"É natural que os cidadãos tenham respondido em função dos partidos. Mas a nossa votação será muito superior".

Rui Cortes
BE

"Ainda estamos no princípio. O que se vai ver é que não há uma verdadeira alternativa no PS e no PSD. O BE vai subir e eleger um vereador".

Júlia Violante
CDU

"É muito cedo para analisar resultados. Quando começarmos a trabalhar no terreno haveremos de subir a votação".

//Política

SONDAGENS
 AUTÁRQUICAS
 AMANHÃ
 Viseu

VILA REAL //INTENÇÃO DE VOTO PARA A CÂMARA MUNICIPAL

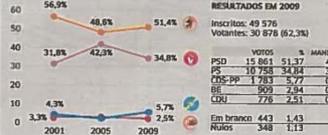


Área: 370 km²
 População: 51 850 (CENSOS 2011)

30 FREGUESIAS ATUALMENTE
 20 FREGUESIAS NO NOVO MAPA



HISTÓRICO DOS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES PARA A CÂMARA



RESULTADOS EM 2009

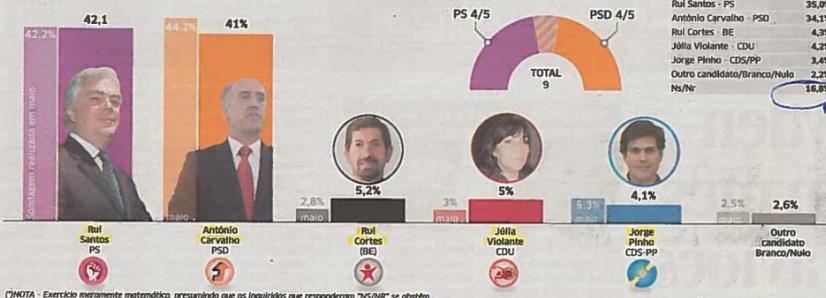
Partido	Votos	%	Mandatos
Inscritos	49 576	-	-
Votantes	30 878	(62,3%)	-
Rui Santos - PS	15 861	51,37%	4
PS	10 758	34,84%	3
PSD-PP	1 283	5,77%	0
BE	509	2,94%	0
CDU	276	1,51%	0
Em branco	443	1,43%	-
Nulos	348	1,13%	-

FICHA TÉCNICA

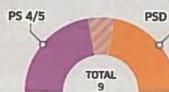
Estudo de opinião efetuado pela Eurosondagem, S.A., para o JN, nos dias 16 e 17 de julho de 2013. Entrevistas telefónicas, realizadas por entrevistadores selecionados e supervisionados. O universo é a população com 18 anos ou mais, residente no concelho de Vila Real, e habitando em lares com telefone de rede fixa. Foram efetuadas 584 tentativas de entrevistas e destas 79 (13,5%) não aceitaram colaborar no estudo de opinião. A escolha do lar foi aleatória nas listas telefónicas e o entrevistado, em cada agregado familiar, o elemento que fez anos há menos tempo, e desta forma, aceitará o resultado, em termos de sexo, (feminino - 51,3%, masculino - 48,7%), e no que concerne à faixa etária, (dos 18 aos 30 anos - 17,4%; dos 31 aos 59 - 50,3%; com 60 anos ou mais - 32,3%) num total de 505 entrevistas validadas. O erro máximo da amostra é de 4,34%, para um grau de probabilidade de 95%.

Se fossem hoje as eleições autárquicas qual seria o seu voto?

PROJEÇÃO*



DISTRIBUIÇÃO DE MANDATOS



RESULTADOS BRUTOS

Rui Santos - PS	39,0%
António Carvalho - PSD	34,1%
Rui Cortes - BE	4,3%
Júlia Violante - CDU	4,2%
Jorge Pinho - CDS/PP	3,4%
Outro candidato/Branco/Nulo	2,2%
Nu/Ne	16,8%

*NOTA - Exercício meramente matemático, presumindo que os inquiridos que responderam "NS/NR" se abstém

FORNTE: EUROSONDAGEM - INFOGRAFIA JN

PS ultrapassa PSD e ameaça bastião laranja

● Rui Santos pode pôr fim a 37 anos de reinado social-democrata em Vila Real

Eduardo Pinto
 politica@jn.pt

O PS ultrapassou o PSD nas intenções de voto dos vila-realenses para as próximas eleições autárquicas. Mesmo assim, mantém-se o empate técnico verificado na sondagem publicada pelo JN no início de junho.

O estudo efetuado pela Eurosondagem e com margem de erro máximo de 4,34% dá uma projeção com vantagem mínima à candidatura do socialista Rui

Santos, 42,1%, contra os 41% do candidato do PSD, António Carvalho.

Na verdade, ambos perdem em relação à primeira sondagem. Só que o PS perde apenas três décimas, enquanto o PSD cai 3,2%. As feridas abertas nos social-democratas no processo de escolha do candidato mantêm divisões que poderão ser fatais no partido no momento de prolongar por mais quatro anos um reinado que dura há 37, ininterruptamente, pois o PS nunca conseguiu o poder na capital duriense.

Este taca o taca promete manter-se até ao dia 29 de set-

embro, sendo que parece não haver dúvidas para ninguém de que o próximo presidente da Câmara de Vila Real será Rui Santos ou António Carvalho. O que neste estudo disseram que não sabem ou não responderam são 16%, menos 4,4% do que na projeção anterior, e são esses que poderão fazer desequilibrar a balança a favor de um dos lados.

Entre os que perdem eleitorado está também Jorge Pinho, o cabeça de lista do CDS-PP, que passou num mês e meio de 5,1 para 4,3%. As razões não são de fácil compreensão, mas o JN sabe

que o rumo desta candidatura não estará a correr como inicialmente esperado, nomeadamente no processo de constituição de listas para as freguesias.

Em contrapartida, as candidaturas do Bloco de Esquerda e da CDU são as únicas que ganham votos nesta nova sondagem que o JN publica hoje sobre as eleições em Vila Real. A primeira, com Rui Cortes à frente, passa de 2,8% para 5,2%, enquanto Júlia Violante, que lidera a lista da coligação, passa de 3% para 5%.

A descida do número de indecisos poderá ter pesado na

subida das duas candidaturas de esquerda, a que se junta algum eventual descontentamento generalizado a nível nacional com os partidos do chamado arco da governação. Já que, nem Rui Cortes nem Júlia Violante têm organizações de grande visibilidade, não obstante estejam a fazer o seu trabalho no terreno, à semelhança do que tem feito Jorge Pinho.

Já socialistas e social-democratas têm-se desdobrado em iniciativas públicas que desvendam nomes e objetivos, e por essa razão acabam por ser mais mediatizadas e conhecidas. ●

NOTAS DA PRÉ-CAMPANHA

05/JULHO 2013

Fim das conferências socialistas
 A candidatura "Avançar Vila Real" concluiu uma série de cinco conferências públicas para discutir com a sociedade o futuro do concelho.

18/JULHO 2013

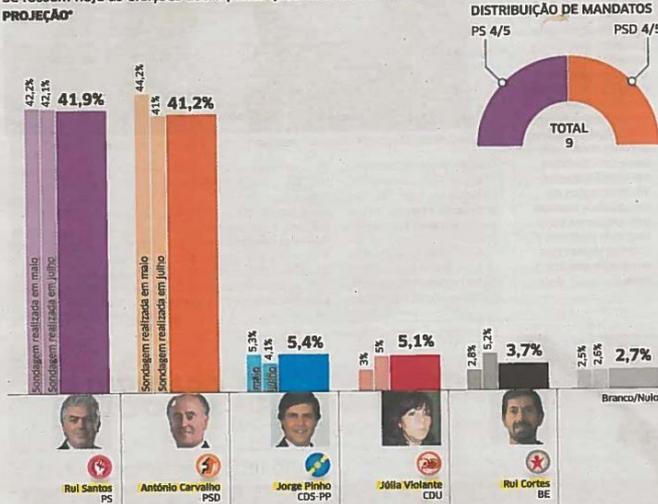
PS mantém suspensão na lista
 O PS só vai revelar os nomes que acompanhará Rui Santos e o candidato à União de Freguesias de Vila Real a poucos dias do prazo legal para a entrega de listas no tribunal.

22/JULHO 2013

Lista completa do PSD
 O PSD de Vila Real vai apresentar hoje, às 18.30 horas, a lista de candidatos que acompanhará António Carvalho na corrida à Câmara.

PS E PSD EM LUTA TACOA

VILA REAL // INTENÇÃO DE VOTO PARA A CÂMARA MUNICIPAL
Se fossem hoje as eleições autárquicas qual seria o seu voto?
PROJEÇÃO*



HISTÓRICO

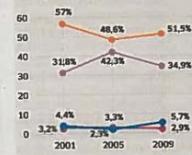
RESULTADOS EM 2009

Inscritos	Votantes	%	MAND.
49 562	30 880 (62,2%)		
PSD	15 906	51,51	4
PS	12 771	41,39	3
CDS-PP	1 754	5,68	0
BE	983	2,92	0
CDU	784	2,47	0
Em branco	437	1,40	
Nulos	348	1,13	

FICHA TÉCNICA

Estudo de opinião efetuado pela Eurosondagem, S.A., para o JN, nos dias 19 e 20 de setembro de 2013. Entrevistas telefónicas, realizadas por entrevistadores selecionados e supervisionados. O universo é a população com 18 anos ou mais, residente no concelho de Vila Real, e habitando em lares com telefone da rede fixa. Foram efetuadas 610 tentativas de entrevistas e, destas, 101 (16,5%) não aceitaram colaborar no estudo de opinião. A escolha do lar foi aleatória nas listas telefónicas e o entrevistado, em cada agregado familiar, o elemento que fez anos há menos tempo, e desta forma elegeria resultado, em termos de sexo feminino - 52,3%, masculino - 47,7%, e no que concerne à faixa etária dos 18 aos 30 anos - 18,9%, dos 31 aos 59 - 47,9%, com 60 anos ou mais - 33,2%, num total de 509 entrevistas validadas. O erro máximo da amostra é de 4,32%, para um grau de probabilidade de 95,0%.

EVOLUÇÃO DESDE 2001



RESULTADOS BRUTOS

Rui Santos - PS	38,8%
António Carvalho - PSD	33,2%
Jorge Pinho - CDS/PP	4,3%
Júlia Violante - CDU	4,1%
Rui Cortes - BE	2,9%
Branco/Nulo	2,2%
Ns/Nr	19,5%

*NOTA - Exercício meramente matemático, presumindo que os inquiridos que responderam "NS/NR" se abstêm

Forte bipolarização torna o desfecho das eleições em Vila Real uma incógnita

Eduardo Pinto
politica@jn.pt

PS e PSD não descolam, na corrida à Câmara de Vila Real. Sete décimas separam os dois partidos. A lista rosa, de Rui Santos, leva vantagem, mas a situação é de empate técnico. Está tudo em aberto.

Já com a meta do dia 29 à vista, os candidatos socialista e social-democrata mantêm-se em luta cerrada. Como o estudo da Eurosondagem para o JN revela uma margem de erro de 4,32%, ocorre um empate - que, de resto, já se verificou nas sondagens de junho e julho. Na primeira

delas, António Carvalho (PSD) surgiu à frente de Rui Santos com mais 1,8 pontos percentuais nas intenções de voto (44,2% contra 42,4%), mas na segunda foi ultrapassado pelo adversário (42,1% contra 41%).

Se compararmos os resultados desta sondagem com a segunda, verifica-se que António Carvalho subiu duas décimas e que o concorrente socialista desceu na mesma proporção. Assim, tendo em conta os 19,5% de inquiridos que não souberam ou não quiseram responder, é total a incógnita sobre quem será o próximo presidente do município vila-realense.

Ambos se têm mostrado muito otimistas relativamente à vitória. Dizem ter as

Candidato do CDS/PP regista subida, passando a ocupar o terceiro lugar

suas próprias sondagens e, sobretudo, confiar nas mensagens de apoio que têm recebido, quer em contacto direto com a população, quer por outros meios de comunicação. E enquanto Rui Santos está convencido de que desta vez conseguirá colocar um ponto final em 38 anos de reinado social-democrata em Vila Real, António Carvalho diz-se certo de que vai continuar o trabalho feito por Manuel Martins, embora adequando as políticas à conjuntura atual.

Comparativamente com o estudo de julho, o candidato do CDS/PP, Jorge Pinho, é o que mais ganha. Ao passar de 4,3% para 5,4%, recupera o terceiro lugar nas intenções de voto. De resto, Jorge Pi-

nho até supera, nesta terceira sondagem, o resultado da primeira, que lhe dera 5,3% do eleitorado.

O candidato do Bloco de Esquerda, Rui Cortes, perdeu o terceiro lugar conquistado no segundo estudo, no qual obtinha 5,2%. Regressa ao último posto, com 3,7%. Mesmo assim, melhor do que na primeira sondagem, em junho, que lhe atribuía 2,8% das intenções de voto.

Por seu lado, a CDU, que apresenta como cabeça de lista Júlia Violante, mantém-se no quarto lugar. No entanto os potenciais votantes têm variado entre os 3% da primeira sondagem e os 5% da segunda. Nesta terceira, conquista mais uma décima e passa para 5,1%. ●

BALANÇO // ÚLTIMAS SONDAJENS

Município	Publicada na edição de	Resultado
GUARDA	PUBLICADA NA EDIÇÃO DE ANTEONTEM	
	José Martins Igreja (PS)	44,2%
	Álvaro Amaro (PSD+CDS-PP)	43,7%
	Mário Triunfante Martins (CDU)	3,5%
	Marco Loureiro (BE)	3,3%
	Eduardo Espírito Santo (PCTP/MRPP)	0,8%
GONDOMAR	PUBLICADA NA EDIÇÃO DE ONTEM	
	Marco Martins (PS)	48%
	Maria João Marinho (PSD+CDS-PP)	33%
	Joaquim Barbosa (CDU)	10,4%
	Ana Paula Canotilho (BE)	4,6%
	Branco/Nulo	4%
PRÓXIMAS SONDAJENS	MATOSINHOS	AMANHÃ
	VILA NOVA DE GAIA	25/09
	BRAGA	26/09
	PORTO	27/09

FORNTE: EUROSONDAGEM - INFOGRAFIA JN

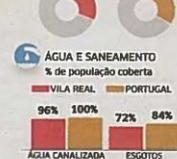
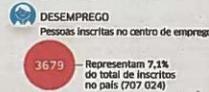
TACO COM A META À VISTA

//RADIOGRAFIA DO CONCELHO



FREGUESIA	ELEITORES
Abacás	1259
Andrães	1699
Arroios	962
Campeã	1941
Folhadela	2068
Guilães	730
Lordelo	2610
Mateus	2591
Monteiros	1068
Parada de Cunhos	1728
Torgueda	1715
Vila Marim	1847

UNIÃO DE FREGUESIAS	ELEITORES
1. Adoufe e Vilarinho de Samardã	2955
2. Borbeia e Lamas de Olo	2767
3. Constantim e Vale de Nogueiras	2006
4. Mouços e Lamas	3601
5. Nogueira e Ermida	1126
6. Pena, Quintã e Vila Cova	1083
7. São Tomé do Castelo e Justes	1601
8. Vila Real (Nossa Senhora da Conceição, São Pedro e São Dinis)	15 464



FORTE: IRE, QUARZO DA REPÚBLICA, IRE, TFF // INFOGRAFIA: JH

REPORTAGEM Na União de Freguesias de Vila Real há cidadãos que se sentem tão descontentes como desmotivados para exercer o direito de voto **Texto** Eduardo Pinto

Desabafos de quem alinha na abstenção

A opinião sobre a política partidária não muda muito, seja qual for a zona da União de Freguesias de Vila Real. Já poucos acreditam em quem por estes dias anda, freneticamente, de porta em porta, ou noutras ações de campanha, a pedir o voto para as eleições do próximo domingo. No parque infantil da estação, José Silva aproveitava o

dia de ontem para acompanhar a família. A uma semana das autárquicas, o JN perguntou-lhe o que pensava dos políticos e da campanha que as forças políticas andam a fazer. Respondeu sem papas na língua: "Estou descontente com todos eles, por isso não vou perder o meu tempo a votar. Era o que faltava!". As queixas são direcionadas, principalmente, aos políticos nacionais, mas os locais não

escapam à sua frustração. Aproxima-se Raul Almeida. Ainda ouve os desabafos de José e, embora os entenda, pela sua parte a atitude é diferente: vai votar. Já andou na política, noutros tempos. "Nos tempos em que a campanha eleitoral durava mais tempo, era mais animada e havia mais honestidade", recorda. Mesmo assim, Raul Almeida destaca que em Vila Real,

"este, ano a campanha até de sido bastante ativa e limpa". Prognósticos, deixa-os... para o fim do jogo. Aproveitando-se apenas a alvitar que os partidos mais pequenos "não vão ter grandes resultados". Entre os cidadãos que pouco tempo dedicam às autárquicas está Paulo Santos. Sentado num balancé ao lado da filha, que reclama com o pai não ter dito o nome todo, Paulo confessa que se sente

tão "descrente na política", que nem tem prestado grande atenção aos candidatos ou às suas campanhas. "Só sei quem são porque vejo os cartazes", assume, porque, de resto, não quer saber. "São todos iguais. Prometem muito e depois pouco cumprem". Mesmo assim, não vai deixar de se deslocar à câmara de voto no domingo.

O mesmo fará Salete Teixeira, que não prescinde desse direito. Só que ainda não decidiu qual o candidato que vai merecer o seu voto, uma vez que, diz, "valem todos o mesmo". "Tenho pena que gastem tanto dinheiro em campanhas a que ninguém já liga", acrescenta, descontente. É como Ricardo Santos, na Araucária, que conhece os candidatos pelos cartazes, mas, desta vez, "nenhum deles merecerá o seu voto. ●



"Gostava que os políticos prometessem só o que podem cumprir".

Maria Alice Esteves
78 anos



"Andam aí aos beijinhos e abraços, mas depois não nos ligam nada".

Manuel Costa
86 anos

**Lei nº 46 /2005
de 29 de Agosto**

**Estabelece limites à renovação sucessiva de mandatos dos
presidentes dos órgãos executivos das autarquias locais**

A Assembleia da República decreta nos termos da alínea c) do artigo 161º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1º

**Limitação de mandatos dos presidentes dos órgãos
executivos das autarquias locais**

- i. O presidente de câmara municipal e o presidente de junta de freguesia só podem ser eleitos para três mandatos consecutivos, salvo se no momento da entrada em vigor da presente lei tiverem cumprido ou estiverem a cumprir, pelo menos, o 3º mandato consecutivo, circunstância em que poderão ser eleitos para mais um mandato consecutivo.
- ii. O presidente da câmara municipal e o presidente de junta de freguesia, depois de concluídos os mandatos referidos no número anterior, não podem assumir aquelas funções durante o quadriénio imediatamente subsequente ao último mandato consecutivo permitido.
- iii. No caso de renúncia ao mandato, os titulares dos órgãos referidos nos números anteriores não podem candidatar-se nas eleições imediatas nem nas que se realizem no quadriénio imediatamente subsequente à renúncia.

Artigo

2º

Entrada

em

vigor

A presente lei entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2006.

Aprovada em 28 de Julho de 2005.
O Presidente da Assembleia da Republica,
Jaime Gama. Promulgada em 14 de Agosto
de 2005.

Publique-se.

O Presidente da República,
JORGE SAMPAIO. Referendada em
18 de Agosto de 2005.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

ANEXO F - Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica

2826

Diário da República, 1.ª série—N.º 105—30 de maio de 2012

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 22/2012

de 30 de maio

Aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto

1 — A presente lei estabelece os objetivos, os princípios e os parâmetros da reorganização administrativa territorial autárquica e define e enquadra os termos da participação das autarquias locais na concretização desse processo.

2 — A presente lei consagra a obrigatoriedade da reorganização administrativa do território das freguesias e regula e incentiva a reorganização administrativa do território dos municípios.

Artigo 2.º

Objetivos da reorganização administrativa territorial autárquica

A reorganização administrativa territorial autárquica prossegue os seguintes objetivos:

- a) Promoção da coesão territorial e do desenvolvimento local;
- b) Alargamento das atribuições e competências das freguesias e dos correspondentes recursos;
- c) Aprofundamento da capacidade de intervenção da junta de freguesia;
- d) Melhoria e desenvolvimento dos serviços públicos de proximidade prestados pelas freguesias às populações;
- e) Promoção de ganhos de escala, de eficiência e da massa crítica nas autarquias locais;
- f) Reestruturação, por agregação, de um número significativo de freguesias em todo o território nacional, com especial incidência nas áreas urbanas.

Artigo 3.º

Princípios

A reorganização administrativa territorial autárquica obedece aos seguintes princípios:

- a) Preservação da identidade histórica, cultural e social das comunidades locais, incluindo a manutenção da anterior denominação das freguesias agregadas, nos termos e para os efeitos previstos na presente lei;
- b) Participação das autarquias locais na concretização da reorganização administrativa dos respetivos territórios;
- c) Universalidade do esforço e flexibilidade no desenho de soluções concretas de reorganização administrativa territorial autárquica;
- d) Obrigatoriedade da reorganização administrativa do território das freguesias;

- e) Estímulo à reorganização administrativa do território dos municípios;
- f) Equilíbrio e adequação demográfica das freguesias.

CAPÍTULO II

Reorganização administrativa do território das freguesias

Artigo 4.º

Níveis de enquadramento

1 — A reorganização administrativa territorial autárquica implica a agregação de freguesias a concretizar por referência aos limites territoriais do respetivo município, segundo parâmetros de agregação diferenciados em função do número de habitantes e da densidade populacional de cada município.

2 — Para efeitos do número anterior, os municípios são classificados de acordo com os seguintes níveis:

a) **Nível 1: municípios com densidade populacional superior a 1000 habitantes por km² e com população igual ou superior a 40 000 habitantes;**

b) **Nível 2: municípios com densidade populacional superior a 1000 habitantes por km² e com população inferior a 40 000 habitantes, bem como municípios com densidade populacional entre 100 e 1000 habitantes por quilómetro quadrado e com população igual ou superior a 25 000 habitantes;**

c) **Nível 3: municípios com densidade populacional entre 100 e 1000 habitantes por km² e com população inferior a 25 000 habitantes, bem como municípios com densidade populacional inferior a 100 habitantes por quilómetro quadrado.**

3 — A classificação de cada município segundo os níveis previstos no número anterior consta do anexo I da presente lei, que dela faz parte integrante.

Artigo 5.º

Classificação de freguesias situadas em lugar urbano

1 — Para efeitos da presente lei, considera-se lugar urbano o lugar com população igual ou superior a 2000 habitantes, conforme o anexo II da presente lei, que dela faz parte integrante.

2 — Nos casos em que em cada um dos lugares urbanos ou em lugares urbanos sucessivamente contíguos do município se situe apenas o território de uma freguesia, deve esta ser considerada como não situada em lugar urbano para efeitos da aplicação do n.º 1 do artigo seguinte.

3 — Em casos devidamente fundamentados, a assembleia municipal pode, no âmbito da respetiva pronúncia prevista no artigo 11.º da presente lei, considerar como não situadas nos lugares urbanos do município freguesias que como tal sejam consideradas nos termos dos números anteriores.

4 — Para efeitos do disposto no número anterior, devem ser tomados em consideração, designadamente:

- a) A tipologia predominante das atividades económicas;
- b) O grau de desenvolvimento das atividades geradoras de fluxos significativos de população, bens e informação;
- c) A dimensão e o grau de cobertura das infraestruturas urbanas e da prestação dos serviços associados, nomeada-

mente dos sistemas de transportes públicos, de abastecimento de água e saneamento, de distribuição de energia e de telecomunicações;

d) O nível de aglomeração de edifícios.

Artigo 6.º

Parâmetros de agregação

1 — A reorganização administrativa do território das freguesias deve alcançar os seguintes parâmetros de agregação:

a) Em cada município de nível 1, uma redução global do respetivo número de freguesias correspondente a, no mínimo, 55 % do número de freguesias cujo território se situe, total ou parcialmente, no mesmo lugar urbano ou em lugares urbanos sucessivamente contíguos e 35 % do número das outras freguesias;

b) Em cada município de nível 2, uma redução global do respetivo número de freguesias correspondente a, no mínimo, 50 % do número de freguesias cujo território se situe, total ou parcialmente, no mesmo lugar urbano ou em lugares urbanos sucessivamente contíguos e 30 % do número das outras freguesias;

c) Em cada município de nível 3, uma redução global do respetivo número de freguesias correspondente a, no mínimo, 50 % do número de freguesias cujo território se situe, total ou parcialmente no mesmo lugar urbano ou em lugares urbanos sucessivamente contíguos e 25 % do número das outras freguesias.

2 — Da reorganização administrativa do território das freguesias não pode resultar a existência de freguesias com um número inferior a 150 habitantes.

3 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a reorganização administrativa do território das freguesias não é obrigatória nos municípios em cujo território se situem quatro ou menos freguesias.

4 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2, nos casos em que o cumprimento dos parâmetros de agregação definidos no n.º 1 determine a existência de um número de freguesias inferior a quatro, a pronúncia da assembleia municipal, prevista no artigo 11.º da presente lei, pode contemplar a existência de quatro freguesias no território do respetivo município.

Artigo 7.º

Flexibilidade da pronúncia da assembleia municipal

1 — No exercício da respetiva pronúncia prevista no artigo 11.º da presente lei, a assembleia municipal goza de uma margem de flexibilidade que lhe permite, em casos devidamente fundamentados, propor uma redução do número de freguesias do respetivo município até 20 % inferior ao número global de freguesias a reduzir resultante da aplicação das percentagens previstas no n.º 1 do artigo 6.º

2 — Em casos devidamente fundamentados, a assembleia municipal pode alcançar a redução global do número de freguesias prevista na presente lei aplicando proporções diferentes das consagradas no n.º 1 do artigo 6.º

3 — O disposto no presente artigo não prejudica a obrigação prevista no n.º 2 do artigo 6.º

Artigo 8.º

Orientações para a reorganização administrativa

As entidades que emitam pronúncia ou parecer sobre a reorganização administrativa do território das freguesias ao

abrigo da presente lei consideram as seguintes orientações meramente indicativas:

a) A sede do município deve ser preferencialmente considerada como polo de atração das freguesias que lhe sejam contíguas, independentemente de nestas se situarem ou não lugares urbanos, de modo a promover as respetivas dinâmicas económicas e sociais;

b) As freguesias com um índice de desenvolvimento económico e social mais elevado, um maior número de habitantes e uma maior concentração de equipamentos coletivos devem ser consideradas, no quadro da prestação de serviços públicos de proximidade, como preferenciais polos de atração das freguesias contíguas, sem prejuízo da consagração de soluções diferenciadas em função de razões de natureza histórica, cultural, social ou outras;

c) As freguesias devem ter escala e dimensão demográfica adequadas, que correspondem indicativamente ao máximo de 50 000 habitantes e aos mínimos de:

i) Nos municípios de nível 1, 20 000 habitantes por freguesia no lugar urbano e de 5000 habitantes nas outras freguesias;

ii) Nos municípios de nível 2, 15 000 habitantes por freguesia no lugar urbano e de 3000 nas outras freguesias;

iii) Nos municípios de nível 3, 2500 habitantes por freguesia no lugar urbano e de 500 habitantes nas outras freguesias.

Artigo 9.º

Agregação de freguesias

1 — A freguesia criada por efeito da agregação tem a faculdade de incluir na respetiva denominação a expressão «União das Freguesias», seguida das denominações de todas as freguesias anteriores que nela se agregam.

2 — A freguesia criada por efeito da agregação constitui uma nova pessoa coletiva territorial, dispõe de uma única sede e integra o património, os recursos humanos, os direitos e as obrigações das freguesias agregadas.

3 — A agregação das freguesias não põe em causa o interesse da preservação da identidade cultural e histórica, incluindo a manutenção dos símbolos das anteriores freguesias.

4 — O Governo regula a possibilidade de os interessados nascidos antes da agregação de freguesias prevista na presente lei solicitarem a manutenção no registo civil da denominação da freguesia agregada onde nasceram.

Artigo 10.º

Reforço de competências e recursos financeiros

1 — A reorganização administrativa do território das freguesias é acompanhada de um novo regime de atribuições e competências, que reforça as competências próprias dos órgãos das freguesias e amplia as competências delegáveis previstas na lei, em termos a definir em diploma próprio.

2 — As competências próprias das freguesias podem ser diferenciadas em função das suas específicas características demográficas e abrangem, designadamente, os seguintes domínios, em termos a definir em diploma próprio:

a) Manutenção de instalações e equipamentos educativos;

b) Construção, gestão e conservação de espaços e equipamentos coletivos;

c) Licenciamento de atividades económicas;

d) Apoio social;

e) Promoção do desenvolvimento local.

3 — O reforço das competências próprias das freguesias é acompanhado do reforço das correspondentes transferências financeiras do Estado, calculadas no quadro da despesa histórica suportada pelo respetivo município no âmbito do seu exercício.

4 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a participação no Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) da freguesia criada por agregação é aumentada em 15 % até ao final do mandato seguinte à agregação.

5 — Excetua-se do disposto no número anterior a criação de freguesias por efeito da agregação que não resulte de pronúncia da assembleia municipal conforme com os princípios e parâmetros de agregação previstos na presente lei, não havendo, nesses casos, lugar a qualquer aumento na participação no FFF.

Artigo 11.º

Pronúncia da assembleia municipal

1 — A assembleia municipal delibera sobre a reorganização administrativa do território das freguesias, respeitando os parâmetros de agregação e considerando os princípios e as orientações estratégicas definidos na presente lei, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 6.º e no artigo 7.º

2 — Sempre que a câmara municipal não exerça a iniciativa para a deliberação prevista no número anterior deve apresentar à assembleia municipal um parecer sobre a reorganização do território das freguesias do respetivo município.

3 — A deliberação a que se refere o n.º 1 designa-se pronúncia da assembleia municipal.

4 — As assembleias de freguesia apresentam pareceres sobre a reorganização administrativa territorial autárquica, os quais, quando conformes com os princípios e os parâmetros definidos na presente lei, devem ser ponderados pela assembleia municipal no quadro da preparação da sua pronúncia.

5 — A pronúncia da assembleia municipal deve conter os seguintes elementos:

- a) Identificação das freguesias consideradas como situadas em lugar urbano, nos termos e para os efeitos da presente lei;
- b) Número de freguesias;
- c) Denominação das freguesias;
- d) Definição e delimitação dos limites territoriais de todas as freguesias;
- e) Determinação da localização das sedes das freguesias;
- f) Nota justificativa.

Artigo 12.º

Prazo

A pronúncia da assembleia municipal deve ser entregue à Assembleia da República no prazo máximo de 90 dias a contar da entrada em vigor da presente lei, acompanhada, quando emitidos, dos pareceres das assembleias de freguesia.

Artigo 13.º

Unidade Técnica

1 — É criada a Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território, adiante designada por Unidade Técnica, que funciona junto da Assembleia da República.

2 — A Unidade Técnica é composta por:

- a) Cinco técnicos designados pela Assembleia da República, um dos quais é o presidente;
- b) Um técnico designado pela Direção-Geral da Administração Local;
- c) Um técnico designado pela Direção-Geral do Território;
- d) Cinco técnicos designados pelas comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR), um por cada uma, sob parecer das respetivas comissões permanentes dos conselhos regionais;
- e) Dois representantes designados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- f) Dois representantes designados pela Associação Nacional de Freguesias.

3 — Os técnicos designados pelas CCDR só podem participar e votar nas deliberações relativas a municípios que se integrem no âmbito territorial da respetiva CCDR.

4 — As designações previstas no n.º 2 devem ser comunicadas à Assembleia da República no prazo de 20 dias após a entrada em vigor da presente lei.

Artigo 14.º

Atividade da Unidade Técnica

1 — À Unidade Técnica compete:

- a) Acompanhar e apoiar a Assembleia da República no processo de reorganização administrativa territorial autárquica, nos termos da presente lei;
- b) Apresentar à Assembleia da República propostas concretas de reorganização administrativa do território das freguesias, em caso de ausência de pronúncia das assembleias municipais;
- c) Elaborar parecer sobre a conformidade ou desconformidade das pronúncias das assembleias municipais com o disposto nos artigos 6.º e 7.º da presente lei e apresentá-lo à Assembleia da República;
- d) Propor às assembleias municipais, no caso de desconformidade da respetiva pronúncia, projetos de reorganização administrativa do território das freguesias.

2 — Com exceção dos casos previstos no n.º 3 do artigo 6.º, a deliberação da assembleia municipal que não promova a agregação de quaisquer freguesias é equiparada, para efeitos da presente lei, a ausência de pronúncia.

3 — As propostas, os pareceres e os projetos da Unidade Técnica são emitidos e apresentados no prazo máximo de 20 dias após o termo do prazo previsto no artigo 12.º

4 — Os competentes serviços e organismos da Administração Pública colaboram com a Unidade Técnica e prestam-lhe o apoio técnico, documental e informativo de que esta necessitar para o exercício das suas competências ao abrigo da presente lei.

Artigo 15.º

Desconformidade da pronúncia

1 — Em caso de parecer de desconformidade com o disposto nos artigos 6.º e 7.º da presente lei, a Unidade Técnica elabora e propõe a apresentação à respetiva assembleia municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo anterior, um projeto de reorganização administrativa do território das freguesias, no prazo previsto no n.º 3

do mesmo artigo, dando conhecimento à Assembleia da República.

2 — O projeto apresentado nos termos do número anterior deve, no quadro dos princípios previstos no artigo 3.º e das orientações previstas no artigo 8.º, assegurar o cumprimento do disposto no artigo 6.º

3 — Após a receção do projeto e sem prejuízo do disposto no número anterior, a assembleia municipal pode, no prazo máximo de 20 dias, apresentar um projeto alternativo à Assembleia da República, o qual é apreciado pela Unidade Técnica nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo anterior.

4 — O disposto no n.º 3 do artigo 5.º e no artigo 7.º não é aplicável à pronúncia da assembleia municipal prevista no número anterior.

CAPÍTULO III

Reorganização administrativa do território dos municípios

Artigo 16.º

Fusão de municípios

1 — Os municípios que pretendam concretizar processos de fusão devem, no âmbito da pronúncia prevista no artigo 11.º, apresentar a respetiva proposta à Assembleia da República.

2 — A proposta referida no número anterior deve ser instruída com os seguintes elementos:

- a) Identificação dos municípios a fundir;
- b) Denominação do novo município;
- c) Definição e delimitação dos respetivos limites territoriais;
- d) Determinação da localização da respetiva sede;
- e) Nota justificativa.

3 — No caso de fusão de municípios, a Direção-Geral das Autarquias Locais assegura o acompanhamento e o apoio técnico ao respetivo processo.

4 — Os municípios criados por fusão têm tratamento preferencial no acesso a linhas de crédito asseguradas pelo Estado e no apoio a projetos nos domínios do empreendedorismo, da inovação social e da promoção da coesão territorial.

5 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a participação no Fundo de Garantia Municipal (FGM) do município criado por fusão é aumentada em 15 % até ao final do mandato seguinte à fusão.

Artigo 17.º

Redefinição de circunscrições territoriais

1 — Os municípios que não apresentem propostas de fusão podem propor, no âmbito da pronúncia prevista no artigo 11.º e mediante acordo, a alteração dos respetivos limites territoriais, incluindo a transferência entre si da totalidade ou de parte do território de uma ou mais freguesias.

2 — A redefinição dos limites territoriais do município, caso envolva transferência de freguesias, não prejudica o cumprimento dos parâmetros de agregação definidos no artigo 6.º

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Artigo 18.º

Regiões Autónomas

1 — A presente lei aplica-se em todo o território nacional.

2 — Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, as pronúncias e os projetos previstos nos artigos 11.º e 15.º são entregues às respetivas assembleias legislativas regionais.

Artigo 19.º

Arredondamentos

O resultado da aplicação das percentagens previstas no n.º 1 do artigo 6.º e no n.º 1 do artigo 7.º é calculado segundo as regras gerais do arredondamento.

Artigo 20.º

Contagem dos prazos

A contagem dos prazos previstos na presente lei é feita nos termos previstos no Código de Processo Civil.

Artigo 21.º

Norma revogatória

São revogadas a Lei n.º 11/82, de 2 de junho, a Lei n.º 8/93, de 5 de março, e o artigo 33.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro.

Artigo 22.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 13 de abril de 2012.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

Promulgada em 17 de maio de 2012.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 18 de maio de 2012.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

ANEXO I

(a que se refere o artigo 4.º)

Classificação dos municípios por níveis

Municípios de nível 1

Almada.
Amadora.
Barreiro.
Cascais.
Funchal.
Gondomar.
Lisboa.

Loures.
Maia.
Matosinhos.
Moita.
Odivelas.
Oeiras.
Porto.
Seixal.
Sintra.
Valongo.
Vila nova de gaia.

Municípios de nível 2

Águeda.
Albergaria-a-Velha.
Albufeira.
Alcobaça.
Alenquer.
Amarante.
Anadia.
Angra do Heroísmo.
Aveiro.
Barcelos.
Braga.
Caldas da Rainha.
Câmara de Lobos.
Coimbra.
Entroncamento.
Espinho.
Esposende.
Estarreja.
Fafe.
Faro.
Felgueiras.
Figueira da Foz.
Guimarães.
Ílhavo.
Lagos.
Lamego.
Leiria.
Lourinhã.
Lousada.
Mafra.
Marco de Canaveses.
Marinha Grande.
Montemor-o-Velho.
Montijo.
Olhão.
Oliveira de Azeméis.
Ourém.
Ovar.
Paços de Ferreira.
Palmela.
Paredes.
Penafiel.
Peniche.
Ponta Delgada.
Ponte de Lima.
Portimão.
Póvoa de Varzim.
Ribeira Grande.
Santa Cruz.
Santa Maria da Feira.
Santo Tirso.
Santarém.

São João da Madeira.
Sesimbra.
Setúbal.
Tomar.
Torres Novas.
Torres Vedras.
Trofa.
Viana do Castelo.
Vila do Conde.
Vila Franca de Xira.
Vila Nova de Famalicão.
Vila Real.
Vila Verde.
Viseu.
Vizela.

Municípios de nível 3

Abrantes.
Aguiar da Beira.
Alandroal.
Alcácer do Sal.
Alcanena.
Alcochete.
Alcoutim.
Alfândega da Fé.
Alijó.
Aljezur.
Aljustrel.
Almeida.
Almeirim.
Almodôvar.
Alpiarça.
Alter do Chão.
Alvaiázere.
Alvito.
Amares.
Ansião.
Arcos de Valdevez.
Arganil.
Armamar.
Arouca.
Arraiolos.
Arronches.
Arruda dos Vinhos.
Avis.
Azambuja.
Baião.
Barrancos.
Batalha.
Beja.
Belmonte.
Benavente.
Bombarral.
Borba.
Boticas.
Bragança.
Cabeceiras de Basto.
Cadaval.
Calheta.
Calheta (São Jorge).
Caminha.
Campo Maior.
Cantanhede.
Carraceda de Ansiães.
Carregal do Sal.

Cartaxo.
 Castanheira de Pera.
 Castelo Branco.
 Castelo de Paiva.
 Castelo de Vide.
 Castro Daire.
 Castro Marim.
 Castro Verde.
 Celorico da Beira.
 Celorico de Basto.
 Chamusca.
 Chaves.
 Cinfães.
 Condeixa-a-Nova.
 Constância.
 Coruche.
 Corvo.
 Covilhã.
 Crato.
 Cuba.
 Elvas.
 Estremoz.
 Évora.
 Ferreira do Alentejo.
 Ferreira do Zêzere.
 Figueira de Castelo Rodrigo.
 Figueiró dos Vinhos.
 Fornos de Algodres.
 Freixo de Espada à Cinta.
 Fronteira.
 Fundão.
 Gavião.
 Góis.
 Golegã.
 Gouveia.
 Grândola.
 Guarda.
 Horta.
 Idanha-a-Nova.
 Lagoa.
 Lagoa (Açores).
 Lajes das Flores.
 Lajes do Pico.
 Loulé.
 Lousã.
 Mação.
 Macedo de Cavaleiros.
 Machico.
 Madalena.
 Mangualde.
 Manteigas.
 Marvão.
 Mealhada.
 Meda.
 Melgaço.
 Mértola.
 Mesão Frio.
 Mira.
 Miranda do Corvo.
 Miranda do Douro.
 Mirandela.
 Mogadouro.
 Moimenta da Beira.
 Monção.
 Monchique.
 Mondim de Basto.
 Monforte.
 Montalegre.
 Montemor-o-Novo.
 Mora.
 Mortágua.
 Moura.
 Mourão.
 Murça.
 Murtosa.
 Nazaré.
 Nelas.
 Nisa.
 Nordeste.
 Óbidos.
 Odemira.
 Oleiros.
 Oliveira de Frades.
 Oliveira do Bairro.
 Oliveira do Hospital.
 Ourique.
 Pampilhosa da Serra.
 Paredes de Coura.
 Pedrógão Grande.
 Penacova.
 Penalva do Castelo.
 Penamacor.
 Penedono.
 Penela.
 Peso da Régua.
 Pinhel.
 Pombal.
 Ponta do Sol.
 Ponte da Barca.
 Ponte de Sor.
 Portalegre.
 Portel.
 Porto de Mós.
 Porto Moniz.
 Porto Santo.
 Póvoa de Lanhoso.
 Povoação.
 Proença-a-Nova.
 Redondo.
 Reguengos de Monsaraz.
 Resende.
 Ribeira Brava.
 Ribeira de Pena.
 Rio Maior.
 Sabrosa.
 Sabugal.
 Salvaterra de Magos.
 Santa Comba Dão.
 Santa Cruz da Graciosa.
 Santa Cruz das Flores.
 Santa Marta de Penaguião.
 Santana.
 Santiago do Cacém.
 São Brás de Alportel.
 São João da Pesqueira.
 São Pedro do Sul.
 São Roque do Pico.
 São Vicente.
 Sardoal.
 Sátão.

Seia.
 Sernancelhe.
 Serpa.
 Sertã.
 Sever do Vouga.
 Silves.
 Sines.
 Sobral de Monte Agraço.
 Soure.
 Sousel.
 Tábua.
 Tabuaço.
 Tarouca.
 Tavira.
 Terras de Bouro.
 Tondela.
 Torre de Moncorvo.
 Trancoso.
 Vagos.
 Vale de Cambra.
 Valença.
 Valpaços.
 Velas.
 Vendas Novas.
 Viana do Alentejo.
 Vidigueira.
 Vieira do Minho.
 Vila da Praia da Vitória.
 Vila de Rei.
 Vila do Bispo.
 Vila do Porto.
 Vila Flor.
 Vila Franca do Campo.
 Vila Nova da Barquinha.
 Vila Nova de Cerveira.
 Vila Nova de Foz Coa.
 Vila Nova de Paiva.
 Vila Nova de Poiares.
 Vila Pouca de Aguiar.
 Vila Real de Santo António.
 Vila Velha de Ródão.
 Vila Viçosa.
 Vimioso.
 Vinhais.
 Vouzela.

ANEXO II

(a que se refere o artigo 5.º)

Lista de lugares urbanos por município

Município	Lugar urbano
Abrantes	Abrantes. Pego.
Águeda	Tramagal. Águeda. Fermentelos. Mourisca.
Albergaria-a-Velha	Albergaria-a-Velha.
Albufeira	Albufeira. Ferreiras.
Alcácer do Sal	Alcácer do Sal.
Alcanena	Alcanena.
Alcobaça	Mínde. Alcobaça. Benedita.

Município	Lugar urbano
Alcochete	Pataias. São Martinho do Porto. Alcochete.
Alenquer	Samouco. Alenquer. Carregado.
Alfândega da Fé	Alfândega da Fé.
Aljustrel	Aljustrel.
Almada	Almada. Alto do Índio. Aroeira. Botequim. Chameca de Caparica. Costa da Caparica. Monte de Caparica. Pinhal do Vidal. Quintinhas. Sobreda. Trafaria. Vale Cavala. Vale Fetal. Vale Figueira. Vale Flores. Vale Rosal. Vila Nova.
Almeida	Vilar Formoso.
Almeirim	Almeirim. Fazendas de Almeirim.
Almodôvar	Almodôvar.
Alpiarça	Alpiarça.
Alter do Chão	Alter do Chão.
Amadora	Amadora.
Amarante	Amarante. Vila Meã.
Amares	Amares.
Anadia	Anadia.
Angra do Heroísmo	Angra do Heroísmo. São Mateus. Terra Chã.
Arcos de Valdevez	Arcos de Valdevez.
Arganil	Arganil.
Arouca	Arouca.
Arraiolos	Arraiolos.
Arruda dos Vinhos	Arruda dos Vinhos.
Aveiro	Aveiro. Azurva. Cacia. Eixo. Quinta do Picado. Aveiras de Cima. Azambuja. Baião.
Azambuja	Barcelos. Barreiro. Lavradio. Mata dos Loios. Quinta da Lomba. Vila Chã.
Baião	Beja.
Barcelos	Belmonte.
Barreiro	Benavente. Porto Alto. Samora Correia.
Beja	Bombarral.
Belmonte	Borba.
Benavente	Braga.
Bombarral	Bragança.
Borba	Cabeceiras de Basto.
Braga	Cadaval.
Bragança	Caldas da Rainha.
Cabeceiras de Basto	Câmara de Lobos.
Cadaval	Estreito de Câmara de Lobos.
Caldas da Rainha	Caminha.
Câmara de Lobos	Vila Praia de Âncora.
Caminha	Campo Maior.
Campo Maior	Ançã.
Cantanhede	Cantanhede.

Município	Lugar urbano	Município	Lugar urbano
Cartaxo	Cartaxo.	Felgueiras	Felgueiras.
Cascais	Vila Chã de Ourique.	Lixa.	Lixa.
	Abóboda.	Torrados/Sousa.	Torrados/Sousa.
	Alapraia.	Ferreira do Alentejo.	Ferreira do Alentejo.
	Alcabideche.	Figueira da Foz	Figueira da Foz.
	Alcoitão.	Tavarede.	Tavarede.
	Alvide.	Figueira de Castelo Rodrigo	Figueira de Castelo Rodrigo.
	Amoreira.	Freixo de Espada à Cinta	Freixo de Espada à Cinta.
	Bairro da Cruz Vermelha.	Funchal	Funchal.
	Bairro do Rosário.	Fundão	Fundão.
	Bicesse.	Golegã	Golegã.
	Cabeço de Mouro.	Gondomar	Fânzeres.
	Capande.	Gondomar.	Gondomar.
	Carcavelos.	Rio Tinto.	Rio Tinto.
	Cascais.	São Pedro da Cova.	São Pedro da Cova.
	Estoril.	Valbom.	Valbom.
	Fontainhas.	Gouveia	Gouveia.
	Madorna.	Grândola.	Grândola.
	Manique.	Guarda	Guarda.
	Matarraque.	Brito.	Brito.
	Mato Cheirinhos.	Caldelas das Taipas.	Caldelas das Taipas.
	Monte Estoril.	Guimarães.	Guimarães.
	Murtal.	Lordelo.	Lordelo.
	Outeiro de Polima.	Moreira de Cónegos.	Moreira de Cónegos.
	Pai do Vento.	Pevidém.	Pevidém.
	Pampilheira.	Ponte.	Ponte.
	Parede.	Ronfe.	Ronfe.
	Penedo.	São Torcato.	São Torcato.
	Rana.	Serzedelo.	Serzedelo.
	São Domingos de Rana.	Horta	Horta.
	São João do Estoril.	Idanha-a-Nova	Idanha-a-Nova.
	São Miguel das Encostas.	Ílhavo	Gafanha da Encarnação.
	São Pedro do Estoril.	Gafanha da Nazaré.	Gafanha da Nazaré.
	Sassoeiros.	Ílhavo.	Ílhavo.
	Tires.	Lagoa (Açores)	Água de Pau.
	Torre.	Lagoa	Lagoa.
	Trajouce.	Lagoa	Lagoa.
	Zambujal.	Mexilhoira da Carregação.	Mexilhoira da Carregação.
Castelo Branco	Alcains.	Lagos	Lagos.
	Castelo Branco.	Lamego	Lamego.
Castelo de Paiva	Castelo de Paiva.	Leiria	Leiria.
	Raiva.	Lisboa	Lisboa.
	Santa Maria de Sardoura.	Loulé	Almancil.
Castelo de Vide	Castelo de Vide.	Loulé.	Loulé.
Castro Daire	Castro Daire.	Quarteira.	Quarteira.
Castro Verde	Castro Verde.	Vilamoura.	Vilamoura.
Celorico da Beira	Celorico da Beira.	Bobadela.	Bobadela.
Celorico de Basto	Celorico de Basto.	Camarate.	Camarate.
Chamusca	Chamusca.	Catujal.	Catujal.
Chaves	Chaves.	Loures.	Loures.
Coimbra	Coimbra.	Moscavide.	Moscavide.
	São Silvestre.	Portela.	Portela.
Condeixa-a-Nova	Condeixa-a-Nova.	Prior Velho.	Prior Velho.
Coruche	Coruche.	Quinta da Fonte.	Quinta da Fonte.
	Foros de Coruche.	Sacavém.	Sacavém.
Covilhã	Cantar-Galo.	Santa Iria de Azoia.	Santa Iria de Azoia.
	Covilhã.	São João da Talha.	São João da Talha.
	Teixoso.	Unhos.	Unhos.
	Tortozendo.	Lourinhã.	Lourinhã.
Cuba	Cuba.	Lousã	Lousã.
Elvas	Elvas.	Lousada	Lousada.
Entroncamento	Entroncamento.	Lousada	Senhora Aparecida.
Espinho	Anta.	Macedo de Cavaleiros	Macedo de Cavaleiros.
	Espinho.	Machico	Machico.
	Paramos.	Mafra	Ericeira.
Esposende	Apúlia.	Mafra.	Mafra.
	Esposende.	Malveira.	Malveira.
	Fão.	Póvoa da Galega.	Póvoa da Galega.
	Forjães.	Venda do Pinheiro.	Venda do Pinheiro.
Estarreja	Estarreja.	Águas Santas.	Águas Santas.
Estremoz	Estremoz.	Castêlo da Maia.	Castêlo da Maia.
Évora	Bairro dos Canaviais.	Folgosa.	Folgosa.
	Évora.	Maia.	Maia.
Fafe	Arões (São Romão).	Milheirós.	Milheirós.
	Fafe.	Moreira.	Moreira.
Faro	Faro.	Nogueira.	Nogueira.
	Montenegro.	Pedrouços.	Pedrouços.

Município	Lugar urbano	Município	Lugar urbano
	Silva Escura.		Cruz Quebrada-Dafundo.
	Vila Nova da Telha.		Laveiras.
Mangualde	Mangualde.		Linda-a-Velha.
Manteigas	Manteigas.		Miraflares.
Marco de Canaveses	Marco de Canaveses.		Murganhal.
	Vila de Alpendorada.		Oeiras.
Marinha Grande	Embra.		Outurela-Portela.
	Marinha Grande.		Paço de Arcos.
	Ordem.		Porto Salvo.
	Vieira de Leiria.		Queijas.
Matosinhos	Custoias.		Queluz de Baixo.
	Guiões.		Tercena.
	Lavra.	Olhão	Fuseta.
	Leça do Balio.		Olhão.
	Matosinhos.	Oliveira de Azeméis	Cesar.
	Perafita.		Nogueira do Cravo.
	Santa Cruz do Bispo.		Oliveira de Azeméis.
	São Mamede de Infesta.		Pinheiro da Bemposta.
	Senhora da Hora.		Vila de Cucujães.
Mealhada	Mealhada.	Oliveira de Frades	Oliveira de Frades.
	Pampilhosa.	Oliveira do Bairro	Oliveira do Bairro.
Meda	Meda.	Oliveira do Hospital	Oliveira do Hospital.
Melgaço	Melgaço.	Ourém	Fátima.
Mira	Mira.		Ourém.
	Praia de Mira.	Ovar	Furadouro.
Miranda do Corvo	Miranda do Corvo.		Ovar.
Miranda do Douro	Miranda do Douro.		Praia.
Mirandela	Mirandela.		São João.
Mogadouro	Mogadouro.	Paços de Ferreira	Carvalhosa.
Moimenta da Beira	Moimenta da Beira.		Frazão.
Moita	Alhos Vedros.		Freamunde.
	Arroteias.		Paços de Ferreira.
	Bairro Gouveia.	Palmela	Aires.
	Baixa da Banheira.		Cabanas.
	Fonte da Prata.		Palmela.
	Moita.		Pinhal Novo.
	Vale da Amoreira.		Quinta do Anjo.
Monção	Monção.	Paredes	Baltar.
Monchique	Monchique.		Cete.
Montemor-o-Novo	Montemor-o-Novo.		Gandra.
Montemor-o-Velho	Carapinheira.		Lordelo.
	Pereira.		Paredes.
Montijo	Montijo.		Rebordosa.
	Samouco.		Recarei.
Mora	Mora.		Sobreira.
Moura	Amareleja.		Vilela.
	Moura.	Penafiel	Abragão.
Murça	Murça.		Paço de Sousa.
Murtosa	Bunheiro.		Penafiel.
	Murtosa.		Rio de Moinhos.
	Torreira.	Peniche	Atouguia da Baleia.
Nazaré	Nazaré.		Ferrel.
	Valado de Frades.		Peniche.
Nelas	Canas de Senhorim.	Peso da Régua	Peso da Régua.
	Nelas.	Pinhel	Pinhel.
Nisa	Nisa.	Pombal	Pombal.
Óbidos	Gaeiras.	Ponta Delgada	Arrifes.
Odemira	Odemira.		Capelas.
	São Teotónio.		Fajã de Baixo.
	Vila Nova de Milfontes.		Fajã de Cima.
Odivelas	Bairros Casal Novo e Moinho do		Livramento.
	Baeta.		Ponta Delgada.
	Caneças.		Relva.
	Famões.		São Roque.
	Odivelas.		São Vicente.
	Olivai Basto.	Ponte da Barca	Ponte da Barca.
	Paiã.	Ponte de Lima	Arcozelo.
	Pontinha.		Ponte de Lima.
	Póvoa de Santo Adrião.	Ponte de Sor	Ponte de Sor.
	Presa.	Portalegre	Portalegre.
	Ramada.	Portel	Portel.
	Serra da Luz.	Portimão	Pedra Mourinha-Vale Lagar.
Oeiras	Algés.		Portimão.
	Barcarena.	Porto	Porto.
	Camaxide.	Porto de Mós	Mira de Aire.
	Casal da Choca.	Póvoa de Lanhoso	Póvoa de Lanhoso.
	Caxias.	Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim.

Município	Lugar urbano	Município	Lugar urbano
Proença-a-Nova	São Pedro de Rates.	Sertã	Sertã.
Redondo	Proença-a-Nova.	Sesimbra	Almoinha.
Reguengos de Monsaraz	Redondo.		Boa Água.
Resende	Reguengos de Monsaraz.		Quinta do Conde.
Ribeira Grande	Resende.	Setúbal	Sesimbra.
	Pico da Pedra.		Brejos de Clérigo.
	Rabo de Peixe.		Praias do Sado.
	Ribeira Grande.		Santo Ovídio.
	Ribeira Seca.		Setúbal.
	Ribeirinha.		Vila Nogueira de Azeitão.
Rio Maior	Rio Maior.	Silves	Armação de Pera.
Salvaterra de Magos	Foros de Salvaterra.		São Bartolomeu de Messines.
	Glória do Ribatejo.		Silves.
	Marinhais.	Sines	Sines.
	Salvaterra de Magos.	Sintra	Abrunheira.
Santa Comba Dão	Santa Comba Dão.		Aguilva-Cacém.
Santa Cruz	Abegoaria.		Albarraque.
	Livramento.		Algueirão-Mem Martins.
	Quinta.		Belas.
Santa Maria da Feira	Argoncilhe.		Beloura.
	Arnãfana.		Casal da Barota.
	Caldas de São Jorge.		Casal da Carregueira.
	Canedo.		Casal de Cambra.
	Fiães.		Idanha.
	Lobão.		Lourel.
	Lourosa.		Mercês.
	Mozelos.		Paiões.
	Nogueira da Regedoura.		Queluz.
	Paços de Brandão.		Rinchoa.
	Rio Meão.		Rio de Mouro.
	Santa Maria da Feira.		Serra das Minas.
	Santa Maria de Lamas.		Sintra.
	São João de Ver.		Varge Mondar.
	São Miguel de Souto.	Sobral de Monte Agraço	Sobral de Monte Agraço.
	São Paio de Oleiros.	Tábua	Tábua.
Santarém	Santarém.	Tavira	Tavira.
	Vale de Santarém.	Tomar	Tomar.
Santiago do Cacém	Santiago do Cacém.	Tondela	Tondela.
	Vila Nova de Santo André.	Torre de Moncorvo	Torre de Moncorvo.
Santo Tirso	Rebordões.	Torres Novas	Riachos.
	São Martinho do Campo.		Torres Novas.
	Santo Tirso.	Torres Vedras	Torres Vedras.
	São Tomé de Negrelos.	Trancoso	Trancoso.
	Vila das Aves.	Trofa	Trofa.
	Vilarinho.		Vila do Coronado.
São Brás de Alportel	São Brás de Alportel.	Vagos	Vagos.
São João da Madeira	São João da Madeira.	Vale de Cambra	Vale de Cambra.
São Pedro do Sul	São Pedro do Sul.	Valença	Valença.
Sátão	Sátão.	Valongo	Campo.
Seia	São Romão.		Ermesinde.
	Seia.		São Vicente de Alfena.
Seixal	Aldeia de Paio Pires.		Sobrado.
	Alto do Moinho.		Valongo.
	Amora.	Valpaços	Valpaços.
	Casal do Marco.	Vendas Novas	Vendas Novas.
	Cavaquinhas.	Viana do Alentejo	Viana do Alentejo.
	Corroios.	Viana do Castelo	Alvarães.
	Cruz de Pau.		Anha.
	Fernão Ferro.		Barroselas.
	Fogueteiro.		Darque.
	Foros de Amora.		Viana do Castelo.
	Laranjeiras.	Vidigueira	Vidigueira.
	Miratejo.	Vila da Praia da Vitória	Lajes.
	Murtínheira.		Praia da Vitória.
	Paivas.	Vila do Conde	Areia.
	Pinhal do General.		Vila do Conde.
	Pinhal do Vidal.	Vila Flor	Vila Flor.
	Pinhal dos Frades.	Vila Franca de Xira	Alhandra.
	Quinta da Boa Hora.		Alverca do Ribatejo.
	Redondos.		Arcena.
	Santa Marta do Pinhal.		Bom Retiro.
	Seixal.		Bom Sucesso.
	Torre da Marinha.		Castanheira do Ribatejo.
Serpa	Vale de Milhaços.		Forte da Casa.
	Pias.		Póvoa de Santa Iria.
	Serpa.		
	Vila Nova de São Bento.		

Município	Lugar urbano
	Povos.
	Sobralinho.
	Vialonga.
Vila Franca do Campo	Vila Franca de Xira.
	Ponta Garça.
Vila Nova de Famalicão	Vila Franca do Campo.
	Joane.
	Riba de Ave.
	Ribeirão.
Vila Nova de Foz Coa	Vila Nova de Famalicão.
Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Foz Coa.
	Arcozelo.
	Avintes.
	Canelas.
	Crestuma.
	Grijó.
	Lever.
	Olival.
	Pedroso.
	Perosinho.
	Sandim.
	São Félix da Marinha.
	Serzedo.
Vila Pouca de Aguiar	Vila Nova de Gaia.
Vila Real	Vila Pouca de Aguiar.
Vila Real de Santo António	Vila Real.
	Monte Gordo.
Vila Verde	Vila Real de Santo António.
	Vila de Prado.
	Vila Verde.
Vila Viçosa	Vila Viçosa.
Vinhais	Vinhais.
Viseu	Abraveses.
	Ranhados.
	Repeses.
	São Salvador.
	Viseu.
Vizela	Vizela.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

Declaração de Retificação n.º 27/2012

Nos termos das disposições conjugadas da alínea r) do n.º 2 do artigo 2.º e do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 4/2012, de 16 de janeiro, declara-se que a Portaria n.º 119/2012, de 30 de abril, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 84, de 30 de abril de 2012, saiu com a seguinte inexatidão, que, mediante declaração da entidade emitente, assim se retifica:

No quadro do artigo 1.º, onde se lê:

Classes de habilitações	Valores máximos das obras permitidas (em euros)
1	Até 170 000
2	Até 350 000
3	Até 700 000
4	Até 1 400 000
5	Até 2 800 000
6	Até 5 500 000
7	Até 11 000 000
8	Até 17 000 000
9	Acima de 17 000 000

deve ler-se:

Classes de habilitações	Valores máximos das obras permitidas (em euros)
1	Até 166 000
2	Até 332 000
3	Até 664 000
4	Até 1 328 000
5	Até 2 656 000
6	Até 5 312 000
7	Até 10 624 000
8	Até 16 600 000
9	Acima de 16 600 000

Secretaria-Geral, 28 de maio de 2012. — O Secretário-Geral, *José Maria Belo de Sousa Rego*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Aviso n.º 46/2012

Por ordem superior se torna público ter o Reino da Bélgica depositado junto do Secretário-Geral do Conselho da Europa, a 27 de abril de 2012, o seu instrumento de ratificação ao Protocolo n.º 7 à Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais.

Portugal é Parte neste Protocolo, aberto à assinatura em Estrasburgo, a 22 de novembro de 1984, aprovado para ratificação pela Resolução da Assembleia da República n.º 22/90, de 27 de setembro, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 224, ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 51/90, de 27 de setembro, e publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 224, tendo depositado o seu instrumento de ratificação junto do Secretário-Geral do Conselho da Europa conforme o Aviso n.º 264/2005, de 21 de junho.

A Convenção entrou em vigor na ordem jurídica portuguesa a 1 de março de 2005.

Direção-Geral de Política Externa, 18 de maio de 2012. — O Diretor-Geral, *Rui Filipe Monteiro Belo Macieira*.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Assembleia Legislativa

Decreto Legislativo Regional n.º 22/2012/A

Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário

O regime de recrutamento e seleção de pessoal docente, para o exercício de funções no sistema educativo da Região Autónoma dos Açores, respeitante à rede pública, encontra-se regulado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2003/A, de 9 de junho.

Decorrida quase uma década sobre a sua implementação, e atendendo à melhoria contínua da qualidade do serviço docente prestado, assim como à crescente estabilidade do corpo docente da Região, verifica-se a necessidade da revisão daquele regulamento, por forma a que continue a

ANEXO G - Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, procede à reorganização administrativa do território das freguesias

552-(2)

Diário da República, 1.ª série — N.º 19 — 28 de janeiro de 2013

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 11-A/2013

de 28 de janeiro

Reorganização administrativa do território das freguesias

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

1 — A presente lei dá cumprimento à obrigação de reorganização administrativa do território das freguesias constante da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio.

2 — A reorganização administrativa das freguesias é estabelecida através da criação de freguesias por agregação ou por alteração dos limites territoriais de acordo com os princípios, critérios e parâmetros definidos na Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, com as especificidades previstas na presente lei.

Artigo 2.º

Freguesias

1 — Considera-se criada por agregação a freguesia cuja circunscrição territorial corresponda à área e aos limites territoriais das freguesias agregadas, nos termos do n.º 2 do artigo seguinte.

2 — Considera-se criada por alteração dos limites territoriais a freguesia cuja circunscrição territorial constitua o resultado de alterações das circunscrições territoriais de outras freguesias, independentemente da agregação destas.

Artigo 3.º

Criação e limites territoriais

1 — São criadas as freguesias constantes das colunas B e C do anexo I da presente lei, que dela faz parte integrante.

2 — A circunscrição territorial das freguesias criadas por agregação corresponde à área e aos limites territoriais das freguesias agregadas.

3 — A circunscrição territorial das freguesias criadas por alteração dos limites territoriais, bem como das freguesias que foram objeto de mera alteração dos seus limites territoriais, é a que consta do anexo II da presente lei, que dela faz parte integrante.

4 — Os limites territoriais constantes do anexo II da presente lei correspondem à representação cartográfica dos limites administrativos das freguesias segundo o sistema de referência PT-TM06/ETRS89 (European Terrestrial Reference System 1989) com a indicação da escala gráfica e conforme as coordenadas M e P da respetiva representação cartográfica.

5 — Os limites territoriais dos municípios da Golegã e de Santarém são alterados pela transferência da freguesia de Pombalinho para o município da Golegã de acordo com o constante dos anexos I e II da presente lei.

6 — Na coluna D do anexo I são identificadas as freguesias que resultam da aplicação da presente lei.

Artigo 4.º

Cessação jurídica e identidade

A criação de uma freguesia por agregação determina a cessação jurídica das autarquias locais agregadas nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 9.º, sem prejuízo da manutenção da sua identidade histórica, cultural e social, conforme estabelece a Lei n.º 22/2012, de 30 de maio.

Artigo 5.º

Sedes das freguesias

1 — No prazo de 90 dias após a instalação dos órgãos que resultem das eleições gerais das autarquias locais, a realizar em 2013, a assembleia de freguesia delibera a localização da sede.

2 — A assembleia de freguesia deve comunicar a localização da sede da freguesia à Direção-Geral das Autarquias Locais, para todos os efeitos administrativos relevantes.

3 — Na ausência da deliberação ou comunicação referidas nos números anteriores e enquanto estas não se realizarem, a localização das sedes das freguesias é a constante da coluna E do anexo I da presente lei.

Artigo 6.º

Transmissão global de direitos e deveres

1 — A freguesia criada por agregação integra o património mobiliário e imobiliário, os ativos e passivos, legais e contabilísticos, e assume todos os direitos e deveres, bem como as responsabilidades legais, judiciais e contratuais das freguesias agregadas.

2 — O disposto no número anterior inclui os contratos de trabalho e demais vínculos laborais nos quais sejam parte as freguesias agregadas.

3 — A presente lei constitui título bastante para todos os efeitos legais decorrentes do disposto nos números anteriores, incluindo os efeitos matriciais e registrais.

4 — Sem prejuízo de outras formas de cessação da validade, consideram-se válidos os registos anteriores à data de entrada em vigor da presente lei que mencionem as freguesias objeto de agregação.

5 — O Governo regula a possibilidade de os interessados nascidos antes da data de entrada em vigor da presente lei solicitarem a manutenção no registo civil da denominação da freguesia onde nasceram.

Artigo 7.º

Comissão instaladora da freguesia criada por alteração dos limites territoriais

1 — A instituição da freguesia criada por alteração dos limites territoriais, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º, será realizada por uma comissão instaladora que funcionará no período de quatro meses que antecede o termo do mandato autárquico em curso.

2 — Para o efeito consignado no número anterior, cabe à comissão instaladora promover as ações necessárias à instalação dos órgãos autárquicos da nova freguesia e executar todos os demais atos preparatórios estritamente necessários à discriminação dos bens, direitos e obrigações, bem como das responsabilidades legais, judiciais e contratuais a transferir para a nova freguesia.

3 — A comissão instaladora é nomeada pela câmara municipal com a antecedência mínima de 15 dias sobre o início de funções nos termos do n.º 1 do presente artigo, devendo integrar, em igual número:

- a) Cidadãos eleitores da área da freguesia criada por alteração dos limites territoriais;
- b) Membros dos órgãos deliberativo e executivo quer do município quer da freguesia criada por alteração dos limites territoriais.

4 — Na designação referida na alínea a) do número anterior, serão considerados os resultados das últimas eleições para as assembleias de freguesia de onde a freguesia criada por alteração dos limites territoriais é originária.

Artigo 8.º

Recursos financeiros

1 — As transferências financeiras do Estado para as freguesias criadas por agregação são de montante igual à soma dos montantes a que cada uma das freguesias agregadas tinha direito no Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF).

2 — É aumentada em 15 %, até ao final do mandato iniciado com a realização das eleições gerais para os órgãos das autarquias locais, em 2013, a participação no FFF da freguesia criada por agregação através de pronúncia da assembleia municipal, nos termos do disposto na Lei n.º 22/2012, de 30 de maio.

Artigo 9.º

Entrada em vigor e produção de efeitos

1 — A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

2 — Na preparação e realização das eleições gerais para os órgãos das autarquias locais, a realizar em 2013, em Portugal continental, são consideradas as freguesias constantes da coluna D do anexo I da presente lei.

3 — As freguesias agregadas e as que derem origem a freguesias criadas por alteração dos limites territoriais, constantes da coluna A do anexo I, mantêm a sua existência até às eleições gerais para os órgãos das autarquias locais de 2013, momento em que será eficaz a sua cessação jurídica.

4 — Fica excluído do âmbito de aplicação da presente lei o disposto no n.º 2 do artigo 18.º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, bem como na Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro.

Aprovada em 21 de dezembro de 2012.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

Promulgada em 16 de janeiro de 2013.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 16 de janeiro de 2013.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

Município de Vila Nova de Poiares

Coluna A	Coluna B	Coluna C	Coluna D	Coluna E
Freguesias a agregar	Freguesias criadas por agregação	Freguesias criadas por alteração dos limites territoriais	Total de freguesias	Sede
Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	ARRIFANA	ARRIFANA
			LAVEGADAS	LAVEGADAS
			POIARES (SANTO ANDRÉ)	POIARES (SANTO ANDRÉ)
			SÃO MIGUEL DE POIARES	SÃO MIGUEL DE POIARES

Município de Vila Pouca de Aguiar

Coluna A	Coluna B	Coluna C	Coluna D	Coluna E		
Freguesias a agregar	Freguesias criadas por agregação	Freguesias criadas por alteração dos limites territoriais	Total de freguesias	Sede		
AFONSIM	ALVÃO	Nenhuma	ALVÃO	CARRAZEDO DO ALVÃO		
GOUVÂES DA SERRA						
LIXA DO ALVÃO						
SANTA MARTA DA MONTANHA						
PARADA DE MONTEIROS	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PENSALVOS E PARADA DE MONTEIROS		Nenhuma	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PENSALVOS E PARADA DE MONTEIROS	PENSALVOS	
PENSALVOS						
					ALFARELA DE JALES	ALFARELA DE JALES
					BORNES DE AGUIAR	BORNES DE AGUIAR
					BRAGADO	BRAGADO
					CAPELUDOS	CAPELUDOS
					SABROSO DE AGUIAR	SABROSO DE AGUIAR
					SOUTELO DE AGUIAR	SOUTELO DE AGUIAR
					TELÕES	TELÕES
					TRESMINAS	TRESMINAS
				VALOURA	VALOURA	
				VILA POUCA DE AGUIAR	VILA POUCA DE AGUIAR	
				VREIA DE BORNES	VREIA DE BORNES	
				VREIA DE JALES	VREIA DE JALES	

Município de Vila Real

Coluna A	Coluna B	Coluna C	Coluna D	Coluna E	
Freguesias a agregar	Freguesias criadas por agregação	Freguesias criadas por alteração dos limites territoriais	Total de freguesias	Sede	
VILA REAL (NOSSA SENHORADA CONCEIÇÃO)	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA REAL (NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, SÃO PEDRO E SÃO DINIS)	Nenhuma	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA REAL (NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, SÃO PEDRO E SÃO DINIS)	SÃO DINIS, ANTIGA ESCOLADOSQUINCHOSOS	
VILA REAL (SÃO PEDRO)					
VILA REAL (SÃO DINIS)					
BORBELA	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BORBELA E LAMAS DE OLO		UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BORBELA E LAMAS DE OLO		BORBELA
LAMAS DE OLO					

Coluna A	Coluna B	Coluna C	Coluna D	Coluna E
Freguesias a agregar	Freguesias criadas por agregação	Freguesias criadas por alteração dos limites territoriais	Total de freguesias	Sede
PENA QUINTÁ VILA COVA	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PENA, QUINTÁ E VILA COVA	Nenhuma	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PENA, QUINTÁ E VILA COVA	PENA
SÃO TOMÉ DO CASTELO JUSTES	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SÃO TOMÉ DO CASTELO E JUSTES		UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SÃO TOMÉ DO CASTELO E JUSTES	SÃO TOMÉ DO CASTELO
MOUÇÓS LAMARES	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MOUÇÓSELAMARES		UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MOUÇÓSELAMARES	MOUÇÓS
NOGUEIRA ERMIDA	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE NOGUEIRAEERMIDA		UNIÃO DAS FREGUESIAS DE NOGUEIRAEERMIDA	NOGUEIRA
ADOUFE VILARINHO DE SAMARDÁ	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ADOUFE E VILARINHO DE SAMARDÁ		UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ADOUFE E VILARINHO DE SAMARDÁ	ADOUFE
CONSTANTIM VALE DE NOGUEIRAS	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CONSTANTIM E VALE DE NOGUEIRAS		UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CONSTANTIM E VALE DE NOGUEIRAS	CONSTANTIM
			ABAÇAS	ABAÇAS
			ANDRÃES	ANDRÃES
			ARROIOS	ARROIOS
			CAMPEÃ	CAMPEÃ
			FOLHADELA	FOLHADELA
			GUIÃES	GUIÃES
			LORDELO	LORDELO
			MATEUS	MATEUS
		MONDRÕES	MONDRÕES	
		PARADA DE CUNHOS	PARADA DE CUNHOS	
		TORGUEDA	TORGUEDA	
		VILA MARIM	VILA MARIM	

Município de Vila Real de Santo António

Coluna A	Coluna B	Coluna C	Coluna D	Coluna E
Freguesias a agregar	Freguesias criadas por agregação	Freguesias criadas por alteração dos limites territoriais	Total de freguesias	Sede
Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	MONTE GORDO	MONTE GORDO
			VILA NOVA DE CACELA	VILA NOVA DE CACELA
			VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Município de Vila Velha de Ródão

Coluna A	Coluna B	Coluna C	Coluna D	Coluna E
Freguesias a agregar	Freguesias criadas por agregação	Freguesias criadas por alteração dos limites territoriais	Total de freguesias	Sede
Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	FRATEL	FRATEL

ANEXO H - Mapa n.º 4-A/2013, número de eleitores inscritos no recenseamento eleitoral por freguesias

20762-(2)

Diário da República, 2.ª série—N.º 124—1 de julho de 2013



PARTE C

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direção-Geral de Administração Interna

Mapa n.º 4-A/2013

Nos termos do disposto no artigo 12.º, n.º 2 da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto (lei que regula as eleições dos órgãos das autarquias locais), o Ministério da Administração Interna faz público o mapa com o número de eleitores inscritos no recenseamento eleitoral, obtidos através da base de dados central do recenseamento eleitoral e apurados de acordo com as circunscrições de recenseamento definidas no artigo 8.º da Lei n.º 13/1999, de 22 de março (lei do recenseamento eleitoral).

Faz-se notar que os resultados que agora se publicam têm como data de referência o dia 30 de junho de 2013 e estão contabilizados por tipo de eleitor (Nacionais — cidadãos nacionais; UE — Cidadãos da União Europeia, não nacionais; ER — Outros cidadãos Estrangeiros Residentes em Portugal).

São os seguintes os resultados:

Número de Eleitores em 30 de junho de 2013

Continente e Regiões Autónomas:

Nacionais	9458627
ER	15083
UE	11894
<i>Total de eleitores</i>	9485604

Aveiro:

Nacionais	654473
ER	174
UE	175
<i>Total de eleitores</i>	654822

Águeda:

Nacionais	43661
ER	11
UE	13
<i>Total de eleitores</i>	43685

Aguada de Cima:

Nacionais	3679
<i>Total de eleitores</i>	3679

Fermentelos:

Nacionais	2847
ER	1
UE	1
<i>Total de eleitores</i>	2849

Macinhata do Vouga:

Nacionais	3108
ER	1
UE	4
<i>Total de eleitores</i>	3113

Valongo do Vouga:

Nacionais	4409
ER	2
<i>Total de eleitores</i>	4411

União das freguesias de Águeda e Borralha:

Nacionais	12334
ER	3
UE	4
<i>Total de eleitores</i>	12341

União das freguesias de Barrô e Aguada de Baixo:

Nacionais	3188
ER	2
UE	1
<i>Total de eleitores</i>	3191

União das freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão:

Nacionais	1530
ER	1
<i>Total de eleitores</i>	1531

União das freguesias de Recardães e Espinhel:

Nacionais	5418
UE	3
<i>Total de eleitores</i>	5421

União das freguesias de Travassô e Óis da Ribeira:

Nacionais	2111
ER	1
<i>Total de eleitores</i>	2112

União das freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga:

Nacionais	4126
<i>Total de eleitores</i>	4126

União das freguesias do Préstimo e Macieira de Alcoba:

Nacionais	911
<i>Total de eleitores</i>	911

Albergaria-a-Velha:

Nacionais	22755
ER	8
UE	9
<i>Total de eleitores</i>	22772

Alquerubim:

Nacionais	2102
UE	1
<i>Total de eleitores</i>	2103

Angeja:

Nacionais	1948
ER	1
UE	1
<i>Total de eleitores</i>	1950

Branca:

Nacionais	5012
ER	1
<i>Total de eleitores</i>	5013

Lebução, Fiães e Nozelos:		Vila Pouca de Aguiar:	
Nacionais	1049	Nacionais	3488
UE	2	ER	1
		UE	2
<i>Total de eleitores</i>	1051	<i>Total de eleitores</i>	3491
Sonim e Barreiros:		Vreia de Bornes:	
Nacionais	601	Nacionais	915
<i>Total de eleitores</i>	601	<i>Total de eleitores</i>	915
Tinhela e Alvarelhos:		Vreia de Jales:	
Nacionais	475	Nacionais	1330
<i>Total de eleitores</i>	475	<i>Total de eleitores</i>	1330
Valpaços e Sanfins:		Sabroso de Aguiar:	
Nacionais	4935	Nacionais	844
ER	1	UE	3
UE	2	<i>Total de eleitores</i>	847
<i>Total de eleitores</i>	4938	Alvão:	
Vila Pouca de Aguiar:		Nacionais	
Nacionais	17258	Nacionais	
ER	1	<i>Total de eleitores</i>	
UE	8	1516	
<i>Total de eleitores</i>	17267	União das freguesias de Pensalvos e Parada de Monteiros:	
Alfarela de Jales:		Nacionais	
Nacionais	621	Nacionais	
<i>Total de eleitores</i>	621	<i>Total de eleitores</i>	
Bornes de Aguiar:		584	
Nacionais	2476	Vila Real:	
UE	1	Nacionais	
<i>Total de eleitores</i>	2477	Nacionais	
Bragado:		ER	
Nacionais	809	UE	
<i>Total de eleitores</i>	809	<i>Total de eleitores</i>	
Capeludos:		50821	
Nacionais	712	Abaças:	
<i>Total de eleitores</i>	712	Nacionais	
Soutelo de Aguiar:		Nacionais	
Nacionais	911	Nacionais	
UE	1	UE	
<i>Total de eleitores</i>	912	<i>Total de eleitores</i>	
Telões:		1699	
Nacionais	1859	Arroios:	
<i>Total de eleitores</i>	1859	Nacionais	
Tresminas:		Nacionais	
Nacionais	664	Nacionais	
<i>Total de eleitores</i>	664	UE	
Valoura:		<i>Total de eleitores</i>	
Nacionais	529	2068	
UE	1	Guiães:	
<i>Total de eleitores</i>	530	Nacionais	
		Nacionais	
		UE	
		<i>Total de eleitores</i>	
		730	

Lordelo:		União das freguesias de Vila Real (Nossa Senhora da Conceição, São Pedro e São Dinis):	
Nacionais	2610	Nacionais	15458
<i>Total de eleitores</i>	2610	ER	4
		UE	2
		<i>Total de eleitores</i>	15464
Mateus:		Viseu:	
Nacionais	2591	Nacionais	378144
<i>Total de eleitores</i>	2591	ER	49
		UE	125
		<i>Total de eleitores</i>	378318
Mondrões:		Armamar:	
Nacionais	1068	Nacionais	6404
<i>Total de eleitores</i>	1068	UE	3
		<i>Total de eleitores</i>	6407
Parada de Cunhos:		Aldeias:	
Nacionais	1727	Nacionais	348
ER	1	<i>Total de eleitores</i>	348
<i>Total de eleitores</i>	1728		
		Cimbres:	
Torgueda:		Nacionais	297
Nacionais	1714	<i>Total de eleitores</i>	297
UE	1		
<i>Total de eleitores</i>	1715	Folgosa:	
		Nacionais	455
Vila Marim:		<i>Total de eleitores</i>	455
Nacionais	1847		
<i>Total de eleitores</i>	1847	Fontelo:	
		Nacionais	631
União das freguesias de Adoufe e Vilarinho de Samardá:		<i>Total de eleitores</i>	631
Nacionais	2951		
ER	1	Queimada:	
UE	3	Nacionais	293
<i>Total de eleitores</i>	2955	<i>Total de eleitores</i>	293
União das freguesias de Borbela e Lamas de Olo:		Queimadela:	
Nacionais	2767	Nacionais	277
<i>Total de eleitores</i>	2767	<i>Total de eleitores</i>	277
União das freguesias de Constantim e Vale de Nogueiras:		Santa Cruz:	
Nacionais	2005	Nacionais	175
ER	1	<i>Total de eleitores</i>	175
<i>Total de eleitores</i>	2006		
		São Cosmado:	
União das freguesias de Mouços e Lamas:		Nacionais	726
Nacionais	3601	<i>Total de eleitores</i>	726
<i>Total de eleitores</i>	3601		
		São Martinho das Chás:	
União das freguesias de Nogueira e Ermida:		Nacionais	641
Nacionais	1126	UE	1
<i>Total de eleitores</i>	1126	<i>Total de eleitores</i>	642
União das freguesias de Pena, Quintã e Vila Cova:		Vacalar:	
Nacionais	1083	Nacionais	208
<i>Total de eleitores</i>	1083	<i>Total de eleitores</i>	208
União das freguesias de São Tomé do Castelo e Justes:		Armamar:	
Nacionais	1600	Nacionais	1321
UE	1	<i>Total de eleitores</i>	1321
<i>Total de eleitores</i>	1601		

ANEXO I - Regulamento Eleitoral Interno, Partido Socialista



Regulamento Eleitoral Interno e de Designação de Candidatos a Cargos de Representação Política

Secção I **(Disposições gerais)**

Artigo 1.º

(Âmbito)

1. O presente Regulamento aplica-se a todas as eleições internas que venham a ter lugar no Partido Socialista, bem como ao processo de escolha de todo e qualquer cidadão que aceite, em representação do Partido Socialista, integrar candidatura a cargo de representação política, conforme previsto pelo artigo 78.º dos Estatutos.

Artigo 2.º

(Princípios gerais)

2. Todos os atos eleitorais regem-se pelos princípios de democraticidade, de igualdade de candidatura e de imparcialidade dos órgãos em funções.
3. O exercício do sufrágio será sempre assegurado por voto direto, pessoal, e secreto do militante inscrito no respetivo caderno eleitoral.

Artigo 3.º

(Capacidade Eleitoral)

1. Têm capacidade eleitoral ativa os militantes inscritos até doze meses antes da data do ato eleitoral e com as quotas em dia nos termos do artigo 7.º do Regulamento de Quotas, até um mês antes do dia da eleição, e como tal constem nos cadernos eleitorais definitivos.
2. Têm capacidade eleitoral passiva os membros do Partido com as quotas em dia nos termos do artigo 7.º do Regulamento de quotas, até um mês antes do dia da eleição e constem nos cadernos eleitorais definitivos, e com os seguintes tempos de inscrição:
 - a) 12 meses, para as eleições das Secções, das Concelhias e das Federações;



PARTIDO SOCIALISTA
Sede Nacional

www.ps.pt

b) 18 meses, para as eleições dos órgãos nacionais.

Artigo 4º

(Convocação e Funcionamento de Assembleias Eleitorais)

1. As Assembleias Eleitorais são convocadas, obrigatoriamente, através de correio electrónico ou por carta, no caso de não existir endereço electrónico do militante na base de dados, enviados a todos os militantes com 20 dias de antecedência, pelo Presidente do órgão deliberativo estatutariamente competente para o efeito.
2. Da Convocatória devem constar obrigatoriamente:
 - a) Data, hora de início e de termo, assim como a morada completa do local da assembleia eleitoral;
 - b) A Ordem de Trabalhos, que terá como ponto único a identificação do ato eleitoral em causa;
 - c) Dia, hora e local para a receção das listas a serem apresentadas ao ato eleitoral.
 - d) Menção dos requisitos de obtenção de capacidade eleitoral, nos termos do artigo 3º do presente Regulamento.
3. O envio de cópia da convocatória das assembleias eleitorais ao Secretariado Nacional é obrigatório.
4. As Assembleias Eleitorais decorrem nas sedes do Partido Socialista, localizadas na respetiva área territorial das estruturas Concelhia ou Federativa, consoante o caso, e como tal identificadas ou, em caso de manifesta impossibilidade, em local público de livre acesso, também na mesma área, que garanta a possibilidade de todos os militantes exercerem o seu direito de voto, pessoal e secreto.
5. As Assembleias eleitorais devem funcionar consecutivamente durante um período mínimo 4 horas e máximo de 8 horas, cabendo ao Secretariado Nacional e/ou Federativo proceder à marcação do horário, mediante parecer não vinculativo das estruturas locais.
6. As Assembleias Eleitorais ocorrem num único dia e a hora de fecho é a mesma.
7. Presidirá ao ato eleitoral, competindo-lhe orientar os trabalhos eleitorais e, em especial, proceder à contagem dos votos, bem como à elaboração da ata:



As Pessoas Estão Primeiro
People Come First

PARTIDO SOCIALISTA
Sede Nacional

www.ps.pt

- a) A Mesa da Assembleia-Geral da Secção, ou no seu impedimento, três membros do Secretariado da Secção, no caso das secções;
 - b) A Mesa da Comissão política Concelhia, para as estruturas que se organizam nos termos do n.º 2 do artigo 27º, sendo nestes casos coadjuvado pelos representantes das Listas candidatas.
8. A Mesa exigirá aos militantes que pretendam votar a apresentação do cartão de militante e de documento oficial de identificação com fotografia, designadamente Cartão de Cidadão, Bilhete de Identidade, Carta de Condução, Passaporte ou título de residência.
 9. Excecionalmente, no caso de um militante não dispor de documento de identificação supra-referido, poderá o mesmo ser identificado através de dois outros militantes inscritos no respectivo caderno eleitoral, os quais atestem sob compromisso de honra, a identidade daquele, constando tal fato, obrigatoriamente, em ata, com a menção expressa dos nomes, números de militante e documento de identificação que apresentem.
 10. Os candidatos ou a candidatura podem indicar um delegado efetivo e um suplente para fiscalizar o processo eleitoral.
 11. No decorrer do ato eleitoral, podem ser apresentados protestos, reclamações e requerimentos, lavrados em ata, que devem ser, obrigatoriamente, apensos à ata eleitoral.

Artigo 5º

(Documentação e Calendários Eleitorais)

1. O Secretariado Nacional envia a todas as estruturas locais que procedam a atos eleitorais, até 40 dias antes da data das eleições:
 - a) O respetivo caderno eleitoral provisório;
 - b) Cópia do presente Regulamento;
 - c) O calendário do processo eleitoral;
 - d) Minuta de Ata do processo eleitoral, declarações de aceitação e subscrição das candidaturas, assim como outros formulários adequados.



PARTIDO SOCIALISTA
Sede Nacional

www.ps.pt

As Pessoas Estão Primeiro
People Come First

2. O Secretariado de cada Secção ou Concelhia deve promover a afixação do caderno eleitoral provisório na sede logo após a receção, com menção da data em que a mesma ocorreu.
3. Não existindo sede própria, a Mesa das estruturas ou no seu impedimento os respetivos Secretariados deverão afixar os cadernos eleitorais provisórios na sede da Concelhia ou Federação.
4. Podem existir reclamações do caderno eleitoral com base na omissão ou presença indevida de militantes no caderno eleitoral, as quais devem ser apresentadas, junto do Secretariado Nacional, no prazo máximo de 20 dias após a receção dos cadernos provisórios, que decidirá no prazo de 3 dias, efetuando as retificações que julgar procedentes e dando conhecimento às Estruturas.
5. Até 15 dias antes do ato eleitoral o Secretariado Nacional envia ao órgão deliberativo da estrutura respetiva, o caderno eleitoral definitivo, o qual estará permanente afixado para consulta e publicidade até ao início do ato eleitoral, devendo ser o único a ser utilizado no decorrer de todo o processo eleitoral.

Artigo 6º

(Candidaturas)

Ninguém pode ser candidato ou subscrever mais do que uma lista ou candidatura nos processos de eleição de órgãos ou de designação para cargos políticos.

Artigo 7º

(Dos Direitos e Deveres das Candidaturas e dos Candidatos)

1. Com a formalização da candidatura, o candidato ou a lista candidata têm direito a:
 - a) Acesso a listagens de militantes recenseados no colégio eleitoral a que se candidata;
 - b) Acesso a listagem de endereços eletrónicos dos militantes do colégio eleitoral a que se candidata e à informação sobre as moradas e os contactos dos militantes sem endereço eletrónico na base de dados.



As Pessoas Estão Primeiro
People Come First

PARTIDO SOCIALISTA
Sede Nacional

www.ps.pt

- c) Poder expedir até duas comunicações para os militantes recenseados no colégio eleitoral mediante o pagamento prévio da expedição à Sede Nacional.
2. O candidato ou lista candidata têm o dever de utilizar os elementos facultados nos termos do número anterior exclusivamente no âmbito da campanha eleitoral que levem a cabo, estando completamente vedado o uso para qualquer outro fim.
 3. O mandatário da lista candidata subscreve um compromisso de honra sobre a utilização de informações da base de dados nos termos dos números anteriores.
 4. A utilização de informação constante da base de dados nacional de militantes fora do quadro dos processos eleitorais deve ser comunicada à Comissão Nacional de Jurisdição, para efeitos de eventual apuramento disciplinar.
 5. As candidaturas aos órgãos internos do PS no momento da formalização, devem entregar um orçamento para as iniciativas de campanha interna, com menção das fontes de financiamento da campanha, devendo as respetivas contas ser apresentadas no prazo de sessenta dias após a proclamação dos resultados definitivos à Comissão Nacional de Fiscalização Económica e Financeira.
 6. A não entrega do orçamento e das contas de campanha, nos termos e nos prazos previstos, determina a elaboração de um relatório pela Comissão Nacional de Fiscalização Económica e Financeira, que será enviado à Comissão Nacional de Jurisdição, para efeitos de eventual apuramento disciplinar.

Secção II

(Das Eleições Internas)

Artigo 8º

(Eleições Internas)

Designam-se por eleições internas, para efeitos deste regulamento, todos os atos eleitorais a ocorrer no Partido Socialista, exceto os que tenham como finalidade a designação de candidatos a cargos de representação política, os quais são objecto de regulamentação própria.



PARTIDO SOCIALISTA
Sede Nacional

www.ps.pt

As Pessoas Estão Primeiro
People Come First

Artigo 9º

(Prazo para apresentação de candidaturas)

1. As listas de candidatos a todos os órgãos colegiais são apresentadas com uma antecedência mínima de 8 dias em relação à data designada para a realização da assembleia eleitoral.
2. As candidaturas a órgãos uninominais são apresentadas com a antecedência mínima de 15 dias em relação à data designada para a realização da assembleia eleitoral.

Artigo 10º

(Apresentação de candidaturas)

1. As listas de candidatos aos órgãos colegiais e uninominais, são entregues ao órgão deliberativo da estrutura a que se candidatam, exceto no caso de candidatura a Secretário-Geral, a qual será apresentada ao Presidente do Partido.
2. Na impossibilidade da entrega ser efectuada àquele órgão, cabe ao respetivo Secretariado rececionar as candidaturas.
3. As candidaturas deverão ser entregues até às 22.00 horas do último dia do prazo para o efeito, contado nos termos do artigo anterior.
4. As listas de candidatos a órgãos colegiais devem ser completas, incluindo suplentes em número não inferior a metade mais um e não superior ao de candidatos efetivos.
5. As listas devem ser instruídas com as declarações de aceitação individuais das candidaturas, da lista completa e sequencial, de ofício de rosto onde conste a indicação do mandatário com contactos telefónicos e de endereço eletrónico, para efeitos de notificação ou prestação de informações ou esclarecimentos.
6. Às listas de candidatos a delegados aos Congressos aplicam-se, com as devidas adaptações, as regras contidas nos números anteriores.



PARTIDO SOCIALISTA
Sede Nacional

www.ps.pt

As Pessoas Estão Primeiro
People Come First

Artigo 11º

(Admissão de candidaturas)

1. As listas candidatas receberão, por ordem sequencial de entrada, a atribuição de uma letra (A, B, C) e o nome da Moção, a qual figurará no boletim de voto, exceto se tratar de órgão uninominal onde constará a letra e o nome do candidato.
2. O órgão que rececionar as candidaturas, deverá, obrigatoriamente, pronunciar-se sobre a aceitação das mesmas no prazo máximo de 48 horas, concedendo, se for caso disso, um prazo de 24 horas para que o mandatário ou candidatura da lista, em que haja que suprir irregularidades, o faça.
3. A notificação da candidatura para suprir irregularidades deve ser efectuada por escrito e expressar, claramente, os motivos da recusa de aceitação, bem como o prazo de regularização.
4. Nas 24 horas seguintes à receção do suprimento das irregularidades, o órgão que rececionar as candidaturas terá de se pronunciar sobre se mantém ou não as irregularidades detetadas na lista e notificar todas as candidaturas do teor da deliberação final.
5. Uma vez admitidas as candidaturas, delas deve ser dada imediata publicidade nas sedes do Partido onde ocorram eleições.
6. Dos atos de admissão ou rejeição de candidaturas cabe recurso para a competente Comissão de Jurisdição a interpor no prazo de 48 horas.

Artigo 12º

(Atas)

1. Do ato eleitoral é elaborada uma ata, que deve conter os seguintes elementos:
 - a) Data e local da assembleia eleitoral;
 - b) Número de votantes;
 - c) Discriminação dos resultados;
 - d) Menções de eventuais incidentes e das reclamações que tenham sido apresentadas.



PARTIDO SOCIALISTA
Sede Nacional

www.ps.pt

As Pessoas Estão Primeiro
People Come First

2. As atas das assembleias eleitorais são enviadas ao Secretariado Federativo e/ou Nacional, no prazo de 48 horas após o termo da assembleia eleitoral.
3. Para efeitos de atualização da base de dados nacional, no caso de assembleia eleitoral de órgãos do partido, deverá ser extraída da ata a informação sobre os órgãos eleitos e ser enviada para a Sede Nacional.

Artigo 13.º

(Reclamações e impugnações de actos eleitorais)

1. O prazo para reclamações por irregularidades no processo eleitoral é de 48 horas após o fim da assembleia eleitoral, só tendo legitimidade para reclamar os membros do respetivo colégio com direito a voto, bem como os delegados, e que tenham de alguma forma exercido protesto ou reclamação exarados em ata e objeto de deliberação da Mesa que presidiu à assembleia eleitoral.
2. As reclamações, devidamente fundamentadas e instruídas com a deliberação da Mesa, devem ser enviadas à respectiva Comissão Federativa de Jurisdição, a qual deve decidir no prazo de 48 horas após a sua receção.
3. No caso de considerar procedente qualquer impugnação, a respectiva Comissão Federativa de Jurisdição, declara sem efeito o ato eleitoral, determinando a sua repetição.
4. Das deliberações das Comissões Federativas de Jurisdição cabe recurso para a Comissão Nacional de Jurisdição a interpor no prazo de 48 horas, cabendo a esta o prazo de 72 horas para pronúncia.

Secção III

(Das Eleições Diretas)

Artigo 14º

(Das eleições diretas)

1. Nos termos do disposto pelo artigo 78º dos Estatutos, o processo de escolha de todo e qualquer cidadão que aceite, em representação do Partido Socialista, integrar candidatura a cargo político, deve ser efectuado mediante eleições diretas.



PARTIDO SOCIALISTA
Sede Nacional

www.ps.pt

As Pessoas Estão Primeiro
People Come First

2. O universo eleitoral é composto exclusivamente pelos militantes do Partido Socialista, ainda que o(s) candidato(s) escrutinado(s) seja(m) simpatizante(s) ou independente(s).

Artigo 15º

(Da Designação dos Candidatos às Autarquias Locais)

1. A designação dos candidatos às Assembleias de Freguesia compete à Assembleia Geral da Secção.
2. A designação dos candidatos aos órgãos do município é competência da Comissão Política Concelhia, exceto o previsto nos números seguintes.
3. A designação do primeiro candidato à Câmara Municipal cabe aos militantes inscritos na respetiva estrutura concelhia, exceto se se verificar apenas a apresentação de uma candidatura, caso em que a deliberação cabe à Comissão Política Concelhia.
4. A designação de candidaturas às Autarquias Locais deve observar os critérios objetivos formulados pela Comissão Política Nacional.
5. Os Secretariados das Concelhias e das Federações, em articulação com as Assembleias Gerais de Militantes, assumem a coordenação da escolha de candidatos às freguesias resultantes de processos de fusão ou da extinção, quando o novo território não coincida com apenas uma estrutura de base.
6. Até ao final do prazo para apresentação de candidaturas a primeiro candidato à Câmara Municipal, a Comissão Política da Federação pode, sob proposta fundamentada do Secretariado da Federação, aprovar por maioria de dois terços dos presentes a avocação da designação do candidato.
7. Até ao final do prazo para apresentação de candidaturas a primeiro candidato à Câmara Municipal, a Comissão Política Nacional, sob proposta fundamentada do Secretariado Nacional, pode aprovar por maioria dos dois terços dos presentes a avocação da designação do candidato ou avocar as deliberações das Comissões Políticas das Federações sobre a matéria.
8. Os prazos para procedimento de designação de candidatos às autarquias locais são estabelecidos pela Comissão Política Nacional.



As Pessoas Estão Primeiro
People Come First

PARTIDO SOCIALISTA
Sede Nacional

www.ps.pt

Artigo 16º

(Da Designação do Primeiro Candidato ao Município)

1. No quadro do calendário definido pela Comissão Política Nacional para a escolha dos candidatos às Autarquias Locais, é convocada uma reunião para a designação do primeiro candidato ao município na qual é mencionado o prazo e os requisitos para a entrega das candidaturas.
2. A apresentação de candidatura a primeiro candidato à Câmara Municipal pode ser formulada pelo cumprimento de um dos seguintes requisitos:
 - a) Mediante a subscrição cumulativa da proposta por dez por cento dos militantes da concelhia com capacidade eleitoral, por um terço dos membros da Comissão Política Concelhia e por dez por cento dos autarcas municipais e de freguesia eleitos nas listas do PS;
 - b) Mediante a subscrição da proposta pelo Secretariado da Federação;
 - c) Mediante a subscrição de proposta pelo Secretariado Nacional;
 - d) Mediante a recandidatura do atual Presidente da Câmara.
3. A proposta de candidatura tem de ser entregue à Mesa da Comissão Política Concelhia, com conhecimento ao Secretariado Federativo e ao Secretariado Nacional, no prazo máximo de 48 horas antes da data da reunião convocada para a designação do primeiro candidato à Câmara Municipal.
4. Após o prazo para a apresentação de candidaturas, a Comissão Política Concelhia, convocada para o efeito, procede à votação, no caso de só existir uma candidatura.
5. Havendo a apresentação de candidaturas alternativas no prazo estabelecido estas são submetidas à votação de todos os militantes com capacidade eleitoral ativa estabelecida nos termos do artigo 15º dos Estatutos e recenseados na estrutura concelhia em causa, no 17º dia após o final do prazo para a formalização de candidaturas.
6. Compete à Mesa da Comissão Política da Concelhia aferir da regularidade e admissão das candidaturas.
7. A Mesa da Comissão Política Concelhia dispõe do prazo de 24 horas para notificar as listas apresentadas da sua admissão ou para, em idêntico prazo de 24 horas, procederem à regularização de qualquer desconformidade detetada.



PARTIDO SOCIALISTA
Sede Nacional

www.ps.pt

As Pessoas Estão Primeiro
People Come First

8. Para efeitos de inventariação do universo de autarcas eleitos nas listas do PS, previsto no nº 2, as Comissões Políticas Concelhias deverão proceder ao envio de informação detalhada sobre esse universo no prazo de 30 dias após a aprovação do regulamento e sempre que ocorram eleições autárquicas.
9. Por relevante interesse político, ouvidos o Secretariado da Federação e o Secretariado Nacional, pode a Comissão política da Concelhia deliberar a realização de diretas apesar de haver apenas a apresentação de uma candidatura a primeiro candidato à Câmara Municipal.
10. O processo eleitoral rege-se-á pelas normas previstas neste Regulamento com as adequações que se tornem necessárias para o efeito.

Artigo 17º

(Da Designação dos candidatos a Deputados à Assembleia da República)

1. Compete à Comissão Política da Federação de cada círculo eleitoral aprovar a constituição da lista de candidatos a deputados à Assembleia da República.
2. O procedimento de designação da lista de candidatos, sujeito sempre à observância dos critérios objetivos formulados pela Comissão Política Nacional, é feito nos seguintes termos:
 - a) Apresentação prévia de candidaturas, fundamentadas e individuais, ao Secretariado da Federação, devendo este dar conhecimento destas candidaturas à Comissão Política da Federação;
 - b) Apresentação de lista para votação em reunião da Comissão Política da Federação, sob proposta do Secretariado da Federação;
 - c) Decorridos 5 dias após a votação referida na alínea anterior ou esta se converte em definitiva ou há lugar a nova deliberação se, nesse prazo, for proposta uma lista alternativa, cuja propositura seja subscrita cumulativamente por 10% dos militantes da Federação com capacidade eleitoral, um terço dos membros da Comissão Política da Federação e com observância dos critérios objetivos formulados pela Comissão Política Nacional;



As Pessoas Estão Primeiro
People Come First

PARTIDO SOCIALISTA
Sede Nacional

www.ps.pt

- d) No caso previsto no final da alínea anterior as listas são colocadas à votação de todos os militantes com capacidade eleitoral inscritos na respectiva Federação;
3. A Comissão Política Nacional, sob proposta do Secretário-Geral, tem o direito de designar candidatos para as listas de deputados, tendo em conta a respectiva dimensão, indicando o seu lugar de ordem.

Artigo 18º

(Da votação de listas alternativas)

1. Ocorrendo a votação de listas em alternativa, há lugar a novo procedimento eleitoral interno que se regerá pelas normas previstas neste Regulamento com as adequações que se tornem necessárias para o efeito.
2. As listas propostas nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 17º ser apresentadas à Mesa da Comissão Política da Federação, a quem caberá aferir da regularidade e admissão das mesmas.
3. A Mesa da Comissão Política da Federação dispõe do prazo de 24 horas para notificar as listas apresentadas da sua admissão ou para, em idêntico prazo de 24 horas, procederem à regularização de qualquer desconformidade detetada.
4. Pelo período de 10 dias os candidatos terão oportunidade de apresentar as suas candidaturas em todo o distrito.
5. As eleições terão lugar no 17º dia contado do final do prazo previsto para apresentação das listas.
6. Os resultados desta votação serão apurados de acordo com o princípio da proporcionalidade, competindo à Comissão Política da Federação, sob proposta da Mesa, promover a ordenação final da lista, conjugando o princípio da paridade e a ordem de eleição dos membros das listas concorrentes, no respeito pelos resultados verificados.
7. A reunião da Comissão Política da Federação que se refere o número anterior deverá ter lugar no prazo de 3 dias após a realização do ato eleitoral identificado neste artigo.



PARTIDO SOCIALISTA
Sede Nacional

www.ps.pt

As Pessoas Estão Primeiro
People Come First

Secção IV

(Das Comissões Organizadoras de Congressos)

Artigo 19º

(Composição e eleição da COC)

1. Até 60 dias antes da data prevista para a realização do Congresso Nacional ou Federativo, consoante o caso, a Comissão Nacional ou a Comissão Política Federativa elegem a Comissão Organizadora do Congresso, conforme estatutariamente previsto.
2. A COC será composta por um número ímpar de cinco a nove militantes, acrescidos de um representante por candidatura formalizada, com direito a voto.
3. As deliberações da COC serão tomadas por maioria simples, assumindo o Presidente voto de qualidade se se revelar necessário.

Artigo 20º

(Competências da COC)

Compete à COC em especial:

- a) Assegurar a regularidade de todo o processo organizativo do Congresso da Federação;
- b) Elaborar o Regimento do Congresso, o qual deverá ser distribuído por todos os delegados antes do início dos trabalhos do Congresso;
- c) Proceder à receção das moções, textos de orientação política e outros documentos que devam ser apresentados ao Congresso;
- d) Determinar o local de realização do Congresso;
- e) Assegurar as condições para a realização do Congresso.

Secção V

(Disposições Finais)

Artigo 21º

(Das Comunicações)

Todas as comunicações referentes ao procedimento eleitoral, incluindo convocatórias, reclamações e recursos, serão feitas obrigatoriamente por via electrónica, exceto quando não exista endereço electrónico registado no ficheiro de militantes, caso em que se adotará a comunicação postal.

Artigo 22º

(Dos Recursos)

Os recursos interpostos nos termos do presente Regulamento têm efeito meramente devolutivo.

Artigo 23º

(Da Interpretação e Integração de Lacunas)

Compete à Comissão Nacional de Jurisdição a interpretação do presente Regulamento bem como a integração das suas lacunas

Artigo 24º

(Contagem de Prazos)

1. A contagem dos prazos previstos no presente regulamento é contínua, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.
2. Os prazos de interposição de recurso ou reclamação e de apreciação dos mesmos que terminem em sábado, domingo ou feriado, transferem-se para o primeiro dia útil seguinte àqueles.

Artigo 25º

(Modelos e Minutas)

O Secretariado Nacional elaborará os modelos de formulários indicativos que se assinalam:

1. Minuta de convocatória conjunta.
2. Minuta de entrega de processo de candidatura.
3. Modelo de listagem conjunta de candidatos efectivos e suplentes.
4. Modelo de declaração individual de candidatura.
5. Minuta de indicação de representantes para fiscalização do ato eleitoral.
6. Minuta de ata.
7. Afixação do caderno eleitoral provisório.
8. Afixação do caderno eleitoral definitivo.
9. Recibo de entrega do processo eleitoral.
10. Modelo de boletim de voto.

Artigo 26º

(Da entrada em vigor)

1. O presente Regulamento entra em vigor após a sua aprovação em Comissão Nacional.
2. Este regulamento aplica-se, com as necessárias adaptações, nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, com respeito pelas especificidades dos Estatutos próprios do PS-Açores e do PS-Madeira.

ANEXO J - Carta para as Estruturas do Partido Socialista



Lisboa, 03 de outubro de 2012

Caro(a) Camarada,

A revisão dos Estatutos e a aprovação do Regulamento Eleitoral criaram condições para que as estruturas de base e as estruturas concelhias, em articulação política com os Secretariados das Federações e o Secretariado Nacional iniciem o processo de escolha dos candidatos às eleições autárquicas de 2013.

Centrados na ambição de fazer do PS o maior partido autárquico em Portugal, junto enviamos-vos os seguintes documentos:

- a) o caderno eleitoral provisório;
- b) cópia do Regulamento Eleitoral Interno e de Designação de Candidatos a Cargos de Representação Política;
- c) o calendário do processo eleitoral;
- d) as convocatórias tipo para a marcação da reunião da Comissão Política Concelhia e para a possibilidade de realização de eleição do candidato a Presidente da Câmara Municipal através da escolha direta dos militantes e as respetivas minutas de Ata do processo eleitoral;
- e) as declarações de aceitação e subscrição das candidaturas.

Como são escolhidos os candidatos do PS nas autárquicas de 2013?

Assembleia de Freguesia

Órgão competente - Assembleia Geral de Militantes da Secção

Candidato a Presidente da Câmara Municipal

Convocada reunião da Comissão Política Concelhia

1. Há um(a) candidato(a) a Presidente da Câmara Municipal a CPC escolhe;
2. Há dois ou mais candidatos, os militantes são convocados para escolher o candidato em Assembleia Geral de Militantes da sua Secção.



Largo do Rato, 2 - 1269-143 Lisboa - Portugal
T: +351 213 822 000 - F: +351 213 822 049
E: sedenacional@ps.pt



PARTIDO SOCIALISTA

Sede Nacional

www.ps.pt

Restantes candidatos à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal

Órgão competente- Comissão Política Concelhia

Freguesias resultantes de processos de fusão ou da extinção, quando o novo território não coincida com apenas uma estrutura de base.

Órgão competente-Secretariados das Concelhias e das Federações, em articulação com as Assembleias Gerais de Militantes, assumem a coordenação da escolha.

No caso, da escolha do(a) candidato(a) a Presidente da Câmara Municipal, que militantes têm capacidade eleitoral?

Os Estatutos do PS entraram em vigor 19 de junho de 2012.

Do ponto de vista legal, não é admissível a retroatividade de qualquer limitação de direitos de participação política, logo, todos os militantes com mais de 6 meses de militância à data de 18 de junho de 2012, com as quotas em dia, deverão constar dos cadernos eleitorais que vos enviamos.

Pagamento de Quotas

Nos termos dos Estatutos e dos Regulamentos, para poderem ser eleitos e votar num ato eleitoral que se realize no segundo semestre de 2012, os militantes deverão ter as quotas do 1º semestre de 2012 pagas até um mês antes da data desse ato eleitoral, momento em que o Caderno Eleitoral definitivo é encerrado.

Convocatórias e minutas de atas

A escolha do(a) candidato(a) a Presidente de Câmara Municipal pode ocorrer de acordo com duas metodologias:

Hipótese 1 - Apenas 1 candidatura

1. Convocada a Comissão Política Concelhia- Convocatória-tipo enviada, até 48 horas antes, verifica-se a apresentação de **apenas 1 candidatura**, com observância dos requisitos previstos nos Estatutos e no Regulamento Eleitoral (Art.16, nº2);
2. Da convocação são informados o Secretariado da Federação e o Secretariado Nacional;
3. A Comissão Política Concelhia decide e elabora a ata -ata minuta enviada.



Largo do Rato, 2 - 1269-143 Lisboa - Portugal
T: +351 213 822 000 - F: +351 213 822 049
E: sedenacional@ps.pt



Hipótese 2 - Duas ou mais candidaturas

1. Convocada a Comissão Política Concelhia- Convocatória-tipo enviada, até 48 horas antes, verifica-se a apresentação de duas ou mais candidaturas, com observância dos requisitos previstos nos Estatutos e no Regulamento Eleitoral (Art. 16, n.º2);
2. Validadas as candidaturas, os militantes são convocados para escolher o(a) candidato(a) na sua secção - convocatória tipo enviada;
3. Os militantes pronunciam em votação secreta na assembleia geral de militantes da sua secção, os resultados são apurados e é elaborada uma ata da eleição - minuta de ata enviada.

Na expectativa de ter contribuído para o vosso esclarecimento, mais informo que a documentação será disponibilizada no sítio do PS na internet em www.ps.pt e os militantes com endereço eletrónico vão ser informados do processo de escolha dos candidatos autárquicos.

Saudações Socialistas,

Miguel Laranjeiro

Secretário Nacional para a Organização



Largo do Rato, 2 - 1269-143 Lisboa - Portugal
T: +351 213 822 000 - F: +351 213 822 049
E: sedenacional@ps.pt

ANEXO K - Calendário da Escolha de Candidatos a Presidente de Câmara Municipal

Calendário da Escolha de Candidatos a Presidente de Câmara Municipal

A partir de 15 Outubro	Início de período de escolha das candidaturas à Câmara Municipal	
31 de Dezembro	Fim do período de escolha de candidaturas à Câmara Municipal	Exemplo
Até 30 de Outubro	Comissões Políticas Concelhias inventariam o universo de autarcas eleitos nas listas do PS	
Até 40 dias antes da data CPC	Secretariado Nacional envia Caderno Eleitoral Provisório, Regulamento Eleitoral Interno, Calendário e Minutas	03/Out
20 dias após recepção	Apresentação de reclamações	24/Out
Até 30 dias antes da data da CPC	Apuramento do universo dos Militantes com Capacidade Eleitoral	13/Out
Até 20 dias antes da data CPC	Convocatória da Comissão Política Concelhia (CPC)	23/Out
Até 15 dias antes da data CPC	Secretariado Nacional envia Caderno Eleitoral Definitivo	30/Out
Até 48 horas da data da CPC	Comissão Política da Federação, sob proposta do Secretariado da Federação, pode avocar	11/Nov
Até 48 horas da data da CPC	Comissão Política Nacional, sob proposta do Secretariado Nacional, pode avocar	11/Nov
Até 48 horas da data da CPC	Apresentação de candidaturas nos termos do Art.16º do Regulamento	11/Nov
Até 24 horas da data da CPC	Notificação das candidaturas sobre admissão ou necessidade de regularização	12/Nov
Data da reunião da CPC	Havendo apenas uma candidatura a Comissão Política Concelhia escolhe candidato(a)	13/Nov
20 dias após prazo candidatura	Havendo duas ou mais candidaturas, Militantes escolhem o candidato em votação direta	03/Dez

ANEXO L - Transcrições dos Debates

Transcrição dos Debates realizados nos dias 12 (Antena 1), 21 (Universidade FM) e 24 (Porto Canal) de setembro de 2013 entre os candidatos à Câmara Municipal de Vila Real, com especial enfoque sobre as intervenções dos candidatos do PS (Rui Santos) e do PSD (António Carvalho)⁸

Debate Antena 1 - 12 setembro 2013 – Intervenções de António Carvalho

[M - António Carvalho contou com a presença do 1º ministro Pedro Passos Coelho na sua apresentação que garantias lhe recebeu, por parte do primeiro-ministro e por parte do presidente do PSD, num apoio especial do governo para a captação de investimento e criação de emprego em Vila Real, que nesta altura parece ser uma das suas prioridades...]

António Carvalho - Boa tarde, sem dúvida que é uma das prioridades, a aposta nas pessoas e para isso criar condições para que as pessoas tenham efetivamente uma capacidade financeira que lhe permita de alguma maneira viver de forma mais confortável em Vila Real. E para isso, é preciso claramente apostar no emprego, é preciso apostar em algumas infraestruturas e poderei dizer de uma forma muito direta já que me coloca a questão dessa forma de que tive algumas garantias de que algumas situações que defendemos, e uma delas podemos dizer, a conclusão do túnel do marão, que será efetivamente uma preocupação [o eng. Rui Santos do PS está a rir-se] é possível, eu também tenho muitas razões para me rir, mas não vale a pena rir porque estamos a falar de coisas sérias, portanto isto não é para rir, esta é uma situação, mas há também uma outra situação que é a questão do aeródromo (a ligação Bragança-Vila Real-Lisboa) não propriamente numa lógica de estarmos a pensar exclusivamente, ou desta ligação que temos mas numa visão mais estruturante em termos de região, que um aeródromo de dimensão maior permita um crescimento do turismo e não só, das empresas e das dinâmicas empresariais.

[M - Traços biográficos de António Carvalho – depois de uma vida dedicada à educação, surge a política, professor dos ensinos básico e secundário, diretor do Centro de Juventude de Vila Real, membro da FNE, do secretariado nacional da UGT, da Comissão de Educação da Assembleia Municipal de Vila Real, diretor do Agrupamento Vertical de escolas Monsenhor Jerónimo do Amaral, António Carvalho quer abrir um novo ciclo, criar políticas sociais de apoio às famílias, aos idosos e aos jovens, não querendo fazer promessas, já disse que a primeira medida é resolver o problema do estacionamento, junto do mercado municipal, nascido e criado em Vila Real, presidente da junta de freguesia de Constantim António Carvalho, 53 anos, casado, 4 filhos, é o candidato do PSD.

M - António Carvalho a escolha do seu nome esteve envolvida em alguma polémica, esse facto está ultrapassado?]

António Carvalho - Completamente ultrapassado, eu sou o candidato do PSD [M - e o PSD está unido em redor do seu nome?] o PSD está unido e tem-se visto nas ações de campanha que temos feito, a dinamização que tem acontecido e é lógico que neste momento eu diga que toda a gente está comigo... Sem dúvida nenhuma que relativamente à questão da revitalização, da requalificação do centro histórico é todo um projeto global que não passa simplesmente por algumas medidas avulso, portanto, do ponto de vista, é preciso pensar esta

⁸ Nesta transcrição, que incidiu quase exclusivamente sobre os discursos de António Carvalho e Rui Santos durante os três debates realizados, foram tidos em conta fragmentos de intervenções de outros participantes, nomeadamente dos Moderadores, considerados relevantes para a compreensão da sequência dos discursos dos dois candidatos, objetos principais deste estudo. Não foi nossa intenção efetuar qualquer juízo valorativo sobre os discursos dos restantes candidatos.

requalificação do centro histórico, repovoar este centro histórico, também em termos de habitação, (o repovoamento passa por exemplo pela transferência de alguns serviços públicos para aquela zona) alguns serviços âncora, serviços públicos e não só, algumas empresas âncora que possam também [M - empresas privadas, claro!] sim, algumas empresas que possam também [M - e qual pode ser o papel da câmara na atração dessas empresas privadas para um centro que está degradado?] sem dúvida nenhuma que há todo um conjunto de situações que do ponto de vista da camara municipal, poderá ser feito, que passa por diversas situações, uma delas que será criar condições para que as empresas se sintam atraídas para que se poderem instalar ali, condições preferenciais de instalação, alguma isenção de algumas taxas municipais, celeridade nos processos de licenciamento, toda uma estrutura de apoio a essa dinâmica empresarial que permita isso, o que se fala aqui em termos de estacionamento, é preciso pensá-los também e pensar os estacionamentos como uma forma de apoiar estas dinâmicas e às vezes isto poderá passar por criar também espaços onde possa existir, mas se calhar uma situação muito bem pensada relativamente ao que se quer para os centros históricos, nem sempre a questão de tornar livre sem qualquer pagamento junto aos centros históricos foi uma âncora para poder dinamizar esses centros históricos [M - portanto e em resumo, o PSD quer para o centro histórico de Bragança um centro recuperado, com empresas, repovoado, ou seja, com pessoas a viverem lá, como é que isso é possível ?, como é que a câmara pode, primeiro atrair as empresas, já me falou em benefícios fiscais, mas certamente não é suficiente para que uma empresa se sinta atraída para querer lá montar a sua base, o seu posto de trabalho] as empresas estarão onde tenham condições de sucesso em termos económicos sem dúvida nenhuma, as empresas estão onde são criadas condições para do ponto de vista da legalização da sua instalação, houver condições preferências e facilitação nesse processo, nós estamos preocupados efetivamente com esta criação de emprego, e passa também por criação de emprego de pequenas empresas, da criação do emprego, de dois, três, e portanto, tem que existir condições preferenciais de fixação, isenção ou redução de alguns impostos municipais e logicamente que poderíamos falar aqui também, aquilo que já existe e que existiu no Porto e que existe noutras cidades, a possibilidade no âmbito das empreitadas, redução por exemplo ao nível do IVA.

[M - António carvalho do PSD, como é que responde a esta acusação?]

António Carvalho - É assim, e vou de encontro a um conjunto de acusações, ainda bem que se dirigem a mim todos, porque já diz o ditado que só se abana a árvore que dá fruto, e portanto esta lisonjeia-me de alguma maneira que estejam a dirigir-se a mim, depois estão a personalizar em mim toda uma atuação de um executivo do qual eu não tenho responsabilidade em termos de executivo [JP - mas nunca discordou] ao Jorge Pinho era capaz de lhe dizer e de lhe apontar que um determinado momento, como houve muitos momentos, o senhor deputado municipal tirou-me uma fotografia quando eu votei contra e teve uma oportunidade de o fazer, [RS - nunca!] [JP - desculpe?] tirou-me uma fotografia numa sessão de discussão da agregação das freguesias, quando eu votei contra e fiz declaração de voto [JP- foi a única vez que votou contra e não fez declaração de voto] [RS- e quem votou contra foi a assembleia de freguesia] [JP- verdade] [RS- apenas transportou o voto da assembleia de freguesia] [JP- foi a única vez que votou contra] [M - deixem ouvir António Carvalho...], não foi a única.

António Carvalho - Primeiro, estão a personalizar [JP-gostaria de saber quais foram as outras?] eu depois dou-lhe um exemplo, numa situação sua, [RS- mas pode dá-lo agora] mas vou dar mais, vou-lhe dizer a si algumas coisas não é pura demagogia [M - António Carvalho dirige-se a Rui Santos do PS], não é com demagogia, não é com demagogia que as coisas de fazem [RS - quem tem demagogia é o António Carvalho]

[M - vamos ver o que é que o António Carvalho tem para dizer] [RS - explique lá todas as ideias, pode-as tornar públicas]

António Carvalho - não preciso de tornar públicas porque elas são públicas e contrariamente ao que o candidato Rui Santos apresenta, vem sempre dar a entender que há uma imitação, e toda a gente percebe claramente que quem anda atrás é sempre o Rui Santos, agora eu vou-lhe dizer algumas coisas de algumas situações que aqui foram levantadas, não estou aqui, primeiro sou o candidato do PSD à Câmara Municipal, não sou o responsável por tudo o que se passou, primeiro, segundo, sou o responsável pelo exercício de presidente de junta de junta em Constantim e lá tenho o meu trabalho, onde eu sou o responsável, primeiro, sobretudo o trabalho que se faz e portanto, aqui numa representação e como representante da junta de freguesia na assembleia municipal, tive oportunidade ...eu gostava que as pessoas que têm dados que possam mostra-los relativamente as propostas que querem fazer, isto não é de cor, não é falar de cor, eu quando proponho alguma coisa sustento isso em dados, [M – está a falar de quê concretamente?] vou falar da água eventualmente, posso falar, e vou dar aqui [RS-do túnel do Marão, do aeródromo] se não se importar, eu não o interrompi [M - é que depois temos de distribuir o tempo da mesma maneira] claro, sem duvida nenhuma, mas se toda a gente se dirigiu a mim, apontando coisas nomeadamente o Jorge Pinho que se dirige a mim e diz claramente que o psd tentou uma coligação com o CDS e eu a partir do momento em que fui candidato não fiz contato absolutamente nenhum com ninguém do CDS [M – Jorge pinho esta é a resposta do candidato do PSD vamos a outro assunto] o senhor engenheiro Rui Santos colocou aqui uma questão da água, e diz que com uma gestão correta, etc, eu a propósito disto sem querer estar a defender seja o que for, mas como tenho dados gostava de os confrontar com estas situações eu tenho aqui os custos efetivos de uma estrutura de gastos de uma fatura e tenho aqui quanto é que ela custa e tenho o seguinte: o custo da água, tratamento de esgotos e tudo o que está associado à fatura custa 58%, as amortizações custam 14, os gastos com pessoal 18, os custos financeiros 3 e os restantes que são de combustíveis, comunicações, etc, são 10%, se lhe disser que associado a isto, é preciso perceber que eu também sou defensor de qua a água poderia ter eventualmente um custo menor, (M – portanto se for presidente da câmara vai tentar fazer isso] não, não, deixe-me completar só para explicar este raciocínio, efetivamente o sr deputado Rui Santos que lançou para aí hipóteses de 10m3 que aqui custam 31 euros, eu digo-lhe que, num ato de gestão, ele só pode ir buscar nestes 10%, ou então não sei se quer despedir pessoas da EMAR [RS – não, não quero, queremos é rentabilizar as pessoas, quem despede são vocês] deixe-me só dar este exemplo, nestes 10% com gastos de eficiência e de uma redução de 20%, a redução à fatura significa 60 centimos, outra coisa é nós dizermos assim [RS- qual é o nível de perca é capaz de me dizer?] sei, sei [RS-então diga lá] mas vou completar primeiro este raciocínio que é para não se perder e para termos a noção [RS-eu tenho toda a noção, pelos vistos quem não tem é o candidato António Carvalho] não tem noção e se me permitir, se a sua estratégia é sempre esta de interromper quando os outros estão a falar, então vai-me ouvir com atenção, o custo da água das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro custa 68 centimos, é quanto as Águas de Trás-os-Montes cobram à EMAR, se nós falarmos por exemplo na Águas do Douro e Paiva temos a 38 centimos, o custo da água em alta é que é diferente no país todo e para conseguirmos efetivamente isto, eu acho que poderia passar efetivamente por uma definição clara de que a água em alta custa igual em todo o país e não em Lisboa a 20 centimos, aqui a 68, nas Águas do Paiva a 38, noutro a 47 e só as Águas do Norte Alentejano é que tem o valor das águas de Trás-os-Montes e Alto Douro [RS- posso numa frase responder?] [M - se quiser] [RS- o preço da água é igual em todo o distrito em alta, há concelhos que têm o custo da água a menos de 50, 60, 70 e 80 % do que em Vila Real, e portanto o problema está em Vila Real, ponto. Porque se todos compramos a água ao mesmo preço, porque é que a vendemos a preços tão dispares? Esta é a questão, e a essa não me respondeu.] [M - Eu queria ouvir também António carvalho sobre esta relação UTAD/cidade, o que é que propõe para o futuro, o que é que pode inverter-se]

António Carvalho – sem dúvida nenhuma que não tendo responsabilidades sobre o passado [M - já ficou claro isso] defendo que efetivamente devem ser reforçados os laços e a relação estreita com a universidade, tive oportunidade de o fazer sentir também, ter alguma intervenção na vinda de uma empresa que se irá instalar e que efetivamente tive essa preocupação de envolver a universidade na área de investigação para essa empresa, mas quero lembrar que a universidade apesar de perceber que há um conjunto de instituições que tem que estar, não de costas voltadas mas sempre abertas, de partilha de tudo o que se tem, que efetivamente, a Câmara Municipal no âmbito do PCT, no âmbito da monitorização da flora, bio-percursos, plataforma diversidade, centro de ciência viva, através da Douro Aliance, na monitorização de tráfego, um conjunto de apoio às iniciativas da UTAD e da associação da UTAD, o apoio financeiro logístico a colóquios, a congressos organizados pela UTAD, há todo um conjunto que apesar de existir esta relação, entendo que é preciso juntar, ligar o sector da investigação ao sector da produção e efetivamente em áreas extremamente importantes que são as da região, [JP- de forma casuística esta gestão] a universidade tem contribuído de uma forma muito forte, na efetivação de um conjunto de dinâmicas, nomeadamente na vitivinicultura, na formação de técnicos e que tem criado condições para que se afirme, é preciso potenciar isto de uma outra forma nas diferentes áreas, na agroindústria, no turismo e na criação de emprego, é esta postura que tenho relativamente a um futuro que quero cada vez melhor para a cidade de Vila Real.

António Carvalho – eu costumo estar para tudo e enfrento e não tenho problemas absolutamente nenhuns [RS- temos visto] não posso é dizer é julguem-me efetivamente pelo cargo que eu desempenho, como representante da assembleia, como representante da freguesia, julguem-me na minha freguesia, vejam, contrariamente ao que se diz [M - e não me julguem como presidente da camara porque não sou] não, não sou. Efetivamente eu posso dar aqui logo alguma nota, desde a minha apresentação, é para não dizerem que eu ando atrás seja de quem for, desde a minha apresentação que foi fulcral, essencial para mim assumir que o Douro é a porta de entrada e Vila Real tem que se assumir desta forma e que o principal ícone é efetivamente o vinho do porto e que é conhecido mundialmente, e que aproveitar esta sinergia, para potenciar todo um turismo de rede, de articulação, de articulação entre as diferentes instituições, e que permita de alguma maneira que todos trabalhem em conjunto, que o empresário, que quem tem o hotel, quem tem o restaurante e que quem tem outras formas de dinamizar a economia local, possam articular de uma rede, de modo a construir uma solução, cada vez mais vantajosa [M - ou seja, nesta matéria o PSD propõem-se fazer aquilo que o PSD não fez] nesta matéria o António Carvalho candidato à Câmara Municipal de Vila Real propõem-se a fazer, e dei o exemplo concreto, e disse-o, quando disse que para mim não é suficiente que o aeródromo passe a funcionar da forma que funcionava, tem que funcionar numa articulação com os municípios vizinhos, de modo a que esta centralidade, do aeródromo e de Vila Real possa permitir um turismo e um crescimento sustentável, e que de alguma maneira atraia emprego e crie condições de acessibilidade que é essencial para aviões de média dimensão, e que permitam este crescimento, é nesta perspetiva de articulação com todos, com as diferentes instituições, e deixo aqui claramente, vou ser o próximo presidente da camara municipal, e quero dizer aqueles que não tiveram oportunidade [RS – vai ser! Isso pensa] se não se importa, depois veremos e estarei para debater, também depois dessa situação, tudo isso, estou aqui a dizer que aqueles que não tiveram oportunidade, os que representam outros partidos e que não tenham oportunidade de estar no executivo camarário que estarei disponível sempre para discutir com eles o orçamento, para discutir com eles os grandes investimentos, para discutir com eles as grandes linhas de orientação estratégica, para o concelho de Vila Real, para esta região, sou uma pessoa de proximidade, lido com toda a gente e é a mim que tem que me questionar e às minhas propostas, e à minha fundamentação, efetivamente estou disponível para discutir com toda a gente, para discutir na assembleia

municipal e nos órgãos e ouvir toda a gente como sempre ouvi [M - todos perceberam a sua disponibilidade António Carvalho] só para terminar, eu tenho aprovações por unanimidade na minha assembleia de freguesia em Constantim, de todos os membros da oposição também.

António Carvalho – no próximo dia 29 de setembro abre-se um novo ciclo de políticas municipais, sem dúvida nenhuma que não me vinculando de forma nenhuma a todas as práticas que foram as práticas que foram as práticas do município de Vila Real, tenho aqui a reforçar alguns dos aspetos que são importantes e da participação de todos, nomeadamente daqueles candidatos que aqui se apresentam e de algumas coisas que têm apresentado e sugestões que têm feito e sobre as quais eu também tenho uma visão relativamente a elas, eu defendo uma forte participação de todos, uma partilha de conhecimentos, uma partilha de ideias, no sentido de construir aquilo que é melhor e às vezes à alguma ambiguidade nalgumas situações que se prendem com a falta de alguns regulamentos, eu também as defendo, e defendo a questão da celeridade dos processos e posso dizê-lo aqui claramente, na câmara municipal comigo a presidente as coisas vão funcionar de forma diferente com períodos definidos e claramente definidos para as pessoas saberem quando é que terão as coisas resolvidas, isto será uma compromisso assumido por todos, e que ouvirei efetivamente toda a gente, construí e tenho exatamente aqui a ideia de que ao construir e ao indicar uma equipa, indiquei uma equipa depois de ter pensado num projeto estruturante do que pretendo para o concelho e para a região, desta centralidade e de dar a Vila Real esta centralidade, então fui buscar pessoas que consubstanciam efetivamente a questão do empreendedorismo, do emprego, do turismo e isto está à prova de toda a gente, olhando para as pessoas que fui escolher para a minha equipa, sou o responsável por essa escolha e são essas pessoas que irão trabalhar comigo no sentido de conseguirmos dar a Vila Real uma centralidade tão forte e acreditar que com toda esta força e energia vamos conseguir fazer mudar Vila Real, torna-lo mais empreendedor e fazer com que Vila Real responda efetivamente aos anseios da população.

[M – António Carvalho se perder as eleições no próximo dia 29 vai assumir essa derrota como pessoal ou uma derrota do partido?]

António Carvalho - Eu posso dizê-lo que eu quando encabeço alguma coisa, quando vou à luta e sendo eu o principal responsável eu vou dizer que é uma derrota minha efetivamente sei que a conjuntura pode não ser favorável em termos partidários mas tenho que assumir que a construção do que eu fiz, da equipa e do projeto e daquilo que pretendo é efetivamente da minha exclusiva responsabilidade e por isso mesmo, tenho que ter essa responsabilidade de assumir essa derrota como sendo uma derrota minha, pessoal.

Debate Antena 1 – 12 setembro 2013 - Intervenções de Rui Santos

[M - A lei da limitação de mandatos não permitiu que Manuel Martins se voltasse a candidatar, depois de 20 anos.

António Carvalho, é o candidato do PSD à Câmara de Vila Real, qual é o seu lema de campanha?

Boa tarde a todos, esta candidatura protagoniza um novo ciclo, uma nova energia que assenta essencialmente numa relação de proximidade com todos os cidadãos.

Rui Santos é o candidato do PS à Câmara de Bragança, qual é o seu lema de campanha?]

Rui Santos - Boa tarde, Câmara de Vila Real, (peço desculpa) boa tarde a todos, boa tarde ao António Jorge, boa tarde a todos os candidatos à Câmara Municipal de Vila Real, o nosso lema é avançar, avançar por ti, avançar por todos, avançar sobretudo por Vila Real.

[M - Rui Santos é o candidato do partido socialista, boa tarde, o senhor disse ao jornal O Público, ainda no ano passado que o adversário está lá fora chama-se PSD, é muito forte, tem décadas de experiência e de favores distribuídos, tem redes fortíssimas e uma máquina

eleitoral bem montada e oleada, está com isto a reconhecer que as dificuldades este ano são maiores do que há quatro anos, quando se candidatou também à Câmara de Vila Real?]

Rui Santos - Não, eu acho que as dificuldades não são tão grandes obviamente, não são tão grandes porque o PSD está dividido, é público, é conhecido, aliás houve dois candidatos anunciados, primeiro o engenheiro Madeira Pinto e depois o senhor professor António Carvalho, o PSD a nível nacional está em dificuldades e os últimos quatro anos foram quatro anos desastrosos para Vila Real, tendo em atenção estes factos, são factos que podemos constatar pela evidência obviamente que desta vez o Partido Socialista, tem melhores condições para ganhar a Câmara Municipal, também tem melhores condições porque o Partido Socialista está unido, conseguiu criar um grande movimento, o movimento Avançar com muitos independentes, com ex-militantes dos PSD, com ex-militantes do CDS, o movimento também alargado à nossa esquerda e portando este movimento, com ideias, com propostas concretas, objetivas, claras, propostas que aliás agora são apoiadas pela candidatura que se nos opõe, a principal candidatura do PSD e portanto direi que temos todas as condições para ganhar a câmara municipal.

[M - Antes de conhecer as suas propostas detalhadamente ou pelo menos com a maior abrangência possível neste espaço de debate, vamos conhecê-lo a si, o Rui Santos é o candidato do PS: É um repetente, há quatro anos só teve menos 5100 votos que o candidato vencedor, é deputado à Assembleia da República, vereador não executivo, Presidente da Federação Distrital do PS, já exerceu cargos na UTAD, na Rádio Universidade Marão e no Sport Clube de Vila Real, antigo professor do ensino secundário, antigo diretor do Centro Regional de Segurança Social, já garantiu que se for eleito baixa o preço da água no concelho, Rui Santos, 44 anos, engenheiro é o candidato do PS.

Uma família padrão com consumo médio de 10m³ de água num qualquer concelho do distrito de Vila Real paga mais ou menos uma taxa de resíduos, serviço de água e saneamento a rondar os 17 euros, em Vila Real, 31, os vila-realenses queixam-se do preço da água, como é que propõe resolver esta questão Rui Santos?]

Rui Santos - Com uma maior e mais cuidadosa gestão na EMAR porque o que é extraordinário é que Vila Real pague a fatura mais cara do distrito, a oitava mais cara do país, é a segunda capital do país com pagamento mais elevado na fatura da água, que tenha 13500 utentes sem saneamento básico, portanto o serviço também não é de qualidade, nem nada que se pareça, o preço da água no distrito é pago de igual forma por todos os municípios vizinhos e extraordinariamente a Câmara Municipal e a empresa que supervisiona este setor leva este preço absolutamente extraordinário, direi exorbitante aos vila-realenses. Uma cuidada gestão da rede, a maximização das capacidades internas da empresa, alargando serviços à Associação de Municípios do Vale do Douro Norte, por exemplo, permitirá a renegociação dos contratos, permitirá com certeza baixar o preço da água, temos contas feitas, sabemos do que estamos a falar, é preciso reduzir a fatura da água e é preciso reduzir a dívida brutal que a EMAR tem para com os seus fornecedores que ultrapassa os 11 milhões de euros.

[M - Jorge Pinho, candidato do CDS, porque é que o CDS não tentou aqui uma coligação com o PSD como acontece em variadíssimas outras cidades do país?]

[JP - Vamos ver as coisas ao contrário, o PSD tentou uma coligação com o CDS, ao exemplo de outras câmaras do país e o CDS não quer, ou não quis, por uma razão muito simples, conhecemos o professor António Carvalho da Assembleia Municipal, nunca o vimos distanciar-se desta política que o PSD desenvolveu no município de Vila Real e como tal não queremos continuar as mesmas políticas, as mesmas ações, só atrás de lugares, muito críticos à gestão do PSD nos últimos 20 anos]

[M - concorda com estas ideias, Rui Santos?]

Rui Santos - Concordo com muito daquilo que aqui foi dito, porque tudo aquilo que foi dito foi aquilo que nós sempre propusemos, portanto o PSD concorda com tudo aquilo que não

conseguiu fazer em 38 anos, [JP - o CDS propôs também na Assembleia Municipal] exatamente todos fomos propondo e o PSD não fez e agora concorda, óbvio que concorda. O problema do centro histórico é gente, gente, precisamos de ter gente, nós propusemos a colocação de uma loja do cidadão no centro histórico, o PSD sempre se opôs à colocação dessa loja, nunca conseguiu concretizar esse projeto, propusemos que o estacionamento fosse parceladamente negociado com os comerciantes da zona, no sentido de que através das compras que efetuassem nessas lojas tivessem algumas horas, minutos, um tempo de desconto [JP - e o CDS conseguiu a redução da tarifa mínima de 30 para 15 minutos], exatamente, o PSD nunca quis na Câmara Municipal, propusemos por exemplo a reabilitação e candidaturas a fundos comunitários no âmbito da requalificação quer de espaços comerciais, quer também de espaços habitacionais, nomeadamente para estudantes, o PSD na Câmara Municipal nunca agiu nesse sentido,

[M – essa é uma política seguida em muitas cidades de Portugal e da Europa, ou seja, trazer os estudantes para o centro histórico...]

Rui Santos – exatamente, o que é preciso é vida, é gente, é atividade no centro histórico e portanto, todos somos poucos para encontrar caminhos, soluções, práticas de âmbito também obviamente ao nível dos impostos, etc, para atrair gente para o centro histórico, o problema é que todos concordamos, só que quem tinha a responsabilidade de fazer não fez e não faz.

[M - vamos ouvi-lo Jorge Pinho a propósito do centro histórico e da revitalização que desenha para aquela região]

[JP – é muito simples o CDS sempre defendeu na Assembleia Municipal e nunca ouvi o professor António Carvalho falar nesse assunto quando o questionámos, porque a Câmara de Vila Real e o PSD sempre teve a tradição de fazer gestão casuística do município, ou seja, as isenções de impostos, de IMI e de IMT, são feitas conforme a cara do freguês e nós sempre defendemos para o centro histórico, primeiro definir o que é o centro histórico, fazer uma discussão pública e definir quais são os limites do centro histórico, depois de definir os limites do centro histórico, preparar uma reabilitação urbana, a reabilitação urbana que tem por exemplo, segundo a lei de 2012, até oito anos tem isenção de IMI e se alguém comprar o edifício, se o reabilitar, tem ao fim de dois anos, a devolução de IMT, assim como o IVA a 6% nos materiais de construção e uma série de medidas que o CDS propôs na Assembleia Municipal, o PSD sempre votou a isenção de impostos conforme era o cliente, chegaram a propor metade do que a lei previa, a lei prevê ou a isenção total ou paga na totalidade, chegaram a defender metade disso e esta gestão da Câmara de Vila Real e do município, por parte do PSD tem sido sempre casuística em todas as áreas.]

[M - Eu queria agora ouvir o engenheiro Rui Santos sobre o túnel do Marão]

Rui Santos – túnel do Marão, aeródromo, etc, etc, isto faz parte de campanha eleitoral, ponto. Porque quem parou o túnel do Marão foi o PSD, quem interrompeu a linha aérea Vila Real–Bragança–Lisboa foi o PSD, quem faz inaugurações agora de última hora, destruíram por exemplo a avenida 1º de maio e alcatroaram à pressa, foi o PSD, e portanto todos nós sabemos que o interior do país tem sido destruído por este governo e percebo bem a estratégia de virem agora dizer, bem agora veio aqui, à última da hora o Dr Pedro Passos Coelho e vai repor tudo aquilo que nos retirou nos últimos dois anos, com sinceridade acho que as pessoas são inteligentes, sem demagogia perceberam bem qual é o embuste que lhes querem lançar.

[M – a questão da UTAD e a relação da UTAD a sua perspetiva Rui Santos].

Rui Santos - Bom, eu julgo que a UTAD e a cidade têm estado de costas voltadas, eu não diria que a culpa é só da cidade e da Câmara Municipal, como também não digo que a culpa é só da universidade, acho que ambos terão alguma quota de responsabilidade [M – e qual poderá ser o papel da Câmara Municipal e nomeadamente do Presidente para tentar inverter essa realidade?] há um facto, é que os gestores na Câmara Municipal nunca mudaram e eu,

reitores conheço pelo menos quatro e portanto parece-me que o problema estará mais de um lado do que de outro, e eu julgo que tem que haver realmente uma parceria, uma parceria com a UTAD, uma verdadeira parceria, não é um faz de conta, é uma verdadeira parceria, eu dou-lhe um exemplo, nós temos uma pista de tartan na UTAD e um parque desportivo, a pista de tartan está fechada, o parque desportivo está fechado à comunidade [JP – isso é uma proposta do CDS], como por outro lado, também não é que, por exemplo, a universidade não esteja acompanhada pela Câmara Municipal na defesa dos seus interesses estratégicos, nunca esteve, a Câmara Municipal não acompanha, nunca acompanhou as grandes preocupações da universidade, até o parque de ciência e tecnologia teve duas candidaturas, foi aprovado à segunda, ainda pelo anterior governo com Carlos Lage e Ricardo Magalhães, porque o centro do Parque de Ciência e Tecnologia devia ser a vinha e o vinho e a Câmara Municipal apenas causou problemas, portanto, tem que haver uma verdadeira parceria, uma interação, uma ajuda real, a prática, daquilo que tem acontecido, todos a conhecem não vale a pena estar aqui a pormenorizar.

[M - Rui Santos, propostas do seu partido para o turismo, a cidade pode ser uma porta de entrada no Douro]

Rui Santos - Nós temos uma condição privilegiada, temos 1,2 milhões de pessoas a menos de uma hora de distância de Vila Real, ou a cerca de uma hora de Vila Real, temos o Alvão, o Marão, somos a porta do Douro, património da humanidade, temos um ícone extraordinário, o Palácio de Mateus, é provavelmente das imagens mais vendidas em todo o mundo de Portugal, que aliás teve 94 mil visitantes no último ano, e apesar deste quadro que à partida seria excepcional temos uma grande dificuldade, não fixamos turistas em Vila Real, temos um único hotel, aliás temos em termos de oferta hoteleira pior do que estávamos há duas décadas, há duas décadas havia mais hotéis, lembrava o Hotel Tocaio, que entretanto encerrou, não temos roteiros, tínhamos aqui a sede da Turismo do Douro que entretanto o Dr. Pedro Passos Coelho resolveu encerrar também em Vila Real, e portanto, temos aqui um quadro extraordinário que precisamos obviamente de potenciar, temos um curso de turismo na UTAD, estamos a cerca de 45 minutos de uma zona termal de excelência, de um casino, e portanto, temos tudo para que dê certo, tudo para que possamos de facto potenciar esta indústria do século XXI, que é o turismo, a Câmara Municipal, por incrível que pareça, pouco ou nada tem ligado a este setor, e já sei que o candidato António Carvalho dirá, bem, mas eu não estava lá, estava para o que é bom, nunca estava para o que é menos bom, jugo que não é a estratégia correta.

[M - Vamos ouvir agora o CDS, Jorge Pinho, um comentário a estas palavras do professor António Carvalho...]

[JP - não foi presidente de câmara, mas foi deputado municipal e eu não conheço nenhum trabalho feito pelo professor António Carvalho no âmbito da Assembleia Municipal [AC – conheço alguns do CDS] e pode referir um a um por favor, o certo é que em 61 deputados na Assembleia Municipal, 31 deputados eleitos e 30 Presidentes de Junta, o CDS teve o maior número de propostas, o maior número de requerimentos, a maior participação e estudo de dossiês de sempre na Assembleia Municipal, e eu nunca vi o professor António Carvalho discutir nenhum dossiê, a única vez que eu vi, foi elogiar a discussão pública que o CDS provocou [AC - isso é falso, isso é falso, isso é pura demagogia] afixou outdoors pela cidade para haver uma discussão pública e a única coisa que eu vi foi elogios ao PDM nessa Assembleia Municipal. [AC - elogios ao PDM?] sim senhor [AC - tive críticas ferozes ao PDM, aquando da discussão do PDM) eu vi os elogios estava presente, na sessão pública que houve no teatro que deu à Câmara Municipal, ao trabalho feito no PDM...]

Rui Santos – na biodiversidade, deixe-me fazer aqui um sublinhado, um sublinhado para elogiar o trabalho que tem sido feito neste âmbito, aquilo que é bem feito todos devemos reconhecer.

[RC – eu tenho colaborado nesse projeto da biodiversidade, mas é algo que foi alavancado através de um fundo QREN, neste momento terminou e com isso termina a biodiversidade, isto é, não há seguimento, há falta de estratégia.]

[M - eu notei ao longo deste debate concordância em várias matérias do CDS e do PS.]

[JP – o CDS estava na oposição, o executivo municipal era liderado pelo PSD, muitas das propostas que o Partido Socialista tem foram apresentadas pelo próprio CDS na Assembleia Municipal, mas estávamos limitados porquê, porque quem decide é o executivo e na Assembleia Municipal ratifica-se apenas as decisões do executivo quando muito conseguimos que o projeto vá para trás e depois volta ao executivo e o trabalho que o CDS aí fez, fez com a concordância muitas vezes, normalmente nem era do PS, era mais com o Bloco de Esquerda e com a CDU, normalmente o PSD e o PS estavam alinhados, ou seja, vamos dizer de outra forma, a maior parte das vezes havia dossiês que o PSD e o PS votavam em conjunto e muitas vezes discordávamos e houve casos como o dossiê da Corgobus que foi para o tribunal de contas que foi aprovado no executivo e que nós discordámos, não votamos, portanto há aqui questões, agora é verdade que a gestão do PSD tem sido uma gestão casuística, facilitadora de muitas dúvidas que existem em termos de tratamento de munícipes, existiam munícipes de primeira e de segunda, basicamente, e é este problema que tem existido na câmara de Vila Real, não há rigor, não há transparência, o acesso aos documentos é a coisa mais difícil na Câmara Municipal e aí o PS também teve muita dificuldade, como teve o PC e o Bloco, quando se pedia um documento de suporte de qualquer votação que íamos ter, a maior parte das vezes o documento não aparecia, é este trabalho que o CDS vai ter que incutir seja em quem for que ganhe, seja o PS seja o PSD.]

[Mensagem final] **Rui Santos** - a minha mensagem fundamental resulta do meu contacto com os vila-realenses, aquilo que me dizem é que já basta, basta das mesmas pessoas, das mesmas elites, das mesmas políticas à frente dos destinos da Câmara Municipal de Vila Real, há 37 anos, esta permanência no poder permitiu a criação de muitos vícios e desvios ao normal funcionamento da autarquia por parte do partido que a tem gerido, portanto no próximo dia 29 de setembro, não chega mudar de caras, não é suficiente substituir os nomes na porta, há que fazer uma opção democrática e consciente por dois caminhos, ou manter tudo como está, votando no PSD e dispersando os votos que claramente não elegerão vereadores, ou então, votar no PS, apostar na mudança, dar uma oportunidade que faça avançar Vila Real, que faça avançar Vila Real como motor regional, que faça avançar Vila Real como uma cidade verdadeiramente solidária, que faça avançar Vila Real, numa simbiose perfeita entre o mundo rural e o mundo urbano, que faça avançar Vila Real com planeamento e visão, dotando a autarquia de instrumentos de gestão e planeamento modernos, criando um plano de estratégia municipal que defina por exemplo, qual o tipo de concelho que queremos a dez anos de vista e também avançar Vila Real nos aspetos da cidadania, uma autarquia que seja de facto aberta ao público, onde o acesso à informação seja livre e que os critérios de tomada de decisão sejam claros, transparentes e objetivos para todos.

Rui Santos – nós vamos ganhar as eleições tenho a certeza [AC – não acredito mas] e como tenho essa certeza, posso colocar esse segundo cenário de parte, seja qual for o resultado assumirei todas as minhas responsabilidades

Debate 21 setembro – Intervenções de António Carvalho

[M - o que eu pergunto é não se sente fragilizado por encabeçar uma lista que surge desta forma?]

António Carvalho - Sobre esse assunto o que tenho a dizer única e simplesmente é que sou o candidato do PSD, tenho o PSD comigo, todos a apoiar-me e portanto não há qualquer

fragilidade, todo o processo decorreu dentro da normalidade possível e o único nome que chegou à comissão política distrital para ser validado foi o meu, eu sou o candidato do PSD.

António Carvalho – o desemprego é sem dúvida uma catástrofe a nível nacional, é o localmente, mas é também a nível nacional e sem dúvida nenhuma que não podemos escudarnos a dizer que a nível nacional está mal e portanto o problema é nacional, é nacional, é local, é específico, é concreto e combatendo essas pequenas situações, conseguimos construir um todo que cresça em termos de emprego, mas para isso, mais importante do que andarmos a focalizar em pequenas iniciativas, há que ter uma visão muito mais lata, uma visão estratégica para o desenvolvimento do concelho de Vila Real, articulado nesta grande região, e portanto é uma aposta clara na região e assumirmos Vila Real exatamente com esta centralidade, potenciando aquilo que alguns aqui já falaram, mas poderia dizer aqui, nós temos já um hospital de referência, sem dúvida nenhuma, queremos que seja mais referência também esse hospital, temos uma universidade que tem contribuído para que alguns dos produtos da nossa região, nomeadamente e podemos apontar como principal os vinhos, tenha crescido significativamente, ter –se afirmado no contexto nacional e internacional como uma marca já muito forte e portanto, aproveitar esta universidade como sendo um polo dinamizador de crescimento económico, de investigação no sentido, de que esta região aproveite , e portanto, associado a tudo isto, dizer que temos que aproveitar também aquilo que muitos dizem mas que é importante valorizar que é o Douro património mundial e aproveitar essa marca, que é o Vinho do Porto, para que ele próprio seja o motor do crescimento de outros produtos endógenos que nós temos e que temos que fazer crescer mas sempre associado, fazendo perceber que isto não é uma competição entre concelhos, mas sim uma articulação, de um trabalho em rede, de crescimento comum em rede com todos os concelhos e que potencie grandes investimentos que também dinamizam todo o concelho, eu às vezes costumava focar este que, muitas vezes, me dizem que é um sonho, é a questão do aeródromo que nunca era um aeródromo para pequenas viagens, que era um aeródromo que sustente um forte turismo, este crescimento desta região e que os próprios municípios, todos os outros municípios possam também contribuir para este investimento que tem que ser comum, que tem que ser partilhado e que tem que ser em rede, é numa estratégia comum de crescimento que nós podemos fazer crescer Vila Real, apostando sempre também na atração de investimento, nas políticas fiscais sem dúvida nenhuma, mas também em pequenas iniciativas, em incubadoras de empresas que façam crescer as pequenas iniciativas que é com poucos empregos, com pequenos empregos que se faz diminuir o desemprego.

António Carvalho - sem dúvida nenhuma que pela abordagem que acabas-te de fazer e de enquadramento, em que áreas é que vai ser essa intervenção, vai diretamente áquilo que nós pretendemos, as áreas que estão diretamente relacionadas com o crescimento do emprego para Vila Real, nas áreas extremamente importantes da agroindústria, na florestal, vitivinícola, e numa perfeita articulação com a UTAD, a intenção é clara e objetiva, é que a universidade, junto com as entidades promotoras, junto com as empresas consiga dinamizar e fazer crescer esta dinâmica empresarial, de modo a que surjam aqui grandes empresas, e esta parceria que os dois polos, quer em Vila Real, quer em Bragança, numa lógica, como já referi de região, de crescimento regional, poderá ser a grande aposta devidamente aproveitada, e aí temos que ter consciência de que a universidade tem que ter um papel, ela poder ser universalista, pode ter muitos mais cursos, mas tem que ser mais especializada em determinadas áreas de intervenção, vocacionadas para a região, para que amanhã quando se disser, se quisermos um curso de veterinária, relacionado com a produção florestal, etc, é a UTAD a melhor é para ali que temos que ir e a universidade, depois responder de forma afirmativa também, neste contexto, de modo a que as pessoas que saiam da universidade venham fazer crescer esta região, sem dúvida nenhuma que acredito que possa ser possível, desde que este acompanhamento seja feito, que seja devidamente aproveitada esta oportunidade, que é uma

oportunidade única e que não que seja o que às vezes poderá acontecer de alguma coisa que se fez, mas que não é devidamente aproveitada, acho que passa um bocadinho pela relação muito direta de proximidade com a universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

António Carvalho - Mais do que falar-se de um grande evento e porque há aqui muitos eventos, toda a gente defende as corridas, já ouvimos, portanto não vamos por aqui, mas mais do que um grande evento, ou dois, ou três, ou quatro, os cinco, é importante perceber nesta articulação, já nesta visão estratégica que eu defini, exatamente uma coisa que é, nós temos que pensar isto globalmente, definiste Luís e disseste de início o dia do pito, o dia da gancha, o dia do covilhete, das cristas de galo [M- poderia potencializar-se muito mais a gastronomia que Vila Real tem], eu estou a dar este exemplo, para dizer que tem que ter o dia do Pito, da Gancha, tem que ter muitos dias, ou seja, tem que potenciar o que tem, tem que crescer e não é um simples evento, são muitos eventos é a continuidade dos eventos, é a articulação destes eventos, é a partilha destes eventos em rede com os concelhos vizinhos, porque muitas vezes é muito mais fácil, custa menos, porque é importante ver os custos das coisas e o benefício que trazem, custa muito menos se trabalharmos [JP – as corridas quanto custaram? porque nunca ninguém soube]

António Carvalho - se não te importares ó Jorge eu continuava, porque eu deixei-te falar enquanto estavas a falar. E portanto mais do que um simples evento, é importante um conjunto de eventos, é importante criar dinâmicas que façam com que as pessoas cheguem a Vila Real, e isto é uma estratégia global, é uma estratégia global de crescimento associado ao emprego, e é uma estratégia global associada a um turismo, porque eu ouço muita gente agora falar aquilo que eu também já falo há muito tempo, é a questão de potenciar uma marca que é reconhecida internacionalmente que é o Vinho do Porto, para que associada a esta marca, possamos trazer turistas, possamos trazer quem vem conhecer a nossa gastronomia, possamos conhecer quem vem conhecer a nossa cultura, o nosso património, a questão dos roteiros, esta divulgação, a constante informação eu é importante existir, às vezes desconhece-se totalmente o que existe em Vila Real e nós, às vezes, o Jorge Pinho, à pouco falou naquelas pequenas festas das localidades, e o que existe nas localidades e nós temos constatado, nós próprios temos constatado, de que efetivamente às vezes há muitas coisas a desenvolverem-se aqui e ali, e que é importante a sua divulgação, portanto é uma clara aposta na divulgação, mas se falarmos, quando falamos de corridas, ou de outro evento qualquer temos que pensar nesse evento no sentido da promoção também dos nossos produtos, da nossa gastronomia, associado a tudo isto, para fazer fixar aqui gente, gente que consegue estar aqui algum tempo, passar algum tempo cá e faz férias aqui como poderia fazer noutro lugar qualquer, e portanto, é esta dinâmica em rede, do trabalho cooperativo de todas as forças que nós podemos dizer, queremos ter, quando pudermos efetivamente ter mais marcas, muitas marcas, queremos que Vila Real seja, efetivamente, uma marca que atraia gente, que fixe gente, que traga gente que nos visite e que deixe aqui alguma riqueza.

António Carvalho – A Câmara Municipal deve apoiar estas iniciativas, mas não deve ser a entidade promotora, nestas iniciativas, deve criar condições, existe a logística, a logística de instalação, existe o circuito e a partir daí sim, tudo o restante é uma questão dos patrocinadores conseguirem ter condições para isso funcionar

António Carvalho – só para ultimar isto, sem dúvida nenhuma de que o que estávamos a falar destes eventos, a Júlia acabou por dizer não temos um local, não temos isto, etc, e depois diz que é elitista, porque quando existe aquele local específico, acaba por ser, eu defendo uma coisa muito diferente [JV – eu não defendo um local fechado, eu defendo um local que permita as condições mínimas para que as pessoas possam ter acesso a ele] deixa-me só completar o raciocínio, eu defendo muitos locais, onde muitas vezes de forma informal estes grupos se possam encontrar e mesmo as tais bandas que tenham espaços onde possam fazê-lo, isto, vai de encontro exatamente à necessidade que temos de revitalização do centro histórico,

e é à volta destas dinâmicas que pode, efetivamente, revitalizar-se o centro histórico com as marchas, com os encontros de cantares, com os ranchos, com todas estas iniciativas mais pontuais que os jovens poderão fazer, ou em locais, onde o possam fazer, com pequenos custos, porque nós não estamos aqui a falar em grandes investimentos para fazer isto, é efetivamente dar dinâmica a este centro histórico de modo a que estes eventos vão surgindo e crie a tal marca de que falámos, porque eu vou dar um exemplo, numa brincadeira à cinco ou seis anos em Constantim, resolveram fazer à noite a Queima do Judas e nos últimos anos, muita gente de Vila Real vai a Constantim ver isso, no ano passado, a das Bruxas, houve quem estivesse presente e que foram acompanhar, ou seja, há alguns eventos que trazem gente e é estes eventos que têm que ir sendo apoiados, divulgados, dinamizados, para que se conheçam, para que as pessoas vão e para que se crie esta dinâmica

António Carvalho - então posso? E se o Luís permitir, sem dúvida nenhuma, vamos ter as marchas, não porque a camara tenha que pagar as marchas, mas porque vai dar incentivos. No sentido que as associações que as promovem, que deem a contrapartida pelos apoios que têm, no sentido de que depois também desse a colaboração, não é pagar-lhes mais, não é dar a alguém e dizer, agora vamos organizar as marchas, porque às vezes isto funciona desta forma, e portanto, nesta lógica tudo bem, o Pinho, focou aqui um aspeto que eu disse desta forma informal tem que existir, mas também tem que existir um outro espaço onde muitos dos eventos e muitos associados à própria universidade e às dinâmicas associativas, tem que existir um espaço dessa dimensão, sem dúvida nenhuma, tem é que existir de uma forma muito mais informal que todos os outros que potencie este crescimento, divulgação cultural

António Carvalho - tenho, tenho, até com a queda das Torres Gémeas

António Carvalho - isto é claramente dizer assim, assumo e alguns, não sei se costumam ou se vivem em Vila Real, mas eu assumo que efetivamente ao longo dos últimos anos muita coisa foi feita, sem duvida nenhuma, algumas coisas que poderiam ter sido feitas de forma diferente com outra visão, sem dúvida nenhuma, mas há muita coisa, muitas infraestruturas que estão feitas que temos que valorizar, nós temos em termos culturais, nós temos bibliotecas, não vem dizer que foi o governo anterior porque senão o engenheiro Rui Santos que também tem que dizer

António Carvalho - que o governo anterior também foi responsável por muitas outras coisas que ele não põe em cartazes a dizer que ele também é responsável [RS- somos todos] sem dúvida nenhuma que há algumas formas diferentes de ver as coisas

António Carvalho - eu tenho uma nova visão estruturante sobre o concelho, tenho uma visão diferente da fixação de pessoas, de dinâmica do centro histórico, de atividades, de formas diferentes de ver as coisas e nessa perspetiva, logicamente que tendo defendido [JP – que pena que só se lembrou agora] isso é diferente, que tendo defendido e em muitas situações estar em sintonia perfeita com o que foi feito, tenho uma nova forma de ver as coisas, tenho responsabilidades como serei próximo presidente de camara, diferentes de um membro da assembleia municipal

António Carvalho - que está lá como representante da sua junta de freguesia e nunca o senhor engenheiro pode ver, eu gostava que me acusassem, ou que dissessem o que é que eu fiz mal nos sítios onde eu tive capacidade de decisão e que é logicamente na minha freguesia, nas minhas escolas, é por aí

António Carvalho - na Assembleia Municipal o Jorge Pinho fez questão, de numa votação minha, tirar uma fotografia e disse-me outras coisas que não vale a pena aqui dizer, mas que é nota particular

António Carvalho - não, não digo, outras coisas, mas é assim, simplesmente tirou uma fotografia quando me viu votar contra [JP – porquê, quando é que foi a única vez? Quando a sua assembleia de freguesia] aí já eu estou como representante da freguesia [JP-não, não, não] quando eu votei contra é porque era representante da freguesia, quando eu votei a favor é

porque não era representante mas membro da assembleia [JP – quantas vezes falou na assembleia municipal?].

António Carvalho - Eu já o afirmei e encaixei, não só o Hotel do parque, encaixei inclusivamente a questão do Hotel Tocaio, não falei do seminário como o Rui Cortes falou por outras razões, mas falei nestas duas situações que estão abandonadas e que precisam [JP – O seminário não está abandonado, atenção] eu sei estou a falar no Hotel Tocaio que não tem utilidade e estou a falar neste edifício que precisa de uma solução, sem dúvida que quando olhamos para aquele edifício e quando se tentou encontrar uma solução e aprovação de um plano de pormenor que salvaguarda-se que o investidor tinha condições de poder fazer este investimento, estamos a fazer aquilo que alguns aqui ou todos estão a defender que é preciso trazer investimento, é preciso criar condições, é preciso facilitar, mas não, contrariamente ao que o Jorge disse, em nenhum momento, isto acontece sempre em todos os licenciamentos, apesar do plano de pormenor definir que poderão existir este ou aquele arruamento, definir que tem que haver uma área de estacionamento, esses encargos são sempre do proprietário do imóvel [JP- não são não, é a camara que tem que executar o Plano de Pormenor nunca o privado e nós avisámos na Assembleia Municipal] tudo o que os proprietários das habitações, dos imóveis, têm que fazer em sintonia com um plano de pormenor definido, a responsabilidade das acessibilidades e de todas é [JP – isso não é verdade] eu faço questão de me documentar muitas vezes e no ultimo debate o Jorge Pinho disse que a saúde financeira da camara municipal era caótica, eu tenho a preocupação de logo a seguir trazer alguns documentos para mostrar algumas coisas [JP- disse o contrário, tenho que acreditar que a saúde é boa, não deve ter sido comigo] dos 308 municípios vila real não está nos 182 municípios com desequilíbrio financeiro, isto é a publicação, posso deixar ficar, enquadradas as empresas municipais e também, inclusivamente nos pagamentos das faturas, a média de faturação é dos 45 dias conforme faz parte [JP- não sei onde quer chegar] sem dúvida de que nós temos criar condições para que estes edifícios tenham utilidade, primeiro pelo proprietário que deve encontrar a utilidade sustentada na necessidade que temos, também aceito que muitas das situações que aqui são debatidas e faladas doutro tipo de enquadramentos possam ser feitas, mas é importante questionarmos também e debater isto em termos de futura assembleia municipal, sobre os custos reais destes investimentos [JV- outra vez? Já foi discutido tantas vezes] quanto é que custa a expropriação daquele imóvel, são dois milhões e quinhentos mil euros que são os valores e toda a adaptação, estou perfeitamente aberto às sugestões e soluções que possam ser apresentadas, às propostas e que surgem dos diferentes quadrantes políticos, porque é extremamente importante ouvir toda a gente, eu ouço sempre toda a gente e construo soluções que sirvam melhor os interesses da população [Mensagem final] **António Carvalho** – no dia 29 de setembro, inicia-se o novo ciclo de escolhas, de escolhas que devem ser escolhas certas e eu tenho a certeza absoluta de que com a nova energia que represento, com a equipa que construí, uma equipa construída a pensar no projeto de intervenção e não como uma preocupação clara de ir encostar e juntar esta ou aquela pessoa, eu fui buscar as pessoas que entendia que era importante para esta dinâmica de criação de emprego, nesta grave crise económica e social que existe, tenho uma preocupação e a preocupação acrescida é de um apoio às políticas sociais, de apoio às famílias e em especial às crianças, idosos, deficientes e pessoas em situação muito mais vulnerável, conto com todos, com a força e energia da juventude, conto com a gente que vive do seu trabalho e que sabe o que custa construir uma vida digna, conto com aqueles que acreditam que os seus filhos e netos poderão ter mais do que eles próprios tiveram e estão dispostos a lutar por isso, pela minha parte garanto-vos que saberei merecer a vossa confiança e apoio sendo um presidente de todos e encarar a vitória de dia 29 como uma vitória de Vila Real, como sempre, podem contar comigo e é com esperança que vos digo, vila-realenses juntos faremos de Vila Real um concelho muito melhor para se viver.

Debate 21 setembro – Intervenções de Rui Santos

Lusa – retrato político

[M - Manuel Martins concluiu este ano o quinto mandato à frente da Câmara de Vila Real. Para segurar a maioria na capital de distrito, o PSD escolheu o professor António Carvalho. No entanto, o processo de escolha do sucessor de Manuel Martins foi polémico. Os sociais-democratas chegaram a anunciar o nome do vice-presidente do município, Domingos Madeira Pinto, para liderar a lista. No entanto, Madeira Pinto acabaria por renunciar à candidatura por sentir que não estavam salvaguardadas as condições necessárias.

Posteriormente o nome que foi apresentado e aprovado pela Comissão Política Distrital do PSD de Vila Real foi o do professor António Carvalho, que lidera, assim, a lista social-democrata].

A 1ª página do Público desta quarta-feira (18 set 2013) dizia que “candidato do PS a Vila Real acumulou segurança social e construção civil”, “Rui Santos foi diretor da Segurança Social e depois administrador da UTAD, ao mesmo tempo que era administrador de uma construtora que trabalhou para a universidade”, Rui Santos esta é uma situação que gostaria de ver explicada aqui neste debate]

Rui Santos – eu costumo dizer que quando as coincidências são muitas é porque de facto não são coincidências, tenho até um amigo que há dias me dizia, ontem, ó Rui isto é extraordinário, duas, duas notícias de primeira pagina em três dias consecutivos, em plena campanha eleitoral sobre Vila Real, isto é de facto muito estranho, e eu acho exatamente isso, é que tudo isto é estranho e é demonstrativo de que estas duas peças fazem parte de um processo que tem a ver única e exclusivamente com as eleições que vivemos e sei agora mais do que nunca que devo ser uma pessoa que está a incomodar muita gente, relativamente à primeira notícia, a notícia do jornal Público, sublinho e estranho que não foi ouvido o principal responsável pela área das obras, o ex-vice reitor para o planeamento e obras, o ex-reitor, o Prof. Carlos Sequeira que há mais de 20 anos, coordena este setor na universidade, este professor, este ex-reitor é militante do PSD, talvez não vote no PS, acredito que não vote, mas fez declarações que estão no site da nossa candidatura e que tudo explicam. E ele diz e passo a citar de memória, é ele há mais de 20 anos o responsável por todos os processos de obras na UTAD, os administradores onde eu me incluo e outros, eu só estive 9 meses na universidade como administrador, nunca pertenceram a júris, nunca acompanharam obras, nunca homologaram concursos, nunca adjudicaram concursos, nesta área, não eram essas de facto as minhas funções, recomendo, recomendo a todos aqueles que queiram ver esta situação esclarecida, que escutem, escutem bem e ouçam o que está no site da candidatura do PS a este respeito. A segunda notícia é uma notícia que vem no Correio da Manhã, de ontem, e que me acusam de fazer 800 quilómetros para vir a reuniões da assembleia municipal de Vila Real, 800 quilómetros de carro ou de avião para cumprir a minha obrigação, se faltasse estavam-me a acusar de que faltava a essas reuniões e que não cumpria a minha obrigação, como venho a essas reuniões, acusam-me de que sou um turbo deputado, eu quero ser um turbo deputado e estarei sempre presente em tudo aquilo que puder, no que diga respeito à minha terra, à nossa terra, ao nosso concelho.

[M – os números que chegaram até nós ainda ontem compilados pelo NERVIR, que diz que o número de desempregados inscritos volta a crescer, a NUT Douro e o Interior Norte são os espaços territoriais mais afetados, comparando os valores de Dezembro de 2012 e o mês de agosto de 2013, verifica-se um crescimento de 4,7 % na NUT Douro de 3,44% no Interior Norte e 3,1% no distrito de Vila Real e concretamente em Vila Real as taxas de desemprego subiram de 15,2% em Julho para 16% em agosto, estes são dados compilados pelo NERVIR que faz chegar periodicamente à imprensa e outras instituições, estes dados que são muito importantes numa altura destas em que Portugal vive toda esta situação complicada, queria

agora partir para conhecer propostas que vocês têm para tentar a ajudar a mudar estes números do desemprego, sabendo nós, e fazendo aqui a ressalva que, nem tudo depende das autarquias como é evidente, começo agora pelo candidato Rui Santos.]

Rui Santos - Nós sabemos bem que o país, no seu todo, atravessa um momento muito difícil, apesar disso, julgo que temos que acreditar na recuperação, temos que acreditar que melhores dias virão e que, quando isso acontecer, nós temos que estar preparados para que Vila Real seja de facto um concelho competitivo também na área do emprego, competitivo, isto significa com capacidade para atrair empresários, temos que ter uma política fiscal municipal atrativa, isso é, temos que olhar para os impostos municipais e para as taxas municipais e fazer com que elas se tornem competitivas no todo do território nacional, temos que ter infra estruturas capazes, isso é, uma carta de solos com terrenos disponíveis para que empresas eventualmente se possam instalar em Vila Real, temos que ter claramente um gabinete, uma via verde na camara municipal, capaz de rapidamente agilizar todos os processos de licenciamento e de construção de empresas no concelho e temos que ter também uma voz forte a nível nacional que se imponha, seja qual for o governo, para que aja claramente uma discriminação positiva para o interior, não é possível que tenham acabado os benefícios fiscais para o interior e que ninguém tenha dito nada e que estejamos todos calados e sossegados, que a camara municipal nada tenha feito para, enquanto capital de distrito e motor de toda esta região, tenha claramente imposto ao governo que essa alteração não fosse feita, não é possível que tenhamos as autoestradas construídas e estejamos a pagar o quilómetro mais caro no país pelo uso dessas autoestradas, é um fator competitivo como se sabe e que o poder político instalado em Vila Real nada tenha feito para alterar essa circunstância, não é possível termos uma zona industrial que quando a visitei a maior parte dos empresários diziam que era a zona mais, a mais suja, a mais desleixada, a mais estragada, a mais insegura, e não tenhamos uma resposta concreta para isso, e temos que obviamente que construir uma zona empresarial capaz, temos que incluir a universidade no novo Parque de Ciência e Tecnologia aprovado ainda pelo anterior governo, no sentido de darmos aqui um salto em frente e oferecermos condições de competitividade positivas para o concelho de Vila Real, hoje os concelhos competem entre si, os distritos competem entre si e os países também, até os continentes e portanto é preciso alterar claramente o paradigma de desenvolvimento de Vila Real e é preciso também apostar, fazer uma forte aposta na área do turismo, Vila Real tem características únicas.

[M - O Régia Douro Park - Parque de Ciência e Tecnologia que é constituído pela Câmara de Vila Real e a de Bragança, pela UTAD e pelo Instituto Politécnico de Bragança e também pela Portus Park é um investimento de 9,4 milhões de euros, tem como objetivo a especialização nas áreas agroalimentar, ciências florestais e ciências veterinárias e instalação do centro de excelência da vinha e do vinho, projeto que aposta na inovação tecnológica e produtiva para o crescimento e a internacionalização do setor, o que pergunto é que expectativas é que têm enquanto a este Régia Douro Park, o que é que se espera que venha a ser e que mais valias vá trazer para o concelho, para Vila Real e para esta região.]

Rui Santos – eu tenho uma excelente expectativa relativamente a este projeto, este projeto foi aprovado em 2010/2011 ainda pelo anterior governo com forte empenhamento do engenheiro Ricardo Magalhães e também do Dr, Carlos Lage, um à frente da Unidade de Missão do Douro e o outro à frente da CCDR – Norte que apostaram claramente em estabelecer uma parceria entre o Politécnico de Bragança, a UTAD, a Câmara Municipal de Vila Real e a Câmara Municipal de Bragança, no sentido de criar aqui um centro de excelência na área da vinha e do vinho, sublinho, um centro de excelência na área da vinha e do vinho, mas também, investigação de ponta e uma área transversal, em toda a fileira agrária e portanto, eu acho que este projeto é muito importante para o concelho de Vila Real, mas também para toda a região, para toda a região sem dúvida, é pena que esteja tão atrasado, as infra estruturas em

Bragança estão praticamente concluídas, nós aqui, por vicissitudes várias, o processo está mais atrasado. Agora, depois das infraestruturas estarem construídas, esta é a parte mais fácil, o importante é saber o que é que vai ser realmente este enorme empreendimento, e este empreendimento pode existir, só pode existir com a UTAD, sem a UTAD não é viável todos percebemos que será um nado morto, é vital também ter empresas, sem empresas não é viável, será um nado morto, é importante ter empresários e é importante obviamente envolver a comunidade, mas para que isso aconteça, nós temos que ter, como muito bem aqui foi sublinhado, uma linha área Vila Real-Bragança-Lisboa, temos que ter o fim nas obras do Túnel do Marão, desejavelmente deveríamos ter também uma linha ferroviária, devemos ter portagens com preços acessíveis, não é possível ter aqui empresários e empresas com este nível de portagens, o desejável era não ter portagens, isso sempre o defendemos e sempre votei na Assembleia de República contra as portagens aqui em Vila Real e em todo o interior, é possível ter aqui empresas e empresários sem benefícios fiscais para o interior, como havia até ao final de 2011? Não me parece que tal seja possível, e também não é possível desenvolver este parque sem que haja uma aposta clara no próximo quadro comunitário de apoio, estas são condições vitais para que o Parque de Ciência e Tecnologia seja de facto estruturante e um catalisador para o desenvolvimento de Vila Real, apresentámos já propostas, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal, relativamente aos impostos municipais, todos o sabem há propostas escritas, divulgadas e conhecidas, apresentamos propostas relativamente às portagens, apresentamos propostas relativamente aos benefícios fiscais para o interior, infelizmente estamos como estamos, é necessário de facto [JP – em Vila Real ? essa não conhecemos] não é em Vila Real é na Assembleia da República, é necessário portanto, mudar, alterar, para que este Parque de Ciência e Tecnologia seja uma grande oportunidade para Vila Real.

[M – Montalegre é a capital do fumeiro, Lamego é a capital da bôla, Chaves tem o pastel de Chaves que é distribuído por todo o mundo e pode ser comido em qualquer parte do mundo, mas Vila Real tem produtos, tem iguarias, não tem neste momento que marque esta cidade, este concelho, não há um evento, o dia do covilhete, ou a feira do covilhete, porque não há por exemplo o dia do pito, ou da gancha?, porque é que Vila Real não tem nada disso, ou será que com Rui Santos e com o PS, Vila Real vai passar a ter um grande evento nacional, em que as pessoas venham aqui, como vão à feira do foliar em Valpaços]

Rui Santos – Vila Real tem e deve ter bandeiras, Vila Real tem 1,2 milhões de pessoas a menos de uma hora de Vila Real, tem o Marão, tem o Alvão, é a porta do Douro património da humanidade, tem o vinho fino, tem pessoas preparadas, tem produtos de excelência, tinha, nas décadas de 30, 40, 50, 60, 70, 80, tinha as corridas, disse bem, tinha as corridas, tinha também os concertos de Mateus, lembram-se dos concertos de Mateus? Era uma referência no panorama nacional e até internacional [JP- para alguns] e portanto vamos ter que reativar esses eventos, vamos criar roteiros na área do património, na área gastronómica, nas áreas da natureza, criaremos mercados de proximidade, e sim Luís, vamos voltar a ter o Circuito Automóvel de Vila Real e já em 2014, vamos voltar a ter esse Circuito, porque é uma bandeira de Vila Real, e só assim criaremos empregos, criaremos dinâmicas, criaremos economia, nós assumimos esse compromisso e vamos concretizá-lo.

Rui Santos – só uma nota sobre as corridas, não é uma medida populista, há cinco anos atrás era ministro do Desporto, o Dr. Pedro Silva Pereira, o Dr. Pedro Silva Pereira apostou, e muito em ajudar a Câmara Municipal a comprar a infraestrutura para que as corridas fossem cá realizadas, infraestrutura permanente que pode ser usada as vezes que forem necessárias para que as provas possam ser uma realidade [JP – quais são as propostas concretas do PS para realizar essas corridas?] a qualidade de vida não é incompatível com as corridas, essa qualidade de vida ligada ao desporto, etc, e a uma vida saudável deve ser vivida 365 dias por ano e também aí estamos de acordo, é óbvio que queremos aprofundar essa componente, mas

julgo que quem tem o Marão, o Alvão, percursos pedonais, etc, muito temos avançado nesta área, estávamos a falar em eventos, o evento de marca em Vila Real, o grande evento, o tradicional [JP – e como se faz?] nós temos conversado com a Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting, já tem duas datas reservadas para o próximo ano, inscritas no calendário nacional, é verdade ou não é que tem [JP – Sim senhor] temos uma comissão permanente do circuito automóvel de Vila Real, comissão que organizará o evento e o Clube Automóvel de Vila Real organizará a prova.

Rui Santos – eu lembro aqui dois pequenos eventos que tinham um enorme impacto no concelho de Vila Real e que entretanto, de repente, desapareceram talvez por bruxedo, as marchas de Santo António, era talvez o evento que mais gente levava à Avenida Carvalho Araújo, gente de todo o concelho, como por encanto desapareceu [Moderador - se o Partido Socialista ganhar as eleições, voltam?] haverá marchas de Santo António. Lembro um outro evento que diz muito ao Luís Mendonça, o Rock Nordeste, porque é que o Rock Nordeste de repente desapareceu, acho que ainda foste um dos fundadores desse evento.

Rui Santos – António Carvalho nós estamos aqui numa posição que é extremamente extraordinária, o António Carvalho e bem, percebo essa sua estratégia, tudo o que a camara municipal faz de bem, e fez algumas coisas boas, é preciso reconhecer, o António carvalho diz fomos nós, tudo o que é de mau diz não tenho nada a ver com isso, nesta área a única coisa que o PSD fez nos últimos 40 anos foi de forma sucessiva, acabar, acabar, acabar, de-lhe vários exemplos daquilo que foi acabando, muito obrigado.

[M - Vamos ouvir Rui Santos]

Rui Santos – o que eu acho é que realmente o Hotel do Parque está como está porque a câmara não teve uma estratégia, não teve uma ideia, não teve um projeto, um planeamento para resolver o problema, não teve porque surgiu-lhe o programa polis e no âmbito do polis candidataram um teleférico, candidataram um funicular, um túnel que ligava o jardim da carreira à entrada do IP4, eu peço desculpa por sorrir, hoje todos percebem a anedota que era, e tudo isso foi aprovado pelo PSD na Assembleia Municipal e não se centrou no objetivo de resolver de uma vez por todas a questão do Hotel do Parque, também não se centrou nesse objetivo quando havia investimento, quando de facto o país não estava nas condições que está hoje, quando havia forte investimento por parte de privados, a autarquia nunca foi capaz de atrair investidores que resolvessem o problema, hoje temos um problema e eu não tenho nenhuma varinha para resolver o problema, ninguém tem, nós não fazemos promessas que não possamos cumprir, não fazemos nenhuma promessa que não estejamos profundamente convencidos que a possamos cumprir e portanto, neste momento o Hotel do parque é um problema, é um problema sério e é preciso encontrar privados que nos ajudem a resolver esse problema, temos falado com algumas pessoas e só nesse âmbito é que é possível resolver o problema, a Câmara Municipal acreditando no parecer que a Deloitte produziu, a Câmara Municipal em conjunto com as suas empresas municipais não tem capacidade de endividamento para se alavancar numa expropriação desta natureza e o problema do hotel, junta-se ao problema do Hotel Tocaio, da padaria Nadir Afonso, da central de camionagem, do centro transfronteiriço, do aeródromo, de algumas urbanizações que andam por aí e portanto temos aqui um problema de vários, entre aspas, mamarrachos que circulam e que conspurcam a nossa paisagem urbana e a nossa paisagem rural e é necessário claramente encontrar soluções, soluções sustentáveis, não entro em demagogia dizendo que vou resolver aquilo de uma única penada, isso não é de facto possível, é preciso fazer uma avaliação rigorosa, perceber quais são os novos valores de mercado, não são dois milhões, não são três, não é um e meio, não sabemos, é preciso fazer uma nova avaliação, em função dessa nova avaliação, negociar com privados a tentativa de resolver aquele problema sem aumentar as volumetrias.

Rui Santos – nestas alturas percebo bem que os nossos cidadãos sentem em relação à política,

tenho nalguns momentos até vergonha de fazer política com algumas pessoas, é que na política, não vale tudo, não valem ataques pessoais, não valem ódios pessoais, não vale mentir, sobretudo não vale mentir, eu tenho sido alvo dessas mentiras, desses ataques e de uma estratégia que se sobrepõe, o ataque e o ódio pessoal a uma estratégia de um partido, o objetivo é claramente serem factualmente aliados, neste caso, o senhor Professor Rui Cortes aliado de facto da candidatura do PSD, há quase 40 anos que o mesmo partido, as mesmas pessoas, as mesmas ideias gerem o destino da nossa autarquia e é altura de facto de mudar, só assim se poderão fazer comparações, entre o que somos e o que poderíamos de facto ser, não basta mudar o nome, ou o rosto do candidato para se fazer uma renovação, são precisas novas políticas, uma nova visão e uma nova forma de encarar a gestão autárquica, no próximo dia 29, a ideia é clara, o resultado é objetivo, ou ganha o PS, e nós sabemos que vamos ganhar as eleições, ou ganha o PSD, votos noutras candidaturas, nomeadamente naqueles que objetivamente, ou subjetivamente se aliam ao PSD, são votos inúteis.

Debate 24 setembro – Intervenções de António Carvalho – Porto Canal

[M - António Carvalho tenho reparado nalguns debates que já ouvi e nalgumas declarações que se tem demarcado muito deste último executivo, desta Câmara Municipal, ou seja, o que foi feito por esta câmara não tem nada a ver consigo,]

António Carvalho - ... não é bem dessa forma, efetivamente poderei dizer é um novo ciclo, uma nova energia, orgulho-me do trabalho que foi feito mas a minha candidatura mostra claramente uma visão diferente, uma estratégia diferente para este concelho e para esta região e a prova está na constituição que fiz de uma equipa que tenta efetivamente consubstanciar um projeto de crescimento para esta região, assente no emprego, no empreendedorismo e portanto, não significa claramente que eu não queira o património que esta cidade tem que este concelho tem, porque quem o conhece há muito tempo, sabe que efetivamente que muita coisa foi feita, mas eu significo outra pessoa, e logicamente com outra visão.

[M - não se sente o herdeiro do atual Presidente de Câmara?]

António Carvalho – não, sou o herdeiro do trabalho que é feito, tenho portanto uma visão diferente como é lógico, relativamente ao futuro, até porque a situação é outra, o momento é outro, e portanto nem poderia deixar de ser, ter uma visão diferente, um novo ciclo e uma nova energia para esta cidade, para este concelho e para esta região.

[M – António Carvalho é com esta herança que vai ficar? É esta herança que acha que vai ter?]

António Carvalho - Em primeiro lugar gostava de salientar aqui um aspeto importante e uma coisa que eu defendo sempre e continuo a defender, eu tenho um projeto para o futuro, não quero discutir o passado da forma como está a ser discutido, esta é a primeira questão, não podemos esquecer o passado, não podemos esquecer o que foi feito, não podemos deixar de valorizar o que foi bem feito, não podemos deixar de criticar o que está mal feito, não podemos ter de pensar que é preciso reestruturar muita coisa e por isso a primeira questão que me foi colocada

[M- de todas estas coisas que o candidato do PS falou que estavam mal feitas há alguma com a qual esteja de acordo?]

António Carvalho – há algumas situações com as quais, essencialmente ao nível do que é por exemplo, uma questão dos serviços da camara municipal e da celeridade nos processos, associado a toda uma dinâmica empresarial e a todo o que é necessário que o cidadão tenha respostas prontas, efetivas e o mais rápido possível, o que significa que como proposta e eu que não renego o PSD, e portanto, quando dizem que o primeiro-ministro esteve aqui e que esteve comigo, e que me cumprimentou, esteve aqui efetivamente mas não vou deixar de

dizer que sobre muitas questões tenho posições bem diferentes e podia dar só um exemplo sintomático, eu sou professor, era diretor do agrupamento de escolas, a minha esposa, professora, o meu filho, um dos meus quatro filhos, era aluno do 12º ano, ia fazer exame naquele dia, eu como diretor fiz greve, e a minha esposa fez greve e o meu filho não fez exame, significa que quando eu discordo, independentemente de quem e das questões partidárias, assumo essa responsabilidade, assumo sempre e assumo efetivamente que quero para Vila Real, uma visão diferente e cria que Vila Real assumisse claramente, dada a sua situação geográfica e a centralidade que assume neste norte, que assumisse efetivamente ser o motor da dinâmica de crescimento económico e de fixação de pessoas aqui e para ultrapassar, ou para clarificar aqui algumas coisas, Vila Real, foi dos concelhos que cresceu em termos de censos até à atualidade e a prova evidente é aqui que nós estamos acima dos 50 mil, portanto significa que esse crescimento existiu, mas este crescimento tem que existir sustentado em emprego, em crescimento económico que assenta num trabalho de coesão territorial de partilha de todos os recursos, de efetivamente potenciar alguns dos recursos que aqui existem, mas que existindo noutros concelhos vizinhos possam ser efetivamente aproveitados.

[M – António Carvalho mas o que é que o distingue do Rui Santos?]

António Carvalho – Distingue-me muita coisa

[M - é que eu estive a ouvir debates e a ler e quase não vi diferenças, as propostas são quase iguais]

António Carvalho - Eventualmente, porque logicamente até nem me distingue de nenhum dos candidatos porque a primeira proposta que todos apresentam é a criação de emprego e portanto logicamente que estamos por aqui, o percurso é que é diferente, a forma de ver as coisas é que é diferente, a partilha de todo este processo, o envolvimento dos diferentes agentes, o envolvimento desta casa por exemplo que está aqui, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, nesta dinâmica e neste crescimento e as provas dadas, porque eu gostava que quando me colam totalmente à gestão anterior e aos 37 anos, esses 37 anos foram sempre sufragados, e portanto, se foram sufragados, eu confio na votação dos cidadãos e os cidadãos escolhem e tem a possibilidade de escolher e eu gostava que a mim também me fizessem exatamente o mesmo que em função do trabalho que eu fui desenvolvendo, porque eu sou atualmente presidente de uma junta de freguesia, não tenho funções executivas na Câmara Municipal, fui diretor do agrupamento, exerci alguns cargos de direção nalguns lugares, e em função do trabalho que tenho feito aí, sinto claramente o apoio da população e percebem que eu represento efetivamente um novo ciclo, uma nova visão, uma nova estratégia para esta região de construção de emprego, de fixação de pessoas.

[M – como é que se justifica que os números das sondagens estejam praticamente empatados e haja aqui uma forte possibilidade do PS conquistar esta câmara?]

António Carvalho – as sondagens valem o que valem

[M - Claro, são indicadores apenas]

António Carvalho - e inclusivamente também existem sondagens, posso-lhe dizer que tenho outras sondagens diferentes, mas tenho a principal sondagem, que é o contacto do dia-a-dia com as pessoas que vai fazer com que eu no dia 29 assumo claramente que sou o próximo presidente da Câmara Municipal de Vila Real.

[M – António Carvalho há um défice de democracia em Vila Real?]

António Carvalho – só se alguém estiver cego

[M - mas ao que temos ouvido aqui!]

António Carvalho - o normal é as pessoas participarem de forma ativa nas assembleias municipais, sem dúvida que a questão que a Júlia levanta, é uma questão pelo facto da assembleia municipal se realizar naquele espaço, no salão nobre, que impossibilita o funcionamento eficaz e que é importante repensar essa situação, é importante ver que tem que haver um outro espaço onde as pessoas possam participar de forma mais ativa, o que significa

que efetivamente isto vai de encontro um bocado à forma como eu encaro as coisas, eu sou uma pessoa que ouço toda a gente

[M- mas o senhor ao longo destes anos apercebeu-se destas situações?]

António Carvalho - Ao longo destes anos, nós podemos dizer que chegamos a fazer assembleias municipais no teatro municipal de vila real e posteriormente acabou por se fazer no salão nobre, eu próprio também achava que havia de haver um espaço diferente mas eu sou um simples presidente de junta que, no âmbito das minhas competências chamava à atenção exatamente desse pormenor, mas são um conjunto de situações, não se prende única e simplesmente com a questão do lugar onde a assembleia municipal se realiza é efetivamente o não ter condições inclusivamente para as próprias pessoas trabalharem, mas também este local, ou eventualmente um local idêntico a este também não é o melhor local, apesar de se fazer num anfiteatro idêntico a este, para que os senhores deputados municipais pudessem trabalhar de melhor forma, permitiria mais assistência mas não permitiria um trabalho mais efetivo por parte de quem tem que trabalhar na assembleia, portanto, também não é um espaço destes que cria condições para poder trabalhar documentos, porque não existem condições com este tipo de mobiliário.

[M – acha que esta recuperação do ps tem a ver um bocado com esta noção que está aqui a ser transmitida com o quero, posso e mando de uma maioria, que governou a camara durante muitos anos?]

António Carvalho – não, porque claramente as pessoas distinguem o que é uma candidatura, ou a minha candidatura, das outras candidaturas.

[M – o senhor acha que não vai ser penalizado?]

António Carvalho - Eu acho que não vou ser penalizado porque as pessoas vão valorizar e vão julgar um bocado em função do trabalho que eu tenho feito ao longo da minha vida, eu subi profissionalmente, eu sou um profissional que me tenho afirmado na minha vida e portanto, as pessoas reconhecem esse papel, reconhecem-me essa capacidade e portanto independentemente de representar ou de ser uma candidatura do PSD, é uma candidatura de uma pessoa que estará sempre disponível, que atende as pessoas, que ouve, independentemente das questões partidárias, que é capaz de encontrar consensos, que é capaz de aprovar situações de completa unanimidade como acontece de forma quase sempre na minha freguesia de Constantim, onde eu sou Presidente da Junta de Freguesia.

[M- tendo em conta essa noção que tem do seu percurso, alguma vez lhe passou pela cabeça ir candidato por um movimento independente e não ter este anátema do PSD sobre si?]

António Carvalho – Não, Não.

[M -poderia ter sido uma possibilidade uma vez que o sr disse que é crítico de algumas coisas.]

António Carvalho - até porque eu surgi como candidato, nunca pensei de uma forma tão, o meu percurso profissional nunca foi conduzido no sentido de dizer eu tenho que chegar a este lugar ou aquele e foi ao longo do ultimo ano que pessoas que lidavam comigo, que conversavam comigo, colegas que achavam que eu poderia ser uma solução e foi a partir dessa altura que numa situação em que surge um convite, eu aceitei, e neste momento sou o candidato do PSD, mas para além de ser o candidato do PSD sou o candidato que é reconhecido pelo comum das pessoas, pelas pessoas do povo porque eu sou uma pessoa do povo e eles reconhecem-me essa capacidade.

[M – o António Carvalho vai baixar o preço da água se for presidente da câmara?]

[RS – o preço da fatura da água, porque a água só corresponde a 25%.]

António Carvalho – Isto é o que normalmente o Partido Socialista faz de quatro em quatro anos, propõe-se baixar a água, de quatro em quatro anos, faz grandes parangonas, faz grandes cartazes, distribui muitos papeis, para dizer que baixa a água, temos que ser também realistas e eu vou dar só um exemplo, o essencial de uma fatura da água e está aqui um gráfico que

poderei mostrar

[RS – mas compramos no distrito todos ao mesmo preço está aqui]

António Carvalho - se puder completar, numa fatura da água temos aqui, entre 55 e 58% resultam da compra da água, isto significa claramente e para dizer com gasto de eficiência que na fatura que o engenheiro Rui Santos fala dos 31 euros e que em Vila Real com custos controlados com pessoal, eu poderia dizer que nesta fatura só 18% desta fatura correspondem aos funcionários, não sei se tem intenção de os despedir a todos [RS – não, não] mas se os despedisse a todos iria fazer nessa fatura um valor de 25 euros e não dos 31, significava que baixava 6 euros, há uma outra questão e por isso é que eu acho importante salientar, que é percebermos outra coisa, que é de extrema importância, se o que onera esta fatura e este valor da água é o custo da água, eu posso dizer em Vila Real compramos a água a 69 cêntimos

[M – como todos,] [RS – como todos]

António Carvalho - mas compramos as Águas do Douro e Paiva a 38 cêntimos [RS – Sabrosa compra mais caro? Mondim compra mais caro? Ribeira de Pena compra mais caro? Mesão Frio compra mais caro?] eu vou completar, não que não queira, claramente que o preço da água possa ser efetivamente reduzido, mas ele é efetivamente reduzido se o custo da água for regulado a nível nacional e não forem praticados preços em alta diferenciados nos diferentes lugares, mas há aqui uma questão que se levanta [M – gostava de baixar a água mas acha que não se pode] há uma questão que aqui se levanta relacionada com esta que está associada à água, comparativamente com outros e eu queria salientar aqui o seguinte, esses municípios que tem a água a esse preço, estão a vende-la abaixo do preço do custo, o que significa que são esses municípios, grande numero de municípios que neste momento não podem, para incentivar o emprego, reduzir impostos municipais, porque têm que estar no preço máximo, porque estão efetivamente como o país está com a Troika, esses municípios estão sujeitos à mesma intervenção, não podendo reduzir isso, significa que nós entendemos e a camara municipal tem praticado uma coisa que é diferente, entre baixar o custo da água para todos ou baixar o custo com incentivo social que é feito aos idosos, às famílias numerosas, às IPSS [M – mas a câmara faz isso?] [JP – Não faz!] [RS- não faz] Faz, faz.

[M - O António tem conhecimento disto?]

António Carvalho - Eu tenho conhecimento desta realidade, não se pode vender água a preço inferior ao preço que se compra, porque é efetivamente nos concelhos que está a dar os exemplos, o preço da água custa no mínimo os 15 que vem na fatura e eles cobram a 5.

[M – António Carvalho, já agora ouço as suas propostas também, com o é que você olha para o centro histórico hoje de Vila Real?]

António Carvalho - Antes de olhar para o centro histórico, quero ter uma visão mais lata, mais estratégica que é de extrema importância, porque algumas medidas são absolutamente essenciais, mas se elas forem medidas avulsas, elas valem muito pouco e portanto tem que ser uma estratégia concertada, e vou de encontro exatamente aquela primeira abordagem que fiz, nós só teremos uma revitalização do centro histórico se assumirmos claramente que queremos que Vila Real seja efetivamente centro motor desta região e aproveitarmos algumas das potencialidades desta região, nomeadamente o facto de sermos a porta de entrada do vinho do porto, a porta de entrada do Douro e valorizar este produto que é conhecido internacionalmente para o potenciar em termos de turismo, de modo a que toda esta região possa ser uma região integrada, aproveitando este recurso, potenciando também os nossos recursos endógenos, os nossos produtos, a nossa gastronomia, e associado a isto os eventos que podem surgir neste centro histórico, é nesta perspetiva que temos que enquadrar isto, encontrar as diferentes parcerias que é importante encontrar, encontrar também nesta revitalização a necessidade da requalificação, e a requalificação associada a um povoamento jovem, a um povoamento nesse centro histórico que de alguma maneira o vitalize, ou então, inclusivamente, quer por incentivos que possam surgir para as pessoas que tem os seus

imóveis e aqui há imóveis, o hotel do parque e inclusivamente o hotel tocaio, e outros imóveis que existem e que estão muitas vezes como os seus proprietários a não ter condições de poder fazerem investimento, a encontrar soluções que concertadas com o município possam de alguma maneira dar dinâmica a esse espaço, portanto, repovoar o centro histórico, requalificar esse centro histórico, articular estes eventos com a necessidade do trabalho em rede e de uma partilha com os outros municípios, no sentido de encontrarmos melhores soluções para estes espetáculos que têm quer ser, isto não pode surgir esporadicamente, foi falada aqui uma situação, definir claramente este centro histórico e no âmbito das empreitadas e do que está definido poder –se usufruir de benefícios fiscais, inclusivamente do próprio iva e outros benefícios fiscais, no apoio aos projetos estando numa perfeita abertura a Câmara Municipal para esta dinâmica de crescimento, associado a isto, sem dúvida nenhuma que há uma estreita ligação com a universidade e o projeto de incubação de empresas, porque é importante que alguns dos edifícios que existam no centro histórico, tragam gente, é importante que os edifícios que existam sejam revitalizados, é importante que para além disto se possam encontrar lojas ancora que dão também consistência a outras lojas [M – porque é que isso nunca foi feito?] eventualmente porque esta visão estratégica relativamente a esta, e porque eu também não vejo aqui propostas com uma visão estratégica tão ampla que envolva tanta gente de modo a que isto tenha consistência, porque alguns não acreditam, alguns não acreditam que nós possamos ser efetivamente o motor desta região e eu acredito que Vila Real pode ser este motor se aproveitar os recursos que tem, o património, a biodiversidade, a riqueza gastronómica e tudo isso.

[M- o que é que não foi feito e o que é que se pode fazer?]

António Carvalho – a universidade e eu desde que fiz a minha apresentação sempre toquei a tecla da universidade, sem dúvida nenhuma que a universidade tem que ser o motor desta região também, que as parcerias com a camara municipal e não só, com as diferentes instituições da cidade e do concelho e da região, têm que existir, mas há que lembrar aqui algumas situações, a universidade, falou-se aqui de uma coisa extremamente importante que foi a biodiversidade e a valorização da biodiversidade, a universidade esteve neste trabalho em parceria com a camara municipal, fala-se de uma necessidade absoluta de que o Parque de Ciência e Tecnologia exista o mais rápido possível, está em construção e é uma parceria entre a camara municipal e a universidade e é efetivamente, eu não quero defender a situação e dizer que estou aqui a defender a camara municipal, eu estou a defender estes dois projetos, entre outros, estou a defender um conjunto de projetos e mostrar que efetivamente a universidade tem tido alguma abertura e a Câmara Municipal para se encontrarem sinergias, para esta construção, agora temos que dizer ir muito mais longe, ir muito mais longe nesta parceria e é assim , eu tive oportunidade de nestas parcerias e no trabalho que tenho feito, sem que seja candidato, mas como diretor de agrupamento, de potenciar este relacionamento, de fazer com que os diretores das escolas reunissem com professores da UTAD no sentido de conseguirem que mais alunos tivessem aqui na UTAD e de divulgar essa situação e é nesta partilha, nesta procura conjunta de soluções para a região que devem estabelecer-se estes protocolos, estas partilhas, portanto, totalmente aberto, e tive oportunidade de reunir com o sr reitor aqui, no sentido de vermos as potencialidades da universidade que são imensas e que têm que ser rentabilizadas numa lógica de rede, porque eu sempre defendi que toda a gente vive bem, se efetivamente nós partilharmos os recursos que são comuns, que são deste país, que são desta região e não precisamos de estar constantemente a fazer mais investimento mas sim a partilhar aquilo que temos com contrapartidas financeiras que serão objeto desse acordo, é esta partilha que eu defendo.

António Carvalho – toda a gente fala com liderança, sem dúvida, mas com partilha, com o reconhecimento de que efetivamente somos capazes e acreditamos que Vila Real tem potencialidades para se afirmar neste todo nacional e internacional, potenciando exatamente a

questão do Douro e a questão do Vinho do Porto associado a toda esta dinâmica de crescimento do empreendedorismo.

Debate 24 setembro – Intervenções de Rui Santos – Porto Canal

[M – Rui Santos como é que justifica tantos anos de PSD, porque é que o PS nunca conseguiu convencer os eleitores em Vila Real?]

Rui Santos – porque é que o PS não governou a câmara durante os últimos 38 anos? obviamente porque há mérito do PSD, nós temos bem consciência que 38 anos é um longo percurso, é um longo caminho, houve com certeza méritos do PSD e houve deméritos também do Partido Socialista, agora o que importa é que chegados aqui é absolutamente claro que é necessário mudar a autarquia, ter um outro ânimo, não é uma nova energia, é uma outra energia e fazer de facto avançar Vila Real, o Partido Socialista, deste sempre, apresentou extraordinários projetos, muito bons protagonistas para implementar esses projetos, vivemos num concelho socialmente de direita, isso é muito claro, não foi por falta de qualidade dos projetos que apresentámos, nem da qualidade dos protagonistas foi porque com certeza o concelho de Vila Real é sociologicamente muito marcado à direita e nós nunca tivemos o mérito de conseguir demonstrar que valia a pena mudar, que valia a pena darem-nos uma oportunidade para comparar, porque 38 anos é muito tempo e julgo que chegou a hora de pedir aos vila-realenses que coloquem nos pratos da balança o que foi feito de bom e o que foi feito de mau, onde é que poderíamos ter ido mais longe se tivessem dado a oportunidade ao Partido Socialista de governar; chegados aqui, julgo que está na hora de fazer avançar Vila Real, de mudar e de nos darem uma oportunidade, porque só dando uma oportunidade ao Partido Socialista é que se poderá comparar o que é uma governação do PS e o que é uma governação do PSD.

[M – Jorge Pinho perguntava-lhe se não fazia sentido uma coligação à direita aqui em Vila Real, o CDS fez várias pelo país inteiro, porque é que não faz em Vila Real, foi tentada essa aliança?]

[JP – Foi, pelo nosso percurso dos últimos quatro anos, pelo trabalho realizado pelo CDS e pela postura que o PSD teve no executivo municipal, eramos dois deputados na Assembleia Municipal, com muito trabalho, muita dedicação, o certo é que constantemente nos era vedado o acesso à informação, tínhamos que recorrer várias vezes ao tribunal de contas, a várias entidades externas para conseguir aceder a alguns desses documentos e a prática política do PSD nestes últimos quatro anos não está condizente com a nossa postura, de rigor, de seriedade, de transparência e não fazia sentido, depois destes quatro anos, quando muitos dos protagonistas são os mesmos [M – considera que António Carvalho não significa mudança então?] para os eleitores do PSD pode significar, para os eleitores do CDS não, e o que me interessa a mim, são os eleitores do CDS que acreditam nas nossas propostas, nós temos andado pelas ruas e vemos que somos reconhecidos pelo trabalho que fazemos, estamos próximos dos cidadãos, defendemos causas, muitas das vezes diziam-nos vocês são os defensores das causas perdidas, no exemplo do Bairro NORAD, um bairro que esteve 30 anos para ser legalizado, desde a primeira Assembleia Municipal que nos esforçamos por nos bater pela legalização do bairro que chegou ao fim, agora não nos chega legalizar o bairro é preciso fazer esse investimento que durante 30 anos não foi feito em termos de saneamento, em termos de telecomunicações, em termos de valorização do próprio espaço, portanto, somos defensores de causas com muito rigor nas contas, com transparência, e com democracia no meio e aqui o que aconteceu durante estes quatro anos, o PSD não soube respeitar a democracia e não tinha lógica, durante quatro anos o Professor António Carvalho era deputado na Assembleia Municipal, também desse mesmo PSD, constantemente votavam

contra as nossas propostas, exceção feita a um deputado que está aqui presente, Costa Pereira, que quando propusemos a suspensão das piscinas no campo do calvário votou a nossa favor, agora o PSD defende a mesma proposta, mas passaram três anos e provavelmente não vai haver tempo para aproveitar o quadro comunitário, só por ser do CDS, bastava ser uma proposta do CDS para o PSD não aceitar, portanto, dificilmente conseguia-mos ter ponto de encontro, quando muitos dos protagonistas são os mesmos.]

[M – Rui Santos tem noção das finanças da câmara?]

Rui Santos - Nós temos perfeitamente noção das finanças da câmara e temos noção da estrutura que queremos montar na Câmara Municipal e temo-lo dito, esta ideia de tentar sempre colar o PS ao PSD é uma ideia nacional que vai por aí vingando, num ou noutro extrato, embora pequeno da sociedade, mas que todos sabemos que não corresponde à realidade, também no passado tentaram dizê-lo relativamente à governação nacional e hoje não há nenhum português que não perceba bem qual é a diferença entre um governo do Partido Socialista e um governo ultraliberal do PSD, isto a nível nacional, e também a nível local isso é claro, eu ouço com muita atenção e já não é a primeira vez o senhor professor Rui Cortes fazer este discurso, tentar juntar tudo no mesmo saco, mas nunca lhe ouvi nenhuma proposta, nenhum plano estratégico, nenhum pensamento global, quer para o concelho, quer para o distrito, quer para o país, pegam em pequenas bandeiras e a partir dessas bandeiras tentam colar o PS ao PSD, o PS nunca esteve na governação autárquica, como muito bem disse no início do debate nos últimos 38 anos e sempre marcamos as nossas posições e as nossas diferenças, falou nas corridas, o antigo governo do Partido Socialista apoiou a realização de corridas em Vila Real, o que é que a Câmara Municipal fez? acabou com elas, nós apoiamos, por exemplo, o anterior governo apoiou benefícios fiscais para o interior, o que é que este governo fez? acabou com os benefícios fiscais para o interior, nós apoiamos a linha aérea Vila Real-Bragança-Lisboa, o que é que este governo fez? acabou com a linha aérea Vila Real-Bragança-Lisboa, nós tínhamos aqui uma pousada da juventude, o que é que este governo fez? Extinguiu, fechou, acabou com a pousada da juventude [M - está a colar o candidato do PSD ao governo também?] claro, que tenho que colar o candidato do PSD ao governo, aliás, ainda há dias o Dr Pedro Passos Coelho cá esteve a apoiar de forma entusiasta o candidato do PSD, mas também dizer-lhe que a nível local temos marcado muito bem as nossas diferenças, há quatro anos, na campanha eleitoral, dissemos que não queríamos piscinas no campo do Calvário, queríamos umas piscinas, mas não no campo do Calvário, sabe o que é que aconteceu? Fez-se um projeto, gastaram-se umas centenas de milhares de euros, hoje não temos piscinas, não temos dinheiro, e não temos sequer a requalificação do campo do Calvário, passados quatro anos diz-se, o PS tinha razão, pois tínhamos, mas entretanto, perderam-se quatro anos, nós defendemos sempre que havia necessidade de rever a carga municipal fiscal e fizemos propostas na Assembleia Municipal nesse sentido, e na autarquia, o que é que o PSD fez? chumbou as nossas propostas, agora o que é que o candidato do PSD faz? Apresenta as propostas que no passado chumbou e assim sucessivamente, posso dar variadíssimos exemplos de um caminho completamente diferente, daquilo que é a estratégia do PS e aquilo que é o PSD [M – o PS na oposição não teve responsabilidade nenhuma?] claro que não, nós éramos minoria e posso até dizer-lhe, ontem tivemos uma reunião de câmara onde foram distribuídos centenas de milhares de euros em subsídios de última hora, trinta mil para aqui, quarenta mil para acolá, uma escola para além, uma não sei o quê para acolá, a três ou quatro dias das eleições e quando levantamos a questão, disseram-nos: quem manda somos nós, nós temos maioria; e portanto esta tem sido a prática corrente, quem manda pode e aquilo que temos tido nos últimos anos é que o PSD na Câmara Municipal, pode, manda, faz e não liga a rigorosamente mais nada, nem a ninguém. [M - Rui Santos apesar de tudo o PS está hoje em condições também de discutir a camara com o PSD mas a verdade também é como há pouco perguntei ao candidato do PSD, alguma

questão em que fosse crítico à gestão desta câmara do PSD, pergunto-lhe a si se também: não reconhece que foi feita alguma coisa por Vila Real, ao longo destes anos e nos últimos quatro anos.]

Rui Santos – eu fui candidato pelo Partido Socialista há quatro anos e o discurso que tive na altura tenho-o hoje, com pequenas diferenças porque os últimos quatro anos foram realmente o pior dos 37 que esta governação PSD leva à frente do município. Foram quatro anos, onde, de facto, Vila Real parou, aquilo que eu tenho dito é que faltou a Vila Real planeamento e visão, eu dou-lhe vários exemplos, teatros municipais, um dia houve um programa nacional para que todas as capitais de distrito tivessem um teatro municipal, Vila Real acabou por ter um teatro municipal, mas foi praticamente a última a ter um teatro municipal, teve-o num local por mero acaso, porque o objetivo que a câmara tinha era construir o Teatro Municipal na Avenida Carvalho Araújo, e o IPAR chumbou, e portanto foi um acaso, um acaso feliz porque depois à volta daquele espaço criou-se o Parque Corgo que na minha opinião é um espaço interessante, mas tivemos o Polis por exemplo e o Polis apresentou projetos tão extraordinários como um funicular, um teleférico, um túnel que ligava o Jardim da Carreira ao IP4, desses grandes projetos nada foi feito, e apareceram esses projetos porquê? Porque não havia planificação, porque não havia visão, não se sabia o que se queria para Vila Real, apareceu o Polis, há que aproveitar o Polis e portanto lançamos projetos megalómanos, estranhos, até difusos para que se pudessem aproveitar algumas dessas verbas. A biblioteca, esta universidade tem aqui uma biblioteca, a 200 ou 300 metros temos a biblioteca municipal porquê? Houve um programa nacional de construção de bibliotecas municipais, nós fizemos uma proposta em concreto para que a Biblioteca fosse construída do lado de lá da cidade e a câmara, bem faz-se aqui, porquê? Porque era o terreno estava disponível, portanto, não houve planeamento, não houve estratégia, não sabemos que concelho é que queremos daqui a 10 anos, quantas pessoas, que serviços, que qualidade. Estou a falar de infraestruturas.

[M - para quem está fora de Vila Real uma das coisas que se ouve dizer é que Vila Real tem uma fortíssima programação cultural...]

Rui Santos – eu estou a reconhecer, a pergunta era o que temos de bom, temos um bom teatro, um bom conservatório e uma boa biblioteca, mas tudo isso aconteceu quase por acaso, o tal local, onde era par ser construído o Teatro, como o Dr. Manuel Maria Carrilho, então Ministro da Cultura, exigiu que aquele espaço, e ficou salvaguardado, tinha que ser para uma infraestrutura cultural, acabou por nascer lá um conservatório e portanto, todos estes, dei três exemplos, biblioteca, conservatório e teatro municipal foram da ação de um governo central e a câmara obviamente não ia botar pela janela essa possibilidade, agora planificado, pensado, estruturado, há muito pouco, dou-lhe um exemplo, muito concreto, a Júlia falou há pouco disso, nós temos 13.500 habitações sem saneamento básico, temos mais de 80 lugares sem saneamento básico, temos a água mais cara do distrito e a fatura da água das mais caras do país, temos um concelho com muito pouca capacidade de atrair emprego que não seja o emprego público, que agora está a ser destruído, e portanto, não temos capacidade de renovar esse emprego, porque, de facto, a nossa condição de capital de distrito permitiu-nos ter investimentos significativos e era o que faltava ao longo destes 38 anos, pegamos nesses investimentos e lançá-los pela janela fora, isso era o que faltava, isso aconteceu em todo o país. Eu reconheço que há coisas que avançaram e há coisas que pararam, quero olhar para o futuro, não vou dizer que julguem-me pelo meu currículo, julguem-me pelo meu trabalho, eu falarei bem do meu trabalho, falarei bem do meu currículo, também não vou aqui dizer que toda a gente na rua me apoia, eu sinto um grande apoio portanto não vale a pena estar aqui a repetir, isso são banalidades não interessa, o que interessa é em concreto as propostas que temos para o futuro, há problemas para resolver em Vila Real, dei-lhe dois, a fatura da água, por exemplo o saneamento básico, são dois problemas, a delegação de competências para as freguesias [M- vai baixar a água?] nós vamos baixar a água em quatro anos é possível e eu

vou-lhe explicar porque é que é possível, porque nós temos 30% da água que compramos a ATMAD, 30 % dessa água perde-se, temos contratos leoninos com a Resinorte e com a Focsa, portanto é possível, e é possível também alargar o trabalho da EMAR à Associação de Municípios do Vale do Douro Norte não despedindo rigorosamente ninguém, bem pelo contrário, prestando é serviços de maior qualidade, de maior qualidade a todos os nossos concidadãos, gerir bem é o fundamental para que o preço da água possa ser reduzido.

Rui Santos – o que a câmara faz é reduzir alguma coisa nos 25% do custo da água, não é na fatura global é esse o truque, para além disso, a Câmara Municipal e a EMAR têm uma dívida a fornecedores, apesar de comprar a água ao preço de qualquer outro município no distrito de Vila Real, levar o preço mais caro 89% mais caro, tem uma dívida de 7 milhões, 7 milhões de euros e tem ainda 4 milhões em contencioso. A pergunta que eu faço é, como é que é possível a câmara [M- então com essa dívida como é que vai buscar receita?] porque há um erro na gestão, há um erro na Resinorte como lhe disse, no tratamento de lixos, na limpeza, tem um contrato leonino que nós, na Assembleia Municipal e já agora eu digo nós [JP – aqui estávamos de acordo] porque digo sempre a verdade [JP – porque era escandaloso] faltavam dois dias para que o contrato com a empresa que fazia a recolha e o tratamento de lixo cessasse, dois dias, a dois dias do fim do contrato levam uma proposta à Assembleia Municipal e disseram, só temos esta empresa, ou é assim, ou ficamos com o lixo na rua e depois, claro, a empresa fez o preço que quis à Câmara Municipal, e isso não pode acontecer e ali o senhor assinou e apoiou. (apontando para António Carvalho) Jorge é verdade ou não é?

[JP – é verdade, mas não é só isso!]

[M – Rui o PS não tem responsabilidade neste esvaziamento, vai-me dizer que não podia fazer nada, o que é que se propõem fazer?]

Rui Santos - Há uma coisa estranha numa cidade como a de Vila Real, como é que é possível numa cidade com tão pouca população termos um efeito donut, isto é, círculos que vão crescendo à volta do centro histórico, e o centro histórico ficar oco, sem gente, sem pessoas, é algo de muito estranho num concelho como o de Vila real, numa cidade em concreto como a de Vila real, isso acontece porquê? Porque, de facto, nunca houve uma política que se preocupasse de facto com a reanimação do centro histórico, [M - isso não aconteceu só com a cidade de Vila Real] mas Vila Real tem uma particularidade, é uma cidade universitária e era possível no centro histórico ter reabilitado e houve políticas e fundos comunitários para a reabilitação, como haverá no próximo quadro comunitário de apoio, era possível ter reabilitado casas para que estudantes universitários se pudessem lá instalar, era possível ter impedido que alguns serviços tivessem encerrado perto do centro histórico, ou perdido importância afastando assim pessoas do centro histórico, era possível ter instalado uma loja do cidadão em vila real e só não está instalada essa loja do cidadão porque a camara municipal não quis, não foi capaz de operacionalizar um espaço onde essa loja fosse instalada, era possível ter uma outra política de rotatividade no estacionamento trocando horas de estacionamento, por exemplo, por compras, um esquema que por exemplo no parque dos Clérigos no Porto é usado, aqui em Vila Real não é usado e depois ainda houve a política de instalação de infraestruturas, por exemplo a biblioteca, a biblioteca poderia ter ficado do lado de lá e não ficou, não ficou porque não quiseram que ficasse e já agora trago aqui um outro tema que é importante, houve claramente o esvaziamento da Escola Camilo Castelo Branco, do nosso Liceu, houve uma estratégia que impede o crescimento do Liceu, houve uma estratégia que impediu a acessibilidade ... Essa escola mítica em Vila Real, a Camilo Castelo Branco, antigo liceu que obviamente retirou gente do centro histórico, agora nós somos objetivos, não é possível reinventar um centro histórico como havia à 10 anos, há 15, há 20, há 30 anos, não é possível [M - o que é que se pode fazer sabendo que não há dinheiro?] o que é necessário é agilizar todos estes instrumentos que há pouco, explicitarei o estacionamento, a loja do cidadão, etc e é possível ser proativo, fazendo uma associação de

facto com empresários dentro de determinado ramo, de determinada área para que se faça no centro histórico de Vila Real, aquilo que todos conhecemos que é feito em muitos centros históricos aqui na Galiza, na vizinha Espanha, centros históricos animados com bares, com tapas, com comes e bebes, com a nossa gastronomia, está aqui o senhor Reitor, nós temos aqui um ciclo cultural, temos um espaço extraordinário, a antiga taberna do alemão, quem é de Vila Real sabe o espaço interessante que é a taberna do alemão, é possível fazer uma parceria com a universidade, os serviços de ação social e instalar por exemplo ou facilitar a instalação do centro cultural da universidade e da associação académica e está aqui também o senhor presidente da associação, por exemplo, no centro histórico, temos que olhar para o centro histórico doutra forma, de outro molde, aqui estão algumas das propostas que nós conseguiremos fazer avançar em Vila Real.

Rui Santos – nos últimos 20 anos eu conheci um presidente de câmara e já conheço quatro reitores, o Professor José Manuel Gaspar Torres Pereira, entretanto falecido, o Professor Armando Mascarenhas Ferreira, Carlos Sequeira e agora Fontaínhas Fernandes, durante estes últimos 20 anos, fui aluno, sou técnico superior na universidade e fui dirigente aqui na universidade, partilhei muitas das angústias, muitas das aflições, muitos projetos com o agora reitor porque neste longo período cruzámo-nos em várias circunstâncias e a pergunta que eu faço é, há um elo comum, o Presidente da câmara, há quatro reitores diferentes, onde é que estará o problema, a mim parece-me que é óbvio, que o problema está do lado da câmara, não do lado da universidade, não estou a dizer que tudo na universidade foi perfeito, claro que não foi, não estou a dizer que tudo na universidade permitiu potenciar a ligação entre a câmara e a universidade, claro que não foi, mas o que é importante é olhar para o futuro, o que é importante é olhar para o futuro e para o futuro há aqui dois sentidos, por um lado a universidade, a universidade precisa muito da Câmara Municipal, precisa muito da câmara municipal porque a universidade tem sido muito prejudicada pelo governo central, foi a instituição, em termos percentuais que mais cortes financeiros teve nos dois últimos orçamentos de Estado e portanto é vital para a universidade, uma instituição com mil funcionários, com 8.500 alunos, é vital para a universidade o apoio do poder político, o tal apoio da liderança política, como também é vital para a cidade que a UTAD seja uma universidade forte, um centro de saber difusora desse saber, proativa, com capacidade para fazer de facto extensão e para estar perto dos cidadãos.

[M – Rui Cortes muito rapidamente, porque o António Carvalho apresentou duas questões, que é o programa da biodiversidade que parou, acabou-se o dinheiro, parou, o Pólo Tecnológico parado está] [AC – não está parado, convêm dar uma volta pelo concelho, ir lá verificar, olhe é na minha freguesia] compare com Bragança (passa lá, vai lá ver as máquinas em movimento, está tudo adjudicado, os edifícios estão a ser feitos) compare com Bragança, e espero que não pare [JV – esta semana há máquinas em todo o lado! esta semana toda a gente trabalha.]

Rui Santos – é vital proteger a UTAD, é vital proteger a UTAD.

[M - Como é que Vila Real consegue convencer os municípios todos de Trás-os-Montes que é uma cidade líder desta região?]

Rui Santos - Com naturalidade, quem lidera é reconhecido pelos outros e Vila Real, pela sua condição de capital de distrito, pela concentração de quadros, pelas infraestruturas que tem, tem obviamente que ter uma liderança que seja natural, que seja reconhecida aqui, credível, séria, reconhecida também lá fora.

SIGLAS (Moderador e Candidatos Intervenientes nos Debates)

M – Moderador

AC - António Carvalho

JP – Jorge Pinho

JV – Júlia Violante

RC – Rui Cortes

RS - Rui Santos

ANEXO M - Tabelas para análise dos debates produzidas pelo Tropes

Tabelas para análise dos debates produzidas pelo software Tropes Zoom

Estilo: Responde a perguntas como: Qual o estilo geral do texto? Qual o tipo de encenação?

Universo Referência 1, Universo Referência 2 e Referências utilizadas: Respondem às perguntas:
em que assenta o texto? Fiz passar o que queria dizer?

Relações: Que referências são frequentemente interligadas?

Categorias: Categorias de palavras frequentemente utilizadas

Debate 21 setembro	
ESTILO	
António Carvalho (AC)	Rui Santos (RS)
1. Estilo dominante - argumentativo	1. Estilo dominante - argumentativo
2. Encenação – dinâmica, ativa	2. Encenação – dinâmica, ativa
3. Narrador subjetivo	3. Foram detetadas noções de dúvida
4. 21 frases notáveis	4. 23 frases notáveis
5. 7 episódios detetados	5. 12 episódios detetados
Debate 24 setembro	
ESTILO	
1. Estilo dominante - argumentativo	1. Estilo dominante - argumentativo
2. Encenação – dinâmica, ativa	2. Encenação – dinâmica, ativa
3. Narrador subjetivo	
4. 26 frases notáveis	4. 27 frases notáveis
5. 12 episódios detetados	5. 13 episódios detetados
Debate Antena 1	
ESTILO	
1. Estilo dominante - argumentativo	1. Estilo dominante - narrativo
2. Encenação – dinâmica, ativa	2. Encenação – dinâmica, ativa
3. Narrador subjetivo	
4. 23 frases notáveis	4. 22 frases notáveis
5. 11 episódios detetados	5. 9 episódios detetados

Debate 21 setembro	
UNIVERSO REFERÊNCIA 1	
António Carvalho (AC)	Rui Santos (RS)
1. Conceitos gerais – 130	1. Conceitos gerais – 137
2. Vida humana - 107	2. Vida humana - 101
3. Política - 40	3. Política - 75
4. Geografia - 13	4. Geografia - 59
5. Educação e Ensino - 13	5. Emprego e trabalho - 17
6. Emprego e trabalho - 17	6. Transportes - 14
7. Empresa e concorrência - 8	7. Empresa e concorrência - 14
8. Finanças - 8	8. Comunicação e média – 13 – C & M
9. Produção e tecnologia - 8	9. Educação e ensino - 10
10. Sociedade - 7	10. Plantas – 8 (Eliminar refere-se a AC)
11. Desporto e lazer - 7	11. Urbanismo e habitação - 8
12. Comunicação e média - 7	12. Desporto e lazer - 8
13. Entidades e organismos - 6	13. Entidades e organismos - 7
14. Urbanismo e habitação - 5	14. Produção e tecnologia - 7
15. Alimentação e bebidas - 4	15. Religião e mitologia - 7
16. Plantas – 3 (Eliminar refere-se a AC)	16. Direito e justiça - 6
17. Transportes - 3	17. Ciência - 6
18. Arte e cultura - 3	18. Finanças - 6
19. Informação e tratamento - 3	19. Alimentação e bebidas - 5
	20. Economia - 4
	21. Sociedade – 4
	22. Meio ambiente - 4
	23. Negócio - 4
	24. Agricultura - 3

Debate 21 setembro	
UNIVERSO REFERÊNCIA 2	
António Carvalho (AC)	Rui Santos (RS)
1. o ser humano - 39	1. europa - 51
2. existência - 39	2. o ser humano - 44
3. espaço - 31	3. espaço - 35
4. administração pública - 30	4. tempo - 34
5. europa - 19	5. administração pública - 28
6. tempo - 18	6. quantidade - 25
7. quantidade - 14	7. existência - 23
8. ordem - 14	8. partido político - 15
9. acção - 10	9. acção - 15
10. vontade - 10	10. processo eleitoral - 12
11. colaboração - 10	11. razão - 12
12. instituições de ensino - 9	12. plantas - 8
13. investigação e propriedade intelect - 7	13. identidade profissional - 8

14. circunstâncias - 7	14. tipos de empresa - 7
15. financiamento e investimento - 7	15. divindades - 7
16. emprego - 6	16. causalidade - 7
17. entidades - 6	17. política dos transportes - 7
18. estados de ânimo - 6	18. entidades - 7
19. lazer - 6	19. lazer - 6
20. percepções - 6	20. organização do ensino - 6
21. movimento - 5	21. organização de empresas - 6
22. causalidade - 5	22. ordem - 6
23. sistema da comunicação - 5	23. política - 6
24. tipos de empresa - 4	24. ciências - 6
25. identidade profissional - 4	25. aglomerado populacional - 5
26. habitação - 4	26. poder executivo - 5
27. razão - 4	27. transporte terrestre - 5
28. organização do ensino - 4	28. objectivos - 5
29. plantas - 3	29. relação - 5
30. processo eleitoral - 3	30. inteligência - 4
31. partido político - 3	31. posição geográfica - 4
32. inteligência - 3	32. assembleia - 4
33. transporte aéreo - 3	33. tecnologia e regulamentação técnica - 4
34. relação - 3	34. país - 4
35. bebidas - 3	35. bebidas - 4
36. família e parentesco - 3	36. instituições de ensino - 4
37. condições e organização trabalho - 3	37. notícia - 4
	38. emprego - 4
	39. sistema da comunicação - 4
	40. trabalhos parlamentares - 3
	41. paisagem - 3
	42. investigação e propriedade intelectual - 3
	43. sentimentos - 3
	44. exploração agrícola - 3
	45. moral - 3
	46. financiamento e investimento - 3
	47. administração e remuneração do pessoal - 3

Debate 24 setembro	
UNIVERSO REFERÊNCIA 1	
António Carvalho (AC)	Rui Santos (RS)
1. Conceitos gerais - 131	1. Conceitos gerais - 152
2. Vida humana - 118	2. Vida humana - 111
3. Política - 60	3. Política - 110
4. Educação e Ensino - 18	4. Geografia - 47
5. Emprego e trabalho - 18	5. Educação e ensino - 34

6. Geografia - 16	6. Urbanismo e habitação - 29
7. Finanças - 16	7. Direito e justiça - 16
8. Urbanismo e habitação - 9	8. Finanças - 13
9. Negócios - 8	9. Arte e Cultura - 12
10. Economia – 8	10. Informação e tratamento - 11
11. Plantas – 8 (Eliminar refere-se a AC)	11. Emprego e trabalho - 10
12. Sociedade - 7	12. Negócios - 9
13. Direito e Justiça - 6	13. Plantas – 8 (Eliminar refere-se a AC)
14. Meio Ambiente – 5	14. Empresa e concorrência - 7
15. Empresa e concorrência - 3	15. Meio ambiente - 7
16. Desporto e lazer - 3	16. Entidades e organismos - 6
	17. Desporto e lazer - 6
	18. Religião e mitologia - 5
	19. Transportes - 5
	20. Vestuário e calçado - 3

Debate 24 setembro	
UNIVERSO REFERÊNCIA 2	
António Carvalho (AC)	Rui Santos (RS)
1. o ser humano - 53	1. tempo - 53
2. existência - 32	2. espaço - 51
3. espaço - 37	3. partido político - 44
4. administração pública - 35	4. europa - 43
5. tempo - 21	5. o ser humano - 33
6. acção - 14	6. administração pública - 29
7. causalidade – 14	7. instituições de ensino - 24
8. europa - 13	8. acção - 22
9. instituições de ensino - 12	9. poder executivo - 17
10. percepções – 12	10. razão - 15
11. processo eleitoral - 12	11. existência - 12
12. razão - 12	12. aglomerado populacional - 11
13. preços - 11	13. documentação - 10
14. quantidade - 11	14. organização do ensino – 10
15. ordem - 10	15. urbanismo - 10
16. partido político - 9	16. movimento - 10
17. plantas - 8	17. circunstâncias - 9
18. organização do ensino - 6	18. ordem - 9
19. habitação – 6	19. habitação - 8
20. família e parentesco - 6	20. artes do espectáculo - 8
21. análise económica - 6	21. plantas - 8
22. movimento - 5	22. direito civil - 8
23. colaboração - 5	23. processo eleitoral - 8
24. meio natural - 5	24. causalidade - 8
25. comercialização - 5	25. inteligência - 7
26. emprego - 4	26. política - 6

27. maneiras de agir - 4	27. entidades - 6
28. inteligência - 3	28. quantidade - 6
29. direito civil - 3	29. direito internacional - 6
30. direito internacional - 3	30. dinheiro - 6
31. aglomerado populacional - 3	31. condições e organização trabalho - 6
32. dinheiro - 3	32. maneiras de agir - 5
33. objectivos - 3	33. distribuição comercial - 5
34. circunstâncias - 3	34. país - 4
35. lazer - 3	35. desportos - 4
	36. percepções - 4
	37. consumo - 4
	38. meio natural - 4
	39. preços - 4
	40. divindades - 4
	41. estados de ânimo - 4
	42. moral - 3
	43. transporte aéreo - 3
	44. adornos - 3
	45. assembleia - 3
	46. quadro político - 3
	47. relação - 3
	48. tipos de empresa - 3
	49. financiamento e investimento - 3

Debate Antena 1	
UNIVERSO REFERÊNCIA 1	
António Carvalho (AC)	Rui Santos (RS)
1. Conceitos gerais - 139	1. Conceitos gerais - 131
2. Vida humana - 135	2. Política - 106
3. Política - 56	3. Vida humana - 105
4. Geografia - 28	4. Geografia - 38
5. Empresa e concorrência - 21	5. Direito e justiça - 17
6. Plantas - 19 (Eliminar refere-se a AC)	6. Empresa e concorrência - 13
7. Emprego e trabalho - 14	7. Religião e mitologia - 13
8. Entidades e organismos - 11	8. Educação e ensino - 12
9. Transportes - 9	9. Comunicação e média - 11
10. Educação e Ensino - 9	10. Plantas - 10 (Eliminar refere-se a AC)
11. Religião e mitologia - 8	11. Meio ambiente - 10
12. Finanças - 6	12. Urbanismo e habitação - 10
13. Urbanismo e habitação - 6	13. Negócios - 8
14. Desporto e lazer - 6	14. Transportes - 8
15. Sociedade - 5	15. Desporto e lazer - 8
16. Negócios - 4	16. Finanças - 7

17. Direito e Justiça - 4	17. Emprego e trabalho - 6
18. Comunicação e mídia - 3	18. Sociedade - 5
19. Produção e tecnologia - 3	19. Indústria - 5
	20. Arte e cultura - 4
	21. Informação e tratamento - 4
	22. Animais - 3

Debate Antena 1	
UNIVERSO REFERÊNCIA 2	
Antônio Carvalho (AC)	Rui Santos (RS)
1. o ser humano - 56	1. o ser humano - 47
2. espaço - 45	2. partido político - 47
3. existência - 30	3. espaço - 42
4. europa - 26	4. tempo - 36
5. administração pública - 21	5. europa - 33
6. razão - 19	6. administração pública - 27
7. plantas - 18	7. processo eleitoral - 17
8. tempo - 18	8. movimento - 14
9. ordem - 18	9. existência - 12
10. partido político - 15	10. relação - 12
11. tipos de empresa - 14	11. ação - 11
12. ação - 12	12. razão - 10
13. quantidade - 11	13. divindades - 10
14. entidades - 10	14. plantas - 10
15. circunstâncias - 10	15. ordem - 9
16. processo eleitoral - 10	16. gestão administrativa - 9
17. colaboração - 8	17. meio natural - 9
18. relação - 8	18. aglomerado populacional - 8
19. causalidade - 7	19. lazer - 8
20. emprego - 7	20. organização do ensino - 8
21. transporte aéreo - 6	21. poder executivo - 6
22. divindades - 6	22. conversação - 6
23. moral - 6	23. circunstâncias - 6
24. lazer - 6	24. distribuição comercial - 5
25. instituições de ensino - 5	25. preços - 5
26. domínio e submissão - 5	26. assembleia - 5
27. poder executivo - 4	27. direito civil - 5
28. percepções - 4	28. política dos transportes - 5
29. inteligência - 3	29. fontes e ramos do direito - 5
30. trabalhos parlamentares - 3	30. quantidade - 4
31. consumo - 3	31. corpo humano - 4
32. vontade - 3	32. país - 4
33. preços - 3	33. colaboração - 4
34. maneiras de agir - 3	34. condições e organização trabalho - 4

35. gestão administrativa – 3	35. instituições de ensino – 4
36. identidade profissional - 3	36. conduta - 3
37. família e parentesco - 3	37. documentação - 3
38. estados de ânimo - 3	38. domínio e submissão - 3
39. aglomerado populacional – 3	39. moral - 3
40. gestão contabilística - 3	40. teologia - 3
	41. transporte aéreo - 3
	42. inteligência - 3
	43. direito penal - 3
	44. direito internacional - 3

Debate 21 setembro	
Referências utilizadas	
António Carvalho (AC)	Rui Santos (RS)
1. comunidade territorial - 23	1. português – 48 (Vila Real, Bragança, Portugal)
2. seres humanos - 22	2. nome – 30 (nomes de pessoas)
3. Portugal - 17	3. comunidade territorial – 30 (distrito, concelho município, região, etc.)
4. acontecimento - 17	4. partido político – 15 (8 PSD, 7 PS)
5. materialidade - 15	5. medidas de superfície – 13 (área)
6. nome – 14	6. seres humanos – 12 (pessoas)
7. eleição - 9	7. problema - 12
8. forma - 8	8. acontecimento – 11 (evento)
9. dinâmica - 8	9. organização eleitoral – 9 (candidatura, candidato, campanha eleitoral)
10. universidade - 8	10. parque – 8 (Parque C&T, Hotel do Parque)
11. questão - 7	11. ano - 8
12. administração pública - 7	12. empresa - 7
13. investimento - 7	13. câmara - 7
14. local - 6	14. projecto – 7 (5 projecto, 2 planeamento)
15. vista – 6 (visão)	15. meses - 7
16. dia – 6 (dia do pito etc...)	16. administração pública – 6 (3 Assembleia, 3 câmara)
17. propriedade intelectual – 6 (marca)	17. interioridade - 6
18. condição - 6	18. ciências - 6
19. agrupamento – 5 (conjunto, grupos, associações, equipa)	19. UTAD - 6
20. turismo – 5 (turismo, hotel)	20. Douro - 6
21. transporte aéreo – 6	21. acção – 6 (processo, motor, uso, catalisador)
22. estado – 5 (situação/ões)	22. vida escolar – 6 (professor 3, reitor 3)
23. emprego – 5 (emprego(s))	23. turismo – 6 (5 hotel, 1 turismo)

24. telecomunicação – 5 (em rede)	24. estrutura da empresa – 5 (empresários)
25. medidas de superfície – 4 (áreas)	25. governo – 5 (4 governo, 1 ministro)
26. divulgação – 4 (divulgação)	26. política - 5
27. método – 4 (estratégia)	27. forma – 5 (estruturas 3, forma 2)
28. centro – 4 (centro histórico)	28. custo do transporte – 5 (portagens)
29. pinho – 4 (Jorge Pinho)	29. aglomerado urbano – 5 (capital 4, cidade 1)
30. actividade escolar – 4 (curso, seminário)	30. medidas imprecisas - 4
31. pormenor – 4	31. excelência - 4
32. solução - 4	32. parte - 4
33. câmara - 4	33. condição - 4
34. frequência – 4 (vez/vezes, ciclo)	34. eleição - 4
35. articulação – 4	35. país – 4
36. ajuda – 4 (apoio(s))	36. pontos cardeais – 4 (norte, nordeste)
37. acção – 4 (processo, motor, forças)	37. universidade - 4
38. projecto – 4 (plano x 3, projecto)	38. tecnologia - 4
39. preocupação – 4	39. administrador - 4
40. clara - 4	40. número - 4
41. representante - 3	41. método – 4 (estratégia)
42. aposta - 3	42. bebida alcoólica – 4 (vinho)
43. trabalho - 3	43. aumento – 4 (2 crescimento, 2 desenvolvimento)
44. participação – 3 (intervenção)	44. existência – 4 (2 mundo, 2 natureza)
45. proprietário – 3	45. centro – 4
46. transporte aéreo – 3	46. estado – 4 (3 situação, 1 caso)
47. custo – 3	47. notícia – 4
48. partido político – 3 (PSD)	48. finalidade – 3 (2 objectivo, 1 missão)
49. gastronomia – 3	49. materialidade – 2 (2 coisas, 1 realidade)
50. utilidade – 3	50. administração do pessoal – 3 (pessoal/ais)
51. empresa – 3	51. júízo – 3 (avaliação)
52. habitação colectiva – 3 (edifício(s))	52. ideia – 3
53. proporção – 3 (nível)	53. benefício – 3
54. espaço – 3	54 – transporte rodoviário – 3 (automóvel)
55. bebida alcoólica – 3 (vinho, vinho do Porto)	55. Março – 3
56. ano – 3	56. park – 3
57. efeito – 3 (produto(s))	57. construção – 3 (2 empreendimento, 1 construção)
	58. investimento – 3
	59. formas curvas – 3 (circuito)
	60. infra – 3 (infra estruturas)
	61. medidas comprimento – quilómetros
	62. paisagem – 3
	63. utilização da terra – 3 (vinha)
	64. altura – 3

Debate 24 setembro	
Referências utilizadas	
António Carvalho (AC)	Rui Santos (RS)
1. seres humanos - 35	1. partido político – 43 (24 PSD, 19 PS)
2. comunidade territorial - 28	2. portugal – 40 (++vila real, bragança, porto)
3. câmara - 17	3. ano - 28
4. questão - 14	4. comunidade territorial – 22 (concelho, distrito, freguesia, autarquia)
5. portugal – 13 (vila real)	5. câmara – 20
6. materialidade – 13	6. projecto – 16 (plano, programa, planeamento)
7. estado- 12 (situação)	7. universidade - 15
8. preço - 11	8. centro - 14
9. organização eleitoral – 11 (candidatura, candidato)	9. exemplo - 13
10. centro - 10	10. governo - 11
11. trabalho - 10	11. aglomerado urbano – 11 (cidade)
12. universidade - 10	12. vida escolar – 10 – reitor(es), professor)
13. factura - 9	13. seres humanos – 10 (gente, pessoas)
14. vista – 9 (visão)	14. sistema documental – 9 (biblioteca)
15. partido político – 9 (5 PSD, 4 PS)	15. teatro - 8
16. ano – 8	16. direito civil – 8 (contrato, dívida, responsabilidade)
17. forma – 7	17. organização eleitoral – 7 (eleitores, candidato, campanha eleitoral)
18. administração pública – 7 (junta freguesia, assembleia municipal)	18. materialidade – 7 (coisa)
19. projecto – 6	19. administração pública – 7 (assembleia municipal, câmara municipal)
20. agrupamento – 6 (equipa, conjunto)	20. espaço - 7
21. recurso – 6	21. CDS - 6
22. estatística – 6 (sondagem, censos)	22. direcção – 6 (sentido, caminho)
23. acção – 6 (4 motor, 2 processo)	23. dia - 6
24. dinâmica – 6	24. trabalho - 6
25. aumento – 6 (crescimento)	25. extensão – 6 (campo, fundos, extensão)
26. vida escolar – 6 (professor, aluno, reitor)	26. política - 6
27. parceria – 6	26. cidadão - 5
28. possibilidade – 6 (potencialidade)	27. acção – 5 (tratamento, prática)
29. exemplo – 5	28. qualidade - 5
30. ambiente físico – 5 (biodiversidade, água)	29. distribuição comercial – 5 (loja)
31. acto de comércio – 5 (compra)	30. ideia – 5 (noção)
32. espaço - 5	31. forma – 5 (quadro, estrutura)

33. partilha - 5	32. governança – 5 (governança)
34. importância – 4 (valor)	33. dificuldade – 4 (calvário)
35. localização – 4 (lugar)	34. país - 4
36. abertura – 4	35. oportunidade – 4
37. solução – 4	36. equipamento desportivo – 4 (piscinas)
38. condição – 4	37. bairro - 4
39. custo – 4	38. bens e serviços - 4
40. aglomerado urbano – 3 (cidade)	39. via de acesso – 4 (rua, avenida)
41. emprego - 3	40. futuro - 4
42. aptidão – 3 (capacidade, competências)	41. hora – 4
43. família - 3	42. problema – 4
44. moedas – 3 (euros)	43. aptidão – 4 (capacidade, competências)
45. estímulo – 3 (incentivo, convite)	44. vária – 4
46. acordo – 3 (consensos, unanimidade)	45. protagonista – 4
47. parentes – 3 (filhos)	46. local – 4
48. imóvel – 3	47. método – 4 (estratégia)
49. necessidade – 3	48. infraestrutura - 4
50. medidas inexactas – 3 (bocado)	49. concreto - 4
51. assumo – 3	50. verdade - 4
52. frequência – 3 (ciclo)	51. preço - 4
53. percurso – 3	52. investimento – 3
54. local – 3	53. parlamentares – 3 (deputado)
55. método – 3	54. moedas – 3 (euros)
56. medidas imprecisas – 3 (momento)	55. conservatório – 3
57. Douro – 3	56. liceu– 3
58. cidadãos - 3	57. empresa - 3
59. turismo – 3 (hotel)	58. fatura – 3
60. casa e alojamento - 3	59. olhar - 3
	60. escola - 3
	61. questão - 3
	62. proporção – 3 (nível)
	63. condição - 3
	64. mérito – 3
	65. agrupamento – 3 (associação)
	66. orientação – 3 (postura)
	67. dinheiro – 3
	68. UTAD – 3
	69. causa – 3
	70. saneamento – 3 (saneamento básico)
	71. colar - 3
	72. estacionamento - 3
	73. acaso – 3
	74. seriedade – 3 (rigor)

Debate Antena 1	
Referências utilizadas	

António Carvalho (AC)	Rui Santos (RS)
1. seres humanos - 28	1. partido político – 46 (27 PSD, 19 PS)
2. portugal - 26	2. portugal – 32
3. comunidade territorial - 16	3. câmara - 23
4. partido político – 15 (13 PSD, 2 PS)	4. CDS - 20
5. agrupamento - 14	5. ano - 16
6. materialidade – 13 (coisa)	6. comunidade territorial - 15
7. empresa - 13	7. seres humanos - 15
8. estado - 11	8. organização eleitoral - 15
9. forma – 11	9. centro - 14
10. centro - 11	10. administração pública - 12
11. condição - 9	11. gestão - 9
12. câmara - 9	12. exemplo - 8
13. questão - 8	13. aglomerado urbano - 8
14. organização eleitoral - 8	14. vida escolar - 7
15. exemplo – 6	15. UTAD - 7
16. transporte aéreo - 6	16. projecto - 7
17. acção - 6	17. ambiente físico - 7
18. turismo - 6	18. turismo - 7
19. ideia - 6	19. hora - 5
20. oportunidade - 6	20. direito civil - 5
21. administração pública - 5	21. fonte do direito – 5 (lei)
22. medidas imprecisas – 5 (momento)	22. problema - 5
23. frequência – 5	23. parceria - 5
24. custo – 5	24. dificuldade - 5
25. modo - 5	25. PDM - 5
26. responsável - 5	26. preço - 5
27. aspecto - 5	27. forma – 5 (2 forma, 2 quadro)
28. UTAD - 4	28. distribuição comercial - 5
29. política de emprego - 4	29. condição - 4
30. dinâmica - 4	30. Março - 4
31. submissão – 4 (derrota)	31. método - 4
32. ajuda – 4 (apoio)	32. autonomia – 4 (isenção)
33. projecto - 4	33. executivo - 4
34. centralidade - 4	34. parlamentares - 4
35. universidade - 4	35. universidade – 4
36. demagogia - 4	36. cara - 4
37. assembleia - 4	37. trabalho - 4
38. diminuição – 4 (redução)	38. ideia - 4
39. obrigação – 4 (responsabilidade)	39. política de transportes – 4 (túnel)
40. articulação - 4	40. país - 4
41. emprego - 3	41. parque – 4
42. gestão - 3	42. movimento - 4
43. representante - 3	43. dossiê - 4
44. processo parlamentar – 3 (declaração)	44. propusemos - 4

de voto)	
45. bens e serviços – 3 (serviços)	45. discussão – 4
46. eleição – 3 (escolha, iniciativa)	46. Douro – 4
47. governo – 3 (1º ministro, ministro)	47. materialidade – 4
48. próximo - 3	48. existência – 4 (3 factos, mundo)
49. instituição - 3	49. cidadania - 3
50. participação – 3	50. reabilitação - 3
51. partilha – 3	51. certeza – 3 (evidência)
52. aglomerado urbano – 3 (cidade)	52. casuística – 3
53. preço – 3	53. acção – 3
54. relação – 3	54. abertura – 3 (porta)
55. estacionamento - 3	55. demagogia – 3
56. custa – 3	56. documento – 3
57. problema – 3	57. transporte aéreo - 3
58. Constantim - 3	58. elogio – 3
59. medidas de superfície – 3 (área)	59. espaço - 3
60. aumento – 3 (crescimento)	60. ajuda – 3
61. juízo – 3 (ponto de vista)	61. acesso - 3
62. pensamento – 3 (raciocínio, conhecimento)	62. direcção – 3 (2 caminhos, sentido)
	63. década - 3
	64. questão – 3
	65. vilarealenses - 3
	66. agrupamento - 3
	67. diminuição – 3
	68. fatura - 3
	69. extraordinário – 3
	70. frequência - 3
	71. lema - 3

TOTAL António Carvalho

Sumário	
Alimentação e bebidas	8
Animais	2
Artes e cultura	6
Ciência	2
Comunicação e médias	18
Conceitos gerais	451
Descrição e características	1
Desporto e lazer	17
Direito e justiça	8
Economia	10
Educação e ensino	34
Emprego e trabalho	44
Empresa e concorrência	30
Entidades e organismos	11
Filosofia	4
Finanças	27
Geografia	56
Indivíduo	144
Indústria	2
Informação e tratamento	6
Meio ambiente	14
Negócios	7
Objectos	2
Plantas	4
Política	138
Produção e tecnologia	12
Psicologia	5
Religião e mitologia	8
Saúde e doenças	3
Sociedade	18
Transportes	10
Urbanismo e habitação	20
Vida em sociedade	22
Vida humana	137

Alimentação e bebidas	
Agro-alimentar	2
Bebidas	6

Agro-alimentar	
Agro-alimentar	2

Bebidas	
Bebida	6
Bebida	
Bebida alcoólica	6
Animais	
Animal	1
Aves e pássaros	1
Aves e pássaros	
Fasianídeos	1
Artes e cultura	
Artes do espectáculo	1
Artes visuais	4
Cultura	1
Artes do espectáculo	
Teatro	1
Artes visuais	
Fotografia	4
Cultura	
Cultura	1
Ciência	
Ciência	2
Comunicação e médias	
Comunicação	1
Congresso	1
Conversaço	2
Discurso	2
Encontro	4
Sessão	1
Sistema da comunicaço	6
Tema	1
Conversaço	
Debate	1
Discussão	1
Discurso	
Fala	2

Sistema da comunicação	
Telecomunicação	6

Conceitos gerais	
Causalidade	23
Espaço	104
Existência	94
Movimento	10
Ordem	36
Outros conceitos	88
Quantidade	38
Relação	11
Tempo	47

Causalidade	
Agente	1
Efeito	6
Modo	6
Necessidade	5
Possibilidade	5

Espaço	
Aberturas	6
Altura	1
Anterioridade	1
Aspecto	4
Centro	23
Contacto	1
Conteúdo	3
Corte	1
Espaço	9
Extensão	3
Forma	24
Formas curvas	2
Formas restas	1
Inferioridade	3
Lateralidade	1
Localização	5
Orientação	3
Posto	1
Proporção	4
Proximidade	2
Superioridade	1
União	2
Zona	3

Aspecto	
Apresentação	3
Aspecto	1
Zona	
Sector	2
Zona	1
Existência	
Acontecimento	19
Aparição	3
Estado	27
Existência	3
Materialidade	38
Presença	1
Vida	3
Movimento	
Aproximação	2
Atracção	2
Direcção	2
Movimentos para dentro	3
Queda	1
Ordem	
Agrupamento	22
Classificação	2
Continuidade	1
Desordem	2
Método	8
Normalidade	1
Outros conceitos	
Cargo	2
Condição	18
Constituição	1
Energia	5
Exemplo	13
Formação	1
Função	1
Objecto	1
Problema	2
Questão	28
Recurso	6
Solução	9

Sujeito 1

Quantidade

Aumento	18
Diminuição	4
Medidas de superfície	7
Medidas inexactas	2
Número	2
Parte	5

Relação

Autonomia	2
Dependência	2
Divergência	1
Diversidade	1
Imitação	1
Relação	3
Relacionamento	1

Tempo

Frequência	6
Futuro	3
Medidas exactas	21
Medidas imprecisas	9
Passado	4
Presente	1
Tarde	1
Tempo	2

Medidas exactas

Ano	10
Dia	9
Mês	2

Descrição e características

Fragilidade	1
-------------	---

Desporto e lazer

Desportos	1
Lazer	16

Desportos

Competição desportiva	1
-----------------------	---

Lazer	
Férias	1
Turismo	14
Viagem	1
Direito e justiça	
Direito civil	1
Direito internacional	4
Fontes e ramos do direito	2
Justiça	1
Direito civil	
Propriedade de bens	1
Direito internacional	
Direito internacional privado	4
Fontes e ramos do direito	
Fonte do direito	2
Justiça	
Processo judicial	1
Economia	
Análise económica	5
Crescimento económico	4
Estrutura económica	1
Análise económica	
Estatística	5
Crescimento económico	
Ciclo económico	1
Desenvolvimento económico	3
Estrutura económica	
Economia	1
Educação e ensino	
Instituição de ensino	25
Organização do ensino	9
Instituição de ensino	
Escola	3
Universidade	22

Organização do ensino	
Actividade escolar	3
Vida escolar	6
Emprego e trabalho	
*identidade profissional	9
Administração e remuneração do pessoal	2
Condições e organização do trabalho	15
Emprego	16
Relações laborais	2
*identidade profissional	
Funcionário	1
Investidor	1
Profissional	1
Representante	6
Administração e remuneração do pessoal	
Administração do pessoal	2
Condições e organização do trabalho	
Trabalho	15
Emprego	
Emprego	11
Política do emprego	5
Relações laborais	
Conflito laboral	2
Empresa e concorrência	
Gestão administrativa	5
Gestão contabilística	5
Organização de empresas	1
Tipos de empresa	19
Gestão administrativa	
Gestão	5
Gestão contabilística	
Contabilidade	1
Gestão contabilística	4

Organização de empresas	
Estrutura da empresa	1
Tipos de empresa	
Dimensão da empresa	2
Empresa	17
Entidades e organismos	
Entidades	10
Órgãos	1
Entidades	
Comissão	1
Entidade	2
Instalação	3
Instituição	4
Órgãos	
Órgão	1
Filosofia	
Ramos da filosofia	4
Ramos da filosofia	
Lógica	4
Finanças	
Dinheiro	5
Financiamento e investimento	10
Fiscalidade	4
Preços	8
Dinheiro	
Moedas	5
Financiamento e investimento	
Investimento	10
Fiscalidade	
Fiscal (adj)	4
Preços	
Preço	8

Geografia	
País	3
Países	2
Portugal	49
Posição geográfica	2
Países	
Europa	2
Europa	
Espanha	2
Posição geográfica	
Pontos cardeais	2
Indivíduo	
*comportamentos	1
Acção	38
Circunstâncias	19
Colaboração	21
Estados de ânimo	9
Maneiras de agir	8
Objectivos	4
Razão	29
Sentimentos	2
Vontade	13
*comportamentos	
Funcionamento	1
Acção	
Acção	18
Actividade	1
Esforço	1
Êxito	1
Intenção	2
Projecto	14
Reconhecimento	1
Circunstâncias	
Adversidade	1
Facilidade	2
Fiabilidade	1
Oportunidade	10
Utilidade	5

Adversidade	
Catástrofe	1
Colaboração	
Ajuda	7
Colaboração	1
Conselho	2
Estímulo	4
Participação	7
Estados de ânimo	
Atracção	1
Esperança	1
Humor	1
Preocupação	6
Atracção	
Preferência	1
Maneiras de agir	
Aptidão	5
Rapidez	3
Objectivos	
Construção	4
Razão	
Acordo	4
Certeza	2
Fundamento	1
Ideia	4
Importância	6
Juízo	3
Pensamento	5
Razão	2
Resposta	1
Suposição	1
Sentimentos	
Confiança	1
Identidade sentimental	1
Vontade	
Aceitação	2
Eleição	11

Eleição	
Escolha	4
Iniciativa	7
Indústria	
Política e estruturas industriais	2
Política e estruturas industriais	
Profissão técnica	2
Informação e tratamento	
Documentação	5
Informação	1
Documentação	
Documento	4
Sistema documental	1
Meio ambiente	
Meio natural	14
Meio natural	
Ambiente físico	13
Meio geofísico	1
Negócios	
Comercialização	1
Consumo	4
Distribuição comercial	2
Comercialização	
Acto de comércio	1
Consumo	
Bens e serviços	4
Distribuição comercial	
Distribuição comercial	2
Objectos	
Objectos técnicos	2
Objectos técnicos	
Âncora	2

Plantas	
Flora	1
Plantas	3

Plantas	
Árvores	2
Partes da planta	1

Política	
Administração pública	88
Assembleia	7
Partido político	14
Poder executivo	4
Política	4
Processo eleitoral	20
Trabalhos parlamentares	1

Administração pública	
Administração pública	27
Comunidade territorial	61

Assembleia	
Parlamentares	3

Partido político	
Partido político	14

Poder executivo	
Executivo	1
Governo	3

Política	
Política	3
Político	1

Processo eleitoral	
Maioria de voto	1
Organização eleitoral	17
Votação	2

Trabalhos parlamentares	
Processo parlamentar	1

Produção e tecnologia	
Investigação e propriedade intelectual	9
Produção	2

Tecnologia e regulamentação técnica	1
Investigação e propriedade intelectual	
Investigação	3
Propriedade intelectual	6
Produção	
Produção	2
Tecnologia e regulamentação técnica	
Tecnologia	1
Psicologia	
Conceitos psicológicos	5
Conceitos psicológicos	
Consciência	1
Fixação	4
Religião e mitologia	
Divindades	7
Textos religiosos	1
Divindades	
Santos	7
Textos religiosos	
Nomes bíblicos	1
Saúde e doenças	
Doença	1
Política de saúde	2
Doença	
Fases da doença	1
Política de saúde	
Serviço de saúde	2
Sociedade	
*sociedade e política	3
Demografia e população	3
Família e parentesco	10
Vida social	2

*sociedade e política	
Acontecimentos sociais	1
Povo	2
Demografia e população	
População	3
Família e parentesco	
Família	5
Parentes	5
Vida social	
Política social	2
Transportes	
Organização dos transportes	1
Política dos transportes	1
Transporte aéreo e espacial	8
Organização dos transportes	
Localização dos transportes	1
Política dos transportes	
Política dos transportes	1
Transporte aéreo e espacial	
Transporte aéreo	8
Urbanismo e habitação	
Aglomerado populacional	6
Habitação	11
Urbanismo	3
Aglomerado populacional	
Aglomerado urbano	6
Habitação	
Casa e alojamento	4
Habitação	2
Habitação colectiva	5
Casa e alojamento	
Casa e alojamento	3
Mobiliário e acessórios	1

Urbanismo	
Estabelecimentos e estruturas	2
Infra-estrutura urbana	1
Vida em sociedade	
Conduta	3
Domínio e submissão	6
Moral	10
Prestígio social	3
Conduta	
Adaptabilidade	1
Cortesia	1
Favor	1
Domínio e submissão	
Domínio	4
Submissão	2
Moral	
Medida	3
Obrigação	7
Prestígio social	
Promoção	1
Riqueza	2
Vida humana	
Ciclo da vida	2
Corpo humano	1
Emoções	1
Inteligência	6
O ser humano	106
Percepções	21
Ciclo da vida	
Fases da vida	1
Sexualidade e reprodução	1
Corpo humano	
Funções vitais	1
Emoções	
Tristeza	1

Inteligência	
Actos mentais	1
Atenção	2
Interesse	1
Investigação	2

Investigação	
Exame	2

O ser humano	
Criança e jovem	3
Homem	6
Nome	21
Pessoas idosas	1
Seres humanos	75

Percepções	
Cor	2
Os sentidos	19

Os sentidos	
Tacto	2
Vista	17

Estatística sobre uma lista de palavras (ocorrências)

TOTAL Rui Santos

Sumário	
Agricultura	3
Alimentação e bebidas	4
Animais	4
Artes e cultura	18
Ciência	5
Comunicação e médias	16
Conceitos gerais	366
Desporto e lazer	21
Direito e justiça	24
Economia	4
Educação e ensino	48
Emprego e trabalho	23
Empresa e concorrência	27
Entidades e organismos	7
Finanças	28
Geografia	100
História	2
Indivíduo	120

Indústria	4
Informação e tratamento	12
Meio ambiente	28
Negócios	18
Objectos	2
Plantas	14
Política	193
Produção e tecnologia	7
Psicologia	1
Religião e mitologia	3
Saúde e doenças	2
Sociedade	6
Transportes	25
Urbanismo e habitação	31
Vestuário e calçado	2
Vida em sociedade	13
Vida humana	94

Agricultura

Exploração agrícola	3
---------------------	---

Exploração agrícola

Utilização da terra	3
---------------------	---

Alimentação e bebidas

Bebidas	4
---------	---

Bebidas

Bebida	4
--------	---

Bebida

Bebida alcoólica	4
------------------	---

Animais

Aves e pássaros	1
Mamíferos	3

Aves e pássaros

Fasianídeos	1
-------------	---

Mamíferos

Leporídeos	3
------------	---

Artes e cultura

Artes do espectáculo	11
Cultura	1

Literatura	2
Música	2
Política cultural	2

Artes do espectáculo

Concerto	2
Teatro	9

Cultura

Cultura	1
---------	---

Literatura

Profissão literária	2
---------------------	---

Profissão literária

Escritores	2
------------	---

Música

Tipos de música	2
-----------------	---

Política cultural

Centro cultural	1
Património cultural	1

Ciência

Ciência	5
---------	---

Comunicação e médias

Conversação	1
Declaração	1
Discurso	1
Língua	1
Meios de comunicação	1
Mensagem	1
Notícia	5
Sistema da comunicação	4
Tema	1

Conversação

Debate	1
--------	---

Discurso

Anedota	1
---------	---

Língua

Expressão	1
-----------	---

Meios de comunicação

Imprensa	1
----------	---

Sistema da comunicação

Correios e telecomunicações	2
Telecomunicação	2

Conceitos gerais

Causalidade	12
Espaço	100
Existência	32
Movimento	19
Ordem	18
Outros conceitos	60
Quantidade	31
Relação	8
Tempo	86

Causalidade

Causa	1
Destino	2
Efeito	2
Finalidade	5
Necessidade	1
Possibilidade	1

Espaço

Aberturas	5
Altura	3
Aspecto	1
Centro	20
Contacto	1
Conteúdo	1
Corte	3
Distância	1
Espaço	8
Extensão	5
Extremidade	1
Forma	12
Formas curvas	4
Formas restas	1
Inferioridade	2
Interioridade	7
Lateralidade	2
Localização	1
Orientação	4

Ponto	2
Proporção	7
Proximidade	1
Recipientes	1
Zona	7

Aspecto	
Característica	1

Zona	
Sector	3
Zona	4

Existência	
Acontecimento	9
Aparição	2
Ausência	1
Circunstância	2
Estado	2
Existência	6
Inexistência	1
Materialidade	8
Vida	1

Movimento	
Desvio	1
Direcção	6
Ida	1
Movimento	4
Movimentos para dentro	2
Oscilação	1
Salto	1
Trânsito	3

Ordem	
Agrupamento	5
Classificação	1
Método	11
Regra	1

Outros conceitos	
Âmbito	2
Condição	9
Energia	2
Exemplo	19
Função	2

Meio	1
Problema	20
Questão	3
Solução	2

Quantidade

Aumento	3
Diminuição	1
Medidas de comprimento	4
Medidas de superfície	14
Número	3
Parte	5
Quantidades médias e grandes	1

Relação

Concordância	2
Dependência	1
Modelo	1
Reciprocidade	1
Substituição	1
Variação	2

Tempo

Calendário	1
Duração	1
Fim	2
Frequência	3
Futuro	4
Manhã	1
Medidas exactas	62
Medidas imprecisas	4
Passado	2
Presente	1
Tarde	4
Tempo	1

Medidas exactas

Ano	31
Década	3
Dia	12
Hora	10
Mês	3
Minuto	2
Século	1

Minuto	
Minuto	2
Desporto e lazer	
Desportos	6
Lazer	15
Desportos	
Desporto	2
Equipamento desportivo	3
Futebol	1
Futebol	
Organismos	1
Organismos	
Federação	1
Lazer	
Jogos	1
Turismo	14
Direito e justiça	
Direito civil	11
Direito internacional	8
Direito penal	3
Direitos e liberdades	1
Organização da justiça	1
Direito civil	
Direito civil	10
Propriedade de bens	1
Direito internacional	
Direito internacional privado	7
Direito internacional público	1
Direito penal	
Sanção penal	3
Direitos e liberdades	
Direitos sociais	1
Organização da justiça	
Pessoal judiciário	1

Economia	
Estrutura económica	1
Regiões e política regional	3
Estrutura económica	
Economia	1
Regiões e política regional	
Política regional	2
Região económica	1
Política regional	
Política regional comunitária	2
Política regional comunitária	
Quadro comunitário de apoio	2
Educação e ensino	
Instituição de ensino	30
Organização do ensino	18
Instituição de ensino	
Conservatório	3
Escola	3
Liceu	3
Universidade	21
Organização do ensino	
Actividade escolar	1
Vida escolar	17
Emprego e trabalho	
*identidade profissional	11
Administração e remuneração do pessoal	3
Condições e organização do trabalho	4
Emprego	3
Mercado do trabalho	2
*identidade profissional	
Administrador	2
Doutor e doutora	7
Funcionário	1
Investidor	1

Administração e remuneração do pessoal	
Administração do pessoal	3
Condições e organização do trabalho	
Trabalho	4
Emprego	
Emprego	3
Mercado do trabalho	
Categoria socioprofissional	2
Empresa e concorrência	
Gestão administrativa	6
Gestão contabilística	2
Organização de empresas	7
Tipos de empresa	12
Gestão administrativa	
Gestão	6
Gestão contabilística	
Contabilidade	1
Gestão contabilística	1
Organização de empresas	
Estrutura da empresa	6
Política da empresa	1
Tipos de empresa	
Empresa	12
Entidades e organismos	
Entidades	7
Entidades	
Comissão	1
Delegação	1
Gabinete	1
Instalação	2
Instituição	2
Finanças	
Dinheiro	5
Financiamento e investimento	4

Fiscalidade	8
Preços	11
Dinheiro	
Dinheiro	1
Moedas	4
Financiamento e investimento	
Investimento	4
Fiscalidade	
Fiscal (adj)	7
Imposto	1
Preços	
Preço	11
Geografia	
País	10
Países	6
Portugal	80
Posição geográfica	4
Países	
Europa	6
Europa	
Espanha	2
França	4
Posição geográfica	
Pontos cardeais	4
História	
Personagens históricas	2
Personagens históricas	
Magalhães	2
Indivíduo	
*comportamentos	2
Acção	40
Circunstâncias	14
Colaboração	4
Estados de ânimo	3
Imagem de si	2

Maneiras de agir	9
Objectivos	5
Razão	32
Sentimentos	3
Vontade	6

***comportamentos**

Funcionamento	1
Sinceridade	1

Acção

Acção	12
Começo	1
Pessoas de acção	1
Previsão	1
Projecto	25

Circunstâncias

Adversidade	1
Dificuldade	6
Facilidade	1
Oportunidade	6

Adversidade

Adversidade	1
-------------	---

Colaboração

Ajuda	4
-------	---

Estados de ânimo

Entusiasmo	1
Esperança	1
Preocupação	1

Imagem de si

Naturalidade	1
Vergonha	1

Maneiras de agir

Aptidão	7
Prudência	1
Rapidez	1

Objectivos

Construção	4
Protecção	1

Razão	
Acordo	1
Beleza	1
Certeza	3
Comparação	1
Ideia	10
Importância	2
Insignificância	1
Juízo	4
Pensamento	1
Qualidade	6
Razão	1
Resposta	1
Sentimentos	
Identidade sentimental	1
Ressentimento	2
Vontade	
Eleição	5
Pretexto	1
Eleição	
Eleição	4
Opção	1
Indústria	
Indústria	1
Política e estruturas industriais	3
Política e estruturas industriais	
Profissão técnica	3
Informação e tratamento	
Documentação	11
Informação	1
Documentação	
Documento	2
Sistema documental	9
Meio ambiente	
Degradação do ambiente	2
Meio natural	21
Os elementos	2
Paisagem	3

Degradação do ambiente	
Resíduo	2
Meio natural	
Ambiente físico	16
Meio geofísico	5
Os elementos	
Terra	2
Terra	
Terra	2
Negócios	
Consumo	5
Distribuição comercial	10
Política comercial	2
Trocas comerciais	1
Consumo	
Bens e serviços	5
Distribuição comercial	
Distribuição comercial	10
Política comercial	
Mercado	2
Trocas comerciais	
Oferta e procura	1
Objectos	
Instrumentos	2
Instrumentos	
Instrumento	2
Plantas	
Plantas	14
Plantas	
Árvores	13
Partes da planta	1

Política	
Administração pública	79
Assembleia	5
Partido político	53
Poder executivo	22
Política	10
Processo eleitoral	16
Quadro político	4
Trabalhos parlamentares	4
Administração pública	
Administração pública	36
Comunidade territorial	43
Assembleia	
Composição da assembleia	2
Parlamentares	2
Partido político	
Partido político	52
Tendência política	1
Poder executivo	
Governança	5
Governo	17
Política	
Política	10
Processo eleitoral	
Organização eleitoral	16
Quadro político	
Estado	1
Poder político	2
Regime político	1
Estado	
Estado	1
Trabalhos parlamentares	
Processo legislativo	1
Processo parlamentar	3
Produção e tecnologia	
Investigação e propriedade intelectual	2

Tecnologia e regulamentação técnica 5

Investigação e propriedade intelectual

Investigação 1
Propriedade intelectual 1

Tecnologia e regulamentação técnica

Tecnologia 5

Psicologia

Conceitos psicológicos 1

Conceitos psicológicos

Consciência 1

Religião e mitologia

Divindades 2
Pessoas religiosas 1

Divindades

Santos 2

Pessoas religiosas

Clérigo 1

Saúde e doenças

Higiene 1
Sintomas 1

Higiene

Limpeza 1

Sintomas

Transtornos nervosos 1

Sociedade

Demografia e população 3
Quadro social 2
Sociedade 1

Demografia e população

Humanidade 2
População 1

Quadro social

Situação social 2

Transportes	
Organização dos transportes	1
Política dos transportes	11
Transporte aéreo e espacial	8
Transporte terrestre	5
Organização dos transportes	
Organização dos transportes	1
Política dos transportes	
Custo do transporte	5
Política dos transportes	6
Transporte aéreo e espacial	
Transportadoras aéreas	1
Transporte aéreo	7
Transporte terrestre	
*carro	1
Transporte ferroviário	1
Transporte rodoviário	3
Urbanismo e habitação	
Aglomerado populacional	14
Habitação	5
Saneamento	4
Urbanismo	8
Aglomerado populacional	
Aglomerado urbano	14
Habitação	
Casa e alojamento	4
Habitação	1
Casa e alojamento	
Casa e alojamento	3
Louça e utensílios	1
Urbanismo	
Estabelecimentos e estruturas	2
Urbanização	1
Via de acesso	5
Vestuário e calçado	
Adornos	2

Adornos	
Colar	2
Vida em sociedade	
Conduta	2
Domínio e submissão	3
Moral	8
Conduta	
Promessa	2
Domínio e submissão	
Domínio	2
Respeito	1
Moral	
Medida	1
Mérito	3
Obrigação	3
Vício	1
Vida humana	
Ciclo da vida	2
Corpo humano	5
Emoções	1
Inteligência	10
O ser humano	70
Percepções	6
Ciclo da vida	
Fases da vida	2
Corpo humano	
Partes do corpo	5
Emoções	
Tristeza	1
Inteligência	
Atenção	2
Descoberta	1
Falsidade	3
Interesse	1
Memória	1
Verdade	2

O ser humano

Homem	6
Nome	39
Seres humanos	25

Percepções

Os sentidos	6
-------------	---

Os sentidos

Ouvido	2
Vista	4

Estatística sobre uma lista de palavras (ocorrências)